

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

O JORNAL *PANFLETO* E A CONSTRUÇÃO DO BRIZOLISMO

Porto Alegre
2008

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

O JORNAL *PANFLETO* E A CONSTRUÇÃO DO BRIZOLISMO

Orientanda: Elenice Szatkoski
Orientador: Helder G. Silveira

Defesa da Tese de Doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a conclusão do Curso de Doutorado em História das Sociedades Ibéricas Americanas do Programa da Pós-Graduação em História.

Porto Alegre
2008

“Usam a bandeira da democracia apenas como pretexto, pois, o que buscam é anular as liberdades já conquistadas por nosso povo e impedi-lo de aperfeiçoar, ainda mais, a democracia que já alcançamos. Usam a constituição como um assaltante usa a máscara. E querem fazer do sentimento cristão do nosso povo, uma arma contra ele próprio, pela sua transformação em fanatismo.”

Leonel de Moura Brizola - 1964

Aos meus filhos Luis Henrique Marcon e Guilherme Antônio de Oliveira, pela ajuda, paciência e companheirismo.

Aos meus pais, Emilio Szatkoski e Beatriz Anna Franciscatto Szatkoski, pela vida que me deram e a coragem de enfrentar desafios.

Ao meu amigo, Paulo Camargo Santos, obrigada por ter apoiado este trabalho.

A Deus, em suas mais variadas manifestações, as quais com certeza me auxiliaram nesta trajetória.

Muitas pessoas colaboraram para que este trabalho chegasse ao seu final. Neste momento lembro com carinho e agradeço a todos. Minha gratidão ao prof. Dr. Helder Gordim da Silveira, pelo incentivo, amizade e orientação firme que me dedicou neste período.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, através do Programa de Pós-Graduação - Coordenação do Curso de Doutorado em História das Sociedades Ibéricas Americanas, representada pelo Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira, e aos demais professores e funcionários.

Ao meu irmão Sérgio Szatkoski e minhas irmãs Clarice e Solange Szatkoski, pelos momentos compartilhados e os necessariamente silenciados.

A, Maria Emilia, por querer ser escritora. A Ana Carolina, pela benção da sua presença. A Fernanda, por me tornar tia-avó, dando a vida ao Pedro Henrique. A Gabriela, pelo silêncio e desprendimento. E ao meu sobrinho João Gabriel, pela alegria e simpatia.

Ao carinho recebido por parte do Luis Gustavo Rodrigues da Silva.

À Capes, pela oportunidade de concessão da bolsa, sem a qual o trabalho não chegaria ao final.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender como o jornal *Panfleteo*, que circulou no Brasil entre fevereiro e março de 1964, colaborou para a construção do brizolismo, ideologia que se solidificou com a figura carismática de Leonel de Moura Brizola, apresentando um mito que se consagrou como revolucionário, o qual defendia um nacionalismo acirrado, opondo-se a qualquer forma de imperialismo dominante, principalmente atacando os Estados Unidos, através da organização de discursos inflamados. O *Panfleteo* apresentou todos os elementos para esta análise, sendo um valioso objeto tanto para análise da pesquisa quanto para o estudo do conteúdo veiculado em suas páginas, que reforçaram a existência e a formação do brizolismo, o qual resgatou da política nacionalista, populista e trabalhista de Vargas os componentes básicos para sua afirmação enquanto ideologia. O *Panfleteo* mostra a retomada dos discursos varguistas através de uma reinterpretação de Brizola, bem como uma aproximação da imagem física de Leonel Brizola com Getúlio Vargas, a fim de possibilitar a construção do mito brizolista e apropriar-se de estratégias usadas por Vargas, as quais viessem ao encontro de seus interesses, divulgando, além dos discursos, fotografias nas quais ele se apresenta um representante autêntico de Vargas. No jornal *Panfleteo* Brizola escreveu sete discursos, defendendo o trabalhismo, o nacionalismo e opondo-se ao imperialismo americano. Além de Leonel Brizola, outros intelectuais, principalmente da ala esquerda do PTB, bem como outros afeiçoados à causa do brizolismo, foram colaboradores diretos nos textos do jornal, que saiu de circulação em março de 1964 após sete edições publicadas. O *Panfleteo* inquietou muitos porque mostrou um Brizola que apregoava um nacionalismo mais acirrado que o nacionalismo varguista e sem nenhuma possibilidade de conciliação entre os “interesses populares” e os desejados pela “burguesia”, fossem interesses de ordem nacional ou internacional.

Palavras-chave: *Panfleteo* – brizolismo - nacionalismo – ideologia – mito.

ABSTRACT

This theses aims to understand how the “Panfleto” Newspaper, that circulated in Brazil, between february and March of 1964, solidified with the charismatic figure of de Leonel de Moura Brizola, presenting a myth was devoted as a revolutionary, who defended a tough nationalism opposing to any kind of dominant imperialism, mainly by attacking the United States, through the organization of flamed speeches. The “Panfleto” Newspaper presented all the elements to this analysis being a valuable source object both to the research analysis and to the study of the content on its pages that reinforced the existence and formation of “Brizolismo”, which rescued the basic components to its affirmation as an ideology. About Vargas, “Panfleto”, shows the retaken of the Varguistas speeches by a reinterpretation of Brizola, as well as an approach of the physical image of Leonel Brizola with Getúlio Vargas, in order to enable the construction of the Brizolista myth and take possession of strategies used by Vargas, which would meet his interests spreading besides the speeches, pictures in which he presents himself as an authentic representative of Vargas. In the “Panfleto” Newspaper Brizola wrote seven speeches defending the laborism, nationalism and opposing to the American imperialism. Besides Leonel Brizola, other intellectual men, mainly from the PTB left wing, as well as other ones devoted to the “Brizolismo” cause were direct contributors to the texts of “Panfleto” Newspaper, that stopped circulating in March of 1964 after seven published editions. “Panfleto” Newspaper worried many people because it showed a Brizola who proclaimed a nationalism tougher than the Varguista and one with no possibilities of conciliation between the “popular interests” and those desired by a “bourgeoisie”, be interests of national or international order.

Key-words: Pamphlet – brizolismo - nationalism – ideology – myth.

LISTA DE SIGLAS

ALN - Aliança Nacional Libertadora
AP - Ação Popular
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CCC - Commodity Credit Corporation
CEPAL - Comissão de Economia para América Latina
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CIA - Central Intelligence Agency
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA - Companhia Nacional Alcalis
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
EUA - Estados Unidos
FBI - Federal Bureau of Investigation
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FLNV - Frente de Libertação Nacional do Vietnã
FMP - Frente de Mobilização Popular
FPM - Frente Parlamentar Nacional
FRAP - Frente de Ação Popular
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM - Inquérito Policial Militar
ITT - International Telephone & Telegraph Corporation
LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MNR - Movimento Nacional Revolucionário
NATO - North Atlantic Treaty Organization
ONU - Organização das Nações Unidas
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PEI - Política Externa Independente
PL - Partido Libertador
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUA - Pacto da Unidade e Ação
QG - Quartel General
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA - Superintendência para Reforma Agrária
UDN - União Democrática Nacional
UFRJ - Universidade Federal Rio de Janeiro
UNE - União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID - United State Agency for International Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira versão de <i>Panfleto</i> -1947	27
Figura 2 – Capa do jornal <i>Panfleto</i>	28
Figura 3 – Anúncio “colaboração com a imprensa livre”	39
Figura 4 – Recorte publicitário para audição e prestígio da Rádio Mayrink.....	40
Figura 5 – Publicidade de audição e prestígio da Rádio Mayrink Veiga	40
Figura 6 – Financiamento da “verdade” através da Rádio Mayrink Veiga e Editora Panfleto.....	41
Figura 7 – Foto de Getúlio Vargas tomando chimarrão na Fazenda de Itu, sentado na rede, e foto de Leonel Brizola em <i>Panfleto</i>	59
Figura 8 – As brizoletas (dinheiro criado por Brizola).....	80
Figura 9 – Localização das escolinhas do Brizola.....	80
Figura 10 – Ata para formação dos Grupos dos Onze.....	95
Figura 11 – Charge sobre o domínio da terra e as repercussões do decreto do Supra	107
Figura 12 – Charge do governador Lacerda com fósforo Fiat Lux colocando fogo nas favelas do Rio de Janeiro, numa alusão ao descaso do governo para com os favelados	108
Figura 13 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade.....	119
Figura 14 – Charge representativa da repressão do Ibiapema em Belo Horizonte	121
Figura 15 – Carros de luxo importados com incentivos fiscais e revendidos no Brasil.....	123
Figura 16 – San Tiago Dantas: critica a tentativa de fazer uma “Frente Única”	125
Figura 17 – Charge - Os parasitas do petróleo	141
Figura 18 – Funcionários cubanos revistados antes de entrar na Base de Guantanamo	147
Figura 19 – Mapa demonstrando o território vietnamita sob a dominação imperialista dos Estados Unidos	162
Figura 20 – Demonstração da Alcalis e seus produtos e aplicações	165
Figura 21 – “O polvo de mil pernas” – a ação da ITT no mundo	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 <i>PANFLETO</i> - O JORNAL DO HOMEM DA RUA.....	20
1.1 Instabilidade política em 1964.....	20
1.2 Fundação, objetivos e repercussões do jornal <i>Panfleto</i>	24
1.3 Publicidade da Rádio Mayrink Veiga no <i>Panfleto</i>	38
2 DO TRABALHISMO GETULISTA A CONSTRUÇÃO DO BRIZOLISMO	44
2.1 Trabalhismo e populismo getulista.....	44
2.2 Discurso político brizolista e a associação com Vargas	53
2.3 Brizolismo, trabalhismo e populismo.....	61
2.4 Brizolismo: conceitos para esta ideologia	63
2.5 Construção do mito.....	65
3 O GOVERNO GOULART E A PRESSÃO BRIZOLISTA NO <i>PANFLETO</i>	83
3.1 O papel das lideranças políticas no discurso brizolista	83
3.2 Organização e resistência brizolista	87
3.3 Denúncias e pressão do grupo brizolista ao governo Goulart	99
3.4 Goulart e a pressão brizolista.....	103
3.5 Atos e fatos na política e na economia	122
4 BRIZOLISMO: NACIONALISMO E IMPERIALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	135
4.1 A política internacional entre 1961-1964	135
4.2 Discussões sobre petróleo e a Petrobras	138
4.3 Intervenções americanas em Cuba, Chile e Vietnã	145
4.4 A ação das multinacionais	162
4.5 <i>The Guardian</i> e o <i>Panfleto</i> : a morte do presidente Kennedy	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
FONTES DE PESQUISA.....	177
REFERÊNCIAS	178

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a conclusão do curso de doutorado do Programa da Pós-Graduação em História, trata do estudo sobre o jornal *Panfleto* e a construção do brizolismo. O interesse pelo estudo desta temática, surgiu com a escolha do tema para a dissertação de mestrado realizado na Universidade de Passo Fundo (UPF), a qual foi publicada com o título de *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. O estudo possibilitou, através de análise de documentos e depoimentos orais, a busca pelo jornal *Panfleto*, o qual representava, até aqueles dias, uma leitura proibida, algo maldito, mas presente na memória dos brizolistas entrevistados e descrito nos documentos como um emissário do pensamento de Leonel Brizola sobre os aspectos que marcavam, sobretudo, a economia e a política dos anos de 1964.

Entretanto, mesmo nos empenhando muito, não conseguimos encontrar o periódico no Rio Grande do Sul. Assim, em diversas viagens de estudos ao Rio de Janeiro, realizando entrevistas, visitas a rádios e jornais, arquivos, museus e bibliotecas, finalmente encontramos as sete edições do jornal *Panfleto* na Fundação Alberto Pasqualini-FAP. Este trabalho teve a duração de três anos entre pesquisas, análise, conversa com o orientador, *e-mails*, qualificação, mudanças e novos rumos nos capítulos e, até mesmo, acirradas querelas com o orientador, que não se dobrava ao nosso pensamento e argumentava até à exaustão o quanto tínhamos de reconstruir o texto, refazer páginas, observar a escrita, reorientar a análise realizada. Enfim, os termos “deleta isto” e “insere aquilo” permearam este estudo até a finalização e a concretização em um texto capaz de mostrar uma tese efetivamente construída com fundamento e rigor científico.

Esta tese tem por objetivo entender o papel político do jornal que fomentou a construção do brizolismo ideologia que tomou vulto no corpo social por apresentar à sociedade idéias já existentes anteriormente, bem como conceitos presentes e aceitos no varguismo trabalhista e populista. Assim, o brizolismo continuaria a defendê-las e apresentaria um componente mais convincente, que foi o estabelecimento de um nacionalismo mais acirrado e sem nenhuma possibilidade de conciliação entre os “interesses populares” e os desejados pela “burguesia”.

Assim, o Brizolismo em *Panfleto* apresenta três aspectos importantes para reflexão: ideologia, mito e carisma. Quanto à ideologia, buscamos em Ciro Marcondes Filho a explicação de que, na sociedade, as instituições materializam as ideologias que querem ver reproduzidas, servindo para reforçá-las e sendo conhecidas como “unidades de reprodução simbólica”. Algumas ideologias são mais reproduzidas que outras e ganham a ajuda muitas vezes da propaganda, falada ou escrita, sendo divulgadas pelas instituições sociais, ou seja, pelas unidades de reprodução simbólicas. Assim, o poder pode reforçar idéias, ou reprimir, inibir, fazer silenciar outras. As pessoas são influenciadas na sociedade por diversas ideologias elaboradas para ocupar lugar em suas mentes. É óbvio que há as que não conseguem distinguir ou adotar uma ideologia, pois, diante de um conflito ideológico, algumas ideologias apresentam mais força que outras na defesa ou apresentação de idéias ou posturas. Cabe, é claro, a cada indivíduo avaliar se essas idéias são dominantes, descartando-as ou aceitando-as.¹

A ideologia também surge como forma de afirmação de um modelo político, carregada de simbolismos referenciados em épocas passadas, bem como estabelece uma relação de dominação e mobilização das forças sociais. Thompson escreve: “[...] proponho conceituar ideologia em termos das maneiras como o sentido mobilizado pelas forças simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação [...]”.² O autor trabalha outros elementos que ajudam a entender o conceito de ideologia e, neste estudo específico, podem ser vinculados com o brizolismo. Ainda Thompson trabalha as formas simbólicas, que na opinião do autor seriam ações e falas produzidas por sujeitos reconhecidos por eles e outros como construções significativas. O autor refere o aspecto contextual, visto que as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos e processos socialmente estruturados, e, por fim, a localização das pessoas e as qualificações associadas a essas posições num campo social ou numa instituição, as quais dotam o indivíduo de diferentes graus de poder.

Quanto à construção do mito nos apoiamos nos estudos de Eliade, a qual lembra que o mito “restringe” o comportamento do grupo limitado em seus hábitos, costumes, enfim, modos de agir. Nessa perspectiva, “[...] determina um número variado de comportamentos sociais, tendo como regras essenciais estabelecer a ordem social e natural e manter a coesão do grupo [...]”.³

¹ MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia*. 9. ed. São Paulo: Global. 1997 p. 45. Ver mais sobre ideologia em ZIZEK, Slavoj et al. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

² THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Vozes. Petrópolis. 1995. p. 76.

³ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 16.

Os mitos históricos antropomorfizam a história ao transformarem heróis, individuais ou coletivos, em protagonistas e agentes propulsores do mundo social – origem dos povos, invenções científicas, relações sociais, etc. Repetidos através dos tempos, os mitos constroem-se comumente a partir dos fatos históricos, por meio da reelaboração da imaginação social, permitindo que o realmente ocorrido seja manipulado em sentido épico pela ocultação de realidades que não é de interesse que sejam conhecidas.

Berthes apresenta uma discussão importante quando afirma que “os homens não mantêm com o mito relações de verdade, mas, sim, de utilização: despoiam-nos segundo as suas necessidades”.⁴ Para Owem Mussolini, o título de herói – e aqui nos apropriamos dele para utilizá-lo como definição de mito – é “dado a homens que se distinguiram por suas excepcionais façanhas, sua força descomunal ou suas obras em favor de seus concidadãos. Frequentemente, depois de sua morte, eram colocados entre os deuses e recebiam as mesmas honrarias”.⁵ Com o passar dos anos, os mitos podem ser esquecidos subalternizados, reelaborados, reinterpretados segundo as necessidades sociais mais profundas.⁶

No que tange ao poder carismático e aqui associado com Brizola, recorreremos, principalmente, ao estudo de Weber, o qual escreve: “[...] para que os dominados obedeçam é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima”.⁷ Nessa concepção de autoridade tida como legítima, Weber trabalha o conceito de dominação carismática:

A dominação carismática é um tipo de apelo que se opõe às bases da legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido na sociedade em que atua. Para que se estabeleça uma autoridade desse tipo, é necessário que o apelo do líder seja considerado como legítimo pelos seus seguidores, os quais estabelecem com ele uma lealdade do tipo pessoal.⁸

Brizola possuía o carisma de manter uma relação legítima com seus seguidores, bem como uma lealdade pessoal. Essa lealdade pessoal iria prevalecer em todos os apelos que Brizola, fazia com veemência, “no sentido de defesa dos interesses do país”, como no

⁴ BARTHES, Roland. *Mitologias*. 3. ed. Trad. de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Difel 1978. p. 164.

⁵ MUSSOLINI, Owem Ranieri. *Dicionário das mitologias greco-romana e etrusca*. [s. l.]: Enigmística Moderna, [s.d.], p. 158.

⁶ FINLEY, Moses I. *O uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 6.

⁷ WEBER, Max. *Textos selecionados*. Seleção e tradução de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1980 p. XXII. (Os Pensadores).

⁸ WEBER, *Textos selecionados*, p. XXII.

chamamento pela Rádio Mayrink Veiga para a formação dos *Grupos dos Onze*,⁹ com os quais se prepararia a defesa do Brasil através da luta.

Assim, nesta tese, abordaremos o trabalhismo getulista pautado nas leis do trabalho e no populismo, confrontando-o com o trabalhismo brizolista, que faz a defesa do trabalhismo getulista em discursos com ênfase na figura e nas práticas getulistas e a defesa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mantendo vivo o mito getulista, apoiando e revivendo seus discursos. Observaremos se o trabalhismo brizolista procurou realizar ações marcantes na história como o trabalhismo varguista e se Brizola manteve a intenção varguista de ajudar a classe trabalhadora, defendendo-a com discursos enfáticos. Propomo-nos a apresentar que o brizolismo pode ser ideologicamente definido como idéias e discursos proferidos por Leonel Brizola, numa reinvenção da tradição trabalhista, tendo sido seguido/aceito e sustentado pela imprensa escrita e falada e por pessoas diretamente ligadas ao trabalhismo e ao PTB. No entanto, não podemos descartar a presença do mito brizolista e sua construção, a qual está ligada à trajetória de vida e política de Leonel Brizola, porém apoiada por militantes do PTB varguista, bem como por descendentes destes militantes. Este mito também é reforçado por idéias, discursos, posturas passadas pela divulgação em mídia escrita e falada. Mostraremos que o mito brizolista está presente em textos, artigos e livros escritos por autores brizolistas e outros que se dedicam ao estudo da trajetória de Leonel de Moura Brizola, numa leitura do seu poder carismático que acompanhou sua trajetória de vida e permanece mesmo após seu falecimento.

Analisaremos o *Panfleto – O jornal do homem da rua*, o qual começou a circular com seu primeiro número em 17 de fevereiro de 1964, redigido e impresso no Rio de Janeiro e distribuído para todo o território nacional. O jornal faz uma referência à fidelidade na notícia, apresenta-se como a “ovelha negra” do jornalismo, em razão do perfil que iria assumir durante sua existência e, também, da independência financeira que pretendia ter, para, assim, poder ser autônomo na divulgação da matéria. Não possuindo anunciantes, não teria por que ter um comportamento sutil diante de situações em que denúncias a pessoas ou grupos deveriam ser realizadas. O jornal ainda se caracterizava como um porta-voz da ala esquerda do PTB, servindo de veículo para a divulgação das idéias brizolistas.

O *Panfleto* foi um jornal carioca semanal, fundado em 17 de fevereiro de 1964 e extinto em 30 de março do mesmo ano, depois de publicados apenas sete números. A Frente de Mobilização Popular (FMP), organizada para coordenar as atividades dos diversos grupos

⁹ Ver SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. UPF. Passo Fundo. 2003.

políticos favoráveis às reformas de base, lançou em fins de 1963 um manifesto criticando o presidente João Goulart por sua *política de conciliação* com os grupos conservadores. Este manifesto conclamava, igualmente, as forças populares a pressionarem o presidente da República para que promovesse a imediata recomposição do governo e executasse as reformas desejadas.

Nesse contexto, tornou-se necessária a criação de um órgão de divulgação, porta-voz do movimento. Coube a Paulo Schilling, então secretário da FMP organizar o novo jornal, que se chamaria *Panfleteo*. Schilling observa: “Pelos microfones da rádio Mayrink Veiga, Brizola predicava com crescente intensidade e poder de convencimento as medidas que considerava necessárias à libertação do país e do povo”.¹⁰

As primeiras negociações giraram justamente em torno desse título, que pertencia o antigo periódico de Lourival Coutinho, pois o jornal *Panfleteo* já circulava em 1947; em 1964 encontrava-se nas mãos de Epitácio Cão. A Editora Panfleteo¹¹ Ltda. tinha como diretor-presidente J. Maia Neto e, como diretor secretário, Epitácio Cão, e situava-se na rua Senador Dantas, 117, na Guanabara. Seu superintendente Paulo R. Schilling e o diretor responsável, Max da Costa Santos, cujo secretário era Tarso de Castro; ocupava o cargo de gerente Luis Carlos Coelho. O segundo passo foi a organização do quadro de redatores, que contou com os nomes de Tarso de Castro, José Silveira, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Demistocles Batista, Fernando Gabeira, Sérgio Magalhães, Adão Pereira Nunes, Paulo Alberto Monteiro de Barros e Álvaro Vieira Pinto.

Nos recortes publicitários divulgados no *Panfleteo* os assuntos estavam interligados com os programas da Rádio Mayrink Veiga, que era a sede da resistência pregada por Brizola o qual defendia que deveria existir para levar informações e cultura ao homem da rua e, dessa forma, organizar os movimentos de resistência ao imperialismo e aos atos do governo Goulart que não condiziam com a vontade dos brasileiros, muito menos com as aspirações da ala esquerda do PTB.

Na ocasião do lançamento, em 1964, o *Panfleteo* defrontou-se com algumas dificuldades, pois não possuía anunciantes e sua única fonte de renda era a venda avulsa. Sobre isso, Lamarão explica:

¹⁰ SCHILLING, Paulo. Como se coloca à direita no poder, p. 228.

¹¹ Jornal *Panfleteo*, 1. ed., p. 32.

A situação para a ampliação das vendas foi a utilização dos Grupos dos Onze” organização criada sob a inspiração de Leonel Brizola, composta de elementos que através de cartas se ofereciam ao deputado petebista para prestar alguma colaboração, esses grupos foram utilizados na divulgação de Panfleto e na coleta de novas assinaturas. O resultado da unidade foi surpreendente, e em menos de um mês o jornal passou de uma tiragem inicial de 70.000 para 200.000 exemplares.¹²

Como vemos, o *Panfleteo* reconhecia as dificuldades que enfrentava diante da economia então vigente, que estava voltada a interesses internacionais, mas buscava na força popular e nos movimentos o apoio de que precisava para a luta de esclarecimento à população, destacando os acontecimentos culturais, sociais, políticos, econômicos de 1964. Ao referir “o homem da rua”, o interesse era atingir a população mais humilde e segmentos sociais que apoiassem o cunho político do jornal, buscando uma inclusão social através do acesso à notícia. Ao mesmo tempo, preparavam-se os brasileiros e instituições civis e militares para a união na defesa de interesses das “minorias desprivilegiadas”. Dessa forma, o jornal expressava:

PANFLETO proclama a completa falência das estruturas sociais arcaicas e enfileira-se entre os que preconizam a necessidade de imediatas reformas de base; nega, à minoria oligárquica que domina a política brasileira, o direito de excluir da comunhão nacional os analfabetos, os soldados e os marinheiros; assume, desde logo, uma posição legalista, mas não se conforma com a cristalização das leis, que as transforma em obstáculos intransponíveis ao progresso e até em arma anti-popular – a Constituição pode e deve ser dinâmica, incorporando constantemente as reivindicações populares. No campo da luta anti-imperialista a posição de PANFLETO será clara e objetiva: Guerra sem quartel aos trustes internacionais que saqueiam nossa Pátria; denúncia permanente do imperialismo, quer sob as formas brutais do colonialismo, quer sob as camufladas, como capitais estrangeiros de rapina e auxílios do tipo “Aliança para o Progresso”; apoio à luta de emancipação de todos os povos.¹³

Ao nos propormos um estudo do envolvimento da imprensa com um movimento político, realizamos uma revisão teórica de autores que fazem análises sobre a comunicação e a influência dos meios de comunicação nas questões políticas, expondo alternativas a esta discussão, que volta novamente no campo da historiografia, e traçando um panorama acerca do “político”. Nesse contexto, além do jornal *Panfleteo*, surge o rádio, enfatizando-se aqui a Rádio Mayrink Veiga, a qual passou a existir na década de 1930. A Mayrink Veiga foi a emissora que sustentou as idéias brizolista, no período, cuja publicidade está explícita em todas as edições do jornal *Panfleteo*. Leonel Brizola, enquanto deputado pela Guanabara,

¹² BELOELS, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense 1984, p. 2482.

¹³ *Panfleteo*-O jornal do homem da rua. Rio de Janeiro, 17 fev. 1964, n. 1.

utilizou a Rádio Mayrink Veiga para fazer seus discursos em 1963-1964, nos quais pregava a organização popular no programa *Rede do Esclarecimento*, entre outras ações políticas atreladas à existência do jornal.

Ainda, é de suma importância analisar o discurso político brizolista e a associação com Vargas. Em nenhum momento de sua carreira política Brizola deixaria de mencionar Vargas, ou, até mesmo, de se comparar a Vargas no discurso e na imagem. Assim, o interdiscurso no *Panfleto* será discutido como uma prática do brizolismo. Destacaremos e analisaremos os principais textos escritos por Leonel Brizola no jornal, entre eles “A Carta de Vargas”, expressando a importância do nacionalismo e do trabalhismo; retomando o discurso de Vargas e seu papel na história do trabalhismo, enfim, deixando claro seu papel de seguidor de Vargas e líder autêntico do trabalhismo. Neste discurso Brizola faz sua associação com Vargas tanto na defesa dos interesses nacionalistas como na própria imagem pessoal. Num segundo texto, “O papel das lideranças políticas”, Brizola prega a resistência dos políticos ao que denominava de “Clube Amável da Política”, opondo-se à política de conciliação e posicionando-se ao lado dos brasileiros.

O brizolismo em sua prática, também pregou a resistência e organização das instituições civis, que eram convocadas a se organizar e resistir à política do período através do *Panfleto*. Como coligação de resistência surgiram os *Grupos dos Onze*. Outras instituições civis formalizadas que apoiavam a ideologia brizolista foram a União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Sargentos e Marinheiros.

Apresentamos textos que tratam da pressão ao governo Goulart. Os discursos políticos no jornal *Panfleto* mostram a fraqueza do governo Goulart e enaltecem Brizola, o qual fala citando Vargas. Esta prática estaria presente no comício de 13 de março de 1964, quando no *Panfleto* Brizola recebeu aplausos, porém percebemos certo descaso para com o presidente Goulart. No jornal Brizola deixa clara a cobrança sobre as posturas de Goulart, pois os brasileiros tinham lutado na Campanha da Legalidade e Goulart teria de respaldar essas lutas. Neste terceiro capítulo o intuito é fazer também uma análise dos discursos de outros colonistas apoiadores da causa brizolista, como Neiva Moreira e Paulo Schilling, a fim de evidenciar a presença brizolista no jornal ora referido.

Além dos temas já abordados, incluímos na presente tese textos sobre os atos e fatos na política e na economia. Assim, a política econômica nacional e a internacional estarão presentes na análise para um entendimento da presença brizolista neste aspecto. Entrará na análise proposta o esquema “Santiago Dantas”, com a criação da Frente de Mobilização Popular, bem como analisamos o texto de Paulo Schilling “O pão do diabo: negociata e crime

de lesa-pátria nos acordos do trigo” e outros artigos sobre o assunto. Destacaremos noticiários e opiniões sobre a política e a economia interna e externa redigidos no *Panfleto*, apresentando a prática brizolista de defesa do nacionalismo nos moldes varguista.

Também optamos para analisar a visão brizolista da defesa do nacionalismo e a postura contrária às ações imperialistas. A defesa do nacionalismo e a oposição ao imperialismo caracterizavam a ideologia brizolista nas relações internacionais do Brasil entre 1961-1964. Assim, discutiremos a Política Externa Independente (PEI) e daremos ênfase às matérias divulgadas no *Panfleto* sobre ataques ao nacionalismo brasileiro e a intervenção nas soberanias de países como Cuba, Chile e Vietnã. Abordaremos as ações das multinacionais e seus complexos a fim de controlar sistemas de informação ou produção de energia, como o caso da Petrobras e da Álcalis. Não poderíamos deixar de trabalhar a matéria sobre o assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, matéria que o *Panfleto* reproduziu a pedido do jornal independente *The Guardian*, onde aparecem evidências, conforme a súmula escrita por Mark Lane, do envolvimento da Central Intelligence Agency (CIA) e do Federal Bureau of Investigation (FBI) no fato. Para o brizolismo, este fato era importante porque os americanos teriam um postura de defesa de seus interesses econômicos externos e Kennedy estaria, de certa forma, entrvando esta política ao se opor por exemplo, à intervenção militar no Vietnã. Essas leituras e análises do brizolismo e sua postura antiimperialista e de defesa do nacionalismo serão importantes para o entendimento do elemento-chave do nosso estudo, que é o diferencial entre o trabalhismo varguista e o trabalhismo brizolismo: um nacionalismo mais acirrado, sem nenhuma possibilidade de conciliação entre os “interesses populares” e os desejados pela “burguesia”, fossem nacionais, fossem internacionais.

Para esta pesquisa coletamos, juntamos de forma sistemática e classificamos as fontes relevantes, examinando seu potencial informativo, que estará relacionado com o questionamento histórico e com o estabelecimento de hipóteses sobre o passado ainda existente, o qual será submetido ao critério de controle e concretização empírica. Dentro da pesquisa histórica, em se tratando de metodologia, levamos em conta a crítica na análise dos fatos históricos do passado, considerando a verdade da ação humana. Metodologicamente, trabalhamos com um processo de interpretação. Aqui nos valem da crítica das fontes das quais coletamos as experiências do passado e que foram evidenciadas pelo questionamento histórico observando que todos os passos examinados devem ser explicados, levando-se em consideração sua perspectiva teórica, suas condições e suas conseqüências.

Iniciamos esta tese coletando materiais relevantes à pesquisa, como documentos, fotografias, artigos de jornais, etc. em diferentes espaços, desde fontes particulares às

públicas. Classificar, examinar e confrontar documentos considerados importantes possibilita dar respostas às hipóteses formuladas. É um processo que não é efetuado somente uma vez, mas diversas, inclusive com documentos que, a princípio, não seriam necessários, mas que se mostram fontes importantíssimas no decorrer da pesquisa.

No caso da pesquisa ora apresentada, realizamos uma séria crítica a toda a documentação a que tivermos acesso, começando pelo levantamento de todas as fontes disponíveis. Também investigamos documentos e discursos em arquivos das Assembléias Estaduais, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas - (FGV), no Arquivo Nacional (fitas K7 dos programas veiculados pela rádio e documentação da Rádio Mayrink Veiga), nos arquivos do Estado do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, no Arquivo da Fundação Alberto Pasqualini (FAP); também no Rio de Janeiro encontramos a coletânea do jornal *Panfleto*, que constitui objeto de análise e fonte desta pesquisa. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura em Porto Alegre, catalogamos informações referentes ao período de 1964 sobre prisões políticas ou dados que possibilitassem o estudo dos fatos em nível estadual. Outro recurso que utilizamos foi internet, ferramenta ora disponível que auxilia pela economia do tempo e de recursos financeiros.

São de fundamental importância para a busca de informações jornais e revistas do período delimitado para o estudo. Aqui citamos a revista *O Cruzeiro*, o *Jornal do PTB*, *Zero Hora*, bem como outras fontes escritas que tratam do assunto através de reportagens históricas. Também resgatamos IPMs na Justiça Militar Federal localizada em várias capitais ou nos arquivos particulares de advogados que se dedicaram aos processos indenizatórios referentes às perseguições políticas ocorridas no período do regime militar. Neles pudemos observar e analisar os fatos na coleta de depoimentos referentes ao período em estudo.

Localizamos também nos arquivos pessoais e na história oral dados relevantes à pesquisa. Nesse sentido, são importantes os contatos com o professor Paulo Camargo (RJ), o escritor Moniz Bandeira¹⁴ (Alemanha), o locutor da Rádio Nacional (RJ) Gerdau Renner, os quais nos ajudaram a clarear os dados armazenados nos arquivos públicos. Por fim, servimo-nos da história oral, cujos depoimentos servirão para dar ênfase ao objeto de estudo, buscando na memória dados históricos importantes sobre a ação humana no passado. No caso da pesquisa “O jornal ‘*Panfleto*’ e a construção do brizolismo,” muitos documentos poderão ser

¹⁴ BANDEIRA, Moniz. Entrevista feita por Elenice Szatkoski entre 26/12/2003 e 12/01/2004 através do e-mail: Moniz-Bandeira@t-online.de

confrontados para apurar a veracidade da ação humana, pois encontramos e registramos depoimentos de pessoas que viveram o processo. Com esse material em mãos, partimos para a última etapa, que é a interpretação criteriosa da documentação coletada, das fontes e da crítica que fomos capazes de realizar. Assim, apropriando-nos de toda a rede de possibilidades que a história, nas mais variadas dimensões, oferece, em termos teóricos metodológicos, aprofundamos este estudo pautado no jornal *Panflete* e na construção do brizolismo.

Esta pesquisa resultou no aparelhamento de quatro capítulos e aqui apresentamos um comentário de cada um deles para a apreciação dos leitores. No primeiro capítulo empreendemos um estudo do jornal *Panflete – O Jornal do homem da rua*, como era denominado, sua fundação, objetivos, repercussões. Também estabelecemos um vínculo entre a publicidade feita no jornal *Panflete* e a Rádio Mayrink Veiga.

Neste texto, apresentamos no segundo capítulo um estudo sobre o trabalhismo e populismo getulista ponderando os discursos políticos de Brizola no jornal *Panflete*, bem como a sua associação com Getúlio Vargas. Abordamos a construção do brizolismo, relacionando-o com o trabalhismo e o populismo e extraindo um conceito de ideologia para o brizolismo e a construção do mito brizolista na sociedade.

Seguindo no terceiro capítulo, analisamos a pressão do grupo brizolista sob o governo Goulart, o papel das lideranças políticas, da organização e resistência brizolista, bem como o envolvimento de denúncias e o debate sobre a fraqueza do governo populista de João Goulart; por fim, discussões sobre os atos e fatos da política e da economia brasileira no período de 1964 destacadas no jornal *Panflete*.

Concluindo, no quarto e último capítulo, analisamos as matérias contidas no jornal *Panflete*, as quais mostram a postura brizolista diante da defesa do nacionalismo e do imperialismo nas relações internacionais. Destacamos matérias como as questões pertinentes à energia, como o petróleo, as intervenções norte-americanas em Cuba, Chile e Vietnã, as ações das multinacionais no controle do comércio e da economia dos países subdesenvolvidos e a ação da CIA e do FBI, quando do assassinato do presidente Kennedy.

1 PANFLETO - O JORNAL DO HOMEM DA RUA

1.1 Instabilidade política em 1964

A instabilidade política em 1964 foram muito profundas, de cunho ideológico e estavam arraigadas no país desde o final do século XIX. Sabe-se que o golpe militar começou a ocorrer em 1954 (ou até mesmo antes), quando a situação de Vargas tornou-se insustentável em virtude dos escândalos sucessivos ocorridos durante seu governo, além das sabotagens de grupos interessados em desestabilizar o Brasil política e economicamente.

Nesse sentido, houve um movimento político-militar conservador descontente com os direitos e avanços garantidos aos trabalhadores brasileiros por Getúlio Vargas, aliados a empresários proprietários ou sócios de multinacionais, que defendiam os interesses econômicos de nações poderosas, entre essas os Estados Unidos, que viam o desenvolvimento de grandes indústrias brasileiras, como a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional, como possível causa de desestabilização do seu poderio econômico na América do Sul. Esse movimento objetivava derrubar o presidente o qual abafou o golpe terminando com sua própria vida. A repercussão da carta-testamento de Getúlio Vargas levou a que o golpe fosse contido, mas não o evitou o retorno da política varguista ao poder com os herdeiros políticos de Vargas.

Em 1955, as mesmas forças tentaram impedir as eleições por meio de um novo golpe. A tentativa, porém, foi frustrada pela ação do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que garantiu as eleições e a posterior posse de Juscelino Kubitschek, o qual continuou a desenvolver a indústria brasileira tentando modernizar o parque industrial, com a conhecida política dos “cinquenta anos em cinco”.

No entanto, em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, numa tentativa infrutífera do que supostamente pretendia ser um autogolpe, subiria ao poder o vice-presidente João Goulart, o que, de certa forma, gerou descontentamento entre segmentos contrários ao populismo de Vargas.

Goulart, sucessor político de Getúlio Vargas e cunhado de Leonel Brizola, defendia a realização de reformas de base no Brasil, incluindo a reforma agrária. Novamente os mesmos setores que, haviam tramado o golpe de 1954 tentaram impedir Goulart de tomar posse. Jango, porém, após um acordo político aceitando o estabelecimento do regime parlamentarista no país, assumiu o Estado brasileiro, tornando-se chefe de Estado, mas não chefe do governo.

Em 1962, forças políticas, tanto de esquerda como de direita, descontentes com os rumos que o parlamentarismo brasileiro tomava, exigiram a realização de um plebiscito para a escolha da forma de governo: parlamentarismo ou presidencialismo. Os eleitores escolheram o presidencialismo, e Goulart começou a governar tentando conciliar os seus interesses ideológicos mais ligados à esquerda com os interesses dos conservadores, mais à direita.

Entretanto, em razão da demora em implantar as reformas de base, os grupos de esquerda, inclusive dentro do próprio PTB, começaram a se afastar do governo e passaram a atuar em protestos reivindicativos. Iniciando-se assim uma aceleração da inflação, as medidas econômicas do governo foram duramente atacadas pelos grupos mais à esquerda, pois viam nestas a continuação de uma política que combatiam. À esquerda, então, iniciou os movimentos de greves, comandadas pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT), o que repercutia mal nos setores patronais.

No Brasil era o período de eleições estaduais. Kennedy, presidente norte-americano, interferindo diretamente na política interna brasileira, ordenou o financiamento das campanhas dos governos estaduais em candidatos contrários a Jango. Segundo o ex-agente da Central Intelligence Agency (CIA) Philip Agee, os fundos provenientes de fontes estrangeiras foram utilizados na campanha de oito candidatos aos governos dos 11 estados onde houve eleições, em apoio a 15 candidatos ao Senado, a 250 candidatos à Câmara e a mais de quinhentos candidatos às Assembléias Legislativas. Foi doado dinheiro para o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e para a viabilização econômica do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), com a finalidade de desestabilizar o governo brasileiro. Como a bancada de esquerda aumentou, as doações de campanha resultaram numa Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual apurou que as doações provinham dos bancos Royal Bank of Canada, Bank of Boston e First National City Bank.

Leonel Brizola, de forma abrupta, estatizou as companhias telefônica e de energia elétrica do Rio Grande do Sul. O motivo por ele alegado foi que tais empresas promoviam *dumping*, causando falência de pequenas empresas de geração elétrica e telecomunicações gaúchas. As empresas encampadas pertenciam a grupos norte-americanos, criando-se dessa forma, um clima tenso entre Brasil e Estados Unidos.

Em seqüência, Brizola denunciou a corrupção ocorrida no acordo de indenização feito com as multinacionais norte-americanas, antigas proprietárias das companhias do Rio Grande do Sul. O ministério, em virtude da corrupção comprovada, foi demitido e o acordo de indenização foi suspenso. Essa medida desagradou aos empresários e governantes dos Estados Unidos, que protestaram contra o governo brasileiro.

Ao mesmo tempo em que houve o escândalo da corrupção de funcionários de alto escalão do governo brasileiro e empresários norte-americanos, iniciou-se o movimento dos sargentos ideologicamente ligados a Brizola, que pleiteavam o direito de ser eleitos, pois posses haviam sido impedidas pelo Supremo Tribunal Federal. Também na mesma época, emergiu um movimento estudantil de orientação esquerdista, que realizava protestos e quebra-quebras nas ruas. Todos os eventos geraram um mal-estar entre a classe média brasileira, bombardeada pelos meios de comunicação e pela imprensa com a idéia de que o Brasil estaria prestes a um golpe de estado e da implantação do comunismo semelhante ao soviético ou chinês.

Brizola ainda criou o movimento dos "grupos dos onze", que consistia na organização popular em grupos de onze pessoas para fiscalizar parlamentares e militares (já prevendo tentativas de golpes) e pressionar o governo e o Congresso pelas reformas de base, bem como numa forma de luta armada, ativista, em oposição a uma "política imperialista", que não expressava os "interesses da população", bem como de afirmação do mito brizolista.

Os políticos do Partido Social Democrático (PSD), mais conservadores, temendo uma radicalização à esquerda, deixaram de apoiar o governo, tornando a situação política de Goulart insustentável, já que ele não tinha apoio total do PTB, nem dos comunistas para governar de forma conciliatória. Ainda, a União Democrática Nacional (UDN) e o PSD temiam pelo crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), visto que Leonel Brizola era o favorito para as eleições presidenciais que aconteceriam. Brizola já tinha seu *slogan* – "Cunhado não é parente! Brizola presidente!" –, criado em razão de seu vínculo familiar com Jango, seu cunhado. Conforme a Constituição, esse vínculo impedia Brizola de ser candidato a presidente, bem como a reeleição de Jango; por isso, pregava-se com muita ênfase a reforma constitucional nesse período.

A imprensa iniciou uma campanha através de informes publicitários (publicidade paga) dizendo que Jango estaria partindo para o radicalismo ideológico, o que levaria o Brasil para um golpe de Estado, com a implantação de um regime político nos moldes de Cuba e China. Por causa dos eventos ocorridos e da campanha maciça no rádio, cinema, imprensa, televisão sobre o perigo comunista, representado por Jango (um dos maiores latifundiários do Brasil), a opinião pública, representada pela classe média é orientada pelo Ipes começou a se mobilizar.

Os Estados Unidos desde 1961 estavam fomentando o golpe, por intermédio dos militares brasileiros (que estavam descontentes desde 1954), com respaldo político e econômico das forças da UDN, lideradas por Carlos Lacerda. Este já havia sugerido uma

intervenção norte-americana na política brasileira em manifestações na imprensa nacional e internacional, causando uma crise política com os ministros militares que solicitaram o estado de sítio ao Congresso e a prisão de Lacerda. O estado de sítio foi recusado pelo Congresso Nacional em razão de a esquerda suspeitar que fosse uma armadilha dos militares para prender os líderes de esquerda, como Brizola e Miguel Arraes.

O movimento dos sargentos e a revolta dos marinheiros, liderados pelo Cabo Anselmo (que foi acusado ter sido supostamente um agente da CIA infiltrado, conforme denúncias do Partido Comunista Brasileiro em 1963 e relatos posteriores), legitimavam o golpe militar contra a "quebra de hierarquia".

O governador mineiro, o banqueiro Magalhães Pinto, segundo Waldir Pires, tramava o golpe com Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos, tendo sido, inclusive, levantada a possibilidade de Minas Gerais declarar independência em relação ao Brasil, que seria prontamente reconhecido. Conforme relatado posteriormente, houve grande influência também do adido militar, coronel Vernon Walters.

O comício de Goulart e Brizola na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, foi a chave para dar início ao golpe. Nessa ocasião, Brizola e Goulart anunciaram as reformas de base, incluindo um plebiscito pela convocação de nova Constituinte, a reforma agrária (com a desapropriação de terrenos às margens das rodovias) e a nacionalização das refinarias de petróleo estrangeiras.

Também a UDN e o PSD temiam pelo crescimento do PTB, já que Leonel Brizola era o favorito para as eleições presidenciais que aconteceriam. Sabendo que o povo apoiaria em massa o projeto, a aliança político-militar (UDN - militares golpistas), mais o governo norte-americano deflagrou o golpe.

Lideradas por um capelão americano, padre Patrick Peyton, enviado ao Brasil para provocar a mobilização popular contra o governo, começou a "Marcha da família com Deus pela Liberdade" para dar legitimidade ao golpe. A mobilização foi respaldada por Adhemar de Barros e Carlos Lacerda.

Os militares, juntamente com os políticos, organizavam a derrubada de Goulart com o apoio da classe média. A Marcha da Família teve o apoio dos grandes empresários, que fecharam suas empresas em horário comercial e transportaram as pessoas para a manifestação. Destacando a participação militar, Rouquié escreve:

O Brasil, com o processo intervencionista de 1964 e a conseqüente derrubada do governo constitucional de João Goulart, deu início ao ciclo militarista, que entrou pelos anos de 1980. No caso brasileiro, especificamente, muito embora queiram delimitar a entrada dos militares no processo político a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como atores políticos atuantes. Assim foi em 1889, com a proclamação da república, mediante um golpe articulado por Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e a mocidade militar, liderada por Benjamim Constant e, assim continuou sendo, em 1930, com a derrubada da República oligárquica, que permitiu a instauração da ditadura do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Mas foram também os militares que participaram do processo de estabelecer um regime democrático, que vigorou de 1945 a 1964, e garantiram a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, abortando um golpe preparado por setores das forças armadas.¹⁵

Dessa forma, os militares brasileiros não agiam sozinhos, principalmente em 1964, como os arquivos do governo de Lindon Johnson comprovariam vinte anos mais tarde, pois organizou-se uma operação militar, chamada Brother Sam, para atuar no Brasil. Somente em 1962 quase cinco mil cidadãos norte-americanos entraram no país. A estratégia seria do confronto: a frente de mobilização popular. Além disso, o golpe de 1964 foi desencadeado com forte contingente armado postado no Porto de Vitória, com instruções de marchar sobre Belo Horizonte. A Operação Brother Sam objetivava abastecer com combustível e armas a *Operação Popeye* desencadeada pelos militares brasileiros.

A Frota do Caribe, liderada pelo porta-aviões nuclear americano armado com bombas atômicas Forrester foi enviada à costa brasileira e ficou próxima do porto de Vitória – Espírito Santo, aguardando ordens. Estava, assim, iniciado o golpe militar de 1º de abril de 1964.

1.2 Fundação, objetivos e repercussões do jornal *Panfleto*

Nesse período de instabilidade política, Leonel Brizola buscou na imprensa escrita e falada a oportunidade de se manifestar sobre as questões políticas e econômicas tanto de cunho nacional como internacional, no intuito de informar os brasileiros sobre a situação política de 1963 e 1964, bem como reafirmar o brizolismo. É nessa perspectiva que trabalhamos a construção do brizolismo no jornal *Panfleto*, analisando neste os discursos de Leonel Brizola e a sua ligação com o varguismo.

¹⁵ ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1984, p. 327.

Para a reabertura do jornal *Panfleto*, em 1964, o qual atenderia às aspirações brizolistas, as primeiras negociações giraram justamente em torno do título *Panfleto*, pois, já existente, pertencia ao antigo periódico de Lourival Coutinho¹⁶ e, na época, encontrava-se nas mãos de Epitácio Caó¹⁷.

Reorganizar o tablóide fazia-se extremamente necessário porque a Frente de Mobilização Popular (FMP), organizada para coordenar as atividades dos diversos grupos políticos favoráveis às reformas de base, lançara em fins de 1963, um manifesto criticando o presidente João Goulart por sua “política de conciliação” com os grupos conservadores. O documento conclamava, igualmente, as forças populares a pressionarem o presidente da República para que promovesse a imediata recomposição do governo e executasse as reformas desejadas.

Nesse contexto, tornou-se necessária a criação de um órgão de divulgação como porta-voz do movimento. Coube a Paulo Schilling, então secretário da FMP, organizar o novo jornal, que se chamaria *Panfleto*. Schilling, além de organizá-lo, observou também o poder de comunicação que agregaria o jornal e assim citou a Rádio Mayrink Veiga: “Pelos microfones da rádio Mayrink Veiga, Brizola predicava com crescente intensidade e poder de convencimento as medidas que considerava necessárias à libertação do país e do povo”.¹⁸

A Editora Panfleto¹⁹ Ltda teve como diretor-presidente Maia Neto²⁰ e, como diretor-secretário, Epitácio Caó; situava-se na rua Senador Dantas, 117, Guanabara, tendo como superintendente Paulo Schilling e diretor responsável Max Costa²¹, cujo secretário era Tarso de Castro²²; no cargo de gerente estava Luis Carlos Coelho²³.

O segundo passo foi a organização do quadro de redatores, que contou com os nomes de Tarso de Castro, José Silveira²⁴, Max da Costa Santos, Neiva Moreira²⁵, Demistocles

¹⁶ Lourival Coutinho, diretor de redação do jornal *Panfleto* de 1947.

¹⁷ Epitácio Caó, autor do livro em com co-autoria de Carlos Lacerda: *Carreirista de traição: a radiografia de um mistificador*. Rio de Janeiro: Panfleto. 1959.

¹⁸ SCHILLING, *Como se coloca a direita no poder*, p. 228.

¹⁹ *Panfleto*, 1. ed., p. 32.

²⁰ Maia Neto, diretor-presidente do jornal *Panfleto*.

²¹ Max da Costa Santos foi deputado federal e líder da bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSD). Integrante do PSD desde 1955, primou em seus discursos no *Panfleto* pela defesa do nacionalismo e contra as ações imperialistas.

²² Tarso de Castro, jornalista, editor do jornal *O Pasquim*, semanário alternativo do período da ditadura militar. Colunista do jornal carioca *Ultima Hora*, também participou da decisão de lançar o jornal *Panfleto*. Teve sua participação em outros jornais importantes de circulação nacional. Disponível em <http://observatório.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2007.

²³ Luis Carlos Coelho, gerente da Editora Panfleto e do jornal *Panfleto*.

²⁴ José Silveira, redator do jornal *Panfleto*.

²⁵ Neiva Moreira foi deputado pelo Maranhão e secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista, organizada por Leonel Brizola.

Batista²⁶, Fernando Gabeira²⁷, Sérgio Magalhães²⁸, Adão Pereira Nunes²⁹, Paulo Alberto Monteiro de Barros³⁰ e Álvaro Vieira Pinto³¹.

O *Panfleto* já havia circulado a partir de 1947, fundado por Lourival Coutinho, que, na nova versão de 1964, escreveu a Epiácio Caó:

Foi com júbilo que ouvi de você sua disposição e de mais alguns amigos em trazer PANFLETO à rua. Fundado por mim, Joel Sil Vieira e Homero Homem em 1947, PANFLETO foi, durante muitos anos, embora as intermitências de circulação, o termômetro fiel das mais sentidas aspirações populares. Em suas colunas, estiveram autênticos democratas, expressões legítimas da boa imprensa em nosso País, aquela que acima das conveniências e dos interesses privativos, coloca em evidências e dos interesses privativos, coloca em distanciada altura os da Pátria e os do Povo.³²

Na Figura 3 apresentamos a primeira versão de *Panfleto* – “Sempre a Verdade Fira a Quem Ferir”, de 1947, o qual se caracterizava por ter um conteúdo baseado no jornalismo político, com uma orientação do Partido Comunista Brasileiro, tendo como diretores de redação Joel Silveira e Lourival Coutinho.

²⁶ Demistocles Batista, conhecido como Batistinha, nasceu em 18 de outubro de 1925. Sindicalista, formado em Direito, em 1954 foi líder das greves após o suicídio de Vargas. Membro fundador do Pacto da Unidade e Ação (PUA), também deputado pelo PTB; cassado em 1964, residiu no Uruguai e retornou ao Brasil em 1966, vivendo clandestinamente em São Paulo. Foi preso em 1971 e beneficiado pela anistia em 1979. Em 1986 foi eleito senador pelo Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.meuparlamentar.com.br/marcusvicente>. Acesso em: 25 jun. 2007.

²⁷ Fernando Gabeira, nasceu em 1941, escritor, jornalista. Participou do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick, em uma das ações mais ousadas da guerrilha no Brasil contra o regime militar. Esteve exilado por dez anos em países como o Chile e a Suécia. Retornou ao Brasil em 1979, com a anistia política. É deputado federal atualmente pelo Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.gabeira.com.br/fernandogabeira/perfil/index.asp>. Acesso em: 25 jun. 2007.

²⁸ Sérgio Magalhães nasceu em 1916, formou-se em Engenharia Civil em 1937. Trabalhou em órgãos públicos no governo Vargas. Foi deputado federal pelo PTB em 1955 e 1958; fundador da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), em 1962, ligou-se à Frente de Mobilização Popular (FMP). Como político representou uma das principais lideranças do PTB e foi destituído da política após o golpe militar de 1964. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Sergio_Magalhaes.asp. Acesso em: 25 jun. 2007.

²⁹ Adão Pereira Nunes, sanitarista de Santa Catarina, estabeleceu residência no Rio de Janeiro, defendendo a causa da saúde e da educação. Participou ativamente de todos os momentos políticos desde a Revolta da Armada em 1935 até o golpe militar de 1964. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2007.

³⁰ Paulo Alberto Monteiro de Barros, pseudônimo de Artur da Távola, político e jornalista brasileiro. Formado em Direito, foi deputado pelo Estado da Guanabara de 1960-1962 e 1962-1964. Sua atuação foi marcante na cultura brasileira, envolvendo-se nos setores das artes e da educação. Teve seu mandato cassado com o AI-5 e exilou-se no Chile e na Bolívia de 1964-1968. Retornou ao Brasil em 1968 e continuou participando da vida política e cultural do Brasil. Disponível em <http://www.sardenbergpoesias.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2007.

³¹ Álvaro Pereira Pinto é reconhecido como um dos maiores filósofos do Brasil. Foi professor da Universidade Federal Rio de Janeiro-UFRJ. Foi exilado por envolvimento políticos em 1964 e residiu no Chile. Disponível em <http://www.contrapontoeditora.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2007.

³² *Panfleto*, 1. ed., p. 27



Fonte: <http://www.pontodevista.gov.br/index.html>

Figura 1 – Primeira versão de *Panfleteo*-1947

O *Panfleteo*. O *Jornal do Homem da Rua*³³ constituiu-se numa alternativa de imprensa de caráter partidário – PTB, brizolista, que totalizou sete edições, contendo, em média, 32 páginas cada, totalizando em 230 páginas. O veículo divulgou as idéias e ideais brizolistas entre fevereiro e março de 1964, sendo editado e impresso no Rio de Janeiro, na Editora Panfleto, e distribuído para todo o território nacional pelos diretórios do PTB ou pelos movimentos sociais, como Ligas Camponesas, União dos Estudantes (UNE), Movimentos dos Agricultores Sem Terra (Master), e por movimentos alternativos, como foram os Grupos dos Onze, organizados por Leonel Brizola.

Dessa forma, Abreu define o *Panfleteo* como “um-porta voz da ala esquerda do PTB, servindo de veículo para a divulgação das idéias de Brizola”.

³³ O nome correto do jornal em análise é *Panfleteo – O Jornal do Homem da Rua*, porém ficou conhecido mais apenas como *Panfleteo*, nome como será referido no texto.

Panfleto

o jornal do homem da rua

Rio de Janeiro (RJ) — 3-3-64 — N° 3 — Preço: Cr\$ 70,00



A polícia mineira impediu a entrada do povo no recinto onde os líderes da FMP falaram. Os provocadores entraram. (Leia nas páginas 4 e 5)

A GUERRA DE MINAS

Brizola

10

300. 2

Marinheiros querem justiça

Fonte: *Panfleto*, ed. n. 3. 3 mar 1964.

Figura 2 – Capa do jornal *Panfleto*

Os principais textos escritos no *Panfleto* são os artigos de Leonel de Moura Brizola, fundador do jornal, que circulou numa nova versão no ano de 1964. Brizola acreditava que esse tipo de imprensa escrita chegaria ao “homem da rua”, que, assim, poderia receber informações não distorcidas por canais não comprometidos com anunciantes.

O jornal, em suas edições, abordava artigos com informações sobre a economia, política, cultura. Fazia críticas a todas as ações do governo Goulart que não correspondiam às práticas da ala esquerda do PTB e questionava os procedimentos das Forças Armadas, o “entreguismo” brasileiro na questão do petróleo e dos acordos do trigo; apontava a crise decorrente das lutas de sargentos e marinheiros pela organização sindical e pelo direito ao voto. O *Panfleto* pregava a necessidade de organização por meio do apoio da União Nacional dos Estudantes, Ligas Camponesas e Grupos dos Onze. Além das questões políticas e econômicas, o jornal publicava matérias culturais, como o carnaval de 1964, e sociais, como o favelamento do Rio de Janeiro, a respeito do que criticava o governador Lacerda e a prefeita Sandra Cavalcanti, os quais, segundo o veículo, não tinham uma política para atender às classes necessitadas do Rio de Janeiro.

As únicas publicidades do jornal *Panfleto* reportavam-se à programação diária da Rádio Mayrink Veiga e ao chamamento aos ouvintes para colaborarem na criação de uma rádio de integração nacional, que refletiria a “opinião e as aspirações do povo brasileiro”. As doações solicitadas nos anúncios, bem como documentações da formação dos Grupos dos Onze, deveriam ser direcionadas para Leonel Brizola e outros integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro e/ou colunistas do *Panfleto*.

O *Panfleto* apresentava colunas como “Evangelho Ontem, Hoje e amanhã”, numa referência às atitudes da Igreja Católica perante os fatos políticos da década de 1960; divulgava os congressos de trabalhadores das zonas rurais e urbanas; dava espaço à música, com a coluna de Moacyr Felix,³⁴ e ao teatro, com as colunas de Dias Gomes,³⁵ o qual referia

³⁴ Estudou na França Filosofia, Psicologia e História das Artes Plásticas. Em 1963 fundou o Comando de Trabalhadores Intelectuais. Foi perseguido pelo regime militar. Marxista e membro do PCB, foi autor de várias obras, sendo premiado várias vezes por seu trabalho intelectual. Disponível em: http://www.palavraarte.com/Equipe/equipe_mfelix.htm. Acesso em: 4 mar. 2007.

³⁵ Dias Gomes foi teatrólogo e também autor de novelas e rádio-ator. Nasceu em Salvador-BA. Sua primeira peça teatral, *Pé de cabra*, foi considerada marxista, o que o levou a ler Marx mesmo antes de ingressar de fato no PCB. Teve várias peças proibidas pela censura militar e foi criticado pelos companheiros do PCB por produzir textos quanto trabalhou na Rede Globo, onde ingressou na década de 1960. Costumava dizer que na Rede Globo ninguém proibia seus textos, mas a censura militar sim. Dias Gomes, em sua vasta obra, sempre pautou temas de relevância social. Ver mais: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/linha/idart%205/televisão.htm>. Acesso em: 4 mar. 2007.

em seus textos que o teatro originava-se de uma consciência política do povo e que o autor seria responsável por combater a alienação.³⁶

Além do teatro, colunas de Alex Viány³⁷ sobre o cinema apontavam o *Panfleto* como uma trincheira da divulgação do “Cinema Novo” no Brasil, destacando os principais nomes de atores, produtores, cineastas em 1964. Destacava ainda o periódico, na coluna popular, a matéria “Livro, alma do povo”, escrita por Flávio Gama³⁸, destacando a importância da leitura para o conhecimento e a informação, visto que a grande imprensa não divulgaria a verdadeira informação para os brasileiros.

O jornal ainda apresentava uma retrospectiva dos principais fatos semanais na coluna “A Semana que Passou”, com notas curtas que mostravam notícias nacionais e internacionais, como, por exemplo, sobre Cuba e o Vietnã. Nessa mesma linha apresentava-se a coluna “Central de Informações”, escrita pelos agentes³⁹ 003 e 009, com informações menores na linha política. O *Panfleto* criticava a criação da Frente Ampla por Neiva Moreira, o qual, por sua vez, criticava Santiago Dantas por construir uma frente de apoio ao governo Goulart com o apoio do PSD, partido contrário aos interesses dos reformistas. Também Paulo Schilling escrevia criticando Dantas pelos escândalos com a fraude do “trigo papel”. O jornal privilegiava matérias sobre Brizola, associando-o com a imagem de Getúlio Vargas, tanto na área do discurso como da imagem.

O jornal *Panfleto* começou a circular com seu primeiro número em 17 de fevereiro de 1964 e já na sua primeira página trazia a explicação dos seus objetivos:

PANFLETO orgulha-se de ser um jornal definido. Surge como um anseio generalizado da população brasileira e faz, da fidelidade aos problemas do povo, a razão de sua existência. Provavelmente será, no seio da família jornalística, uma ovelha negra; indiscutivelmente será, do ponto de vista econômico, uma fortaleza sitiada. Porque não cortejará o anúncio; porque não se submeterá a injunções, porque não encarará como sérios, como legítimos, senão os problemas do povo e o amplo debate que conduza à sua solução [...].⁴⁰

³⁶ GOMES, Dias. A insurreição dramática. *Panfleto*, n 1. 17 de fev de 1964. p. 22.

³⁷ Alex Viány foi o historiador que acompanhou o cinema brasileiro mais de perto na década de 1950 e viu o surgimento do cinema novo. Trabalhou em Hollywood para a revista *Cruzeiro* entre 1945-1948. Escrevia sobre a identidade do cinema novo no Brasil. Ver mais em: http://www2.uol.com.br/revistadecinema/edição39/sessao_livre/livros.shtml. Acesso em: 4 mar. 2007.

³⁸ GAMA, Flávio. Redator das colunas “Popular” e “Livros”, divulgando a cultura brasileira no jornal *Panfleto*.

³⁹ Os agentes de que trata o jornal *Panfleto*, com suas informações políticas, não têm identificação de nomes, ficando somente conhecidos no jornal como agentes 003 e 009.

⁴⁰ *Panfleto*, Rio de Janeiro, n. 1, 17 fev. 1964.

Paulo Francis,⁴¹ no artigo “Jornal por jornal: introdução à imprensa brasileira”, publicado em 24 de fevereiro de 1964 no *Panfleto*, escreveu sobre a imprensa brasileira como “porta-voz dos interesses das oligarquias econômicas do país e do latifúndio”, os quais seriam a base econômica do Brasil. Afirmava Francis:

[...] Nada há de anormal nisso. Se acontecesse o contrário é que nos surpreenderíamos. Os idealistas, entretanto, não se conformam com esse determinismo econômico e apontam o exemplo da Abolição quando os jornais defendiam o fim da escravatura. A Abolição porém, atendia às convergências do imperialismo inglês, na época dominante, e das classes mercantilistas locais. Unidas essas duas forças locais levaram de verdade o latifúndio escravocrata. Só no que tinha de escravocrata, pois o latifúndio permaneceu.”⁴²

Ainda tratando de explicar a importância da “imprensa livre” em tempos de liberalismo, Paulo Francis trazia o exemplo dos discursos inflamados de Leonel Brizola e o papel dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* ao tentarem publicá-los com a intenção de prejudicar a imagem de Brizola. Contudo, os discursos carismáticos de Brizola agradavam ao leitor, que lhe retribuía em votos, o que, aliás, deixava o governador da Guanabara, Lacerda, indignado, fazendo pressões principalmente sobre *Folha de São Paulo*. Paulo Francis explicava:

Não se deve generalizar em excesso. Poderíamos estar pior. Se a oligarquia econômica estrangeira e o latifúndio impusessem ao país a ditadura tentada em 1954, 1955 e 1961, sonharíamos com um retorno a “imprensa livre”, ainda que semi-mística de hoje, pois o liberalismo, por questões de doutrina e de hipocrisia, em partes iguais, defende a “objetividade”, o direito do “outro lado ser ouvido” etc. cito com um exemplo concreto: quando Leonel Brizola, na Câmara, lançou proclamações altamente inflamatórias, jornais da Guanabara davam-lhes divulgação na íntegra, certos de que assim estavam intrigando o parlamentar com o povo (que lhe dera perto de 300 mil votos...) mas, em verdade, o tiro saiu pela culatra, pois a fala de Brizola só fez confirmar os já descrentes dos propósitos reformistas da maioria do legislativo. Quase todos os grandes jornais possuem seus nichos de informismo, seja em comentário ou noticiário. Raros atingiram o conformismo total de o “Globo” e “O Estado de S. Paulo”. O último, aliás, recentemente, por pressão do IPES, começou a falsificar o noticiário, antes amplo e imparcial. Este é hoje um boletim do fascismo, personificado politicamente pelo governador da Guanabara.⁴³

⁴¹ FRANCIS, Paulo. Jornal por jornal: introdução à imprensa brasileira. *Panfleto*, 24 fev. 1964. p. 25. Paulo Francis foi jornalista, nasceu em 1930 e faleceu em 1997. Recebia críticas e elogios por seus escritos. Conceituado como polêmico, residiu em Nova York e foi comentarista do *Jornal Nacional* na Rede Globo. Criou um estilo próprio de relatar seus comentários sobre os mais diversos assuntos.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

Quanto à publicidade e aos anunciantes dos jornais no Brasil, ao explicar a ação de grupos monopolistas, Paulo Francis também chamava a atenção para o controle sobre os jornais por grandes empresas multinacionais anunciantes:

Não é exagero dizer que 80% dos anunciantes da imprensa brasileira são estrangeiros. Por motivos ainda insuficientemente explicados, a indústria nacional, com poucas exceções, mantém-se alheia a essa forma de conquista de opinião pública. Quem examina a publicidade “O Estado de São Paulo” aos domingos, tem a nítida impressão de estar em Nova York. Muitos anúncios, inclusive, são redigidos em inglês. Suponhamos que amanhã o senhor Julio Mesquita se tornasse ardoroso nacionalista. Há quem diga que assim mesmo não perderia os anunciantes, devido à larga tiragem, ao valor do veículo.

Pura mistificação. Basta ver o exemplo do “Correio da Manhã”, correspondente em prestígio, na GB, entre os matutinos, a “O Estado de São Paulo”. Depois do abortado golpe de 1961, o “Correio” iniciou violenta campanha contra Carlos Lacerda. Em pouco tempo suas receitas publicitárias caíram a níveis assustadores, provocando modificação no seu comando e orientação. Explica-se: a imprensa escrita não é o único nem o mais importante veículo de anúncios, em particular depois da ascensão do rádio e da TV. Por outro lado, a maioria das principais firmas estrangeiras não anuncia para vender seus produtos. Sua publicidade é “institucional” para efeito de prestígio e pressão. Quem há de acreditar que a ESSO precisa de publicidade para um mercado que controla quase monopolisticamente?⁴⁴

Escrevendo sobre o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), Francis abordou o tema da “imprensa livre” nos países desenvolvidos, os quais toleravam um noticiário mais evoluído politicamente, como o *Le Monde* e *The Observer*. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a “oligarquia econômica estrangeira” e o “latifúndio” provocavam desníveis sociais e não permitiam expressões que pudessem caracterizar uma possível ação revolucionária. Paulo Francis registrava:

Em países altamente capitalizados, a imprensa é mais liberal do que no Brasil e outros subdesenvolvidos. Pode parecer uma contradição essa assertiva, mas é facilmente compreensível. Da mesma forma que um John D. Rockefeller depois de estabelecer seu império (através de saques, estelionato, o fomento de guerras, etc.), tornou-se filantropo (toda a política de direitos civis para negros adotada pelo presidente Kennedy, para citar apenas um exemplo, decorre de estudos da Fundação Rockefeller), nações como EUA, a Inglaterra e a França, onde a classe dominante se sente seguramente na sela, onde já admite certa dose de reformismo social, nações assim, repito, podem permitir-se uma imprensa evolucionária, como a representada pelo “Le Monde” ou “The Observer” ou mesmo pelo noticiário do “New York Times”, sem o qual não se pode saber exatamente o que acontece no mundo. Já nos subdesenvolvidos, a união entre a oligarquia econômica estrangeira e o latifúndio provoca tais desníveis sociais, que a mera palavra inconformista se torna revolucionária.⁴⁵

⁴⁴ FRANCIS, Jornal por jornal: introdução à imprensa brasileira. *Panfleto*, p. 25.

⁴⁵ Idem.

Seguindo na mesma linha de pensamento e tentando explicar as ações da “imprensa monopolista” contra a “imprensa livre”, Paulo Francis descrevia as ações do Ibad contra a oficina do *Panfleteo*, a qual fora invadida pela polícia da Guanabara. Era, portanto, para os editores de *Panfleteo*, claro o entendimento que os grupos econômicos nacionais e estrangeiros financiavam os noticiários e, por isso, controlavam o que podia ou não ser veiculado na imprensa. Fazia-se, então, necessário, segundo o grupo brizolista do *Panfleteo*, que a notícia fosse levada à população sem a interferência dos monopólios estrangeiros ou nacionais. Relatava Paulo Francis:

No momento exato em que escrevo, por exemplo, sou informado pela direção de PANFLETOS que as oficinas do jornal foram invadidas pela polícia da Guanabara. Trata-se de mais um dado sobre os propósitos do fascismo no país, PANFLETO, entretanto, é uma pequena empresa, a margem da grande imprensa. Para subjugar a ultima, no período crítico que vivemos, a oligarquia econômica estrangeira e o latifúndio recorreram a métodos mais sutis. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado certamente pela HANNA, Grupo Bond Ande Share, o Grupo Rockefeller, Grupo Rotschild e outros grandes do comando externo da nossa economia, formaram um “pool” de dinheiro para subornar todos os centros de poder da vida brasileira. O assunto já foi analisado exaustivamente por vários comentaristas para que eu me detenha nele aqui. Basta dizer que, em relação a grande imprensa, o IBAD instituiu, ou melhor, oficializou o boicote de anúncios à empresa inconformista, inundou os veículos de comunicação com matérias pagas visíveis e disfarçadas e, não raro, instaurou o terrorismo ideológico nas redações. Esse enrijecimento de artérias da classe dominante é à base da alienação que se verifica na imprensa brasileira no presente momento. Tende a agravar-se na medida do agravamento da luta social no País.⁴⁶

Paulo Francis fortalecia a sua explicação sobre a imprensa, trazendo à tona a influência da televisão, que, embora fosse na época um meio de comunicação nascente no Brasil, já tinha uma grande parcela de contribuição na transmissão da informação. O monopólio estatal tinha o controle das concessões televisivas, mas a televisão submetia-se à influência de seus anunciantes, dividindo com o rádio a preferência do público em ter acesso à informação. Quanto aos jornais, o público era mais seletivo e esclarecido. Sobre a televisão e todo o aparato de controle, Francis afirmava:

⁴⁶ FRANCIS, Jornal por jornal: introdução à imprensa brasileira. *Panfleteo*, p. 25.

Excetuando os EUA, os países altamente capitalizados do ocidente estabeleceram o monopólio estatal da Televisão; e mesmo nos EUA a tendência é uma crescente intervenção federal no vídeo. No Brasil, entretanto, a televisão sugere o velho “Parque Shangay”, um mafuá onde quem dá mais leva tudo. Do ponto de vista cultural e artístico, a maioria de seus programas é simplesmente inqualificável, reunindo as piores características da radiofonia comercial e do teatro-revista em sua fase mais decadente. Na parte política verifica-se um quase monopólio dos interesses privados estrangeiros, ditado pelas mesmas causas acima referidas, mas sem sequer o culto da “objetividade” peculiar à imprensa escrita. Em parte, isso decorre da própria mecânica da TV. O anunciante em jornal não examina a matéria redacional. Só pode interferir nela a uma certa distância. Já o patrocinador de televisão, se quiser (e muitas vezes quer) pode participar da orientação jornalística dos programas desde a sua inserção. Assim, temos essas flagrantes violações constitucionais que são os tele-jornais estrangeiros, fazendo acintosamente o jogo dos interesses do comando externo econômico e do latifúndio. Esse mesmo critério estende-se as entrevistas políticas com raras exceções controladas pelos pontos-de-vista do IBAD. Diante dessa situação o Governo se mostra omisso apesar de freqüentemente advertido sobre a força da TV, que, embora de fixação superficial (não é tomada muito a sério pelo expectador esclarecido ao contrário dos jornais importantes) é hoje junto com o rádio o veículo de maior público no País.⁴⁷

Comentando sobre a atuação dos Estados Unidos, Francis não se furtava a mencionar a ação e a responsabilidade do governo. Afirmava que os governos ditos “populares” não deveriam investir da mesma maneira na “imprensa entreguista” e na “imprensa nacionalista”. Assim, os últimos governos populares não teriam tomado atitudes drásticas contra a imprensa em geral e, é claro, os veículos menores tinham ficado à margem dos recursos governamentais. Denunciava Paulo Francis que, além de o poder econômico financiar a grande imprensa no Brasil, atacava com a polícia os jornais menores, que levavam ao leitor informações e, até, uma solicitação de mobilização maior, como fora o objetivo do jornal *Panfleto*. Assim explicava Francis:

A condição da imprensa Brasileira se torna duplamente lamentável quando descobrimos que o governo, ou melhor, os últimos governos ditos populares, tem meios de contra-atacar a ofensiva da oligarquia econômica estrangeira e do latifúndio: isto, dentro do atual regime, sem recorrer a medidas drásticas, com o corte do subsídio do papel ou a encampação da rede de rádio-difusão. Refiro-me a massa de publicidade governamental. Ela sobe anualmente a 10 bilhões de cruzeiros, enquanto a principal empresa americana no país (Mc-Cann-Erickson) fatura 4 bilhões. Esses 10 bilhões estão distribuídos entre os diversos ministérios e autarquias; e, não raro, são distribuídos, com as respectivas comissões de 10 por cento indiscriminadamente, a todos os órgãos, amigos ou inimigos do povo, quando não usados apenas na promoção pessoal dos ocupantes dos cargos.⁴⁸

⁴⁷ FRANCIS, Jornal por jornal: introdução à imprensa brasileira. *Panfleto*, p. 25.

⁴⁸ Idem.

Francis sugeria em seu artigo “Introdução à imprensa brasileira”, publicado no *Panfleto*, que o governo popular deveria saber investir o dinheiro relativo à publicidade governamental, distinguindo a “imprensa entreguista” da “imprensa nacionalista” e, é claro, aplicando mais recursos nesta, a qual fazia jus a um governo popular no período em estudo, o governo de João Goulart. Concluindo o artigo, Paulo Francis ressaltava:

O primeiro ato de inteligência de um governo realmente popular seria a centralização desses 10 bilhões numa única agência, sob controle direto do Executivo, em sua aplicação nos interesses do Estado, discriminando entre a imprensa entreguista e a nacionalista, ou seja, usando dos métodos que a oligarquia econômica estrangeira e o latifúndio empregam para garantir seus interesses. É vergonhoso ver a Petrobrás, com seu 1 bilhão e tanto de verba de relações públicas por ano, sendo castigada de todos os lados, quando tenta empreender a necessária encampação de Capuava. Mas este e outros assuntos serão motivos de análise em outra oportunidade.⁴⁹

Assim o artigo de Paulo Francis é importante para entendermos conceitos importantes da imprensa escrita, visto que procura destacar as diferenças entre uma “imprensa livre” em tempos de liberalismo e uma imprensa que trabalha segundo os interesses “oligárquicos” e da “burguesia econômica do país”. Também é importante o comparativo que Francis faz sobre a “imprensa livre” de países mais desenvolvidos, que toleram um noticiário mais evoluído politicamente, ao passo que no Brasil isso ainda era problemático, pois a imprensa estava à mercê dos grupos econômicos e do latifúndio, isso com o apoio do Ibad. Francis ainda chamava a imprensa brasileira de “entreguista”, afirmando que a “imprensa nacionalista” não tinha recursos oriundos dos governos, ditos “populares”, para financiar suas ações e se contrapor à “grande imprensa”. Nesse sentido, entendemos o papel do *Panfleto* dentro do perfil de imprensa, podendo defini-lo como, além de um jornal reconhecidamente partidário, que está, conforme Francis, dentro do conceito de “imprensa nacionalista”.

Na ocasião do seu lançamento, em 1964, o *Panfleto* defrontou-se com algumas dificuldades, pois não possuía anunciante e sua única fonte de renda era a venda avulsa. Sobre isso, Lamarão explica:

⁴⁹ FRANCIS, Jornal por jornal: introdução à imprensa brasileira. *Panfleto*, p. 25.

A situação para a ampliação das vendas foi a utilização dos “Grupos dos Onze” organização criada sob a inspiração de Leonel Brizola, composta de elementos que através de cartas se ofereciam ao deputado petebista para prestar alguma colaboração, esses grupos foram utilizados na divulgação de *Panflete* e na coleta de novas assinaturas. O resultado da unidade foi surpreendente, e em menos de um mês o jornal passou de uma tiragem inicial de 70.000 para 200.000 exemplares.⁵⁰

Reconhecia o *Panflete* que o noticiário que continha em suas páginas não agradava a alguns “setores da sociedade”, os quais tentavam de todas as formas impedir o acesso à sua leitura. Também era difícil para o jornal manter-se e fazer a divulgação de suas idéias no contexto da economia vigente, que estava voltada a interesses internacionais e primava pela “grande imprensa”. Dessa forma, o jornal registrava:

PANFLETO proclama a completa falência das estruturas sociais arcaicas e enfileira-se entre os que preconizam a necessidade de imediatas reformas de base; nega, à minoria oligárquica que domina a política brasileira, o direito de excluir da comunhão nacional os analfabetos, os soldados e os marinheiros; assume, desde logo, uma posição legalista, mas não se conforma com a cristalização das leis, que as transforma em obstáculos intransponíveis ao progresso e até em arma anti-popular – a Constituição pode e deve ser dinâmica, incorporando constantemente as reivindicações populares. No campo da luta anti-imperialista a posição de PANFLETO será clara e objetiva: Guerra sem quartel aos trustes internacionais que saqueiam nossa Pátria; denúncia permanente do imperialismo, quer sob as formas brutais do colonialismo, quer sob as camufladas, como capitais estrangeiros de rapina e auxílios do tipo “Aliança para o Progresso”; apoio à luta de emancipação de todos os povos.⁵¹

Assim, em “nota” no *Panflete* foi denunciada uma tentativa de sabotagem em São Paulo para que as pessoas não tomassem conhecimento das matérias divulgadas pelo jornal. Dessa maneira, também não saberiam o que Leonel Brizola escrevia, boicotando as atividades do líder trabalhista. Vejamos seu conteúdo:

Um Grupo de milionários paulistas ligado ao Governador Ademar de Barros, está tentando sabotar este jornal, comprando pilhas de exemplares nas bancas, impedindo, assim, que a população tome conhecimento do noticiário publicado em PANFLETO. A denúncia partiu do Sindicato dos Metalúrgicos e dos Trabalhadores Têxtil de São Paulo.⁵²

⁵⁰ BELOELS, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro 1930-1983*, Rio de Janeiro: Forense 1984, p. 2482.

⁵¹ *Panflete*, Rio de Janeiro, n. 1, 17 fev. 1964.

⁵² PANFLETO sabotado em S. Paulo: *Panflete*, 30 mar. 1964, p. 30.

Em outra “nota”, com o título “Panfleto dá cadeia”, denunciava-se que marinheiros teriam sido impedidos de ler a coluna de Maia Netto:

No cruzador “Barroso” dois marinheiros foram presos pelo capitão de corveta Jusel Piá de Andrade, que os surpreendeu lendo a crônica de Maia Netto “O ministro e a Disciplina”, publicada no primeiro número de “Panfleto”. Já há algum tempo a rádio Mayrink Veiga esta proscrita pela oficialidade do “Barroso”. Um dos marinheiros presos esta sendo perseguido desde o dia em que levou ao imediato do navio uma bandeja com comida podre, que era servida a bordo.⁵³

Ainda na “nota” sobre os Grupos de 11, o jornal trazia:

A Organização dos “comandos nacionalistas” atingiu um ritmo que supera de muito as previsões mais otimistas, nas últimas duas semanas, a média de cartas comunicando a organização de grupos subiu para 300 (trezentas) por dia útil. Os Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Estado do Rio, Minas e São Paulo lideram a organização, que nos três primeiros estados, já entrou em sua segunda etapa, ou seja, o interligamento de grupos, com a constituição de diversos escalões de comando. Com base nos G 11 já organizados ou em organização, calcula-se, que até junho-julho, seja atingida a meta prevista pelo Comando nacionalista, de 100.000 grupos em todo o país.⁵⁴

No Rio Grande do Sul, o padre Maximiliano Coghetto, pároco de Sertão, divulgou no jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, a ameaça de que excomungaria todas as pessoas que cometessem o “pecado de colocar suas idéias e praticar atos democráticos para defender o Brasil”. Dessa forma, segundo o padre, poderiam ser padrinhos somente os católicos que estavam em comunhão com a santa Igreja; logo, não poderiam sê-lo os casados somente pelo civil, os “ajuntados”, evangélicos, luteranos e da Assembléia de Deus, espíritas, batuqueiros, etc., comunistas, nacionalistas e, especialmente, os pertencentes aos Grupos dos Onze. Concluía o religioso: “Por isso cuidem os pais, na escolha dos padrinhos de seus filhos, para que sejam católicos bons, de virtude comprovada, que sirvam de exemplo para os afilhados”.⁵⁵

⁵³ PANFLETO dá cadeia. *Panfleto*, 24 fev. 1964, p. 27.

⁵⁴ OS GRUPOS dos 11. *Panfleto*, 23 mar. 1964, p. 4.

⁵⁵ COGHETTO, Maximiliano. Nacionalista proibido de batizar. *Panfleto*, 23 mar. 1964, p. 4.

1.3 Publicidade da Rádio Mayrink Veiga no *Panflete*

A publicidade da Rádio Mayrink Veiga⁵⁶ era veiculada por meio do jornal *Panflete*, que visava à instalação no Brasil de uma “imprensa livre”, não atrelada a recursos de empresários, que utilizavam jornais e, por isso, a imprensa tinha de trabalhar conforme os anunciantes desejavam. Os anúncios para escutar e prestigiar a Rádio Mayrink Veiga solicitavam contribuições, bem como anunciavam os principais programas dos seus responsáveis, por fazerem da imprensa um meio de comunicação a serviço da informação, da verdade, como Leonel Brizola, Neiva Moreira, entre outros. Também informavam a abrangência que a rádio possuía e a intenção de torná-la um meio de comunicação acessível a toda a América Latina.

⁵⁶ NASCIMENTO, Márcio. *PRA-9 Rádio Mayrink Veiga: um lapso de memória na história do rádio brasileiro*. Rio de Janeiro: Litteris, 2002, p. 78. Para Nascimento, em 9 de maio de 1936, a PRA-9 Rádio Sociedade Mayrink Veiga passou a se chamar Rádio Sociedade “Anonyma” PRA-9 Rádio Mayrink Veiga.”A Rádio Mayrink Veiga, que nasceu na década de 1930, localizada na agitada Praça Mauá, foi a campeã de audiência por muitos anos. Do outro lado da rua localizava-se a Rádio Tupi, emissora que pertencia ao grupo dos Diários Associados e iniciou suas atividades como a segunda mais potente emissora da América do Sul. Na década de 1930, na América Latina ascenderam ao poder políticos personalistas que conseguiram conquistar as camadas médias e o operariado com um discurso carismático, que atendia, em parte, às reivindicações trabalhistas e dava voz aos sindicatos, desde que atrelados ao Estado. No Brasil, esse período marca a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, com toda sua política trabalhista/populista.

O POVO

financia a

verdade do

POVO

Em apenas duas semanas, o POVO enviou mais de Cr\$ 3 milhões para a Rádio Mayrink Veiga. As contribuições chegam de todos os recantos do país, porque o POVO sabe que não terá imprensa livre com dinheiro da Embaixada Norle-Americana.

Colabore com a campanha popular pela imprensa livre, remetendo o que puder, em cheque ou vale postal, para a Rádio Mayrink Veiga ou para PANFLETO, aos cuidados dos deputados Leonel Brizola, Max da Costa Santos e Neiva Moreira.

Fonte: Jornal *Panfleto* p. 29. ed. 6. 23 de março de 1964.

Figura 3 – Anúncio “colaboração com a imprensa livre”



Fonte: Jornal *Panfleteo*, ed. n. 7, p. 18, de 30 de março de 1964.

Figura 4 – Recorte publicitário para audição e prestígio da Rádio Mayrink

OUÇA E PRESTIGIE
A
RÁDIO
MAYRINK VEIGA

a rádio da integração nacional
 que reflete a opinião e aspirações
 do povo brasileiro.

atrações de todos os dias

OPORTUNIDADES NENO
 BIG SHOW MATINAL CINTA AZUL
 A PENSÃO DO SALOMÃO
 PEÇA BIS PELO TELEFONE
 CREPUSCULO SERTANEJO

Os melhores programas humorísticos do rádio
 brasileiro, cobertura esportiva sob o comando
 magistral de Oduvaldo Cozzi, radio-teatro sob a
 direção segura de André Villon e a


FRENTE NACIONAL DE REPORTAGENS:
 o programa que escreve a
 história do Brasil contemporâneo!

FAÇA DA MAYRINK VEIGA
A SUA RÁDIO E DE SEUS
ANUNCIANTES OS SEUS AMIGOS

ondas média — 1.220 Kcs
 Ondas curtas — 31 metros, 9.575 Kcs;
 25 metros, 11.775 Kcs

Fonte: Jornal *Panfleteo*, ed. n. 1, p. 21, de 17 de fevereiro de 1964.

Figura 5 – Publicidade de audição e prestígio da Rádio Mayrink Veiga

O POVO
financia a
verdade do
 **POVO**

O POVO
fará de
PANFLETO
o maior jornal do Brasil

O POVO
levará a voz da
Mayrink Veiga
a toda a América do Sul

Colabore com a campanha popular pela imprensa livre remetendo sua contribuição em cheque ou vale postal para a Rádio Mayrink Veiga ou para PANFLETO, aos cuidados dos deputados Leonel Brixola, Max da Costa Santos e Neiva Moreira.

Fonte: *Panflete*, ed. n. 3, 2 mar. 1964, p. 27.

Figura 6 – Financiamento da “verdade” através da Rádio Mayrink Veiga e Editora Panfleto

Com a criação da Rádio Nacional, em 12 de setembro de 1936, a situação financeira da Rádio Mayrink Veiga começou a se agravar. Outro fator importante foi que muitos componentes do elenco artístico, cultural e jornalístico da Mayrink Veiga passaram para a Rádio Nacional. Nesse contexto de criação de novas emissoras, as rádios mais antigas não tiveram como competir e acabaram esbarrando em problemas de ordem econômica ou tendo de abrir as portas a discursos de políticos, como Leonel Brizola, na expectativa da criação da “imprensa livre” sem necessidade de publicidade, sobrevivendo somente com a colaboração voluntária de simpatizantes do brizolismo ou da causa brizolista. Entretanto, a Rádio Mayrink não se manteve dessa maneira e sofreu as conseqüências da concorrência econômica, das políticas estatais e, até mesmo, das políticas repressivas, que se acentuaram com o golpe de 1964.

Nos recortes publicitários divulgados no *Panfleteo* os assuntos estavam interligados com as publicações de programas através da Rádio Mayrink Veiga, que era a sede da resistência pregada por Brizola no jornal. A “imprensa livre” em que Leonel Brizola acreditava levaria informações e cultura ao homem da rua e, dessa forma, organizaria os movimentos de resistência ao imperialismo e aos atos do governo Goulart que não condiziam com a vontade do povo, nem com as aspirações da ala esquerda do PTB.

Nesse contexto, além do jornal *Panfleteo*, surgiu o rádio, enfatizando-se aqui a Rádio Mayrink Veiga, a qual passou a existir na década de 1930. A Mayrink Veiga foi uma emissora que mudou comportamentos e divulgou a cultura nacional, bem como seria o canal de difusão de idéias políticas da década de 1930 à de 1960, juntamente com jornais da época e, neste estudo, especificamente, teve ligação com o *Panfleteo*. Getúlio Vargas e Leonel Brizola, entre outros políticos, fizeram uso dos microfones desta emissora. Leonel Brizola, como deputado pela Guanabara, utilizou a Rádio Mayrink Veiga para veicular seus discursos em 1963-1964, nos quais pregava a organização popular através do programa *Rede do Esclarecimento*, entre outras ações políticas atreladas à existência do jornal.

Pautamos neste primeiro capítulo a análise do jornal *Panfleteo – O jornal do homem da rua*, que começou a circular com seu primeiro número em 17 de fevereiro de 1964 e foi extinto em 30 de março do mesmo ano, redigido e impresso no Rio de Janeiro e distribuído para todo o território nacional. O jornal faz uma referência à fidelidade na notícia, apresenta-se como a “ovelha negra” jornalística pelo perfil que iria assumir durante sua existência e também pela independência financeira que pretendia ter, para, assim, poder ser independente na divulgação da matéria. Não possuindo anunciantes, não teria por que ter um comportamento sutil diante de situações em que os ataques pessoais ou coletivos poderiam ser

mais enfáticos. O jornal ainda se caracterizava por ser um porta-voz da ala esquerda do PTB, servindo de veículo para a divulgação das idéias brizolistas.

A presença brizolista foi destacada na análise deste capítulo no jornal *Panfleto*. O brizolismo pautava suas ações na motivação e na organização popular, o que iria acontecer na defesa das reformas, entre elas a reforma agrária, e, conseqüentemente, no apoio a Leonel Brizola. O texto apresenta o discurso político brizolista e a sua associação com Vargas. Em nenhum momento de sua carreira política Brizola deixaria de mencionar ou, até mesmo, de se comparar, no discurso e na imagem, ao Vargas populista/trabalhista e nacionalista, descartando e até ignorando a figura de um Vargas ditador. Assim, o interdiscurso no *Panfleto* foi discutido como uma prática do brizolismo. Destacamos e analisamos os principais textos escritos por Leonel Brizola no jornal, entre eles “A carta de Vargas”, que expressava a importância do nacionalismo e do trabalhismo, retomando o discurso de Vargas e seu papel na história do trabalhismo, enfim, deixando claro seu papel de “seguidor de Vargas”. Nesse discurso Brizola faz sua associação com Vargas tanto na defesa dos interesses nacionalistas como da própria imagem pessoal.

No segundo capítulo abordaremos o trabalhismo getulista que pautou suas ações nas leis do trabalho e no populismo, confrontando-o com o trabalhismo brizolista, o qual fazia uma defesa do trabalhismo getulista com discursos pautados na figura e nas práticas getulistas e na defesa do PTB, mantendo vivo o mito getulista a apoiar e reviver seus discursos. Observamos que o trabalhismo brizolista procurou realizar ações marcantes na história como o trabalhismo varguista, bem como que a intenção de Brizola era fortalecer suas ações através de “ajudas” à classe trabalhadora, a qual era defendida em seus discursos enfáticos, numa perspectiva nacionalista mais acirrada.

Apresentaremos no próximo capítulo um brizolismo ideologicamente marcado por idéias e discursos proferidos por Leonel Brizola, numa reinvenção da tradição trabalhista, no que foi seguido/aceito e sustentado pela imprensa escrita e falada e por pessoas diretamente ligadas ao trabalhismo e ao PTB. Destacaremos a presença do mito brizolista e sua construção, a qual está ligada à trajetória de vida e política de Leonel Brizola, porém apoiada por militantes do PTB varguista, bem como por descendentes destes militantes. Esse mito também é reforçado por idéias, discursos e posturas passadas pela divulgação em mídia escrita como o jornal *Panfleto*, e falada, como nas rádios, mais especificamente, a Mayrink Veiga. Mostraremos que o mito brizolista esteve presente em textos, artigos e livros escritos por autores brizolistas e em outros que se dedicaram ao estudo da trajetória de Leonel de Moura Brizola, numa leitura do seu poder carismático, que acompanhou sua trajetória de vida e persiste mesmo após o seu falecimento.

2 DO TRABALHISMO GETULISTA A CONSTRUÇÃO DO BRIZOLISMO

2.1 Trabalhismo e populismo getulista

Buscando fazer uma análise do discurso político de Leonel de Moura Brizola no jornal *Panfleto* e a associação com Vargas, faz-se necessário retroceder ao período do governo varguista, pois foi da política populista/trabalhista e nacionalista que Brizola se valeu para construir sua identificação política e ideológica com o discurso varguista, mais especificamente, a política implantada por Vargas nos anos de 1937-1945. Isso, contudo, não quer dizer que Brizola se associou ao Vargas com um perfil ditador; ao contrário, Brizola não retomou ou reconstituiu em nenhum momento o perfil de Vargas ditador, apropriando-se tão somente da política populista/trabalhista e nacionalista, que era o que lhe interessava para sua ascensão política junto ao PTB e suas bases. É importante destacar que a proximidade de Brizola como político e com a pessoa de Getúlio Vargas ocorreu somente no final do Estado Novo. João Goulart, principalmente, e após Leonel Brizola aproximaram do político Vargas no Rio Grande do Sul, precisamente em São Borja, quando este estava afastado temporariamente do poder, aguardando as eleições da década de 1950. Assim, traremos para o debate alguns conceitos sobre a política varguista. Sobre isso, Jorge Ferreira⁵⁷ escreve:

Herdeiro do “clientelismo” da Primeira República, o “populismo”, após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora. Sobretudo com a ditadura de Getúlio Vargas, os trabalhadores, com a violência policial, teriam perdido suas lideranças mais combativas e, com a eficácia da máquina do DIP, sido iludidos pela propaganda política estatal. Destituídos de tradições de luta, organização e consciência, os trabalhadores, fossem os mais “antigos”, fossem os mais “novos”, aqueles recém-chegados do mundo rural, sucumbiram aos agrados do ditador. Satisfeitos com alguns benefícios materiais, a legislação social em particular, eles, em troca, dedicaram a Vargas submissão e obediência política.⁵⁸

⁵⁷ FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁵⁸ Idem, 61.

O fortalecimento do populismo/nacionalismo de Vargas após 1930 deu-se segundo uma estrutura política populista,⁵⁹ com características próprias implantadas no Brasil. Essa política populista perpetuar-se-ia até o final do governo Goulart, terminando com a implantação da ditadura militar e a perseguição política aos dirigentes e militantes do PTB, que, em virtude do envolvimento com as manifestações da Campanha da Legalidade em 1961, bem como do movimento para a formação dos Grupos dos Onze em 1964, foram enquadrados como subversivos e comunistas quando do golpe militar de março de 1964.

Portanto, torna-se relevante abordar o contexto histórico no qual se originou o populismo, antecedendo os fatos que culminaram no regime militar. Quando realizamos análises sobre o populismo, o primeiro passo é entender que tipo de prática foi implementada em torno dessa política e quais foram os papéis do PTB e do PSD/UDN/PL no contexto eleitoral nacional.

Foi justamente a maneira de Getúlio Vargas⁶⁰ governar que ficou conhecida como “populismo”, embora não tenha sido adotado somente por ele. Na América Latina, especificamente, Juan Domingo Perón, que assumiu a presidência da Argentina de 1946 a 1955, ficou conhecido como um político populista em virtude de sua relação com a classe popular do país. A respeito escreve Maria Helena Capelato: “O varguismo e o peronismo, analisados em conjunto ou separadamente, foram considerados as expressões mais típicas do populismo na América Latina”.⁶¹

O populismo adotado por Getúlio Vargas intitulou-se “trabalhismo”. Antônio A. Farias e Edgard L. Barros explicam que

⁵⁹ BANDEIRA, *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1963-1964*. 6 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.p 27-30; IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.p 53-73; FARIA, Antônio Augusto; BARROS, Edgard Luiz. *Getúlio Vargas e sua época*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986. p. 51-52.

⁶⁰ “A era Vargas”, assim denominada pela historiografia, compreende o período de 1930 a 1945. O governo provisório de Vargas, instalado em 1930, teria a função de promover a transição política, porém em 1932 aconteceu a Revolução Constitucionalista; em 1933, a Assembléia Constituinte e, em 1934, com a promulgação da nova Constituição, Vargas permaneceu no poder. Essa nova fase do governo foi chamada de governo constitucional de 1934-1937, período marcado por duas fortes correntes políticas: a Ação Integralista Brasileira, de orientação fascista, e a Aliança Nacional Libertadora. Já no final deste governo, começou a campanha anticomunista e a origem da ditadura do Estado Novo de 1937-1945. Naquele período, ocorreu a fundação do PSD e do PTB, entre outras manifestações políticas, como a UDN, reconhecidamente de oposição a Vargas. É a partir deste último período que centraremos nossos estudos, não descuidando, contudo, da influência dos períodos anteriores. Ver mais em SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 3. ed. Petrópolis. Vozes. 1981.

⁶¹ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998, p. 21.

[...] o setor da política trabalhista tendeu a concretizar a obra iniciada nos anos posteriores à revolução de 1930. Getúlio Vargas conjugou com bastante sucesso uma intensa repressão ao movimento operário. Ao mesmo tempo em que criava um conjunto de leis que representava um certo avanço para os trabalhadores. A institucionalização das relações entre Estado e a classe operária não se fez sem a elaboração de uma ideologia, o trabalhismo.⁶²

Muniz Bandeira⁶³ comenta que o populismo aplicado dentro do Estado era sustentado fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, o qual tinha características, para o período, de um partido de composição operária.

Nesse Estado populista, que começou a ter uma configuração mais urbana a partir de 1930, quando se acentuou o número de trabalhadores que atuavam nos setores industriais, houve necessidade de garantir direitos básicos, por meio de leis que contentassem a massa de operários e os mantivessem sob o controle estatal. Por isso, Getúlio Vargas aprovou leis trabalhistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, levando em consideração os dispositivos trabalhistas da Constituição de 1937, inspirada na Carta del Lavoro,⁶⁴ do ditador fascista italiano Benito Mussolini, garantiu férias remuneradas, proibiu o trabalho infantil nas fábricas e concedeu aposentadoria para os operários, entre outros benefícios. Em 1940, foi decretada a lei da criação do salário mínimo, o qual já havia sido contemplado na Constituição de 1934. O trabalhismo, de acordo com Maria Helena Capelato, “constituiu um dos traços definidores da política varguista. A constituição do Ministério do Trabalho, a lei do sindicalismo, a legislação social compõem a estrutura da nova cultura política”.⁶⁵

Importante leitura sobre o papel do Ministério do Trabalho na construção do trabalhismo varguista é a obra de Ângela de Castro Gomes⁶⁶, na qual discute a invenção do trabalhismo por meio de campos como a utilização da comunicação como palestras semanais, nas quintas-feiras, durante dez minutos, no programa *Hora do Brasil*, na Rádio Nacional, pelo ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho (1942-1945). Este soube usar a palavra de

⁶² FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz. *Getúlio Vargas e sua época*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986, p. 51.

⁶³ BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 6 ed. São Paulo: Civilização Brasileira. 1983. p 28.

⁶⁴ FARIA; BARROS, *Getúlio Vargas e sua época*. A Constituição de 1937, que nos seus dispositivos trabalhistas era inspirada na “Carta del Lavoro” italiana, dava somente aos sindicatos reconhecidos pelo Estado o direito de representar sua categoria, proibindo a greve e o *lock out*. A lei trabalhista estabelecia o papel dos sindicatos no ano de 1939, submetendo-os à tutela do Estado, com o objetivo de preservar a vida interna dos sindicatos da contaminação pelos maus elementos sociais, da presença de estranhas e corruptoras ideologias e, também, de colaborar com os poderes públicos, buscando o desenvolvimento, a solidariedade das classes produtoras e harmonização dos interesses sociais. Em 1ª de maio de 1943, o governo instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho, que reuniu todas as resoluções tomadas desde 1930 na área trabalhista.

⁶⁵ CAPELATO, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 175.

⁶⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2005

uma forma que o trabalhador compreendesse toda a legislação trabalhista proposta, bem como a exaltação ao chefe de Estado, Getúlio Vargas, sempre mostrando o seu caráter de líder, de “pai” dos trabalhadores, de “doador” do “seu povo”, o qual “recebia” os direitos e de alguma forma lhe “retribui”. Assim, Gomes discute o “dar-receber-retribuir”⁶⁷.

Nem todos os princípios da CLT, entretanto, serviam a todos os brasileiros, nem mesmo a relação de outorga⁶⁸. A população brasileira concentrava-se, em sua maioria, no campo, onde nenhum latifundiário pagaria salário mínimo para um peão, tampouco lhe concederia o direito à aposentadoria. As relações capitalistas evoluíam lentamente no campo e pouquíssimos trabalhadores rurais eram assalariados. Segundo Octávio Ianni⁶⁹, o modelo de industrialização que se colocava em prática a partir de 1930 manifestava os primeiros conflitos sociais inerentes à maneira de produzir vigente no campo, surgindo, assim, as primeiras organizações, bem como a necessidade da proteção ao trabalho rural. Para o autor, tanto o trabalho do setor industrial como o rural e as suas relações eram formalizados em termos conseqüentes com o mercado de trabalho capitalista, no espírito do modelo getuliano, ou seja, com base no populismo.

Nesse contexto do campo, havia a forte presença do coronel, que coibia qualquer possibilidade de reivindicações, ao passo que na cidade as relações pessoais davam-se na fábrica,⁷⁰ onde o operário dialogava com seus companheiros e estava unido pelo processo de produção. Nesse ambiente construíram-se formas de relações pelo contato com colegas, com estudantes, com revolucionários profissionais e com militantes comunistas, que divulgavam idéias por meio de conversas ou de jornais, estimulando a luta contra os patrões, propondo a criação de sindicatos combativos, enfim, mobilizando os trabalhadores para as greves, para a luta contra o capitalismo.⁷¹

O governo populista tentou combater essas ações prendendo comunistas, proibindo as greves, mas, acima de tudo, oferecendo aos trabalhadores as leis trabalhistas em troca da submissão. Contudo, o trabalhador, mesmo com a repressão do Estado Novo, não foi

⁶⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*, p. 45.

⁷⁰ Sobre o trabalho e as relações de trabalho, bem como a organização dos operários, ver DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1889 a 1930*. 12. ed. São Paulo: Atual, 1991, p. 95. Ainda, BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 7. ed. Porto Alegre: Vozes, 1986, p. 38-39.

⁷¹ Para aprofundar estudos sobre o capitalismo no Brasil, ver SODRÉ, Néelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; ou BRUM, *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Pode-se ainda buscar informações em PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, bem como em ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial: 1929-1945. In: BORRIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986, v. 4. p. 11-49.

silenciado, tanto que, empresários e a Justiça do Trabalho registraram que as “indústrias-quartéis” eram palco de reiterada insubordinação, com agressões a superiores hierárquicos, sabotagem, abandono de emprego e negligência no trabalho⁷². Assim, observando os acontecimentos do período, podemos negar a idéia da “doação” dos direitos, bem como a figura de Getúlio como o grande “doador” desses direitos. Não podemos esquecer que, antes das leis trabalhistas, os operários haviam realizado greves em 1917, 1918 e 1919, com as quais tinham conquistado alguns direitos básicos⁷³, bem como após a promulgação das referidas leis os trabalhadores continuaram lutando por mais direitos e pela manutenção dos já conquistados, os quais eram muitas vezes negados pelos empresários.

Getúlio Vargas, com sua política trabalhista, almejava que os trabalhadores confiassem no governo, pois esta era a essência do pacto populista: os trabalhadores exerciam as suas atividades no processo fabril e o governo, em contrapartida, oferecia-lhes as leis trabalhistas. A ideologia do trabalhismo⁷⁴ mitificou a figura de Vargas, que passou a ser visto como o doador de toda a legislação trabalhista, retirando o operariado de sua situação de total esquecimento e abandono. Nesse contexto, os trabalhadores não precisavam lutar por seus direitos; simplesmente aguardariam, passivamente, a boa vontade do Estado populista, como esclarece Maria Helena Capelato ao se referir ao poder político:

O poder político define, em última instância, os parâmetros relativos à liberdade. Sob um regime democrático, há espaço para a diversidade de produção, contestação de valores, expressão das tensões e dos movimentos contraditórios; nos regimes autoritários prevalece o controle da produção em nome de determinados valores (unidade nacional, identidade coletiva, ordem) e a censura é justificada como a guardiã dos princípios que o poder político se arvora em defensor, apresentando-os como universais e eternos.⁷⁵

A propaganda oficial criada pelo governo mostrava Getúlio como o “Pai dos Pobres”, o líder que conhecia as necessidades do seu povo e que lhe garantia direitos fundamentais; quanto ao povo, a resposta seria atender aos apelos do “Pai”, pois deveria aceitar a forma populista de governar. O populismo, ao mesmo tempo em que gerou uma política para uma massa de trabalhadores dependentes, despertou em outros o repúdio à política populista, os

⁷² NEGRO, Luigi Antônio; SILVA; Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v 3. 2003. p 51-54.

⁷³ FARIA; BARROS, *Getúlio Vargas e sua época*, p. 52.

⁷⁴ Idem, p. 51-52.

⁷⁵ CAPELATO, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, p. 100.

quais faziam o enfrentamento ao trabalhismo getulista.⁷⁶ Havia a tentativa de estabelecer uma relação estreita entre Estado e cidadão, sobre a qual comenta Maria Helena Capelato:

A relação direta homem/poder público é assim qualificada pelo trabalho como uma relação cidadão/Estado. Na democracia estadonovista, o cidadão não se definiria mais pela posse dos direitos civis e políticos, mas pela posse dos direitos sociais, e a realização plena da cidadania deveria ocorrer pela promoção da justiça social. Mas a realização da justiça social dependia da reforma do Estado, ficando, portanto, colocada como perspectiva de realização no futuro. O presente estava voltado para a nova organização estatal.⁷⁷

Tentando entender e conceituar melhor o que significava o povo trabalhador sobre o qual Getúlio Vargas exercia o seu poder “paterno”, observamos que o trabalhismo considerava “trabalhadores” apenas os operários. Os desempregados, os mendigos, os marginais em geral eram excluídos dessa concepção; portanto, o “Pai dos Pobres” era o pai dos trabalhadores, não de todo o povo brasileiro, num sentido mais coletivo.

Essa política trabalhista de Getúlio Vargas era fortalecida pela máquina de propaganda criada durante o Estado Novo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) cuidava de divulgar a imagem positiva do governo, tanto que ninguém fazia referências negativas a Getúlio, toda a imprensa era controlada e estava sob censura. Em todas as instituições, tais como escolas, quartéis, fábricas, estádios de futebol, programas do rádio, cinemas, a população era bombardeada com mensagens publicitárias exaltando o governo varguista e as manifestações culturais do Brasil, como músicas e livros didáticos, urdiam glória ao maior brasileiro de toda a história. Assim nos relata Maria Helena Capelato:

Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional. Havia íntima relação entre censura e propaganda. As atividades de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado.⁷⁸

⁷⁶ NEGRO, Luigi Antônio; SILVA; Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA; DELGADO, (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, p 51-59.

⁷⁷ Idem, p. 173-174.

⁷⁸ CAPELATO, *Multidões em cena*, p. 75.

Outra forma de manter os trabalhadores respaldando o governo foi o controle que Vargas exerceu sobre os sindicatos, pois, por meio dos operários dirigentes, acabava-se defendendo o interesse dos patrões e do governo em vez dos interesses dos trabalhadores. Para manter a máquina sindical ao seu lado, Vargas criou em 1940 o imposto sindical, que consistia no pagamento, pelos trabalhadores, de um dia de trabalho anual ao sindicato que representava sua categoria profissional. A lei ainda estabelecia a unicidade sindical, que significava a existência de somente um sindicato de cada categoria profissional por região; dessa forma, os dirigentes não teriam de se preocupar em solicitar contribuições para manter o sindicato, pois o grande volume de dinheiro coletado anualmente mantinha a máquina sindical funcionando.

Assim, vinculados aos favores do Estado e dos patrões, os sindicatos deixaram de fazer greves e de lutar em favor dos trabalhadores; muitos se tornaram meramente assistencialistas, oferecendo serviços como colônia de férias, quadra de esportes, assistência médico-odontológica, etc. Portanto, o imposto sindical foi responsável pelo estreitamento da subordinação dos sindicatos ao Estado, contribuindo para a marginalização da classe trabalhadora.⁷⁹

Outro aspecto importante é que outras instituições da sociedade civil além dos sindicatos e imprensa, como as Igrejas e as escolas, defendiam a ideologia do governo getulista do país e repassavam essa sua visão ao povo. Assim, na escola as crianças aprendiam que Vargas era o maior dirigente do Brasil e, na Igreja, os padres alertavam que os comunistas queriam destruir os valores da família, mas que Vargas tomara medidas para impedir que isso ocorresse, fortalecendo o “integralismo”.⁸⁰

Durante o populismo getulista destacou-se o nacionalismo, que, em meio à crise internacional, sustentava a defesa do capital nacional e ganhava popularidade. Difundiu-se, então, a idéia de que Getúlio Vargas era um presidente nacionalista, pois fazia a defesa do Brasil em relação ao capital internacional. Por essa prática, Getúlio Vargas recebeu apoio de muitos setores da esquerda brasileira. No período varguista, o Estado passou a interferir fortemente na economia. A crise de 1929 foi responsável pela adoção de novas políticas econômicas pelos Estados Unidos, que abandonaram o liberalismo econômico e adotaram as

⁷⁹ FARIA; BARROS, *Getúlio Vargas e sua época*.

⁸⁰ O integralismo – doutrina política de caráter totalitário representada pela extinta Ação Integralista Brasileira. Ver sobre integralismo, seu caráter ideológico, cultural e religioso, bem como sua fundação e extinção em: CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p. 193-216.

novas teorias keynesianas,⁸¹. Essas novas concepções serviriam de base econômica para os países latino-americanos e, em especial, para o Brasil.

Assim, Vargas marcou suas administrações, tanto no período do Governo Provisório como no governo constitucionalista, pela afirmação das concepções do populismo/nacionalismo. Na terceira fase do seu governo, no fim do Estado Novo, foi publicado o manifesto mineiro em 1943. Também a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, mobilizou milhares de estudantes pedindo o fim da ditadura de Vargas e, diante das reivindicações não atendidas, organizou uma passeata em 1943. Edgard Carone relata sobre o movimento estudantil:

A UNE e os seus diretórios acadêmicos nos Estados continuam a sua luta, comemorando e agindo em todos os momentos e em todas as instituições ligadas ao esforço de guerra e na luta pela democracia [...] De nada adiantando, resolve-se fazer passeata, onde os estudantes, caminham de braços dados e com o lenço na boca, simbolizando o amordaçamento da palavra.⁸²

Entretanto, a mobilização das massas em fins de fevereiro de 1945 foi decisiva para desencadear o movimento que ficou conhecido como “queremismo”. Esse movimento aconteceu quando a política nacional encontrava-se entre um período que sinalizava o final da ditadura do Estado Novo e um novo processo político dentro do regime democrático. Todavia, mesmo com a deposição de Getúlio Vargas, um fenômeno instigante seria vislumbrado, pois a população, em termos gerais, prestigiava o ditador e os trabalhadores exigiam a permanência de Vargas no poder.

Populismo, efeitos das hábeis técnicas de propaganda política, mistificação ideológica, manipulação das massas, consciências desvirtuadas de seus “reais” interesses, nenhuma dessas explicações, atualmente, convence o estudioso. Os historiadores etnográficos há

⁸¹ A doutrina keynesiana, formulada pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), contestava as idéias dos pensadores liberais e neoliberais clássicos quanto à minimização da interferência do Estado na economia. Conforme os keynesianos, em determinados momentos históricos, especialmente quando ocorresse escassez de investimentos por parte da iniciativa privada, gerando um quadro recessivo com problemas sociais, seria recomendável que o Estado aumentasse os investimentos públicos. Esta teoria foi defendida e seguida pelos países capitalistas até os anos 70, e os investimentos eram direcionados para a construção civil para a absorção da mão-de-obra e para os setores sociais, originando o chamado “Estado do bem-estar social”. Ver mais em KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992, p. 24-36. Também em SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 186.

⁸² CARONE, *O Estado Novo (1937-1945)*, p. 88.

bastante tempo nos ensinam que, se a cultura erudita tem o objetivo de subjugar os povos, não há por que acreditar que “estes foram real, total e universalmente submetidos”⁸³

Segundo Ferreira, o *queremismo*, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais antes e durante o “primeiro governo” de Vargas. O *queremismo* foi a manifestação políticas de trabalhadores, assalariados e pessoas que se definiam como pobres ou comuns e que, entre fevereiro e outubro de 1945, exigiram a permanência de Getúlio Vargas no poder.⁸⁴

O movimento *queremista*⁸⁵ enfrentou uma oposição forte de grupos econômicos, de partidos políticos, como a União Democrática Nacional (UDN), da imprensa, de intelectuais. No entanto, a posição do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁸⁶ e o forte apelo das classes populares e dos trabalhadores à sua permanência no poder só se explicam pelos benefícios sociais recebidos, que não foram poucos dentro de uma sociedade em que, até 1930, o trabalhador não era amparado por legislação trabalhista alguma. Portanto, não se pode atribuir o apoio dado a Vargas à ignorância das massas, nem mesmo à força da propaganda de seu mito.

Mesmo com toda essa política populista/trabalhista e nacionalista implantada e desenvolvida, muito menos com o movimento *queremista*, Vargas não se sustentou no poder, deixando-o e retornando para a cidade de São Borja no final do Estado Novo. Retornaria como presidente do Brasil em 1951, governando até agosto de 1954, quando cometeu suicídio. Como justificativa desse ato deixou a “Carta Testamento”, que foi amplamente divulgada.

⁸³ FERREIRA; DELGADO, (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, p. 15.

⁸⁴ *Idem*, p. 15-16.

⁸⁵ Ver mais sobre “*queremismo*” em ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca de cidadania política: o *queremismo* no Rio Grande do Sul frente à reorganização política partidária: 1945*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2006.

⁸⁶ Sob a orientação de Moscou, o PCB apoiou o *queremismo*, postura adotada também por seu líder no Brasil Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, perseguido por Vargas, que teve sua esposa, Olga Benário, comunista alemã, entregue aos nazistas pela polícia de Vargas. O apoio de Prestes a Vargas ocorreu por sua luta contra os países do Eixo, colaborando com a derrota dos regimes autoritários e, também, por Vargas ter aprovado a Lei Malaia, segundo a qual o governo poderia confiscar as grandes empresas estrangeiras que não estivessem atendendo aos interesses da população. Essa lei agradava aos comunistas e desagradava aos capitalistas americanos. Ver mais sobre o assunto em MORAIS, Fernando. *Olga*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediciones Altaya, 1994; ou, ainda, em GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*, São Paulo: Ática, 1989, bem como em CARONE. *O Estado Novo (1937-1945)*, 1976.

2.2 Discurso político brizolista e a associação com Vargas

O brizolismo, construído a partir da política varguista, analisado no jornal *Panfleto*, traz texto publicado onde Brizola faz uma interpretação da Carta-Testamento de Vargas, intitulado “A Carta de Vargas,”⁸⁷ retomando-a, dez anos após a morte de Getúlio, como afirmação do trabalhismo. Brizola busca na figura de Vargas, trabalhista e populista, bem como nos seus discursos, que convenciam as massas populares, uma identidade que lhe permitisse a continuidade política e ideológica junto à classe de trabalhadores e que também convencesse uma parcela da elite conservadora do país. Esse manifesto foi redigido desta forma no jornal *Panfleto*:

A Carta de Vargas é o mais importante manifesto dirigido ao povo brasileiro, desde a nossa Independência. Pelo que contém e pela autoridade de seu signatário. O 24 de Agosto há de ficar assinalado em nossa história como ficou, pelos tempos, o dia em que Tiradentes foi sacrificado. Tiradentes foi o mártir e o precursor de nossa independência política; Vargas o mártir e precursor da liberdade do nosso povo da injustiça social e da espoliação econômica.⁸⁸

Brizola usa a linguagem que busca o mito e o herói para ressignificar o trabalhismo no momento político de 1964. Trabalha a figura do Tiradentes “como mártir da independência política” e Vargas como “mártir da libertação nacional, da injustiça social e da espoliação econômica”. Vejamos o texto:

É compreensível que estes conceitos a muitos possam parecer um exagero. Os fatos e a parte da história de que Vargas foi o protagonista estão muito próximos. As paixões e os ódios ainda dominam alguns espíritos. Os interesses impedem a outros tantos. Existem os ambiciosos, os alienados, os comprometidos. E, também, a vaidade e a sede de poder. E de outra parte, muitos e muitos, autênticos patriotas, ainda não despertaram. Para nós próprios, os que vínhamos seguindo, por afinidade ou simples simpatia, o pensamento e os atos do grande brasileiro, não foi fácil compreender, na plenitude de sua significação histórica, a Carta do Presidente Getúlio Vargas, o seu gesto épico e os fatos e acontecimentos que o antecederam. O inesperado da tragédia, o impacto emocional, foram fortes demais e por algum tempo dominaram nossa sensibilidade de criaturas humanas. A revolta, o luto, a saudade, os sentimentos humanos, enfim, toldaram a nossa compreensão. Os dias foram passando, porém, e o nevoeiro daqueles sentimentos foi sendo lugar à visão de todo um panorama histórico, onde a Carta e a morte de Vargas surgem, dominantes, como um marco assinalando os rumos de nosso destino.⁸⁹

⁸⁷ BRIZOLA, Leonel de Moura. A Carta de Vargas. *Panfleto*, 1. ed. 17 fev. 1964, p. 2. Apesar de esta pesquisa ter um cunho qualitativo, observamos que, quantitativamente, Leonel de Moura Brizola, em seus discursos no jornal *Panfleto*, reporta-se 76 vezes a Vargas, 11 vezes à política imperialista do governo Goulart; 87 vezes ao jornal *Panfleto* como imprensa livre e 10 vezes à política de conciliações do presidente Goulart.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem, p. 2.

Ressaltava Brizola, com um certo exagero de início, a comoção nacional que a morte inesperada de Vargas causara, porém afirmava que essa passagem seria um marco para um “novo destino”, e nesse novo destino do trabalhismo estaria ele como um dos lutadores na defesa dos interesses da nação.

O significado e o valor de um manifesto político resulta de seu conteúdo, da autoridade de seu signatário e das circunstâncias de seu surgimento. O autor da Carta-testamento não foi um cidadão ou político qualquer. Foi um Presidente da República, eleito pelo povo e no exercício de seu mandato. Foi o Presidente Getúlio Vargas, exatamente aquele homem sobre cujos ombros pesou, por mais de um quarto de século a maior soma de responsabilidades na condução de nosso País. De autoridade incontestada, já em virtude de sua autoria, esse documento adquiriu significado e dimensões excepcionais pela circunstância de que Vargas o escreveu no instante em que se despedia da existência, no momento em que havia decidido sacrificar sua própria vida para conferir autenticidade à sua mensagem.

Brizola, analisando a Carta de Vargas, perguntava: “E o que conteria a carta de Vargas?” E em seu discurso responde:

Afora algumas palavras de afeto e despedida, dirigidas ao povo brasileiro, contém a Carta de Vargas uma *denúncia* à nacionalidade e uma *convocação* à luta, ao inconformismo, à insubmissão e à resistência, de todos os brasileiros e patriotas deste País. *Vargas denunciou o domínio e o processo de espoliação das corporações e grupos econômicos e financeiros internacionais* que vêm esmagando o nosso povo e mergulhando a nossa Pátria na dependência e na submissão.⁹⁰

Nesse trecho de sua interpretação da Carta de Vargas, Brizola busca a afirmação de um discurso e que se tornaria muito vivo em 1963 e 1964 e no restante de sua trajetória política. Invoca termos como “nacionalidade”, “convocação à luta”, “inconformismo”, “insubmissão”, “resistência” e “ataque feroz” contra a política e os grupos internacionais na questão da dependência e da submissão. Esses termos eram usados por Brizola em discursos nos jornais, em ataques pessoais ou a grupos econômicos:

⁹⁰ BRIZOLA, A carta de Vargas, *Panfleto*, p. 2.

Fatos e circunstâncias, atitudes e posições anteriores, com as quais a Carta-Testamento guarda a mais perfeita coerência, demonstram que a derradeira mensagem de Vargas contém o *pensamento conclusivo* do grande brasileiro. Vargas, portanto, após as experiências recolhidas no decurso de sua longa e intensa vida pública chegou a conclusão de que o *problema dos problemas* de nosso País, que a *causa motriz* de nossos males e aflições é a *espoliação* cruel e desumana de que somos vítimas. Faz parte, também, de seu pensamento conclusivo a *palavra de ordem* a todos os brasileiros que colocam a Pátria acima dos seus interesses. E a palavra de ordem não é outra senão a inconformidade, a resistência, a luta contra os espoliadores de nosso País, contra os grupos dominantes, externos e internos, que formam a crosta de interesses que vêm sacrificando o nosso povo e solapando a nossa própria soberania. Vargas, decidindo sacrificar-se deixou a todos nós o ensinamento de que para um patriota autêntico, *mais vale perder a vida que a razão de viver. E a nossa razão de viver é a Pátria livre, forte, soberana, próspera e respeitada, consagrando uma sociedade justa para o futuro de nossos filhos.*⁹¹

A frase com os termos “Pátria livre e soberana, próspera, forte, respeitada onde haja uma sociedade justa para o futuro dos filhos desta pátria” constitui uma terminologia muito utilizada nos discursos brizolistas, o que agradava aos ouvintes e leitores, que construíram, a partir do varguismo, a noção de nacionalismo, “defendendo uma pátria para os seus filhos” e construindo “um sentimento de amor pela terra dos brasileiros”.

O depoimento de Vargas permite-nos compreender que a nossa estrutura econômico-social, injusta e desumana, nada mais é que o efeito, que a dolorosa conseqüência do insidioso processo de espoliação a que está submetido nosso País; permite-nos compreender que o subdesenvolvimento, o nosso atraso material e cultural, o analfabetismo, o latifúndio intocável, a marginalização e o empobrecimento de regiões e contingentes cada vez maiores de nossa população, as favelas, os ranchos, as doenças endêmicas, a inflação, a desvalorização de nossa moeda, as emissões, a elevação dos preços e do custo de vida, todo este quadro de sofrimentos, de necessidades, de misérias e injustiças nada mais é senão o trágico painel dos *efeitos e conseqüências da espoliação econômica*. Vargas não dispunha dos dados e provas que hoje nós possuímos; mesmo assim, a experiência e o descortínio do grande estadista, permitiram-lhe antever e afirmar aquilo que se constituiu, hoje, uma verdade aceita e proclamada, isto é, que só *conseguiremos* realizar o nosso desenvolvimento, os ideais de justiça social, construir uma sociedade brasileira justa, *a medida que conseguirmos nos libertar da espoliação internacional.*⁹²

Brizola continuava o discurso referindo-se a situação social do país, buscando em Vargas as palavras para o entendimento e a afirmação da aceitação do seu próprio discurso pelos leitores e ouvintes, principalmente os petebistas.

⁹¹ BRIZOLA, A carta de Vargas, *Panfleto*, p. 2.

⁹² Idem.

Muitos estranham a particularidade de não ter Vargas, em sua derradeira mensagem, mencionado expressamente as reformas de base. Ocorre que, embora sem fazer uma referência expressa sobre as chamadas reformas de nossa estrutura interna, está implícito na carta de Vargas o conceito de que *reformas e libertação são termos de um mesmo problema*. Numa economia espoliada, submetida a um processo crescente de descapitalização e desgaste como a nossa, reformar quer dizer organizar uma sociedade justa, terracear a economia contra a erosão, fazer a retenção da poupança local e dos frutos do trabalho do povo e promover o desenvolvimento. *Reformas e libertação são, pois, termos de um mesmo problema. Não há reformas sem libertação, nem libertação sem reformas.*⁹³

Havia a necessidade de pensar a utilização de um discurso varguista para convencer sobre a necessidade de realização de atos inovadores do programa de governo de João Goulart – as reformas –, mas como trabalhar este termo se não existia no discurso de Vargas? Assim, utilizando-se do interdiscurso, Brizola utilizava as palavras varguistas “reforma e libertação”.

A população brasileira teria a libertação após a implantação das reformas de base, ou seja, agrária, econômica, urbana, que estavam pautadas no plano de governo de João Goulart. E mais, Brizola tinha muito interesse nessas reformas porque levaria para o governo central as experiências de reforma agrária do Rio Grande do Sul. Ainda trabalhando com a Carta de Vargas, Brizola escrevia:

A Carta de Vargas denuncia ao povo brasileiro a existência de uma minoria de poderosos e de privilegiados, associados da espoliação, insensíveis aos interesses do País e apegados exclusivamente ao lucro e aos seus negócios – embora invocando sempre a democracia e as liberdades – e cujos interesses formam a tessitura de poder e dominação que mantém o nosso povo aprisionado à exploração e ao atraso, impedido de realizar a si mesmo. Vargas aponta essa minoria, denunciando-a como forças e interesses antipovo e antinação. São grupos e oligarquias que detém, realmente, em suas mãos os cordéis do poder neste País. “*Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir minha ação.*” Vargas denunciou como antipovo e antinação todos os que negam aos que trabalham e produzem, aqueles direitos e garantias que só uma minoria de afortunados vêm usufruindo, num país aberto ao saque internacional. Vargas denunciou como antipovo e antinação as cúpulas e oligarquias da velha política brasileira e os grupos econômicos internos associados das corporações internacionais, aqui protegidos pela cobertura daquelas mesmas forças políticas.⁹⁴

Brizola chamava a atenção para o grupo oligárquico que estava com o poder econômico e político nas mãos, impedindo Vargas de governar e excluindo os brasileiros de uma melhor condição social. Referia-se a um grupo da política velha oligárquica, ao grupo de burgueses nacionais que atrelavam o poder aos monopólios internacionais. Denunciava que os

⁹³ BRIZOLA, A carta de Vargas, *Panfleto*, p. 2.

⁹⁴ Idem.

grupos sociais de industriais e comerciantes que haviam discordado, em 1954, da política de Vargas, bem como os grupos políticos e militares que tinham negado naquele momento apoio a Vargas, continuavam a pressionar o governo Goulart, procurando pôr fim ao seu governo. Discursava contra uma oligarquia da qual Vargas, Goulart e ele próprio faziam parte, por serem, de certa forma, considerados latifundiários, visto que possuíam terras no Brasil e no Uruguai. A massa de militantes petebistas acreditava tanto na carta de Vargas como nos discursos inflamados de Brizola, afinal, era defensor de uma ideologia na qual a maioria da população, acreditava, pois seu discurso possuía um sentido que legitimava a dominação carismática do líder brizolista.

Para Brizola, a Carta-testamento de Vargas era um manifesto candente, mas rigorosamente insuspeito, porque fora escrito pelo mais sereno e tranqüilo de todos os políticos brasileiros. A calma e o equilíbrio, o espírito ameno e conciliador estavam presentes na personalidade de Vargas. Não importava, portanto, para Brizola o que os historiadores⁹⁵ diziam sobre Vargas, mas, sim, o que ele representava para a população brasileira, que deveria prevalecer: “o seu o pensamento conclusivo e a sua palavra final”.⁹⁶

Vargas não fora suicida para Brizola, e, sim, conscientemente decidira morrer, o que somente um revolucionário autêntico é capaz de fazer, ou seja, dar a sua vida para a libertação de seu país. Brizola enfatizava que Vargas e Tiradentes tinham feito o máximo que as circunstâncias lhes permitiam para a libertação do povo brasileiro. Essas mortes, em especial a de Vargas, deveriam servir para a libertação de milhões de consciências. E retomava a frase de Vargas de que não queria que o povo, do qual ele fora escravo, continuasse escravo. Ao término de sua interpretação da Carta-testamento de Vargas, Brizola enfatizava:

A Carta de Vargas é um manifesto revolucionário e nacionalista. O Grande Brasileiro denunciou o domínio e a espoliação internacional que vem martirizando o nosso povo e solapando a soberania de nossa pátria. Vargas conclamou-nos à resistência e à luta. Como aquele sentinela que morreu para que as nossas consciências despertassem. Vargas cumpriu com sua missão. É, hoje, o mártir, o precursor, de nossa libertação. E por que assim foi, hoje somos milhões e milhões por todos os recantos da Pátria.⁹⁷

O trabalhista Brizola encerrava essa manifestação na matéria do jornal *Panfleto* conclamando todos os brasileiros a serem resistentes e a lutarem contra os desmandos sociais

⁹⁵ BRIZOLA, A carta de Vargas, *Panfleto*, p. 2.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

e econômicos que estavam acontecendo no Brasil de 1964. Solicitava que as consciências despertassem para a liberdade, referindo-se a todos os milhões de brasileiros.

Vargas estaria presente em todo o jornal *Panfleteo*, especialmente quando as matérias fossem de sua autoria e de Brizola. Assim, no primeiro número do jornal a matéria veiculada com o título de “A palavra de Vargas”, na verdade, foi a reprodução da Carta-testamento, cujas palavras fariam parte de discursos improvisados ou redigidos com antecedência por Brizola. Para exemplificar, Brizola reescrevia:

[...] interesses contra o povo [...] precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender como sempre defendi, o povo [...] fiz-me chefe de uma revolução e venci [...] iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social [...] voltei ao governo nos braços do povo [...] contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional, na potencialização das nossas riquezas através da “Petrobrás”, e mal começa a funcionar, a onda de agitação se avoluma [...] não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente [...] os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500 por cento ao ano [...] renunciado a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado [...] nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue [...] quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado [...] mas esse povo, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém [...] lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo [...] agora, ofereço a minha morte [...]⁹⁸

A foto abaixo, contemplada no texto, mostra um Vargas pilchado, tomando chimarrão, identificando o gaúcho forte que fizera a Revolução de 30 e que governara o país por quatro períodos distintos dentro da história. O interessante é que o jornal *Panfleteo* encerrou sua primeira edição com esta foto e iniciou a segunda edição com uma foto de Brizola, também tomando chimarrão, com a cabeça levemente abaixada como Vargas. Sugeriria, pois, uma relação de “filho” imitando ao “pai”, mostrando uma imagem total das figuras do trabalhismo e de sua seqüência em todas as formas, seja na linguagem, seja na imagem, ou na construção do mito brizolista.

⁹⁸ Idem.



Fonte: *Panfleto*, 1. ed. de 17 de fev de 1964. p. 32 e 2 ed. de 24 de fev de 1964. p. 3.

Figura 7 – Foto de Getúlio Vargas tomando chimarrão na Fazenda de Itu, sentado na rede, e foto de Leonel Brizola em *Panfleto*

Sobre o mito Vargas, no qual Brizola buscou sua identificação política, escreve Jorge Ferreira:

[...] “o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas – e o movimento que decorre dele, o *queremismo* – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”⁹⁹

O mito de Vargas esteve presente no cotidiano dos trabalhadores, fortalecido por suas ações, mas também dentro do PTB e no movimento *queremista*, bem como no trabalhismo *getulista* e no nacionalismo apregoado por ele, contribuindo, assim, para que o trabalhismo-

⁹⁹ FERREIRA; DELGADO, (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, p. 19.

getulista se fortalecesse ainda mais. No entanto, o PTB, o queremismo e o trabalhismo têm conceitos e identidades individuais, de modo que pode acontecer um fortalecimento dessas manifestações em seu conjunto ou individualizadas.

Mesmo com todo o “Movimento Queremista”, Vargas não teve sustentação para governar o Brasil. Em 1945, o general Góis Monteiro afastou Getúlio Vargas da Presidência da República e o governo foi entregue a José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal, que, após, passou o cargo ao general Eurico Gaspar Dutra, eleito por voto secreto e direto. Ex-varguista e ex-simpatizante da Alemanha nazista, Dutra, apoiado por Vargas no trabalhismo e no populismo, auferiu milhões de votos.¹⁰⁰ Com relação ao fim do Estado Novo e à queda de Getúlio Vargas, Edgard Carone esclarece:

O golpe e a queda de Getúlio Vargas representam luta entre as duas facções das classes dirigentes, cada uma delas tentando alianças e conchavos para permanecer ou conquistar o poder. Só que as alas vencedoras, a de Eduardo Gomes e as da UDN, que neste momento se aconchavam com Dutra e os do PSD, representam uns e outros, civis e militares, os grupos mais reacionários e anticomunistas, os grupos mais entreguistas e desnacionalizadores, que vão tomar conta do poder e destruir, um a um, grande parte das conquistas econômicas e sociais estruturadas nos quinze anos anteriores. O que se pretende é novamente governos elitistas, onde a palavra “democracia” seja privilégio de uma minoria, como no passado.¹⁰¹

Nesse clima de pós-guerra, de instabilidade política e de uma nova perspectiva de governo, agora com Dutra, não mais com o ditador Getúlio Vargas, os partidos políticos começaram a se aglutinar visando a representações de classes e à defesa de interesses de minorias. Nesse momento, com o PCB na clandestinidade, o PTB surgiria como um partido de aglutinação das massas populares e os políticos mais fiéis e ardorosos do trabalhismo/populismo de Vargas permaneceram defendendo as idéias pregadas por seu idealizador. No interior do Brasil, e com maior intensidade no Rio Grande do Sul como um todo, por ser berço do presidente Vargas, a defesa política do trabalhismo seria fortemente defendida por uma nova classe de políticos que começava a surgir, representada principalmente por João Goulart e Leonel de Moura Brizola.

¹⁰⁰ O índice de votos de Dutra nas eleições de 1945 foi de 55% do total, com apoio do PSD+PDT; a máquina de votos pessedista e o apoio de Vargas deram a vitória tranqüila a Dutra. Eduardo Gomes obteve 35% dos votos e concorria pela UDN; pregou na sua campanha a honestidade, porém recebeu apoio de Adhemar de Barros, líder do PSP, que admitia roubar, porém fazia obras, sendo considerado um dos políticos mais corruptos do período. Yedo Fiúza obteve 10% da votação e concorria pelo PCB, político desconhecido, e os conhecidos não tinham força eleitoral no período. FARIA; BARROS, *Getúlio Vargas e sua época*, p. 64-65.

¹⁰¹ CARONE, *O Estado Novo...* p. 349.

2.3 Brizolismo, trabalhismo e populismo

Assim o brizolismo pode ser caracterizado como a adesão às atitudes políticas e à liderança de Brizola, uma relação entre a figura política do líder Brizola e a criação do mito em seu entorno mantida por longo tempo. João T. Sento-Sé explica:

Quanto os militantes da Brizolândia, com seu alegado primarismo político e intolerância, repetem ciosamente que não cultuam a figura de Brizola, mas as idéias com ele partilhadas e o que ele representa no cenário político brasileiro, seus projetos e suas utopias, estão, a seu modo, revelando algo que não pode passar despercebido aos olhos do intérprete interessado.¹⁰²

A política brizolista, ou brizolismo, tem um caráter tencional e racional, pois não é apenas uma narrativa sobre o Brasil, sua política e sua história, mas é, também, um dos campos onde esta narrativa é composta. Esse campo é o discursivo, no qual as narrativas mescladas com política e história ocorrem e trazem reconfigurações. Assim, o brizolismo

[...] é impensável sem que se levem em conta os discursos de rejeição e estigmatização daquilo que a figura de Brizola representa. Tanto quanto as significações positivas a ele vinculadas, os contundentes discursos negativos são da maior importância. A disputa em torno de Brizola, de seu progressismo ou arcaísmo, de sua vocação democrática ou autoritária, de seu caráter popular ou manipulador, não dá conta, de modo algum, da complexidade dos temas relativos à política brasileira [...]¹⁰³

Dentro do brizolismo, os discursos são carregados de símbolos e imagens constituintes de um mundo de idéias. Por isso, essa política pode ser entendida como uma prática de atores no campo político que disputam a hegemonia com maior ou menor positividade, conforme a proximidade com o campo brizolista.

O brizolismo marcou época com a mesma intensidade que o varguismo. É um conceito que se atribui às atitudes políticas de Leonel Brizola ao defender o trabalhismo varguista e aderir a elas, ou seja, as conquistas dos trabalhadores, como as leis do trabalho, 13º salário, férias remuneradas, descanso semanal, enfim, tudo o que Vargas pregara e consolidara como “Pai dos Pobres”, através do Partido Trabalhista Brasileiro, incorporado, então, no cotidiano político de Brizola. Vargas e sua política nacionalista também serviram de espelho para

¹⁰² SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 25-26.

¹⁰³ Idem, p. 27-28.

Brizola, que se opunha vigorosamente ao capital estrangeiro no Brasil, por não ter controle e visar à exploração do país, bem como ao agravamento da miséria do povo, segundo conceitos ideológicos trabalhados por Ciro Marcondes Filho¹⁰⁴.

O brizolismo existia na figura e nas atitudes de Leonel Brizola não fora desse contexto. Ninguém é varguista sem Vargas e ninguém será brizolista sem Brizola. Ademais, o varguismo difere do brizolismo por uma condição: Vargas estabeleceu, durante todo o seu longo mandato, uma política de conciliação entre operários e burgueses, entre partidos diferentes e acordos internacionais para a entrada de capital estrangeiro no país; no caso do brizolismo, essa “política de conciliação” jamais existiria, ao menos nos discursos, havendo, ao contrário, as encampações de empresas estrangeiras pelo governador Brizola no Rio Grande do Sul e a promessa de nacionalização de outras empresas durante o governo Jango. Portanto, este componente básico e importante diferencia o varguismo do brizolismo.

No brizolismo, a ideologia pregada era a supervalorização do líder Brizola, o PTB como herança política do Vargas, tendo Brizola como seu maior defensor, e a defesa de um governo que não estivesse atrelado a partidos elitistas nem à burguesia nacional. O alvo da ideologia brizolista eram, sem dúvida, os discursos acirrados em favor das “minorias desprovidas”, que agradavam um público de partidários descendentes do varguismo e seguidores do brizolismo.

O trabalhismo brizolista significou a recuperação, em primeiro lugar, da memória que se busca e se recupera para um laborioso trabalho de invenção de uma tradição, como entende João T. Sento-Sé¹⁰⁵. Assim, os trabalhistas fiéis passaram a investir em publicações visando a transmitir e formar jovens dentro do ideário trabalhista, mantendo uma narrativa da história do Brasil na qual, sem o trabalhismo, essa história não teria sentido. Nessa reinvenção da tradição trabalhista é importante reforçar a percepção nítida de que o trabalhismo brizolista é um retomar da trajetória varguista de um passado trabalhista, porém, agora, com cunho nacionalista e antiimperialista. Esse trabalhismo brizolista reforçava um discurso nacionalista unindo e agregando forças do campo da esquerda após a Segunda Guerra Mundial, bem como no pré-64. Essa reinvenção da tradição trabalhista iria contribuir para a organização da ideologia brizolista presente nos discursos políticos de Leonel de Moura Brizola a fim de afirmar sua postura no contexto da política nacional e internacional.

¹⁰⁴ MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia*. 9. ed. São Paulo: Global. 1997.

¹⁰⁵ SENTO-SÉ, *Brizolismo*, 1999.

2.4 Brizolismo: conceitos para esta ideologia

Em se tratando de ideologia, Ciro Marcondes Filho registra:

Estes conceitos já não estão muito claros pelo fato de, por um lado, os países chamados “socialistas” demonstrarem uma grande resistência a passarem ao trabalhador o controle real do país, em suprirem de fato as classes, a burocracia, as elites e, de, por outro, a burguesia ou a sociedade capitalista oferecerem uma série de vantagens (que de fato são vantagens provisórias, aparentes) aos trabalhadores. Finalmente, pelo fato de a separação de classes (no que se refere à consciência) deixar de ser tão clara, tão nítida, o problema de ideologia já não é hoje um problema de uma “colocação em extremos”.¹⁰⁶

Percebemos que, ao trabalhar com ideologia, os conceitos e entendimentos têm um espectro muito grande, pois a ideologia está em toda a parte: na moda, na arte (na consciência), na família, nos meios de comunicação, nos sistemas e forma de governos, na forma de governar, na postura política e na fala das pessoas, bem como nos discursos e posturas políticas. Todas essas práticas são impregnadas de símbolos, pois a ideologia reúne uma série deles; assim, todos os atos ou atitudes ideológicas das pessoas são carregados de símbolos. Exemplifica Ciro Marcondes Filho:

A ideologia da produção tem como valores o alto atendimento, a atenção exclusiva ao produto, o desempenho muito grande da máquina, a colocação nessa máquina de um trabalhador qualificado. Todos esses valores que se juntam à ideologia da produção. As ideologias políticas e sociais estão orientadas para a realização de um grande valor, de um valor que é a meta final de uma sociedade. A ideologia do Catolicismo, por exemplo, esta orientada para a prática de uma certa doutrina de “fazer o bem”, pela qual as pessoas chegariam a um valor supremo, que é o valor da salvação. Os comunistas colocam como valor supremo a construção de uma sociedade sem classes. Segundo eles, para se chegar a isto é preciso lutar, é preciso organizar as massas, é preciso que elas adquiram consciência de que são poderosas e de que conseguirão tomar o poder. A ideologia do capitalismo esta centralizada num valor fundamental que é a projeção, a possibilidade de as pessoas conseguirem destacar-se na sociedade e diferenciar-se das demais.¹⁰⁷

A ideologia traz um signo muito importante, que é a forma de ver o mundo, ou a “visão de mundo” que cada pessoa tem, ou, até mesmo, é um coletivo de pessoas que têm uma maneira unificada de olhar o mundo e de chegar a conclusões sobre as leis, normas, regulamentos e as lutas que devem fazer para que as consciências se modifiquem ou suas

¹⁰⁶ MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia*. 9. ed. São Paulo: Global, 1997. p. 19.

¹⁰⁷ Idem, p. 27.

consciências se modifiquem. A ideologia, como percebemos, não é somente política, mas a sua manifestação mais visível é, sem dúvida, a política, visto que é nessa arena que os indivíduos revelam seus conceitos básicos e fundamentais sobre tudo e sobre todos no mundo. Podemos agregar ideologia a um conjunto de idéias, de procedimentos, de normas, de pensamentos, de valores, de pensamentos, de concepções religiosas, filosóficas, intelectuais que conduzem a população a assumir posicionamentos pessoais, partidários e responsáveis.

O trabalho faz parte da vida, do cotidiano dos indivíduos, e a ideologia pode surgir por meio dele, pois é com o trabalho que as pessoas podem adquirir uma consciência nova, mudar o estado das coisas, desejar algo melhor, provocar mudanças. O movimento de uma classe trabalhadora unida por uma ideologia já marcou profundamente duas épocas. Como o trabalho acabou, com o passar dos anos, diversificando-se, esse movimento que agregava mudanças também passou, e passa, por transformações.

A ideologia deve ser sustentada diariamente, o que é realizado pelos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais, revistas, e por instituições, como escolas, clubes, igrejas. Ciro Marcondes Filho escreve que o contato com os meios de comunicação, assim como com outras instituições, reforça no sujeito a ligação a valores, que funcionam para manter a coesão e a ligação dos indivíduos na sociedade.¹⁰⁸

Na sociedade, as instituições materializam as ideologias que querem ver reproduzidas, servindo para reforçá-las e sendo conhecidas como “unidades de reprodução simbólica”. Algumas ideologias são mais reproduzidas que outras e ganham a ajuda, muitas vezes, da propaganda, falada ou escrita, sendo divulgadas pelas instituições sociais, ou seja, pelas unidades de reprodução simbólicas. Assim, o poder pode reforçar idéias, reprimir, inibir, fazer silenciar. As pessoas são influenciadas na sociedade por diversas ideologias preparadas para ocupar lugar em suas mentes. É óbvio que algumas pessoas não conseguem distinguir ou adotar uma ideologia, pois, diante de um conflito ideológico, algumas ideologias apresentam mais força que outras na defesa ou apresentação de suas idéias ou posturas. Cabe, é claro, a cada indivíduo avaliar se essas idéias são dominantes, descartando-as ou aceitando-as.¹⁰⁹

Assim, a ideologia brizolista tomou vulto no corpo social por apresentar à sociedade um conjunto de idéias já existentes anteriormente abrigadas no varguismo trabalhista e populista. O brizolismo continuaria a defendê-las, porém acrescentaria um componente

¹⁰⁸ MARCONDES FILHO, *Ideologia*, p. 45. Ver mais sobre ideologia em ZIZEK, Slavoj et al. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

¹⁰⁹ Idem.

convicente, que foi um nacionalismo mais acirrado e sem nenhuma possibilidade de conciliação entre os “interesses populares” e os desejados pela “burguesia”.

Analisando os conceitos do trabalhismo varguista e do trabalhismo brizolista, podemos observar a ideologia apregoada por Brizola como forma de afirmação de um modelo político, carregada de simbolismos referenciados em épocas passadas, bem como o estabelecimento de uma relação de dominação e mobilização das forças sociais. John Thompson escreve: “[...] proponho conceituar ideologia em termos das maneiras como o sentido mobilizado pelas forças simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação [...]”¹¹⁰ O autor trabalha outros elementos que ajudam a entender o conceito de ideologia e que neste estudo, especificamente, podem ser vinculados com o brizolismo. Ainda refere as formas simbólicas, que seriam ações e falas produzidas por sujeitos reconhecidos por eles e outros como construções significativas, e traz o aspecto contextual, afirmando que as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos e processos socialmente estruturados, e, por fim, a localização das pessoas e as qualificações associadas a essas posições num campo social ou numa instituição, que fornecem ao indivíduo diferentes graus de poder.

A produção da ideologia está muito ligada à intelectualidade. O intelectual político¹¹¹ tem o poder do conhecimento, do convencimento, e utiliza a palavra para repassar seus pensamentos e ações ideológicas e para estabelecer alguma relação com o poder. Esse político/intelectual pode buscar um mito já existente no imaginário popular ou, até mesmo, na própria elite política do país, repensando e reescrevendo sobre suas ações no corpo social.

2.5 Construção do mito

É importante destacar aqui que a construção do mito está ligada à ideologia que atende ao seu contexto de existência. Dessa forma, ao trabalharmos com o mito brizolista, entendemos que esteve ligado à ideologia que cerca o brizolismo, explicada anteriormente, no entanto precisamos definir o conceito de mito aplicado à ideologia ora trabalhada. Mircea Eliade explica que o mito, além de outras influências nos homens, também influencia em seu modo de viver na sociedade e de obedecer às regras para trabalhar e conviver. Ressalta a autora:

¹¹⁰ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 76.

¹¹¹ Ver mais sobre intelectuais políticos em: THOMPSON, op. cit., e MIGUEL, Amando de. *El poder de la palabra – Lectura sociológica de los intelectuales em Estados Unidos*. Madrid: Tecnos. [s. d].

Os mitos, efetivamente, narram não apenas a origem do mundo, dos animais, das plantas e do homem, mas também de todos os conhecimentos primordiais em consequência dos quais o homem se converteu no que é, hoje, um ser mortal, sexuado, organizado em sociedade, obrigado a trabalhar para viver e trabalhando de acordo com determinadas regras.¹¹²

Eliade lembra que o mito “restringe” o comportamento do grupo, limitado em seus hábitos, costumes, enfim, seus modos de agir. Nessa perspectiva, “[...] determina um número variado de comportamentos sociais, tendo como regras essenciais estabelecer a ordem social e natural e manter a coesão do grupo [...]”.¹¹³

O mito também nasce, sobretudo, como explicação de fenômenos do passado a partir das idéias, em geral inconscientes, que temos do presente. A explicação mitológica não é aleatória, indeterminada, pois sempre o homem explicou os fenômenos naturais e sociais com base em visões de mundo socialmente determinadas. As explicações míticas são profundamente prenes de funcionalidade social e servem para fixar e domesticar o presente, apoiando-se no pressuposto de que o relato e sua explicação são fatos indiscutivelmente ocorridos. Com o passar dos anos, os mitos podem ser esquecidos, subalternizados, reelaborados, reinterpretados segundo as necessidades sociais profundas.¹¹⁴

Roland Barthes apresenta uma contribuição importante quando afirma que “os homens não mantêm com o mito relações de verdade, mas sim de utilização: despõem-nos segundo as suas necessidades”¹¹⁵ É importante tal afirmação ao verificarmos que este mito é uma personalidade política, pois há sempre um aproveitamento da figura política, bem como da influência em cargos, indicações, mídias, etc.

Para Owem Mussolini, o título de herói – e aqui nos apropriamos dele para utilizá-lo como definição de mito – é “dado a homens que se distinguiram por suas excepcionais façanhas, sua força descomunal ou suas obras em favor de seus concidadãos. Frequentemente, depois de sua morte, eram colocados entre os deuses e recebiam as mesmas honrarias”.¹¹⁶

Os mitos históricos antropomorfizam a história ao transformarem heróis, individuais ou coletivos, em protagonistas e agentes propulsores do mundo social – origem dos povos, invenções científicas, relações sociais, etc. Repetidos através dos tempos, os mitos constroem-se comumente a partir dos fatos históricos, por meio da reelaboração da imaginação social,

¹¹² ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 16.

¹¹³ Idem, p. 32.

¹¹⁴ FINLEY, Moses I. *O uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 6.

¹¹⁵ BARTHES, Roland. *Mitologias*. 3. ed. Trad. de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Difel 1978. p. 164.

¹¹⁶ MUSSOLINI, Owem Ranieri. *Dicionário das mitologias greco-romana e etrusca*. [s. l.]: Enigmística Moderna, [s.d.], p. 158.

permitindo que o realmente ocorrido seja manipulado em sentido épico pela ocultação de realidades que não é de interesse que sejam conhecidas.

Assim, podemos observar a construção do mito a partir do carisma. Para tanto, Max Weber, na investigação dos processos sociais de legitimação do poder político, destaca três tipos de dominação: tradicional, racional-legal e carismática. Os três tipos de dominação de Weber definem de modo criativo formas observáveis historicamente de exercício do poder e de administração pública. Para João T. Sento-Sé,

[...] os tipos puros de dominação não são, portanto, conceitos históricos, não funcionam para definir formas de governo datadas historicamente, que se transmutam num processo evolutivo. São conceitos analíticos, através dos quais abre-se uma linha de interpretação sobre as motivações que presidem as relações de poder nas diversas sociedades. [...] ¹¹⁷

O terceiro tipo de dominação, o poder carismático, é um contraponto entre as tendências conservadoras e estabilizadoras da tradição e da racionalidade legal. O poder carismático atua com força nas democracias de massa, porque elas aderem ao carisma do líder. Esta teoria caracteriza-se por um caráter passional e irracional, norteando a sua intervenção no espaço público, justamente onde o líder carismático tem maior probabilidade de manipulação das massas.

Segundo esse poder carismático é que podemos analisar o brizolismo, pois Brizola foi identificado tanto como líder carismático quanto como um político populista. Sobre isso João T. Sento-Sé esclarece:

Esse foi, em grande medida, o sentido atribuído ao brizolismo. Uma forma de inserção na vida pública marcada pela passionalidade, irracionalidade, falta de consciência e organização política das massas urbanas. Brizola seria um demagogo hábil em manipular as aspirações e volições das massas, suas fantasias e frustrações, colocando a seu serviço uma rede de símbolos e imagens capazes de fazer com que elas (as massas) o identificassem como expressão legítima de seus desejos e necessidades, uma espécie de Messias secularizado. [...] ¹¹⁸

A construção do mito brizolista consolida-se a partir das bases do trabalhismo getulista. Brizola tomou para si os discursos de Vargas e incorporou-os em seus discursos diários e nas suas falas, bem como nas manifestações em que solicitava que a população se

¹¹⁷ SENTO-SÉ, *Brizolismo*, p. 21.

¹¹⁸ Idem, p. 22.

mobilizasse para apoiar com luta as reformas, que, mais que o governo de Jango, o próprio Brizola desejava ardentemente.

[...] dois mitos políticos são especialmente importantes, para a interpretação do brizolismo, e o atravessam ao longo de toda a sua vigência: o mito da subversão da ordem e o mito de Vargas e seu legado. A subversão foi um dos mitos políticos mais acionados ao longo do século XX. Não é um mito propriamente brasileiro, posto que foi divulgado em uma escala planetária. [...] Poucas lideranças tiveram sua imagem tão repetidas vezes associada à subversão como Brizola. Seu papel na agitação política no período pré-64 é evocado reiteradamente nos seus primeiros anos pós-79. [...] O segundo mito é o legado varguista. É curioso perceber como Vargas e seu legado estão, principalmente a partir da metade dos anos 80, mais enraizados na elite política brasileira de que no próprio imaginário popular. Destruir o legado varguista, e o modelo de Estado por ele construído, tem sido a obsessão e, em certa medida, o fracasso de boa parte das elites políticas. [...] Libertar-se desse legado tem sido tarefa hercúlea para as elites, pois, como já foi mencionado, as dinâmicas administrativas geram certos significados e símbolos com grande poder de difusão. Ele é um pouco como o demônio que as elites políticas brasileiras tentam exorcizar de si próprias, sem muito sucesso até aqui. Brizola, ao reclamar repetidamente o legado varguista, chamando a atenção para os diversos aspectos positivos de suas gestões, ao caráter dinamizador e incorporador de suas administrações, denunciando interesses envolvidos no propalado “sepultamento da Era Vargas”, parece funcionar como uma espécie de sinal permanente da persistência do varguismo na política brasileira. Lembrança incômoda.¹¹⁹

Assim, o mito brizolista que incorporou o mito getulista carregava consigo um poder que lhe conferia a habilidade de continuar defendendo o trabalhismo. Esse poder é explicado por Weber com o que denomina de “relações de mando e obediência”, mais ou menos confirmadas no tempo e que se mostram tipicamente na política e tendem a se basear não só em fundamentos materiais ou no mero hábito de obediência dos súditos, mas assumem um específico fundamento da legitimidade. Dando continuidade a idéia, Weber afirma: “[...] para que os dominados obedeçam é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima”.¹²⁰ Nessa concepção de autoridade tida como legítima, Weber trabalha o conceito de dominação carismática:

¹¹⁹ SENTO-SÉ, *Brizolismo*, p. 45-46.

¹²⁰ WEBER, Max. *Textos selecionados*. Seleção e tradução de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1980 p. XXII. (Os Pensadores).

A dominação carismática é um tipo de apelo que se opõe às bases da legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido na sociedade em que atua. Para que se estabeleça uma autoridade desse tipo, é necessário que o apelo do líder seja considerado como legítimo pelos seus seguidores, os quais estabelecem com ele uma lealdade do tipo pessoal.¹²¹

Brizola possuía esse carisma de manter uma relação legítima com seus seguidores, bem como de obter deles uma lealdade pessoal, a qual se sustentava em todos os apelos que ele fazia “no sentido de defesa dos interesses do país”, como no chamamento pela Rádio Mayrink Veiga para a formação dos *Grupos dos Onze*,¹²² para que todos estivessem prontos para a defesa do Brasil através da luta.

Brizola conseguia articular o povo com seus discursos, preparados na maioria das vezes de improviso, pois tinha o dom da expressão, conhecia a postura que deveria usar na mídia, tanto escrita quanto falada, e, mais adiante, na sua carreira política, na mídia televisiva. O quanto Brizola atingia com seus discursos a consciência das massas que o apoiavam pode ser observado nas expressões colhidas em depoimentos ou simplesmente expressadas por populares, como: “Brizola manda nos fizemos”, “Brizola falou ta falado”, “Brizola esta precisando de nós (povo), então vamos atendê-lo” e o “trabalhismo vive, pois Brizola vive”.¹²³ Ao analisarmos o comportamento dos afeiçoados ao brizolismo diante dos chamamentos de Brizola, percebemos o respeito por um mito, um mito jovem, que foi capaz de influenciar massas não só de sua geração; ele agregou uma população de trabalhistas após a morte de Vargas e, assim, deu continuidade à construção de sua própria identidade política, conforme Paulo Schilling¹²⁴:

¹²¹ WEBER, *Textos selecionados*, p. XXII.

¹²² Ver SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003.

¹²³ A expressão “o trabalhismo vive, pois Brizola vive” foi *slogan* em muros, onde foram anexados cartazes carregados por trabalhistas quando do falecimento de Brizola.

¹²⁴ Paulo Schilling pode ser definido como um intelectual simpatizante do brizolismo, que atuava junto à ala esquerda do PTB. Foi exilado por 15 anos no Uruguai e, posteriormente, na Argentina; escrevia para a Agência de Notícias cubana *Prensa Livre*, que distribuía seus artigos sobre torturas e direitos humanos para dezenas de países. Disponível em <http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/especiais/depoimentos>, acessado em 25 de jun de 2007.

Das qualidades positivas de Brizola, seguramente a mais valiosa é a sua capacidade de traduzir a um linguajar acessível às grandes massas, as mais complexas teorias econômicas e sociais. Ele dava explicações que escandalizavam especialistas [...] que porém, correspondiam com a realidade e eram entendidas pelo povo.¹²⁵

Continua Paulo Schilling: “Entre agosto e março de 1964, ele encarnou as esperanças das classes trabalhadoras, dos setores humildes da população, os anseios de libertação do povo brasileiro”.¹²⁶ Essa encarnação das esperanças era a defesa das reformas que expressavam o querer da classe trabalhadora. Assim, Brizola constituiu-se no defensor de uma classe de humildes e oprimidos, de excluídos e dominados, e, ao realizar isso, tornou-se um *mito*.

O papel dos intelectuais é importante para a compreensão do mito e da ideologia. Ao trabalharmos com esses conceitos e nos apoiarmos em autores brizolistas, percebemos a ênfase dada por eles à figura política de Leonel Brizola, mitificando-o, e à ideologia vinculada a ele, de continuidade e de reinvenção de um novo trabalhismo, que não perdeu na trajetória brizolista o vínculo com o trabalhismo varguista. Para entender melhor as construções do mito em Leonel de Moura Brizola, realizamos uma análise em autores brizolistas ou afeiçoados à sua causa. É importante, também, destacar que as obras que tratam sobre Leonel Brizola e sua trajetória política foram publicadas nas décadas de 1970, 1980 e, as mais recentes, entre 2000 e 2004, levando em consideração o exílio político de Brizola e a própria repressão imposta pela ditadura militar instalada entre 1964 e 1984.

Nessa referência aos intelectuais que trabalham com o brizolismo apontando o mito e a ideologia, analisamos como José Francisco Basílio de Oliveira, em sua obra *Brizola e o Estado brasileiro perante a história*, em várias passagens, expõe o caráter lutador e perseverante de Brizola nas lutas pelo povo, pelo trabalhismo. Assim escreve Oliveira: “Na realidade, Brizola tem também exercido, com muita competência e coragem, as funções de um verdadeiro Promotor Público da nossa história contemporânea.”¹²⁷ Ao tratar do movimento estudantil, o autor afirma sobre Brizola:

¹²⁵ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: o protagonista*. São Paulo: Global, 1979. p. 219.

¹²⁶ Idem, p. 226.

¹²⁷ OLIVEIRA, José Francisco Basílio de. *Brizola e o Estado brasileiro perante a história*. Rio de Janeiro: Líber Júris, 1989. p. 3.

Foi nesse ambiente democrático, de saudáveis atividades culturais, que conhecemos o jovem governador Leonel Brizola. Pra nós estudantes universitários, Brizola surgiu desde o início como um ídolo de nossa geração, sobretudo quando liderava, com Mauro Borges, então governador de Goiás.¹²⁸

Em sua obra, Oliveira faz referência à perseverança, à honestidade moral, à liderança, ao social-democrata Brizola, à contrariedade de Brizola a tudo que se apresentava no país, ou seja, dominação estrangeira, ao imperialismo, ao profetismo do líder do trabalhismo e, sobretudo, ao destino que ele teria, de assumir as rédeas do Brasil: “Brizola nunca mudou e nunca arredou pé do seu destino político”¹²⁹ Continua Oliveira: “E para enfrentar esse conglomerado, Brizola despontou-se de novo, como grande líder, e na qualidade de uma das suas principais vítimas.”¹³⁰ E escreve ainda:

É um social-democrata, possui honestidade e reserva moral. Incorrúptível pela sua integridade e, o que é mais importante: nunca foi cúmplice dessas classes políticas responsáveis pelo estado de calamidade do país, que reportaremos em nosso LIBELO. “Somos contra tudo isso que aí está”, reitera sempre Brizola em seus pronunciamentos.¹³¹

Na defesa de uma grande administração que seria realizada por Brizola, Oliveira expõe: “Brizola realizará, indubitavelmente, uma grandiosa e profícua administração, apesar da massa falida deixada por seus antecessores.”¹³² Sobre as mazelas sociais e o combate à criminalidade que assolava o Brasil, registra: “Brizola combaterá, sem dúvida, a criminalidade e, a curto prazo, sem menosprezar no campo dos efeitos, a polícia repressiva e preventiva, dará ênfase principalmente às grandes raízes da escala criminal, atacando as causas no seu nascedouro.”¹³³

Palavras de otimismo eram endereçadas para que Brizola não perdesse a esperança: “Avante BRIZOLA, assuma com muita fé e esperança, as rédeas deste grande país que o destino lhe reservou!”¹³⁴. Assim, apesar da negação inicial, Brizola tornou-se um profeta da política nacional, cuja visão era incontestável: “Brizola não é um profeta, evidentemente. Entretanto, a sua aguçada visão política, plasmada na sua vasta experiência, o transformou

¹²⁸ OLIVEIRA, José Francisco Basílio de. *Brizola e o Estado brasileiro perante a história*. Rio de Janeiro: Líber Júris, 1989. p. 9.

¹²⁹ Idem, p. 11.

¹³⁰ Idem, p. 19.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem, p. 29.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem, p. 31.

também num grande vaticinador dos acontecimentos de nossa história contemporânea.”¹³⁵ Oliveira continua relatando a opinião de Brizola sobre o regime militar, observando que “Brizola profetizou com absoluta precisão o que ele chamava de ‘apodrecimento do regime militar’”. E ainda: “Nos últimos anos, Brizola não tem cometido um só erro político.”¹³⁶

Mesmo no exílio político de Brizola, durante o regime militar, Oliveira afirma que o líder trabalhista não perdia o otimismo: “Brizola, lá dos cafundós do Uruguai, traduziu toda a algaravia otimista dos noticiários e descobriu que bastava manter fiel a si mesmo para que lhe jogassem no colo a Presidência da República.”¹³⁷ Conclui afirmando que “até mesmo seus maiores inimigos iriam reconhecer seu valor. Brizola apostou sua vida nele e, se receber o prêmio, até os seus mais ferozes inimigos serão obrigados a confessar que ninguém mais faz tanto para merecê-lo.”¹³⁸

Carrion Jr., ao escrever sobre Brizola e a Campanha da Legalidade, expõe: “Leonel Brizola volta empunhado a bandeira da legalidade e das lutas sociais do povo brasileiro, resgatando um horizonte perdido por várias gerações.”¹³⁹ Ainda relata: “No sul, em Porto Alegre, o Governador Brizola, desde há primeira hora e de forma impositiva, defende o cumprimento da constituição e a posse do Vice-Presidente. Nas quarenta e oito horas seguintes inicia-se a legalidade, onde retomamos o fio da nossa história.”¹⁴⁰ Carrion também atenta para o profetismo de Brizola: “Brizola voltou a reafirmar sua posição em defesa do cumprimento da constituição, bem como da necessidade de se evitar uma tragédia ou a caminhada em direção à ditadura.”¹⁴¹

Interessante é a confiança que os brizolistas tinham neste personagem para a garantia do cumprimento da Constituição na Campanha da Legalidade, em razão do perigo da ditadura militar, afirmando que a história mostraria ao povo quem estava com a razão. Assim escreve Carrion Jr.:

O governador Leonel Brizola garantiria o cumprimento da Constituição, pela força da razão e da coragem de mobilizar um povo sequioso de democracia e de justiça social, tendo como suporte, além da mobilização popular, o respaldo de militares legalistas. Mostrou-se um democrata, até mesmo quando, divergindo, respeitou a vontade do novo Presidente, que preferiu um recuo, aceitando o parlamentarismo. A História logo mostraria quem estava com a razão.¹⁴²

¹³⁵ OLIVEIRA, José Francisco Basílio de. *Brizola e o Estado brasileiro perante a história*. Rio de Janeiro: Líber Júris, 1989. p. 31.

¹³⁶ Idem, p. 33.

¹³⁷ OLIVEIRA, *Brizola e o Estado brasileiro perante a história*, p. 33.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ CARRION Jr., *Brizola momentos de decisão*. 2. ed. São Paulo: L&PM. 1989, p. 7.

¹⁴⁰ Idem, p. 12.

¹⁴¹ Idem, p. 15.

¹⁴² Idem, p. 26.

Quanto às duas maiores lideranças do trabalhismo no Brasil, Carrion cita João Goulart e Leonel Brizola, os quais se

tornariam as duas maiores lideranças do trabalhismo no país. A partir de 1976, com a morte de João Goulart, no Uruguai, Leonel Brizola, que já dividia com Goulart a liderança partidária, torna-se o maior líder do trabalhismo do extinto PTB, ao qual se sucederia o PDT em 1980.¹⁴³

Carrion Jr. tenta para a primeira observação que Getúlio Vargas fizera sobre Leonel de Moura Brizola:

“Botem esse guri na chapa que ele vai muito longe” Esta foi a recomendação dada por Getúlio Vargas àqueles que o cercavam no palanque montado no Largo da Prefeitura de Porto Alegre, no início da campanha de Pasqualini, vendo o discurso inflamado e bem entendido pelo povo do representante da juventude, enquanto aguardava sua vez de falar, encerrando o comício.¹⁴⁴

Também é analisada por Carrion Jr. a *liderança incontestável* de Brizola, bem como o seu caráter de um verdadeiro articulador político. Assim o autor define a atuação do líder trabalhista: “Brizola, que se colocava tanto como um líder popular quanto como um articulador partidário”.¹⁴⁵ Quando atuara como deputado estadual e como governador do estado do Rio Grande do Sul, em virtude de sua expressiva votação, Carrion Jr. lembra que, “na bancada estadual, Leonel Brizola, reeleito, foi o candidato mais votado de todos os partidos, com consagradora eleição que o levou à liderança da bancada, tornando-se já uma das maiores lideranças trabalhistas.”¹⁴⁶ E complementa sobre a atuação do nosso personagem:

¹⁴³ CARRION Jr., *Brizola momentos de decisão*. 2. ed. São Paulo: L&PM. 1989, p. 33.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem, p. 34.

¹⁴⁶ Idem, p. 36.

Chegava ao Governo com base em uma longa militância de raízes trabalhistas, três mandatos parlamentares e experiências administrativas e políticas bem sucedidas, seja como Secretário de Estado, seja como Prefeito da terceira maior capital do país na época. Não só as coisas não aconteciam por acaso, como não eram unicamente fruto de um carisma pessoal, mas resultavam, já nos idos de 1958, de um trabalho coerente e conseqüente em favor das causas sociais e dos mais humildes. Os quatro anos de governo marcaram em todo o seu espectro o que era e continuaria a ser até hoje o brasileiro Leonel Brizola.¹⁴⁷ [...] “A administração do engenheiro Leonel Brizola, como Governador do Rio Grande do Sul, notabilizou-se pela fecundidade em todos os setores, e deixou um saldo de empreendimentos tão grande, talvez como nenhum outro em toda a História daquele Estado, que seus adversários nunca ousaram negar”¹⁴⁸

Ao longo do exílio político de Brizola e com todos os inquéritos policiais militares instaurados, Carrion Jr. reforça que ele jamais deixou marcas que maculassem a figura de um líder que pautara suas administrações e sua vida política pela lisura e pela honradez: “Fora um longo exílio e, apesar das difamações e todos os IPMs instaurados, não conseguiram apontar qualquer fato contra a lisura e honradez dos atos pessoais e administrativos de Leonel Brizola.”¹⁴⁹

Carrion Jr. vai além ao tratar em sua obra de toda a trajetória de Brizola, abordando também a sua liderança e eleição no Rio de Janeiro após o exílio, cujo governo marcaria a história deste estado por suas obras e realizações e, também, pela quebra de preconceitos que consegue realizar entre os segmentos militares. Especialmente, aqui é importante trabalhar o texto de Carrion Jr. por destacar a honestidade, a liderança trabalhista, a superação de obstáculos, mostrando uma personalidade carismática e popular, vitoriosa por conseguir levar o trabalhismo adiante após o exílio, agora numa nova sigla política partidária, ou seja, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Carrion Jr. escreve:

Brizola teve sua eleição comprovada, inquérito terminou não incriminando ninguém isentando, assim, aqueles que em nome do Governo tentaram, de forma fraudulenta, impedir a eleição da maior liderança do trabalhismo brasileiro para o governo carioca [...] A eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro, depois de quinze anos de exílio e apesar de ter perdido a sigla histórica do partido, enfrentando candidatos extremamente fortes e legendas consolidadas, e depois de todos os percalços que lhe foram impostos, por si só representou uma consagração pessoal de reconhecimento, carisma e popularidade, além de uma grande vitória da nova sigla, o PDT, e do próprio trabalhismo.¹⁵⁰

¹⁴⁷ CARRION Jr., *Brizola momentos de decisão*. 2. ed. São Paulo: L&PM. 1989, p. 42-46.

¹⁴⁸ Idem, p. 46. Ver também sobre o governo Leonel de Moura Brizola em BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos. Dissertação* (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

¹⁴⁹ BEMFICA op. cit., p. 52.

¹⁵⁰ Idem, p. 55.

A construção de um governo forte, tanto no Rio Grande do Sul como no Rio de Janeiro, para Carrion Jr., tinha uma explicação: o carisma político e a fidelidade com o trabalhismo herdado de Vargas. Assim complementa:

Este carisma e esta personalidade se tornam ainda mais fortes quando trazem atrás de si uma longa e inigualável militância trabalhista, que mostram uma clara postura política de um lado, e administrativa de outro, que juntas formam um programa político e social. Para responder hoje, o que será amanhã o trabalhismo de Leonel Brizola, basta olhar para ontem. Nem a cassação, nem a perseguição, nem a difamação, nem o longo exílio, nem a fraude eleitoral, foram capazes, isoladas ou em conjunto, de apagar da memória das antigas, atuais e novas gerações esta liderança.¹⁵¹

Outra referência à liderança e ao brizolismo pode ser encontrada na obra de Braga, na qual, em depoimento, Manoel Leães afirma que Brizola foi um líder que, com o apoio do povo, comandando o Movimento da Legalidade, conseguiu a volta ao cargo do presidente Jango. O autor assim escreve: “Juntamente com milhares de gaúchos, engajados no movimento da legalidade, comandado pelo governador Leonel Brizola, à volta de Jango.”¹⁵²

Para Barbosa, Brizola esteve à frente de todos aqueles que jogaram suas vidas em “defesa de algo tão precioso na vida de um povo, à frente Leonel Brizola.”¹⁵³ Quando instalada por Leonel Brizola a Rede da Legalidade no Rio Grande do Sul, o autor relata a importância de um líder se fazer ouvir e como ele conseguia ter audiência em seus programas utilizando uma cadeia de rádios:

O país passou a ouvir Brizola. Grupos reuniam-se para ouvir o rádio [...] Uma voz se fez ouvir. Uma personalidade da vida política do país, Leonel Brizola, firmava-se como grande líder. Sua voz sendo ouvida, sua pregação sendo compreendida. [...] O Brasil ouviu Brizola. Um líder nacional surgiu e se firmou. Para sempre.¹⁵⁴

Ao tratar da postura política de Brizola, Barbosa registra: “Brizola sempre foi estreitamente ligado ao trabalhismo e ao getulismo [...] Brizola costuma dizer que sua opção pelo trabalhismo foi intuitiva”.¹⁵⁵ Da obra deste autor podemos extrair passagens extremamente oportunas para mostrar a imagem do mito Brizola, como: “resistir até a última

¹⁵¹ CARRION, *Brizola momentos de decisão*, p. 62.

¹⁵² BRAGA, Kenny. *Meu amigo Jango: depoimento de Manoel Leães*. Porto Alegre, Sulina. 2003, p. 22.

¹⁵³ BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da Legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 11.

¹⁵⁴ Idem, p. 73-74.

¹⁵⁵ Idem, p. 74-75.

gota de nosso sangue”,¹⁵⁶ “Brizola resiste no Sul, forma o movimento pela legalidade [...] aqui ninguém vai combater Brizola e a legalidade”,¹⁵⁷ “Brizola levanta-se no Rio Grande do Sul, mobiliza o país através da rádio Guaíba.”¹⁵⁸

Barbosa aborda em seu texto o apoio que Brizola recebeu no Brasil, mas com um diferencial em razão ao do Rio Grande do Sul, pois o discurso de Brizola atingia uma parcela de trabalhistas que viam nele a continuidade do trabalhismo/varguista. Mesmo assim, segundo o autor, “a população deu apoio, mas não maciço como no Rio Grande do Sul, onde houve a liderança do governador Leonel Brizola”.¹⁵⁹

A referência feita por Barbosa está registrada quando trata de Brizola usando o inconsciente coletivo, ou, ainda, o imaginário. Esses inconscientes coletivos e imaginários estavam justamente em valores ainda transmitidos de geração em geração pela política varguista, uma política pregada pelo “Pai dos Pobres”, que se perpetuou nas gerações de famílias afeições à causa trabalhista, as quais desejavam um retorno ou mesmo uma permanência da política varguista. Barbosa, nesse sentido, relata: “Brizola foi o último portavoza dessa referência cultural. Soube apelar para os valores do inconsciente coletivo, para os fundamentos de um imaginário entranhado em todo o Rio Grande do Sul.”¹⁶⁰

Dall’Agnol lembra que “Leonel Brizola estava imbuído, segundo muitos que viveram a sua época, de propósitos outros que não aqueles de nacionalismo, amor à pátria e, objetivamente, de defesa do povo sofredor.”¹⁶¹ E continua: “Brizola é um patriota na verdadeira acepção do termo.”¹⁶² Ao assumir uma política voltada para as “minorias exploradas”, os oprimidos, Leonel Brizola reforçava o nacionalismo e o trabalhismo getulista. Dessa forma, conforme Dall’Agnol:

A Brizola, líder da causa dos oprimidos, tocou um cruel exílio de quinze anos – inédito, pelo seu rancor, em nossa vida política – que ele soube enfrentar com dignidade, alicerçado na força do seu patriotismo e no afeto de sua esposa, Dona Neuza Goulart Brizola, que é também um exemplo da grandeza da mulher brasileira. Solidária, compartilhou com ele as asperezas de um longo exílio.¹⁶³

¹⁵⁶ BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da Legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 212.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem, p. 301.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Idem, p. 356.

¹⁶¹ DALL’AGNOL, *Brizola: esperança de um povo*, p. 9.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

Brizola tornou-se um mito ao concretizar a reforma agrária e lutar por ela, ao enfrentar o poder econômico, o controle que a elite tinha sobre a terra e, principalmente, o pensamento e a postura de políticos conservadores, bem como dos latifundiários. Assim Dall’Agnol relata:

Diante desse panorama, o Governo Leonel Brizola tomou a si a tarefa de preparar, em solo gaúcho, o advento de uma autêntica reforma agrária. Subordinada ao espírito de que não se tornará realidade sem a pressão e a presença, nos estudos e debates, das populações rurais devidamente organizadas¹⁶⁴ [...] Leonel Brizola, enfrentando, com sério riscos, o problema da reforma agrária no RGS, ter lançado os alicerces de uma nova era de prosperidade e de justiça social no campo.¹⁶⁵ [...] Leonel Brizola havia feito distribuir da área desapropriada por interesse social.¹⁶⁶

O jornalista Maneschy, em entrevistas especiais editadas realizadas com o líder do trabalhismo, reproduzindo as suas falas, afirma que ele foi o único político que viveu e participou, nos últimos quarenta anos, de todos os momentos importantes da vida brasileira. Também menciona o fato de Brizola ser um político de posições claras e corajosas e relembra que ele sempre foi solidário com as camadas mais desprivilegiadas da população.

Leonel Brizola só existe um, e tem 70 anos. Mas acho também que atrás de mim há muitos Brizolas, muita gente jovem, de muita juventude, gente que luta pelas nossas idéias.”¹⁶⁷ [...] Agora não deixe de considerar que nenhuma ditadura de 20 anos mudou o Leonel Brizola ! Nem aqueles cinco anos do governo tutelado no cabresto do Sarney. Que o Leonel Brizola tem luz própria.¹⁶⁸ [...] Mas no frígido dos ovos, o povo brasileiro vai ver que o Brizola nunca negou fogo. O Brizola nunca, jamais praticou um ato contra os seus interesses.¹⁶⁹ [...] Eu não mudei nada! O Leonel Brizola é o mesmo de sempre! Desde a minha juventude sou o mesmo, rigorosamente o mesmo, em matéria de princípios e convicções.¹⁷⁰

A última análise bibliográfica sobre a biografia de Leonel Brizola aqui examinada foi escrita por Kuhn e apresenta uma característica especial, pois foi editada após a sua morte. A morte de um mito é extremamente importante para a observação do comportamento dos indivíduos em relação à sua história, marcada pelas suas ações, essas vinculadas à ideologia que o cercava. Mesmo não se referindo ao período da análise que posteriormente faremos

¹⁶⁴ DALL’AGNOL, *Brizola: esperança de um povo*, p. 53.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 56.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 61.

¹⁶⁷ MANESCHY, Osvaldo; SAPUCAIA, Madalena; BECKER, Paulo. *Com a palavra Leonel Brizola*. Editora BAW – Editoração Eletrônica, [s.d.] p. 127.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 146.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 150.

¹⁷⁰ *Idem*.

sobre o brizolismo, faz-se necessária a abordagem de algumas passagens desta obra por retratar os aspectos políticos, míticos e ideológicos deste primeiro capítulo.

Pela análise de entrevistas com Leonel Brizola e de materiais bibliográficos, Kuhn apresenta visões do líder trabalhista que se concretizaram em obras escritas, bem como na própria existência de Brizola, fazendo dele e de suas ações um mito contemporâneo do nacionalismo/trabalhismo brasileiro inspirado em Getúlio Vargas. Por mais que negasse a influência recebida da política do velho Vargas, Brizola buscou na história e no exemplo muitas vezes controvertido deste as linhas mestras para sua atuação política. Kuhn aborda as marcas da personalidade de Brizola, que seriam a firmeza e a persistência, e destaca as muitas “peleias”¹⁷¹ na sua movimentada vida política durante décadas.

Ao tratar da morte de Leonel Brizola, Kuhn relata: “O Brasil perdeu um dos seus mais apaixonados e bravos filhos. Leonel Brizola era antes de tudo um patriota.”¹⁷² Acrescenta comentando sobre o exílio político e a Campanha da Legalidade: “Brizola deixou o país como um dos principais líderes da esquerda brasileira e inimigo número 1 dos militares para mergulhar num doloroso exílio.”¹⁷³ “[...] Leonel Brizola mobilizou o Rio Grande do Sul e o Brasil e, assim, derrotou o golpe de Estado.”¹⁷⁴

Kuhn faz referência à utilização do rádio por Leonel Brizola como veículo de comunicação capaz de, com sua audiência, ser um elo de união entre o político e o povo: “Ele foi o primeiro a entender que o rádio era capaz de remover montanhas e anular distâncias naqueles tempos em que a política se fazia, ainda, em nome de doutrinas, não como uma gazua para chegar aos cofres do Estado.”¹⁷⁵

Quanto à pregação de uma economia brasileira independente e à contrariedade de Brizola ao imperialismo, marcas do nacionalismo brizolista, Kuhn escreve: “Brizola aparece não apenas como o homem que é, mas como o revolucionário que haverá de ser até o final da vida, um nacionalista sem medo de denunciar o assédio dos monopólios internacionais.”¹⁷⁶ A influência de Vargas no perfil político de Brizola é muito visível quando a autora relata, com base em depoimentos, que “Brizola defendia uma espécie de reedição da revolução de 30, com a chegada ao poder em Brasília por terra, com tropas civis e militares.”¹⁷⁷

¹⁷¹ KUHN, Dione. *Brizola, da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. p. 6.

¹⁷² Idem, p. 7.

¹⁷³ Idem, p. 9.

¹⁷⁴ Idem, p. 13.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem, p. 14.

¹⁷⁷ Idem, p. 17.

Quanto à ligação de Brizola com o governo cubano, tal depoimento é necessário aqui a fim de mostrar que o mito Leonel Brizola tinha um caráter revolucionário e o apoio de países socialistas, bem como de lideranças políticas como Fidel Castro. Nesse contexto, Kuhn ressalta os conselhos dados por Fidel a Brizola:

O levante no sul do Brasil não demorou a chegar aos ouvidos do líder revolucionário cubano Fidel Castro. Num discurso, Fidel fez uma exortação a Brizola. Em poucas horas a notícia corria o mundo: – Governador Leonel Brizola, vá para as montanhas! Desconhecedor da geografia dos pampas, Fidel imaginava que a insurreição capitaneada por Brizola deveria seguir os passos da revolução de Cuba. Foi nas montanhas de Sierra Maestra que ele e Che Guevara deram início à guerrilha que destituiu do poder, 1959, o ditador Fulgencio Batista.¹⁷⁸ [...] Ainda no primeiro ano do golpe, Cuba passou a ver em Brizola o homem ideal para comandar uma revolução no Brasil.¹⁷⁹

Em 22 de junho de 2004 Fidel Castro Ruz escreveu sobre o falecimento de Leonel Brizola, reafirmando sua admiração, bem como os laços de amizade e reconhecimento da liderança mítica, ideológica e revolucionária deste personagem:

Com profunda consternação soubemos do falecimento do profundo amigo, Leonel de Moura Brizola, incansável e histórico lutador das causas de interesses do povo brasileiro. Brizola que desde muito jovem se destacou por suas firmes posições nacionalistas, foi sem dúvida um dos percussores do avanço político e democrático, tanto no âmbito interno como na política externa praticada atualmente no Brasil. Nestes tempos difíceis que a humanidade enfrenta na atualidade, Brizola será referência obrigatória para os lutadores nacionalistas e anti-imperialistas. Sempre lembraremos a hospitalidade com que nos recebeu em sua residência do Rio de Janeiro em março de 1990 e da visita que realizou a Cuba em maio de 1991, como manifestação dos laços de amizade e solidariedade que teve sempre com nosso povo. [...].¹⁸⁰

Nas palavras escritas por Castro está o resumo do mito Brizola como o “defensor do povo”, “o nacionalista”, “o antiimperialista” e o líder que queria tornar o Partido Trabalhista um partido revolucionário. Assim justifica a ligação entre o líder Fidel e Brizola: interesses contra o imperialismo.

O depoimento do jornalista da Rede Globo Caco Barcellos é um manifesto desse mito, que sempre soube usar seu histórico pessoal agregado a sua trajetória política. Nas palavras de Barcellos, torna-se visível o sentimento de muitas pessoas de uma época que são

¹⁷⁸ KUHN, Dione. *Brizola, da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. p. 71.

¹⁷⁹ Idem, p. 105.

¹⁸⁰ RUZ, Fidel Castro. Fidel lamenta. *Jornal do PDT*, Rio de Janeiro, ano 6, 21 jun. 2004. p. 2.

agradecidas à iniciativa de Brizola por terem conseguido o direito universal à escola. O jornalista escreve:

Ao Brizola, eu devo o primeiro lápis que tive na vida, o primeiro caderno – que a minha mãe guarda até hoje – a oportunidade de praticar esporte e música em um espaço digno e o acesso à alimentação com proteína de primeira linha. Impossível também esquecer o dia em que eu e os meus colegas lá do Partenon recebemos um tênis padrão das “brizolinhas”, como eram chamadas as milhares de escolas públicas que ele mandou construir nos bairros pobres de Porto Alegre. [...] ¹⁸¹



Fonte: CARRION Jr. *Brizola: momentos de decisão*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM. 1989. p. 41.

Figura 8 – As brizoletas (dinheiro criado por Brizola)



Fonte: CARRION Jr. *Brizola: momentos de decisão*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM. 1989. p. 45.

Figura 9 - Localização das escolinhas do Brizola.

¹⁸¹ BARCELLOS, Caco. Um depoimento. *Jornal do PTB*, Rio de Janeiro, n. 6, 21 jun. 2004.

Além do aluno Caco Barcellos, são vários os educadores que conservam na memória a “revolução na educação” que Brizola realizou ao construir escolas, chamadas posteriormente de “brizoletas”. Porém, brizoletas era o nome popular dado ao “dinheiro” criado por Brizola para efetuar o pagamento dos funcionários públicos, especialmente os professores. Barcellos ainda relata que, pelo rádio, Brizola justificava sua política educacional e de atendimento às crianças fazendo uma comparação com os animais, que eram mais bem tratados que estas. Brizola afirmava nunca ter visto um bezerro abandonado, nem cavalo sem ferraduras nos cascos; por isso, toda criança tinha o direito de ter sapatos nos pés. Isso foi alvo de críticas, as quais afirmavam que Brizola administrava para os “pés-dé-chinelo”, termo utilizado frequentemente para designar uma pessoa pobre. Assim como Barcellos, vários admiradores acompanharam a vida do estadista e suas práticas políticas.

Observando a trajetória de Brizola, constatamos sua fidelidade ao varguismo e ao populismo, o que o tornou um mito, reforçado por opiniões de autores brizolistas e por idéias de escritores não brizolistas, bem como chefes de estado e repórteres, que fizeram questão de, juntando teorias e práticas brizolistas, enfatizar o caráter do líder Brizola. Utilizando meios como o jornal *Panflete* para divulgar o seu pensamento, Brizola construiu, assim, a ideologia e o mito brizolista.

Em suma, este segundo capítulo abordou o trabalhismo getulista que pautou suas ações nas leis do trabalho e no populismo, confrontando-o com o trabalhismo brizolista, o qual fazia uma defesa do trabalhismo com discursos pautados na figura e práticas getulistas e na defesa do PTB; mantinha, assim, vivo o mito getulista, apoiando e revivendo seus discursos. Observamos que Brizola procurou realizar ações marcantes na história, como o fizera Vargas, bem como fortalecer suas ações através de “ajudas” à classe trabalhadora, defendendo-a em seus discursos enfáticos no jornal *Panflete*, numa perspectiva nacionalista mais acirrada.

Apresentamos um brizolismo ideologicamente marcado por idéias e discursos proferidos por Leonel Brizola, numa reinvenção da tradição trabalhista, no que foi seguido/aceito e sustentado pela imprensa escrita e falada e por pessoas diretamente ligadas ao trabalhismo e ao PTB. Destacamos a presença do mito brizolista e sua construção, a qual está ligada à trajetória de vida e política de Leonel Brizola, porém apoiada por militantes do PTB varguista, bem como por descendentes desses militantes. Esse mito também foi reforçado por idéias, discursos e posturas passadas pela divulgação em mídia escrita e falada. Mostramos que o mito brizolista faz-se presente em textos, artigos e livros escritos por autores brizolistas e outros que se dedicaram ao estudo da trajetória de Leonel de Moura

Brizola, fazendo uma leitura do poder carismático que acompanhou sua trajetória de vida e permaneceu mesmo após seu falecimento.

A presença brizolista foi destacada na análise deste capítulo no jornal *Panfleto*. O brizolismo pautava suas ações na motivação e na organização popular, como iria acontecer na defesa das reformas, entre elas a reforma agrária, e, conseqüentemente, no apoio a Leonel Brizola. De suma importância, o texto apresenta o discurso político brizolista e a associação com Vargas. Brizola em nenhum momento de sua carreira política deixou de mencionar ou de se comparar a Vargas no discurso e na imagem do Vargas populista/trabalhista e nacionalista, no entanto destacou e até ignorou a figura de Vargas ditador. Assim, o interdiscurso no *Panfleto* foi discutido como uma prática do brizolismo. Destacamos e analisamos os principais textos escritos por Leonel Brizola no jornal *Panfleto*, entre eles “A Carta de Vargas”, expressando a importância do nacionalismo e do trabalhismo, retomando o discurso de Vargas e seu papel na história do trabalhismo, enfim, deixando claro seu papel de “seguidor de Vargas”. Neste discurso Brizola faz sua associação com Vargas tanto na defesa dos interesses nacionalistas como na própria imagem pessoal.

No próximo capítulo abordaremos os textos sobre “O papel das lideranças políticas”, nos quais Brizola prega a resistência dos políticos ao que denomina de “Clube Amável da Política”, opondo-se à política de conciliação e ficando ao lado dos brasileiros. O brizolismo, em sua prática, sempre pregou a resistência e a organização das instituições civis, as quais eram convocadas a se organizar e resistir à política do período através do *Panfleto*: a União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas, o Movimento dos Sargentos e Marinheiros e o movimento civil dos Grupos dos Onze.

Complementamos o estudo do próximo capítulo com os atos e fatos na política e na economia. Assim, a política econômica nacional e a internacional estarão presentes na análise para um entendimento da presença brizolista neste aspecto. Incluímos na análise proposta o esquema Santiago Dantas, com a criação da Frente de Mobilização Popular, bem como analisaremos o texto de Paulo Schilling “O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos acordos do trigo” e outros artigos sobre o assunto. Destacaremos noticiários e opiniões sobre a política e a economia interna e externa redigidos no *Panfleto*, apresentando o nacionalismo como uma prática brizolista na defesa do nacionalismo nos moldes varguistas.

3 O GOVERNO GOULART E A PRESSÃO BRIZOLISTA NO PANFLETO

3.1 O papel das lideranças políticas no discurso brizolista

“Só um caminho se impõe”, no *Panfleto*, é um texto em que Brizola questiona sobre quem exercia o poder no período estudado. Para ele ninguém exercia esse poder, a não ser pessoas, grupos ou correntes que possuíam ou exerciam apenas uma parte desse poder, porém ninguém detinha a hegemonia total do poder. Ele escreve em seu artigo:

Estabeleceu-se uma espécie de equilíbrio pernicioso entre as forças e correntes que formam e compõe a atual realidade política brasileira. Todos desejam, num ou outro sentido, uma saída para o atual e deplorável estado de coisas, mas ninguém até agora, teve condições de fazê-lo; todos estão contra a inflação, ainda que por motivos diversos, mas ninguém consegue detê-la. E isto ocorre, exatamente, porque nenhuma das correntes e forças políticas em jogo tem o poder para realizar o que pretendem preconiza.¹⁸²

Para Brizola, esse equilíbrio pernicioso era nocivo para o país, pois a estrutura econômico-social não mudaria e o Brasil continuaria aberto ao saque internacional, o que era percebido no agravamento e na aceleração da crise econômica, da inflação e do custo de vida. Criticando o presidente João Goulart, por não ter o controle do poder em suas mãos, exercendo-o apenas parcialmente, Brizola afirmava que, para poder ter potencialmente esse poder, o presidente deveria se decidir a exercê-lo, voltando-se aos “autênticos interesses dos brasileiros”, não a interesses de “minorias privilegiadas”. Goulart, na opinião de Brizola, tivera poder em sua total plenitude em duas vezes: na crise de agosto de 1961 e no plebiscito.

Para Brizola, em 1962 três correntes lutavam para obter o controle do poder: as minorias dominantes e reacionárias que estavam fora do governo, representadas pelo Carlos Lacerda e UDN, e as minorias dominantes e reacionárias que estavam dentro do governo, representadas pelo PSD e pelo próprio presidente Goulart, com apoio do oficialismo, carreiristas e oportunistas. Por último, citava as forças populares da maioria esmagadora. Brizola registrava:

182 BRIZOLA, Só um caminho se impõe. Panfleto, 2 ed., 24 fev. 1964, p. 2.

Instaurou-se uma verdadeira guerra entre estas correntes. Guerra psicológica e guerra de organização. Cada uma das correntes com suas estruturas e potencialidades. Esta luta sem tréguas que se desenvolve em todos os campos, surda ou ostensiva e radical, é que irá decidir e esclarecer a qual ou a quais daquelas correntes passarão o controle e a hegemonia do poder [...] as das maiorias conservadoras e reacionárias tenderão a se unificar e agir em frente única.¹⁸³

No mesmo artigo, Brizola ainda tratou de prever o final do governo Goulart, em razão da perplexidade, do desgaste, das frustrações, das vacilações, da indefinição e da inoperância, o que levaria o presidente a negociar a entrega do governo às minorias, as quais estariam com a hegemonia do poder. As vacilações de Goulart condenadas por Brizola desencadeariam um processo de regressão na vida brasileira, numa crise que poderia acontecer antes ou após 1965, mesmo com as disputas eleitorais neste ano, as quais já se projetavam. Brizola ainda observava que o Brasil marchava para o agravamento da crise econômica, que determinaria o seu momento de ruptura do equilíbrio e, com isso, o desfecho da crise. Sobre as forças políticas, ressaltava que desejavam o poder e estariam divididas em dois campos: a conquista da opinião pública, com o conseqüente apoio popular, e a organização. Brizola acreditava que, assim que conseguisse uma situação melhor, mais favorável, no julgamento popular e em matéria de organização, teria as condições necessárias para o controle e hegemonia do poder, o que seria importante para a libertação da nação. E acrescentava:

Logo após a Legalidade e o Plebiscito, o Presidente João Goulart e seu Governo e as Forças Populares eram uma frente única. Com o tempo foi se verificando um distanciamento cada vez maior, da parte do Governo das áreas e aspirações populares, em conseqüência dos rumos que passou a seguir e de sua política de conciliação com as minorias e grupos conservadores, além da sua inoperância em face da espoliação internacional, que vem fazendo o desespero de nosso povo e a degradação de nosso país [...] entre nós não há lugar para dúvidas, nem vacilações. [...] Os nossos rumos estão, desde 1954, na grande mensagem de convocação que nos deixou o Presidente Getúlio Vargas [...] só um caminho se impõe: é aquele por onde segue o nosso povo, com suas lutas e sofrimentos, em busca de sua libertação [...] Nesta luta global e sem tréguas que aí esta estabelecida, o que temos a fazer, acima de tudo, é contar exclusivamente com nossas próprias forças e com o apoio e a solidariedade do nosso povo [...] onde quer que se encontrem, levando-lhes a nossa mensagem de orientação e esclarecimento. Sobretudo, as grandes tarefas que devem absorver a nossa tenacidade e as nossas energias são: organização, organização, organização. Só assim estaremos preparados para enfrentar os instantes cruciais que se aproximam. Ainda que com instrumentos pobres e precários, em meio a dificuldades e sofrimentos, estou certo de que venceremos, por que de nosso lado estão a verdade, a justiça, o idealismo, os verdadeiros interesses de nosso povo e da soberania de nossa Pátria.¹⁸⁴

¹⁸³ BRIZOLA, Só um caminho se impõe. Panfleto, 2 ed., 24 fev. 1964, p. 2.

¹⁸⁴ Idem.

Uma das estratégias centrais do brizolismo foi a construção de uma oposição da esquerda do PTB, apoiada por outros segmentos sociais, ao governo Jango. Assim, Brizola não poupava críticas ao distanciamento que o governo Goulart assumira em relação aos interesses da população brasileira e da pátria, bem como observava que havia a “política de conciliações”, que beneficiava grupos conservadores da política nacional, os quais contribuíam para o que ele chamava de “espoliação internacional”, que levaria o Brasil à “degradação”. Não deixava, ainda, de observar os preceitos de Vargas quanto à necessidade de atender aos “anseios da nação brasileira”, buscando, assim, a “libertação”. Contudo, para tanto, Brizola atentava para a necessidade de união de forças, de solidariedade, de orientação, esclarecimento, organização, pois, mesmo com condições desfavoráveis e sofrimentos, a vitória seria certa, pois, para Brizola, a “justiça”, a “verdade”, o “idealismo” eram defendidos como sendo de interesse da nação e da soberania do Brasil.

Assim se constituía, em parte, o discurso de oposição a Jango, e a chave central de Brizola era lembra-lo em todas as lutas empreendidas por ele (Brizola) e os setores da sociedade civil organizada que apoiavam Goulart para mantê-lo no poder. Por isso, entendia que Jango não poderia esmorecer, nem entregar o poder popular que haviam conquistado. Contudo, Jango mostrava-se temeroso, e era disso que decorria a oposição de Brizola a este. Quando refere no texto a “autenticidade das lideranças”, indiretamente, Brizola está cobrando de Jango a participação dele no “clube amável da política”, pois ele teria se “esquecido” dos compromissos políticos com o Brasil.

Em outro texto publicado no *Panfleto*, “A autenticidade das lideranças”, Brizola afirmava que era muito fácil aparecerem líderes populares, pois a situação era de desespero, em razão das dificuldades que se refletiam no cotidiano da nação, que vivia sob o “império do medo”. Esse império do medo abrangia vários condicionantes sociais, ou seja, doenças, o futuro, que estava constantemente ameaçado pelo aumento do custo de vida e pelo espectro do desemprego, o qual “rondava como uma vigilante sentinela cada lar operário, cada palhoça de camponês”.¹⁸⁵ Para Brizola, quando surgem pessoas que falam a linguagem popular, a tendência natural é que o povo as siga, pois na sua voz veria descrita a própria aflição. Seria necessário, então, separar o joio do trigo, identificar os falsos líderes e acompanhar os autênticos, o que não seria tarefa fácil para a compreensão do senso comum.¹⁸⁶

Leonel Brizola lembrava que muitos líderes saídos dos mais distantes lugares do Brasil tinham acabado esquecendo suas origens e suas idéias em relação à população; esquecendo

¹⁸⁵ BRIZOLA, A autenticidade das lideranças: *Panfleto*, 3. ed., 3 mar. 1964. p. 2.

¹⁸⁶ Idem.

suas populações, ingressavam no que Brizola chamava de “clube amável da política”, que conseguiria amortecer o ímpeto dos lutadores e teria predileção especial por aqueles que conseguem arrastar as massas. O “clube amável da política” favorece os que nele ingressam, as escalas de posições políticas e, conseqüentemente, melhora as suas imagens diante da opinião pública; movimenta outros setores que seduzem os políticos, dando-lhes importância pelo exercício de funções que vão galgando progressivamente nos poderes Legislativo e Executivo. Dessa maneira, os líderes populares, esquecendo-se da população e de suas ideologias, melhoram suas vidas e, quando começam a participar dos conchavos da política convencional e ceder às seduções daquela “vida alegre” que tão bem se reflete nas colunas sociais, é quase certo que o povo perdeu um líder e que o “clube amável da política” adquiriu mais um membro”.¹⁸⁷

Brizola, no texto em foco, afirmava que até mesmo os companheiros do PTB teriam virado as costas para os eleitores e partidários, mas outros líderes permaneciam fiéis aos compromissos assumidos diante da nação, com o que estes tinham sua capacidade política minada, pois eram tachados de radicais, de extremados e, até mesmo, de “comunistas”. E acrescentava:

Talvez nenhum partido sofra tanto este processo – este desgaste permanente que decorre da alienação progressiva de líderes – quanto o PTB partido essencialmente revolucionário, com as raízes plantadas nas grandes multidões humildes, cristalizou seu ideário com a Carta Testamento de Getúlio Vargas. Alguém poderá afirmar, honestamente, que a derradeira palavra de ordem de Getúlio foi acomodatória, foi conciliadora? Não. Mas há dezenas de líderes, nascidos no PTB, que pregam a acomodação e a paciência, que afastam o povo do caminho das suas conquistas sociais. Considero este problema o maior entrave à ação das forças populares. Por isto penso que é dever dos líderes autênticos a vigilância permanente e a coragem da denúncia que, longe de ser divisionista, combate o divisionismo, alertando o povo para o mais grave dos obstáculos à sua luta e lhe oferecendo condições para distinguir as lideranças legítimas e aniquilar as que se abastardaram.¹⁸⁸

Brizola pedia aos brasileiros que ficassem atentos não às palavras, mas à ação daqueles a quem as massas populares seguiam, acrescentando:” [...]porque uma ação corajosa vale mil vezes mais do que um milhão de palavras, mesmo igualmente corajosas.”¹⁸⁹

Brizola tinha uma grande base de apoio para fazer seu discurso político e expor suas idéias, com o que construiu o mito do brizolismo. Paulo Lemos¹⁹⁰, ao se reportar à crise

¹⁸⁷ BRIZOLA, A autenticidade das lideranças: *Panfleto*, 3. ed., 3 mar. 1964. p. 2.

¹⁸⁸ Idem, p. 3.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Paulo Lemos aparece como redator no jornal *Panfleto*, não há dados mais aprofundados sobre sua biografia.

militar quando da tentativa dos marinheiros de montarem um sindicato e também quando Brizola chamou os comandantes das Forças Armadas do Brasil de “gorilas”, escreveu: “Desagravamos o deputado Leonel Brizola, dos ataques sórdidos desferidos pelo general Murici. A gorilada, sentindo a deposição dos subalternos das Forças Armadas de enjaulá-la recuou [...]”.¹⁹¹

Os marinheiros eram importantes na medida em que Leonel Brizola necessitava de militares, e não seria o alto escalão do Exército nacional que empreenderia a luta para enfrentar o momento de instabilidade política pelo qual o Brasil estava passando. Essa luta estava alicerçada na ação dos marinheiros, movimento que teria muita ênfase no jornal *Panfleto*, com o objetivo de congregar mais forças, além dos movimentos sociais; os militares apoiadores da causa seriam, na maioria, os de baixa patente, como os marinheiros e sargentos.

3.2 Organização e resistência brizolista

Nessa luta pela organização, congregando vários segmentos sociais, bem como a população, a Rádio Mayrink Veiga e o jornal *Panfleto* foram veículos de comunicação para disseminar os discursos brizolistas. Na construção de um movimento capaz de uma mobilização nacional era imprescindível o comprometimento com as assinaturas, para o fortalecimento e unificação de pessoas em torno de idéias e ações. Nesse sentido de organização, o apelo era: “Apelamos aos companheiros que façam a sua assinatura de PANFLETO”.¹⁹²

No jornal *Panfleto* foi realizada a divulgação da organização dos “Grupos dos Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. Este movimento de organização se constituía numa forma de luta armada, ativista, em oposição a uma “política imperialista”, que não expressava os “interesses da população”, bem como de afirmação do mito brizolista.

Os Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas¹⁹³ começaram a ser organizados por Leonel Brizola num momento anterior a implantação do regime militar e tiveram respaldo dos militantes do PTB nas capitais e nas mais longínquas comunidades brasileiras. Esses grupos seriam compostos por dez homens e um líder, todos a serem

¹⁹¹ LEMOS, Paulo. Trincheira dos sargentos-cumpra sua promessa, ministro Jair. *Panfleto*, 1. ed., 17 fev 1964, p. 13.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ A organização conhecida popularmente como Grupo dos Onze teve a denominação também de “Comandos Nacionalistas”, expressão encontrada nos documentos oficiais, bem como a preferida entre os componentes dos Grupos dos Onze. Podem ser encontrados Grupos de Onze ou G-11.

treinados para a luta de guerrilhas; assim, caso fosse deflagrada a guerra civil, os seus chefes comunicar-se-iam, formando núcleos combatentes mais amplos, de acordo com a necessidade. Os grupos, além do potencial guerrilheiro, desempenhariam o papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário. Entretanto, os grupos ficaram apenas no plano teórico de sua organização, pois nunca passaram à ação; mesmo assim, viria a ocorrer uma perseguição em massa àqueles que tinham se identificado como componentes ou líderes dos Grupos dos Onze Companheiros.

A referência ao número onze remete à organização de um time de futebol, no qual, além dos componentes, um líder organiza e comanda o grupo. Na época, 1963-1964, organizaram-se listas seguindo apelos feitos por Brizola pela Rádio Mairynk Veiga e pelo jornal *Panfleteo*, quando, após ter sido governador do Rio Grande do Sul, foi eleito deputado pela Guanabara. Brizola fazia pronunciamentos conclamando o povo a se organizar para garantir a continuidade do governo de Jango, bem como para assegurar as reformas de base.

Conforme o jornal *Panfleteo*,¹⁹⁴ que divulgava a organização dos Grupos dos Onze Companheiros, ou Comandos Nacionalistas, eram três os princípios básicos que os orientavam; defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Para compor esses grupos, era necessário registrar em ata a organização, num procedimento padrão, a qual já impressa no documento, como a *Cartilha*, ou até mesmo no próprio jornal *Panfleteo*, onde eram nomeados o comandante e o subcomandante. O objetivo dos grupos era

a defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional.¹⁹⁵

A sede do comando seria a residência de qualquer um dos seus membros; posteriormente, far-se-ia a formação do grupo registrado, dos nomes e endereços dos componentes. O registro do comando em ata deveria ser comunicado ao deputado Leonel Brizola, a cargo da Rádio Mayrink Veiga, localizada na rua Mayrink Veiga, nº 15, no Rio de Janeiro, estado da Guanabara.

¹⁹⁴ ORGANIZAÇÃO dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas, *Panfleteo*. 1. ed. 17 fev. 1964, p. 14-15.

¹⁹⁵ Op. cit.

Para entender melhor como se organizaram os Grupo dos Onze, temos de compreender as justificativas elaboradas nos documentos distribuídos, os quais trazem : “Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”. Neles se registra uma argumentação baseada no momento histórico decisivo pelo qual o Brasil estava passando e que se refletia na vida de cada cidadão. Apontavam-se nesses documentos também as razões que teriam levado à morte Getúlio Vargas, o qual, postulando seu sacrifício, deixara uma mensagem registrada em sua Carta-testamento. Segundo tal justificativa, Getúlio teria decidido morrer para que a nação despertasse; por isso, convocavam-se todos os brasileiros para a luta contra a espoliação internacional da pátria, o que seria a origem das injustiças, dos sofrimentos, das angústias e da pobreza, que tornavam a vida insuportável no país. É importante observar que todas as publicações, fossem impressas no jornal *Panfleto*, na *Cartilha*, fossem veiculados através dos discursos na Rádio Mayrink Veiga, apelavam ao varguismo, conforme já exposto anteriormente, como fonte inspiradora das ações que seriam desencadeadas no movimento dos Onze. São palavras do texto:

Hoje, ninguém mais nos ilude, porque sabemos que os preços sobem, que a inflação se acelera, que não vêm as reformas, que nosso povo se marginaliza e tem de lutar desesperadamente para sobreviver e que a nossa própria soberania se degrada, em consequência do monstruoso processo espoliativo, do saque internacional que leva para fora de nossas fronteiras os frutos do trabalho e da produção do povo brasileiro. Uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até os negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Essa minoria é hoje o que podemos chamar de antipovo, de antinação.¹⁹⁶

Esse controle, esses grupos e pessoas a quem o texto se refere também seriam obstáculos às reformas e não deixariam vingar os interesses nacionais, pois isso significaria a libertação da nação e o fim dos privilégios. O texto argumentava que a vida da população estava cada vez mais difícil, o custo de vida aumentava, a crise econômica e a elevação dos preços eram fatores do empobrecimento social brasileiro.

Essa situação social levaria a um desfecho singular. Começaria a partir das bases a promoção de intensas manifestações sociais de inconformidade, tais como protestos, lutas por reajustes salariais e vencimentos, greves, choques no campo, alastramento da luta nacionalista. O “antipovo”, como Brizola nomeava os que eram contrários aos interesses da maioria, reagiria às manifestações populares em defesa de seus privilégios, apertando o cerco

¹⁹⁶ ORGANIZAÇÃO dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas, *Panfleto*. p. 14-15.

e procurando manter o controle da situação. Essa minoria que controlava a população classificava a maioria de agitadores, extremistas, radicais, subversivos, fidelistas, comunistas, entre outras denominações.

As autoridades estabeleceriam o estado de sítio, por meio do qual procuravam restringir as liberdades públicas e individuais, classificando-o como medida para um governo forte, para o golpe e a ditadura. Em seus discursos defendiam sempre que tais medidas se destinavam à defesa da ordem, da democracia, do desenvolvimento econômico, da liberdade, da família brasileira e da tradição cristã. O texto do documento trazia:

Ordem para esta minoria é a ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo; em matéria de liberdade, a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios; família, sim, desde que não se trate da família do povo, degradada pela crise, pela angústia, pela fome e a doença, pela mortalidade e pela injustiça social; e tradições cristãs, também como se Cristo tivesse surgido no mundo como um homem de negócios ou com privilégios do patriciado romano e não de uma família de operários, como se o filho de Deus tivesse vindo à terra para confraternizar em festins e bons negócios com os espoliadores romanos que então dominavam e oprimiam o povo hebreu.¹⁹⁷

Segundo o texto, para os brasileiros nada disso seria importante; eram tantas as injustiças que sofriam que nada poderia impedir que defendessem o país, bem como todos os seus direitos. Eram sabedores que, sem justiça social, somente ocorreriam a submissão, o atraso, a marginalidade, a exploração do homem pelo homem, e, sem emancipação social, não haveria uma verdadeira soberania nacional. Cada cidadão deveria, portanto, decidir se estava a favor das lutas populares, dos movimentos, ou se estava do lado daqueles que Brizola, em seus discursos, afirmava serem os traidores da pátria, os favoráveis ao imperialismo.

Todos os discursos brizolistas e ações realizadas durante o governo Goulart, ou pela própria oposição do PTB na época, eram no sentido de levar esclarecimento à nação, aos setenta milhões de brasileiros, sobre o momento histórico pelo qual o país estava passando. Naquele momento conturbado politicamente, todas as organizações expressivas, como sindicatos de trabalhadores, estudantes e camponeses, líderes populares, intelectuais e alguns militares que apoiavam Goulart, estavam empenhadas numa tarefa:

¹⁹⁷ ORGANIZAÇÃO dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas, *Panfleto*, p. 14-15.

[...] milhões e milhões de brasileiros esclarecidos e inconformados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma coisa, clamando por uma tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização, que viria justamente do impulso, e canalizar a força invencível que representa o povo mobilizado.¹⁹⁸

A mobilização da população era a grande meta daquele momento e uma tarefa urgente e imprescindível, pois “povo desorganizado é povo submetido”.¹⁹⁹ Cada um deveria assumir uma posição, e “organização” era a palavra de ordem naquele momento. O documento apelava para “a iniciativa de cada um, ao gênio criador de nosso povo, à sua própria capacidade de organização”.²⁰⁰

Com o acesso ao jornal *Panfleto*, à Rádio Mayrink Veiga, Panfletos e cartilhas explicativas, acompanhados de debates acalorados sobre a situação e a necessidade de organização pregada por Leonel Brizola, criaram-se os Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, divulgados pela Rádio Mayrink Veiga e pelas demais emissoras da “Rêde do Esclarecimento”²⁰¹ [sic]. Esses se reuniam numa organização simples, ao alcance de todos, mesmo nas áreas ou localidades mais isoladas e distantes. Assim, houve a articulação de imensos contingentes da população brasileira como:

FMP (Frente de Mobilização Popular), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Sindicatos, UNE (União Nacional de Estudantes) e suas organizações, organização dos SEMTERRA, e “LIGAS CAMPONESAS” e outras organizações locais ou regionais, dentro do objetivo de consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares, de todos os getulistas e trabalhistas que se consideram convocados pela CARTA DE VARGAS [...].²⁰²

Portanto, segundo o líder carismático Leonel Brizola, tido como um guia revolucionário no momento, homens e mulheres do Brasil aceitaram o desafio ao serem convocados a lutar pelas reformas de base e pela libertação brasileira da espoliação internacional, conforme ele afirmava em seus discursos.

A idéia da organização do Grupo dos Onze Companheiros emergiu em razão da situação pela qual estava passando o país. A organização popular deveria acontecer de maneira simples, conforme a compreensão da população e as possibilidades da unificação.

¹⁹⁸ ORGANIZAÇÃO dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas, *Panfleto*, p. 14-15.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

Nesse sentido, o futebol foi o exemplo de organização tomado, pois era conhecido e praticado em todo o território nacional:

Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e, dentre eles, um é escolhido para capitão ou comandante da equipe; todos sabem, neste caso, deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos.²⁰³

A força da expressão “equipe” era um exemplo, pois valia pela coesão, pelo trabalho de conjunto. A comparação com o futebol estava ao alcance de todos, pois tinha significação, funcionalidade e denotava ações organizadas; logo, as pessoas não poderiam mais falar, pensar ou agir individualmente ou em grupos reduzidos. Esses, por sua pequena composição ou por sua atuação restrita, não buscavam grandes objetivos, ao contrário, apenas aqueles a que se propunham os Grupos dos Onze Companheiros. Consta no texto:

Um grupo de onze companheiros pode parecer pequeno dado o grande número, os milhões e milhões de patriotas e nacionalistas existentes, em nosso País, e dispostos a cumprir as tarefas que a Pátria comum está exigindo de nós. Pode parecer pequeno, mas também pequeno é um simples tijolo. E é exatamente com pequenos tijolos reunidos, somados, interligados, cada um com sua função e adequadamente dispostos é que se fazem as construções ou se complementam os grandes edifícios de concreto armado [...] Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos de sua vizinhança (em primeiro lugar), de fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um “Grupo dos Onze”, reunir-se e fundar a organização.²⁰⁴

Para Diunysio Cerutti,²⁰⁵ acusado de datilografar o cabeçalho das listas para formar o Grupo dos Onze, a definição sobre a organização poderia ser explicada assim:

²⁰³ ORGANIZAÇÃO dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas, *Panfleto*, p. 14-15.

²⁰⁴ *Idem*.

²⁰⁵ CERUTTI, Diunysio. Definição para a organização dos Grupos dos Onze, cujo embasamento teórico retirou da revista *O Cruzeiro*, de 11 jul. 1964, o qual foi entregue para Elenice Szatkoski em 18 jan. 1996. O estado emocional de Diunysio Cerutti não permitiu que prestasse depoimento. Natural do município de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul, é citado neste trabalho porque foi a partir destes depoimentos e deste movimento político “Grupos dos Onze” formado na cidade que surgiram as primeiras pesquisas referentes ao tema ora em estudo.

A Organização dos “Grupos dos Onze” era de base popular, de conteúdo fundamentalmente democrático, porque com uma finalidade expressa, aberta, pública, de lutar contra e qualquer golpe, qualquer interrupção da ordem constitucional e de bater-se por uma democracia autêntica e pelas reformas de base. Não era uma organização clandestina. Era uma organização aberta, pública. Não havia nenhuma organização escusa, nem uma organização secreta nacional ou internacional. Puramente de conteúdo nacionalista e democrático.²⁰⁶

Assim, seguiam-se as orientações e escutavam-se as palestras pela *Rede do Esclarecimento*, cuja veiculação se transformou em tarefa obrigatória da Rádio Mayrink Veiga às sextas-feiras, a partir das 21h30min; após a meia-noite, também nas sextas-feiras, eram lidas as comunicações enviadas pelos companheiros dos Comandos Nacionalistas, bem como eram passadas instruções para as atividades da organização. A ordem do momento – final de 1963 e início de 1964 – era a organização da população civil e também dos militares, colaborando com o movimento a favor da construção de uma política democrática e da exigência das reformas necessárias à nação brasileira.

Nesse sentido, com fins de organização armada ou ativismo político, o Rio Grande do Sul constituiu-se em berço de inúmeros Grupos dos Onze, que se formaram em várias regiões, como na região do Médio-Alto Uruguai. Para fins de esclarecimento, primeiramente, a organização dos Grupos dos Onze teve duas denominações, pois o nome definitivo seria escolhido pelas pessoas que os organizavam e que enviavam as sugestões ao comando geral, a cargo de Leonel de Moura Brizola, no Rio de Janeiro. Na Rádio Mayrink Veiga, a preferência apontava para “Comandos Nacionalistas”, que passou a constar em alguns documentos oficiais, e “Grupo dos Onze”, como ficaram mais popularmente conhecidos.

Brizola pretendia com a organização desses Grupos obter o mesmo sucesso e apoio conquistados com a Campanha da Legalidade em 1961 no Rio Grande do Sul, porém os tempos tinham mudado e ele representava, por seu carisma de herói nacional, com sua continuidade trabalhista e seu discurso antiimperialista no jornal *Panfleto* e na Rádio Mayrink Veiga, uma ameaça para o sistema e, ao mesmo tempo, mostrava-se um revolucionário incendiário.

Com o movimento dos Grupos dos Onze, Brizola esperava poder atingir bem mais pessoas do que ocorrera com a Cadeia da Legalidade. Isso é evidente na documentação e nos

²⁰⁶ CERUTTI, Diunysio. Definição para a organização dos Grupos dos Onze, cujo embasamento teórico retirou da revista *O Cruzeiro*, de 11 jul. 1964, o qual foi entregue para Elenice Szatkoski em 18 jan. 1996. O estado emocional de Diunysio Cerutti não permitiu que prestasse depoimento. Natural do município de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul, é citado neste trabalho porque foi a partir destes depoimentos e deste movimento político “Grupos dos Onze” formado na cidade que surgiram as primeiras pesquisas referentes ao tema ora em estudo.

apelos por meio dos jornais e da Rádio Mayrink Veiga, que lhe dava possibilidades de atingir o Brasil todo. Em se tratando de organização e união para a resistência, Hélio Silva assinala:

[...] em maio de 1963, Brizola foi ao nordeste [...] O ex-governador gaúcho conclamou o povo a se unir em células de cinco pessoas, que por sua vez deveriam multiplicar-se. A finalidade das células seria uma resistência às insolências e abusos dos ‘gorilas’ que, segundo ele, estariam por toda parte, tramando o golpe.²⁰⁷

A revista *O Cruzeiro*²⁰⁸ publicou uma matéria na qual explicou que os Grupos dos Onze teriam começado a se formar em 19 outubro de 1963, quando, por meio de um discurso radiofônico pela Rádio Mayrink Veiga, Leonel Brizola conclamara a população para se organizar e defender o nacionalismo, bem como as reformas de base. Nesse momento se falava em cinco elementos por grupos, porém Coriolano Vieira, da Guanabara, fez um estudo sobre “motivação e mobilização popular”, atendendo a uma solicitação de Leonel Brizola, e propôs que, em vez de cinco elementos, fossem onze.²⁰⁹ Essa seria a maneira de buscar a organização e a unificação popular em torno das idéias brizolistas veiculadas pela Rádio Mayrink Veiga e pelo jornal *Panfleto*, a fim de combater o imperialismo, exigir as reformas de base e sustentar politicamente o governo Goulart.

²⁰⁷ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília R. 1964: *Golpe ou contragolpe?* 3. ed. Porto Alegre: L&PM. 1978. p. 268-269.

²⁰⁸ Dólares de Fidel para Brizola. *O Cruzeiro*, 8 ago. 1964, p. 6-7.

²⁰⁹ Para fins que registro consta no livro *No fio da navalha*, p. 49-51, o coordenador nacional dos Grupos dos Onze constituídos por Leonel Brizola era “Betinho”, o qual foi designado pelo próprio Brizola. “Betinho” em 31 de março de 1964, atuava como coordenador da assessoria do ministro da Educação, Paulo de Tarso, em Brasília. Informações contidas no livro *No fio da navalha*, p. 46-47.

MODELO DE ATA

Nós, os 11 brasileiros abaixo-assinados, constituímos nesta de um «Comando Nacionalista» (Rua N°

Tel.

Escolhemos para líder e comandante o companheiro

.....

e, nesta data, estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária), e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas.

..... de de 19.....

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

6 —

7 —

8 —

9 —

10 —

11 —

Fonte: *Panfleto*. 1. ed., 17 fev. 1964, p. 14-15.

Figura 10 – Ata para formação dos Grupos dos Onze

Brizola chamava à resistência. Num comício no dia 13 no Rio de Janeiro, afirmou que a violência não partira da oposição, mas das minorias controladoras do país e do governo; por isso, o povo deveria se organizar. “Organização” era a palavra de ordem do momento para Brizola, pois, assim, a “nação brasileira” teria liberdade e o país não seria vítima da espoliação internacional. Brizola afirmava que o caminho que estavam trilhando era pacífico, mas sabiam responder com a violência também. Nesse contexto, o presidente Goulart

deveria decidir se caminhava com o povo ou não, pois quem tinha a nação a seu lado nada teria a temer.

Esse pronunciamento de Brizola data de dias antes do golpe militar, que ocorreu no dia 30 de março de 1964, e nele faz uma dura crítica a Lacerda, que pregava regimes de exceção, principalmente o golpe de 61. Para Leonel Brizola, as minorias dominantes não poderiam falar em liberdade visto que sempre tinham se oposto a ela; ainda defendia que democracia não existe sem o povo e não pode ser praticada contra ele. A população brasileira deveria estar vigilante em relação àqueles que utilizavam a bandeira da democracia apenas como um pretexto; por isso, dever-se-ia apoiar João Goulart, que era democrático, e defender a democracia e a liberdade, que estavam ameaçadas.

Em 30 de março de 1964, o jornal *Panfleto* despedia-se de sua curta existência. Nele Brizola escreveu seu sétimo e último artigo, intitulado “A violência não partiu de nós”. No texto dizia que, diante de tudo que o país estava passando no momento – 1964 –, havia a necessidade de uma advertência, pois as liberdades políticas tinham entrado em colapso. Segundo Brizola:

O golpe ainda está em preparo – em preparo despuadorado e sem rebuços. Mas a sua primeira consequência já a sofre o povo na própria carne, toda a vez que pretende exercer seus direitos constitucionais, toda a vez que busca apresentar, em praça pública, os anseios da minoria oprimida. A violência já esta nas ruas. A violência já nos ronda as portas. E é preciso que fique bem claro, como um fato histórico de importância fundamental, que não fomos nós que a implantamos.²¹⁰

Brizola solicitava o restabelecimento do império das garantias constitucionais, que assegurassem aos cidadãos os direitos individuais e coletivos consagrados na própria Carta da República. Ele não admitia que a União aceitasse a interferência das minorias, nem compreendia a passividade do governo diante da crise pela qual o Brasil estava passando e da iminência de um golpe.

Nesse contexto, em que o nacionalismo era parte dos discursos, bem como o antiimperialismo americano, Leonel de Moura Brizola contava com o apoio de vários setores da sociedade civil organizada e de colunistas que escreviam e retratavam o pensamento brizolista e a defesa dos interesses nacionais contra o imperialismo norte-americano no jornal *Panfleto*. Um desses setores era a União Nacional dos Estudantes, cujo presidente em 1964

²¹⁰ BRIZOLA, Leonel de Moura. A violência não partiu de nós. *Panfleto*, ed. 7, 30 mar. 1964, p. 2.

era José Serra, do qual o *Panfleto* publicou um discurso em que ele alertava sobre a crise em curso:

[...] o ano de 1964 será decisivo para as lutas das forças populares, porque a contradição entre as necessidades econômicas sociais do povo brasileiro e a incapacidade estrutural de satisfazê-las atingirá o ponto mais agudo [...] existe, por um lado, a necessidade de um conjunto de reformas que possibilitem o desencadeamento de um processo radical de transformações sociais e, por outro, o desinteresse das classes dirigentes em atender a essa exigência [...] Não podemos apoiar uma política governamental de conciliação com o latifúndio e o imperialismo, com a espoliação estrangeira e o reacionarismo de uma estrutura agrária obsoleta.²¹¹

A UNE já discutia a sucessão presidencial pós-64 e José Serra, ao pronunciar-se, condenava as candidaturas de Lacerda e Juscelino, porque, segundo ele, eram falsas opções que queriam se apresentar para o povo. Dizia ele:

Não aceitaremos candidaturas conservadoras, ou que se intitulem de centro, pois essa posição não existe: ou se é a favor, ou contra o povo”.²¹² Quanto às frentes amplas, apresentadas por Dantas, os estudantes eram contra, pois faltava diálogo em torno de temas concretos e acrescenta: “Falar em libertação econômica, sem falar na encampação, pura e simples, das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, é mera pilhéria [...] o objetivo específico dos estudantes, junto as forças populares, é a reforma universitária, porque cinquenta por cento dos brasileiros são analfabetos e apenas um, em cem, chega a universidade, que serve às classes dominantes. [...] A universidade de elite – disse ainda – é alienada, social, política e culturalmente. Nela não existem filhos de operários e de camponeses, não existe a cultura brasileira, oriunda das tradições e aspirações legítimas de nosso povo. Reformar a Universidade, significará transformar toda a estrutura social do país.”²¹³

José Serra,²¹⁴ como presidente da UNE, era contra a vitalidade do cátedra, pois apenas com um único concurso os professores universitários transformavam-se em verdadeiros reis, governando até morrer o ensino superior. Era, pois, necessário modificar a Constituição e extinguir a vitalidade do cátedra; contudo, isso era tão difícil quanto dar o direito de voto ao analfabeto ou abolir o preceito que impedia a desapropriação de terras por interesse social. A sugestão de Serra em seu discurso era que fosse enviada ao Congresso Nacional uma emenda à Constituição para extinguir a vitalidade do cátedra e acrescentar um substitutivo na Lei de

²¹¹ SERRA, José. UNE: crise aguda em 64. *Panfleto*, ed. 1, 17 mar. 1964, p. 13.

²¹² Idem.

²¹³ Idem.

²¹⁴ José Serra foi membro da Ação Popular entre 1962-1973, formada por militantes de esquerda ligada à juventude católica e com forte adesão dentro do movimento estudantil, a qual dava total apoio às reformas de base pregadas por Leonel Brizola e às lutas trabalhistas. Tinha também a participação de religiosos ligados à AP, os quais cediam os mosteiros para reuniões clandestinas dos grupos guerrilheiros. Os principais nomes da AP eram José Serra e Herbert de Souza. A AP contava com um número aproximado de quatrocentos militantes.

Diretrizes e Bases da Educação. Concluía Serra: “Contudo, não esperamos que o parlamento vote essas matérias, e sim que se desmascare, mais ainda.”²¹⁵

Por sua vez, o vice-presidente de Assuntos Nacionais da UNE, Marcelo Cerqueira,²¹⁶ afirmava que somente planos concretos capazes de interpretar os anseios do povo e de manter um plano nacionalista seriam debatidos pelos estudantes. Frisava “que o presidente João Goulart pode e deve marchar nessa frente, especialmente, por que os acontecimentos políticos do último ano, em particular a crise do estado de sítio, demonstraram o falecimento da política de conciliação”.²¹⁷

Para a UNE, havia uma grande oposição às reformas de base pregadas pelo governo Goulart e apoiadas por Brizola, as quais eram sua grande bandeira de luta, pois os grupos que representavam o imperialismo e outras forças políticas tentavam inviabilizar esses projetos. A UNE exigia medidas que deveriam ser tomadas imediatamente por meio de decretos, como a moratória da dívida externa; o monopólio do petróleo pela Petrobras e a encampação das refinarias particulares; a encampação do truste da Bond and Shere; a desapropriação por interesse social das faixas de terras marginais às estradas, ferrovias e açudes; a reorganização total da política econômico-financeira; as liberdades democráticas fortalecidas, a anistia total aos sargentos e demais presos políticos. Por fim, a UNE, pela fala de Marcelo Cerqueira, solicitava a legalização do PCB.

O quadro político brasileiro, para os estudantes, tornou-se mais acirrado após a luta pela posse de Jango e então apareceram as forças contra e a favor do povo. No encaminhamento da luta – afirma Marcelo Cerqueira – é fundamental a aliança operário-estudantil-camponesa, parcela mais conseqüente da união das forças antiimperialistas. O movimento universitário está empenhado em fortalecer-la e ampliá-la. Para isso realizaremos, programa da UNE-volante, fóruns de operários, estudantes e camponeses, destinados a aprofundar a união dessas forças em todos os Estados, através da ação dos dirigentes da UNE e do centro Popular de Cultura²¹⁸

Na matéria “Rainha universitária vê patriotismo na agitação”,²¹⁹ Kátia do Prado Valadares, rainha universitária do Brasil e funcionária da Petrobras, afirmou:

²¹⁵ SERRA, op. cit.

²¹⁶ CERQUEIRA, Machado. UNE quer frente ampla contra o imperialismo. *Panfleto*, ed. 4, 9 mar. 1964, p. 31.

²¹⁷ SOUZA, A AP contava com um número aproximada de 400 militantes, *Panfleto*, p. 31.

²¹⁸ CERQUEIRA, UNE quer frente ampla contra o imperialismo, *Panfleto*. p. 31.

²¹⁹ VALADARES, Kátia do Prado. Rainha universitária vê patriotismo na agitação. *Panfleto*, ed. 4, 9 mar. 1964, p. 31.

O estudante deve agitar, pois é através da agitação que reclamamos melhor aprendizagem para servir ao país com mais eficiência [...] todas as vezes que participamos de movimentos de expressão política acusam-nos de arruaceiros e subversivos [...] Os estudantes brasileiros decidiram nada fazer gratuitamente. No meu caso, por exemplo, considero secundária a circunstância de possuir certos dotes físicos apenas importantes em concursos de beleza e elegância. Adquirem valor somente quando me dão oportunidade de revelar e transmitir a presença e o pensamento do estudante brasileiro. Tenho todo o interesse de participar em meu próprio nome e como representante de minha classe, em todo e qualquer problema que afete o destino do meu país.²²⁰

Eram, portanto, discursos de perfil brizolista tanto nas reivindicações como na participação em eventos, como a UNE-Volante, que objetivava a formação política dos estudantes, camponeses e operários, os mais atingidos pelas políticas imperialistas.

3.3 Denúncias e pressão do grupo brizolista ao governo Goulart

No artigo sob o título “Lacerda subproduto da conciliação” observamos que Brizola questiona o processo desgastante que Goulart enfrentara para assumir a Presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, mesmo sendo vice-presidente, ter obtido uma votação expressiva e possuir diploma da Justiça Eleitoral, conforme a ordem jurídica vigente no país. Apesar disso, fora necessária a mobilização popular:

Tornou-se necessário que o próprio povo, em impressionante unidade, se mobilizasse de fuzil na mão para que fosse respeitado o direito de o então vice-presidente assumir a Presidência. Foi preciso, enfim, que a nação se visse colocada diante do dilema: guerra civil ou posse ao Senhor João Goulart.²²¹

Afirma Brizola em seu artigo que a ação impedindo o presidente Goulart de governar fora, sem dúvida, oriunda das classes dominantes, que viam seus interesses e privilégios ameaçados. Essas reações se deviam ao fato de que Goulart fora eleito com “a carta de Vargas na mão e que deveria representar, no Governo, as aspirações e a realização dos direitos das multidões espoliadas e sedentas de justiça social”.²²²

Vemos que Brizola novamente utilizava instrumentos políticos produzidos por Vargas, como a Carta-testamento, com o que justificava a sua preocupação com o governo Goulart,

²²⁰ VALADARES, Kátia do Prado. Rainha universitária vê patriotismo na agitação. *Panfleto*, ed. 4, 9 mar. 1964, p. 31.

²²¹ BRIZOLA, Leonel de Moura. Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 2, 1964.

²²² Idem.

que estava concedendo privilégios às elites, desprezando, assim, o compromisso que tinha com o povo. Assim, denominava as atitudes de Goulart de “política de acomodação”²²³, a qual o deixaria governar num sistema de parlamentarismo ilegítimo quando assumisse o governo. Esta política já se apresentava como um ato de acomodação durante a vigência do parlamentarismo no Brasil; fora a conciliação do inconciliável, num tipo de política extremamente prejudicial ao país. Para Brizola, Goulart tentava se desvencilhar da incômoda camisa-de-força, tendo, durante a vigência do parlamentarismo, “um certo apoio das elites econômicas”, mas, ao mesmo tempo, estava entre um governo que se instituíra com uma revolução em marcha, referindo-se à Campanha da Legalidade de 1961, e a nação, a qual se “mantinha inconformada” com o despojo que alguns líderes políticos e militares tentavam fazer em Brasília, tirando os direitos do presidente e, conseqüentemente, de toda uma população.

Esta unidade patenteou-se na exigência e, depois, na realização do plebiscito. Dez milhões de brasileiros, ofereceram impressionante demonstração de coesão, num pleito que a corrupção do poder econômico e a opressão das oligarquias não puderam desvirtuar nem viciar os resultados. A consulta plebiscitária de 1963 foi, decididamente, um pleito livre, onde o povo brasileiro manifestou sua vontade na plenitude de sua consciência cívica e de suas convicções. Pelo que se pregou e disse ao povo, no decurso da campanha para o plebiscito – volta ao presidencialismo, com Jango e as reformas.²²⁴

Essas manifestações populares mostravam o repúdio à assim chamada “política de acomodações” e às práticas do governo Goulart durante o período. Brizola afirmava em seu discurso que os brasileiros desejavam uma política popular firme e definida do que chamou de “seu governo”, fazendo referência ao partido PTB. Conforme verificamos, para Brizola, o governo Goulart deveria se redimir dos erros e sofrimentos pelos quais a população brasileira passava. Entretanto, a população não percebia uma posição firme do governo Goulart, pois fora restaurado o parlamentarismo.

Na mesma matéria, Brizola afirma que o ministério encontrava-se imobilizado por suas próprias contradições, bem como que o Plano Trienal²²⁵ privilegiava os interesses da

²²³ BRIZOLA, Leonel de Moura. Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 2, 1964.

²²⁴ Idem.

²²⁵ O Plano Trienal foi criado pelo paraibano Celso Furtado para ser colocado em prática entre 1963-1965. Furtado era um intelectual prestigiado e ex-superintendente da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Era adepto das idéias desenvolvimentistas da Comissão de Economia para a América Latina (Cepal), órgão da ONU que estudava soluções econômicas para a América Latina. Furtado, como ministro do Planejamento, gostaria de acabar com a inflação (que tinha saltado de 33% para 55% em 1962). Para isso, propôs cortes nos gastos do governo, diminuindo subsídios sobre importações e aumentando os impostos sobre as grandes fortunas. Também previa a renegociação da dívida externa para poder continuar importando bens para a indústria alimentar e crescimento econômico. Quanto à reforma agrária, o Plano Trienal previa uma ampliação da produção agrícola e, com isso, o mercado consumidor.

“classe dominante”; por isso, surgiam os primeiros protestos, dentro e fora do governo, em virtude do rumo da política tomada por Jango, que, no entender de Brizola, significava o sofrimento do povo novamente. No Plano Trienal e na política financeira estaria em curso a compra das subsidiárias da Bond and Share,²²⁶ que eram políticas lesivas aos brasileiros, tudo em continuidade à “política de acomodação”. Essa política não estaria agradando à nação, nem, muito menos, a Brizola; assim, a política de Jango dava continuidade ao favorecimento às elites.

Dessa forma, o texto de Brizola deixa claro que o governo não conseguia realizar uma administração significativa, nem havia promovido qualquer reforma de impacto; logo, as perspectivas eram péssimas, não tendo havido nenhum avanço desde janeiro de 1963. O governo também não tinha conseguido impedir ou banir a espoliação que corroía os salários dos brasileiros nem tinha controle sobre a inflação, tanto que havia uma elevação brutal dos preços e um aumento do custo de vida. Ainda, o Brasil continuava cada vez mais aberto ao domínio internacional, e o governo tinha perdido a força que o unia a seus eleitores e àqueles que acreditavam em seu mandato. Brizola deixava claro que o governo Goulart estava se unindo aos “seus sócios”, os espoliadores internacionais, fortalecendo as minorias dominantes do país.

Nesse sentido, vemos que Brizola fala na política de acomodações e dá idéia, em seu discurso, do quanto o governo Goulart, já em março de 1964, estaria atrelado ao poder das elites locais, e mais, este vínculo com as elites dominantes levava a que as forças populares se dissipassem, podendo-se, pois, prever uma luta solitária. Esse distanciamento, para nosso personagem, “desnorteou e dividiu as forças populares, com as quais o governo, até pouco tempo, formava uma unidade invencível, sempre que acionada e dirigida para os caminhos de nossa libertação econômica e social, como está escrito e indicado na carta-testamento do Presidente Getúlio Vargas”.²²⁷

Brizola exemplificava a política de acomodações com Lacerda, político que, quando Goulart assumira o poder, fora derrotado politicamente. Essa política de acomodações fizera ressurgir Lacerda através de intermináveis entendimentos com o embaixador norte-americano Lincoln Gordon, com o governo e grupos norte-americanos. Assim, de fora conseguindo

²²⁶ A Bond and Share ou American Foreign era uma *holding* com sede nos EUA que comandava dezenas de subsidiárias em inúmeros países. No Brasil operava através das Empresas Elétricas Brasileiras, que controlavam as seguintes empresas: Cia Paulista de Força e Luz; Cia Força e Luz de Minas Gerais; Cia Força e Luz do Paraná; Cia Brasileira de Energia Elétrica (Niterói); Cia Energia Elétrica da Bahia; The Pernambuco Transways and Power (Recife); Cia Central Brasileira Força Elétrica (Vitória); The Riograndense Light and Power (Pelotas) – a subsidiária de Porto Alegre foi encampada por Brizola, por remessa ilegal de dólares para o exterior, Cia Força e Luz Nordeste (Maceió) e Cia Força e Luz Nordeste (Natal).

²²⁷BRIZOLA, Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, p. 3.

“oxigênio”, recuperara-se, fortalecera-se e passara a se entender com o governo Goulart e sua “política de acomodações”. O embaixador Gordon movimentava-se com frequência entre os “bastidores do poder” – Palácio do Planalto, Câmara dos Deputados e Senado Federal – em Brasília e mantinha audiências com o presidente Goulart e assessores, os quais derramavam a “cornucópia de dólares” que Lacerda movimentava. O próprio governo Goulart financiara o retorno de Lacerda ao cenário político, com recursos, conforme denúncia da ala esquerda do PTB, que não tinham qualquer controle por parte do governo. Em seu texto escreve Brizola:

É verdade que existem muitas contravenções, muitos aproveitadores e oportunistas por aí a fora, muitos que ainda não conseguiram compreender esta triste realidade a que atingimos, mas é verdade, também, que a maioria do povo brasileiro esta sentindo e por isso em condições de compreender que foram outros os caminhos que nós traçamos, no levante de agosto de 1961, e no plebiscito, e não estes para os quais, infelizmente, fomos conduzidos. O quadro é este. Mas eu afirmo que o futuro é nosso, do nosso povo, e de nosso País, nessa luta de libertação. E embora considere possível que a lição de tantos erros conduza nosso Governo a uma revisão de seus rumos, devo dizer que é no povo, na sua organização e na sua capacidade de luta que devemos depositar a nossa fé.”²²⁸

A história da formação política de Brizola, a construção da imagem e até mesmo do mito, pautados no trabalhismo e no varguismo levaram-no a realizar discursos nos quais apontava os sérios problemas econômicos, políticos e sociais brasileiros. Assim, para fazer pressão sobre o governo Goulart, foi realizado o Comício pela Reformas de Bases no dia 13 de março de 1964. Contudo, o círculo do poder em que Goulart estava mergulhado revelou a profunda crise de identidade política do governo. Nesse evento, Goulart fez um discurso para agradar a multidão e atender à pressão do grupo da esquerda do PTB. Mergulhado nesse círculo político desastroso, a situação indicava que Goulart abandonaria o governo, deixando o país à mercê dos interesses econômicos, políticos e militares com os quais tinha compactuado na política de acomodações que estabelecera, segundo as análises feitas por Brizola. Este ainda afirmava que Goulart tinha esquecido as bases do trabalhismo, com as quais seu partido era identificado.

²²⁸ BRIZOLA, Lacerda: subproduto da conciliação. *Panfleto*, p. 3.

3.4 Goulart e a pressão brizolista

Ao trabalhar com o governo Goulart, faz-se necessário uma revisão de sua trajetória política para observar a formação do político João Goulart e a sua importância não apenas como presidente da República entre 1961 e 1964, mas, também, como ministro do Trabalho de Vargas e vice-presidente nos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Para realizar esta abordagem utilizamos as obras de Jorge Ferreira²²⁹, não deixando, no entanto, de chamar a atenção para as notas 49, 50 e 51 deste texto.

O trabalhismo brasileiro da segunda metade do século XX foi um projeto que contribuiu para a confirmação de uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Assim, esteve inserido no campo da representação social num tempo em que a classe trabalhadora se identificava como sujeito da história, bem como se constituiu em uma prática política institucionalizada pela atuação do PTB.²³⁰

O trabalhismo, como experiência histórica, realizou-se através de um cruzamento de idéias, concepções, proposições e práticas que se converteram em códigos e signos fortemente ancorados em discursos, os quais traduziam as expectativas e proposições dos próprios trabalhistas e de expressivos segmentos da população brasileira. Os projetos do trabalhismo enfatizando práticas políticas e sociais, chegaram à sociedade sob a forma de discurso e foram aceitos por serem coerentes com a realidade das décadas de 1950 e 1960; foram incorporados à política dos seus seguidores que davam respaldo ao seu programa.²³¹

O discurso e a prática trabalhista foram dinamizados através do PTB, que fazia o programa político e social que ele representava ganhar visibilidade e possibilidade de implantação. As lideranças partidárias regionais e nacionais do pTB, através de uma interlocução e de uma inter-relação efetivas com as bases do partido, podem ser identificadas como os maiores responsáveis pela grande popularidade e crescimento da agremiação, que, às vésperas do golpe de 1964, já era identificada como o partido que mais crescia no país.²³²

Em decorrência, alinha pragmática reformista que ganhou maior visibilidade, projeção e poder após a passagem de Jango, pelo Ministério do Trabalho traduziu a união entre as

²²⁹ FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. Ver também: GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro. FGV. 2007.

²³⁰ Ver mais em FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. Ver também GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro. FGV. 2007.

²³¹ Ver mais em FERREIRA, (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*, Ver também GOMES; FERREIRA, *Jango: as múltiplas faces*.

²³² Idem.

preposições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática política que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos, com uma renovação substantiva do próprio trabalhismo, que passou a se manifestar como nacionalismo, reformismo e projeto de maior autonomia política para os trabalhadores.²³³

Assim, como o discurso e a trajetória de Jango podem ser considerados pragmáticos dentro do projeto reformista do “novo trabalhismo” e importante observar e compreender aspectos de seu impacto, tanto no terreno da ação política como no da representação social.²³⁴

Assim, João Goulart, nascido no Rio Grande do Sul, era originário de família de latifundiários e vinculou-se ao PTB, a partir da convivência com seu conterrâneo Getúlio Vargas. Sua trajetória política, que ganhou dimensão nacional após uma fase de preparação municipal e estadual, sofreu duas influências decisivas: de Getúlio Vargas, principal expoente da tendência getulista do PTB, e de Alberto Pasqualini, cujas preposições ganharam maior difusão exatamente na fase em que Jango ingressou na política e se consolidou como liderança trabalhista.²³⁵

Goulart percorreu os caminhos do trabalhismo pelos braços do PTB. Ele organizou o diretório do partido em São Borja. Em seguida, também como representante do PTB, foi secretário de Interior e Justiça do governo Ernesto Dornelles, no Rio Grande do Sul; presidente do Diretório Estadual do PTB; presidente nacional do partido; ministro do Trabalho de Vargas; vice-presidente da República no governo de Juscelino Kubitschek e presidente da República entre 1961 e 1964. Essa trajetória de Jango pode ser vista como um trabalhismo social-democrata, aceito pelos dirigentes do PTB, que resultou num trabalhismo brasileiro com idéias de reformismo, nacionalismo, estatismo, assistencialismo e distributivismo.²³⁶

Jango, enquanto esteve à frente do Ministério do Trabalho, marcou sua atuação por um forte paternalismo ao “dar” participação aos sindicatos e absorver a experiência com Pasqualini, que enfatizava a questão da justiça social e do distributivismo ministerial. Assim, a atuação de Jango no Ministério do Trabalho representou uma renovação nos quadros dos dirigentes do PTB, como também a adoção preliminar de uma nova linha de ação para o trabalhismo petebista.²³⁷

²³³ Ver mais em FERREIRA, (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*, Ver também GOMES; FERREIRA, *Jango: as múltiplas faces*.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

A trajetória de Jango é pautada por ações e preocupações como justiça e solidariedade social, adoção dos princípios nacionalistas, as quais marcaram as ações do partido da época. Além disso, como vice-presidente e presidente da República, Jango trouxe uma nova concepção e prática trabalhista ao fazer a crítica aos aspectos desumanos e apátridas do capitalismo; ter preocupação com o bem-estar social da população e com os direitos dos trabalhadores; defender uma melhor distribuição de renda, mencionada em seus discursos, nos quais condenava uma minoria que ostentava luxo enquanto uma maioria de brasileiros vivia na miséria. Também concebia uma justiça social sem quebra da democracia; um capitalismo sadio e a melhoria do nível de vida dos trabalhadores; defendia a atuação e intervenção do Estado nas questões sociais e sua função como árbitro dos conflitos sociais; buscava da paz social com um desenvolvimento mais humano; apresentava as reformas bancárias e agrária. Essas ações de Jango situavam-se dentro da política distributivista e abrangeram desde o aumento de 100% aos trabalhadores assalariados, quando ministro do Trabalho, até a criação de condições para a implementação de uma profunda reforma previdenciária, a qual, ao ser efetivada, incluiu a real participação dos trabalhadores na administração dos Institutos de Previdência Social no país.²³⁸

Quando presidente, apesar da oposição dos conservadores, tanto da oposição política como de quadros de dentro do próprio PTB, Jango tomou uma série de medidas que traduzem o modelo pragmático do trabalhismo reformista, como a aprovação da Reforma Tributária, beneficiando a empresa nacional; política de preços mínimos para agricultura; criação do fundo Federal Agropecuário; criação da Superintendência de Política Agrária; instituição do Conselho Nacional de Reforma Agrária; implantação da Superintendência Nacional de Abastecimento, com o objetivo de fazer escoar a produção agrícola e “de distribuir a preços justos os produtos agrícolas para a população brasileira; adoção de uma política nacional de exploração de minérios; elaboração de uma Plano Nacional de Educação, o qual ampliava o atendimento educacional da rede pública de ensino; aprovação da lei de remessa de lucros para o exterior; extensão dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais; obrigatoriedade de todas as empresas com mais de cem empregados de proporcionarem ensino elementar aos seus empregados; envio ao Congresso Nacional de mensagem que concedia ao funcionalismo público o décimo terceiro salário; decreto determinando a completa revisão de todas as concessões governamentais das jazidas minerais a grupos

²³⁸ Ver mais em FERREIRA, (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*, Ver também GOMES; FERREIRA, *Jango: as múltiplas faces*.

estrangeiros; criação da Eletrobrás; tabelamento dos óleos lubrificantes vendidos pela Esso e Shell, quebrando o domínio das duas distribuidoras sobre o mercado brasileiro.²³⁹

As medidas adotadas por João Goulart mostram que o trabalhismo pragmático reformista sustentava-se tanto no getulismo, no que toca ao nacionalismo e ao aperfeiçoamento e ampliação das leis trabalhistas, quanto no trabalhismo doutrinário, especialmente no distributismo social. Dessa forma, o impacto das medidas citadas, as quais traduziram uma caracterização pragmática da representação simultânea de soberania nacional, de estatismo, de dirigismo, de paternalismo e de justiça social, expressou-se nos inúmeros petebistas que se filiaram a tal tendência, marcando um tempo histórico no qual o trabalhismo correspondeu a um efetivo projeto nacional de desenvolvimento econômico e social. O trabalhismo pragmático reformista, ao qual Jango era filiado, visava à crença na solução dos problemas sociais do país, à superação do subdesenvolvimento que assolava a economia brasileira e à construção de uma nação mais soberana.²⁴⁰ Essas metas seriam alcançadas por um processo pacífico, ou seja, pela via legal do reformismo. Enquanto os “reformistas” viam essas possibilidades por meio de vias pacíficas, os petebistas mais da esquerda, como Leonel Brizola, acreditavam em reformas por atitudes que descartassem a “política conciliatória” do Governo Goulart e uma participação efetiva da população na organização de classes para pressionar as reformas, bem como a busca através de conflitos políticos e até armados.

Assim, o governo Jango marcou seu tempo político com ações marcantes na história, mas não deixou de ser criticado por suas falhas de cunho mais político, principalmente no período pré-revolução de 1964.

Continuando essa discussão e observando o jornal *Panfleto*, criou-se o mito de que Brizola era fiel ao trabalhismo varguista, questionador dos atos do Goulart. O exposto acima pode ser mais claramente visto e compreendido no texto “Povo e Governo”, que é um apanhado do discurso do deputado Leonel Brizola no Comício das Reformas, ocorrido em 13 de março de 1964.

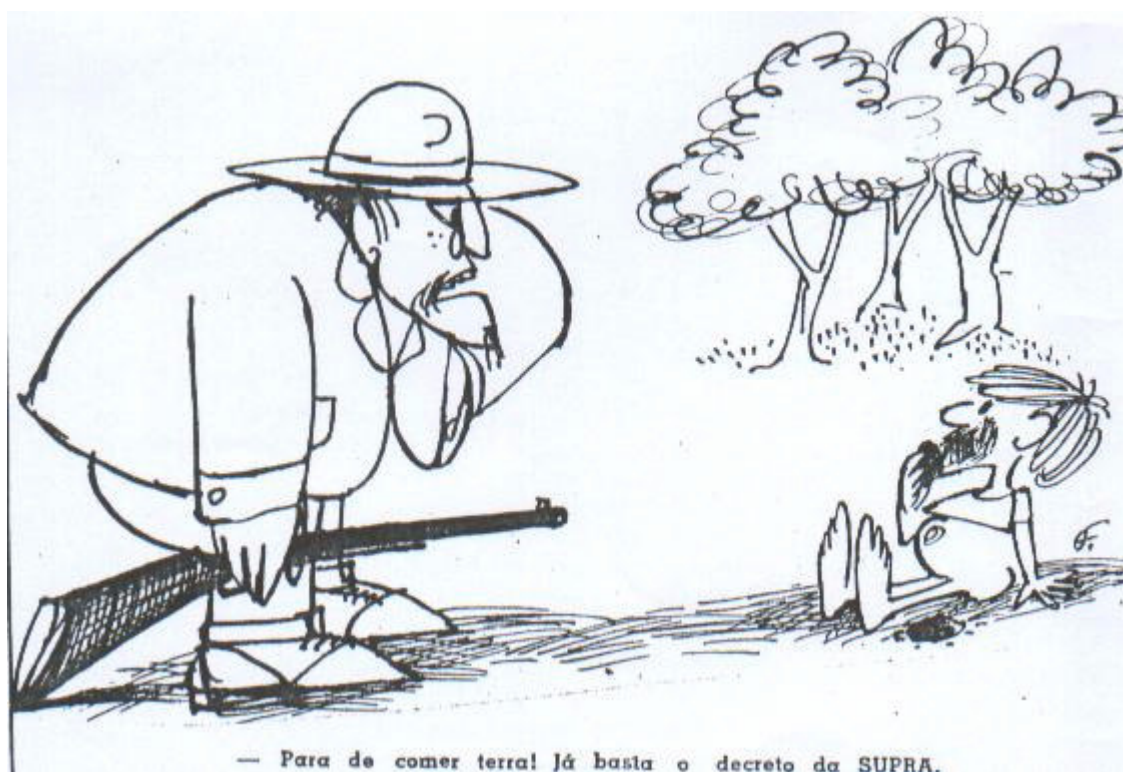
O comício, para Brizola, significava um encontro do governo com a população. É importante perceber que na edição anterior de *Panfleto* Brizola criticara a postura de afastamento do governo com as “causas da nação”, afirmando que este se aproximava por demasia da “elite burguesa” do Brasil. Além da multidão presente, milhões de pessoas ouviam a transmissão do comício pela rádio; era o momento de a população reunida dialogar com o

²³⁹ Ver mais em FERREIRA, (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*, Ver também GOMES; FERREIRA, *Jango: as múltiplas faces*.

²⁴⁰ Idem.

governo Goulart, de ouvir o governo. Assim, no início do texto sobre o Comício do dia 13 Brizola faz referência às pessoas presentes na praça, as quais não deveriam estar ali apenas para aplaudir, mas “para clamar, para reivindicar, para exigir e para declarar a situação que estamos vivendo”²⁴¹

Brizola, em tom empolgado, saúda as posturas democráticas de João Goulart, que viera até a praça para ouvir o “clamor da população”, para dialogar, para ceder às pressões. Afirma, ainda, não ser pressão, mas, sim, a voz que vem daquilo que chama de “frente do poder”, pois o poder vinha da massa, a qual estava prestigiando o acontecimento. Então, essa pressão popular deveria ser vista, na opinião de Brizola, em seu texto, com honra pelo governo, à qual este deveria se submeter. Ainda exortava: “Quero citar e aplaudir estes dois atos que devem deflagrar um processo de transformações em nosso país: O decreto da Supra e o decreto de desapropriação das refinarias de petróleo”.²⁴²



Fonte: *Panfleto*, ed 2, 24 mar. 1964, p. 5.

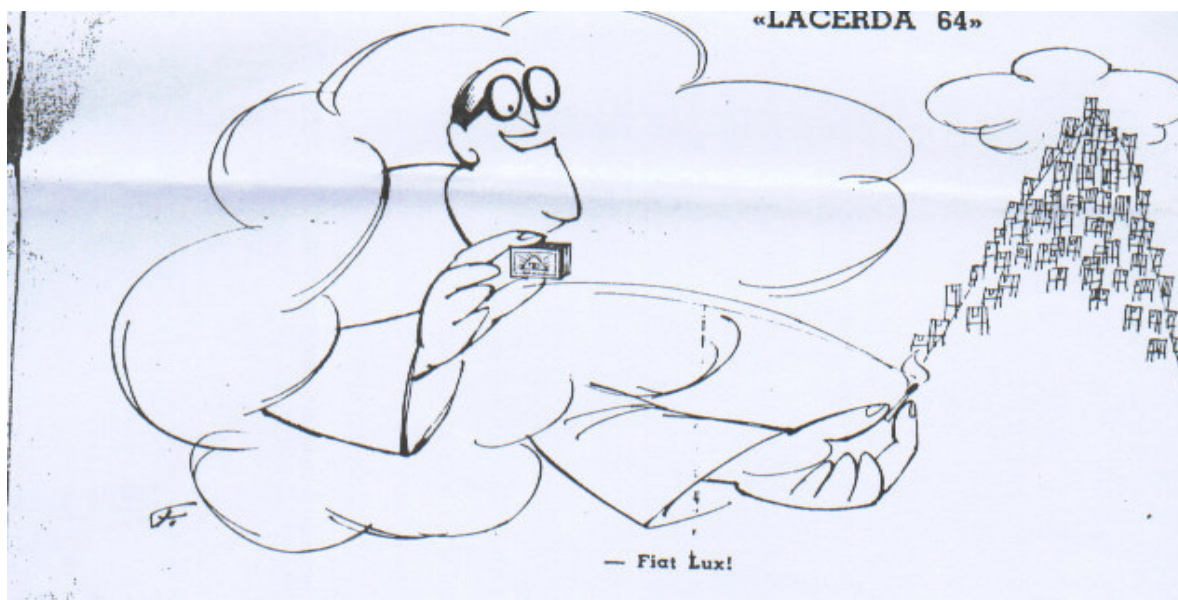
Figura 11 – Charge sobre o domínio da terra e as repercussões do decreto do Supra

²⁴¹ BRIZOLA, Povo e governo. *Panfleto*, p. 2.

²⁴² Idem.

Constatamos que o jornal *Panfleto* registrou com ênfase os aplausos que Brizola teria recebido após seus discursos. Neles ele retomou a Campanha da Legalidade, a movimentação popular no plebiscito de 1963, com o qual se pusera fim à “política de conciliação” e ao parlamentarismo, bem como a pressão popular quanto à realização das reformas de base.

A multidão reunida significava “um grito para o caminho da sua libertação” e a restauração da unidade entre eleitores e governo. Com isso, na visão de Brizola, o presidente poderia retomar as origens do governo, pondo fim à “política de conciliação”, e reorganizar um governo democrático, popular e nacionalista. O *Panfleto* registrava: “aplausos prolongados e gritos Brizola! Brizola!”.²⁴³ Em seu discurso, Brizola gostava de enfatizar que seu lugar era ao lado daqueles com quem tinha compromisso, pois era um autêntico representante do povo: “Mas quero perguntar ao povo: querem que continuem a política de conciliação ou preferem um governo nacionalista e popular? Aos que desejam um governo nacionalista e popular, peço que levantem as mãos”.²⁴⁴ O jornal trazia que, naquele momento, “num só gesto, a imensa multidão, reunida no maior comício de todos os tempos já realizados no Rio de Janeiro, aprovou, respondendo a Brizola, a formação de um governo nacionalista e popular.”²⁴⁵



Fonte: Jornal *Panfleto*, ed. 2, 24 mar. 1964, p. 7.

Figura 12 – Charge do governador Lacerda com fósforo Fiat Lux colocando fogo nas favelas do Rio de Janeiro, numa alusão ao descaso do governo para com os favelados

²⁴³ BRIZOLA, Povo e governo. *Panfleto*, p. 2.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Idem.

Verificamos que Brizola mantinha em seu discurso um tom que visava empolgar a multidão e afirmava que o povo brasileiro não suportava mais as condições de vida, visto que suas liberdades democráticas estavam sendo ameaçadas. Ele citava os exemplos de Belo Horizonte, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde os governos reacionários estavam “queimando ranchos de camponeses”, e não deixava, ainda, de se reportar a Lacerda:

O que se passa na Guanabara é uma prova dessa ameaça, pois a Guanabara é governada por um energúmeno (vaia prolongada) tanto isso é verdade que o próprio Presidente da República, para falar em praça pública precisou mobilizar as valorosas forças armadas (aplausos)²⁴⁶

Brizola expressa em seu discurso que ocorria uma negação à legitimidade do Congresso Nacional, o qual estaria controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e abadianos. O Congresso do qual ele falava não se identificava com a população na defesa de seus anseios; assim, não havia saída para o Congresso e o governo Goulart, aos quais atribuía um momento de trágico impasse para o país, ou seja, o governo trabalhista não estava com o trabalhador e negava os princípios varguistas. E conclui: “A palavra de quem apenas quer ver o país livre da espoliação internacional, como está escrito na Carta-Testamento de Getúlio Vargas (aplausos prolongados)”²⁴⁷

Além de criticar o Congresso Nacional, Brizola atacava o Executivo pela sua inoperância e exigia uma nova Constituição, a qual teria de ter poder popular e ser popular, permitindo que os trabalhadores, os camponeses, os oficiais nacionalistas, os sargentos, “homens públicos autênticos” participassem, eliminando-se as “velhas raposas” da política nacional. O *Panfleto* registrou novamente os aplausos prolongados que Leonel Brizola recebera ao falar para a multidão:

Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é subversivo. Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito/ Verão que o povo votará pela derrogação do atual congresso. Dirão que isto é continuísmo, Mas já ouvi pessoalmente do Presidente da república a sua palavra, assegurando que, se fosse decidida neste país a realização de eleições para uma Constituinte, sem a participação dos grupos econômicos e da imprensa alienada mas com o voto dos analfabetos, dos soldados e cabos, e com a imprensa democratizada, ele, o Presidente, encerraria o seu mandato.²⁴⁸

²⁴⁶ BRIZOLA, Povo e governo. *Panfleto*, p. 2.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

Observamos que Brizola fazia pressão sobre o Congresso e o governo, aproveitando a massa de trabalhadores que se concentravam no comício para colocar o governo em condição de enfrentamento com a população. Ele exigia uma nova Constituição, voto dos analfabetos e de outras categorias que eram impedidas de votar e atacava a imprensa, pois tivera de criar uma imprensa alternativa para difundir suas idéias. Concluindo seu discurso, convocava o povo para a luta armada:

A partir desses dois atos – a assinatura do decreto da Supra e do que encampa as refinarias particulares – desencadear-se-á, por esse país, a violência. Devemos, pois, organizar-nos para defendermos nossos direitos. Não aceitaremos qualquer golpe, venha ele de onde vier. (aplausos prolongados) O problema é de mais liberdade para o povo, pois quanto mais liberdade o povo tiver maior supremacia exercerá sobre as minorias dominantes e reacionárias que se associaram ao processo de espoliação de nosso país. O nosso caminho é pacífico mas saberemos responder à violência com a violência. (aplausos prolongados) O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer.”²⁴⁹

No final do seu discurso no comício de 13 de março de 1964, Brizola, como registra o jornal *Panfleteo*, fora aplaudido durante vários minutos. Falando para uma multidão, em sua maioria trabalhista e defensora dos ideais de Vargas, agradara com suas palavras, pois reproduzira um discurso que a população queria ouvir: pressionar o governo Goulart a assumir posições em relação às reformas.

Observamos nas matérias publicadas no *Panfleteo* sobre o comício do dia 13 a referência feita a Leonel Brizola como um excelente orador, merecedor, por isso, de “aplausos prolongados”. Tornam-se, pois, claros o carisma, a liderança e o poder de empolgar multidões que Brizola possuía naquele momento, sem esquecer que estava também embutido neste discurso o apoio que ele buscava para, com a reforma constitucional, poder se lançar como candidato a Presidente da República, pois já possuía o *slogan* “cunhado não é parente, Brizola para presidente!”. Em contrapartida, as matérias sobre o discurso do presidente no mesmo comício consistem em textos breves e não fazem menção a “aplausos prolongados”, deixando claro que Goulart apenas anunciara as medidas reformistas às quais Brizola já tinha feito menção, com um tom educado, mas politicamente agressivo. Brizola fez pressão no comício do dia 13, levando o presidente Goulart a assumir uma postura política da qual ele não tinha certeza; por causa dessa indecisão de Goulart, para Brizola, “o Brasil vivia por viver” momentos politicamente conturbados.

²⁴⁹ BRIZOLA, Povo e governo. *Panfleteo*, p. 2.

Assim, é importante analisar o texto publicado no *Panfleto* sobre o discurso de Goulart no comício de 13 de março na praça Cristiano Ottoni, confrontando-o com o texto acerca do discurso de Brizola. Nesse sentido, Goulart, mesmo temeroso, fez o discurso mais incisivo de toda a sua carreira política, para uma multidão de mais de duzentas mil pessoas, segundo a crítica, uma multidão jamais reunida num comício político brasileiro. Ali ele anunciou a assinatura do decreto da Supra e da encampação das refinarias particulares. Com essas declarações, o governo acabou de vez por provocar a elite econômica brasileira e a política de conciliação, tanto criticada por Brizola e outros partidários do governo. Com o decreto da Supra o presidente desapropriaria todas as propriedades com mais de 500 ha à margem das estradas, rios e açudes. Sobre o decreto Goulart declarou:

Acabei de assinar o Decreto da Supra. Assinei meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da Pátria. É necessário que se diga que não é ainda a Reforma Agrária pela qual lutamos. Representa como afirmou a pouco o governador de Pernambuco, um passo à frente no caminho das grandes reformas de estrutura. Não representa ainda a Carta de Alforria do camponês abandonado, mas é, repito, o primeiro passo à frente das portas que se abrem na solução definitiva do problema agrário brasileiro.²⁵⁰

Quanto às passeatas anticomunistas e ao posicionamento de cidadãos cristãos diante da política do governo, bem como de membros conservadores da Igreja, Goulart esclareceu:

A ameaça à democracia não é vir ao encontro do povo na rua, é enganar o povo brasileiro, é explorar seus sentimentos cristãos na mistificação do anticomunismo, insurgindo o povo até contra as mais expressivas figuras do quadro nacional, dos grandes pronunciamentos dos Santos Papas. O inolvidável Papa João XXIII disse que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamental, o direito ao uso da terra, e a obrigação de conceder propriedade para todos. É dentro desta autêntica doutrina que o Governo brasileiro vem procurando fixar sua política social, particularmente a realidade agrária. O cristianismo nunca foi um estudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem também, brasileiros, podem ser levantados os rosários contra a vontade do povo. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo que reclama uma justiça social mais humana. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que proclamam a divisão de terra.²⁵¹

Jango afirmou em seu discurso que isso ocorria em governos estaduais, de classes conservadores, ibadianos, que protestavam contra o governo, porque este defendia o povo da especulação e da ganância; logo, os protestos feitos eram anti-sociais e antipopulares. Jango pedia a revisão da Constituição brasileira por considerá-la antiquada e ter como base uma

²⁵⁰ GOULART, João. O discurso de Jango. *Panfleto*, n. 5, 16 mar. 1964, p. 4.

²⁵¹ Idem.

estrutura econômica já superada, injusta e desumana. Para o presidente, a nação brasileira merecia uma democracia que colocasse fim às estruturas sociais arcaicas e acabasse com os privilégios de uma minoria proprietária de terras. A população, sempre defendida por Vargas, Jango e Getúlio, teria de ter direito de votar e ser votada, de escolher lideranças representativas de todas as ideologias e correntes políticas.

Goulart também defendia a liberdade de pensamento como princípio fundamental dos direitos do homem e, ainda, como presidente, dizia dever prestar contas de suas ações, problemas, atitudes, a fim de enfrentar as forças poderosas, “forças ocultas”; para isso, confiava na unidade do país e da classe trabalhadora em busca da emancipação. A reforma da Constituição era fundamental para o governo de Jango, que, assim, poderia fazer a reforma agrária e outras reformas. Porém, não bastavam emendas constitucionais; era preciso uma nova Constituição, com o que a grande beneficiada seria a população. Sobre as encampações das refinarias dizia Jango: “A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a Ipiranga, Capuava e outras pertencem ao povo, por que pertencem ao Governo”.²⁵²

O presidente concluía seu discurso falando sobre a reforma eleitoral, que permitir o voto aos 18 anos e que todos aqueles que eram alistáveis pudessem participar democraticamente da vida política do Brasil, bem como votar e serem votados. A outra reforma era a universitária, de interesse de todos e defendida pelos estudantes, que eram a vanguarda dos movimentos populares e nacionalistas. Além disso, todas as demais medidas que fossem tomadas pelo governo seriam de interesse da população e das classes populares. Jango falava, reportando-se a Getúlio Vargas, sobre a questão das refinarias: “[...] ao decretar a encampação das refinarias particulares, prestar uma homenagem de respeito e solidariedade àquele que sempre teve respeito e foi solidário com os sentimentos de nosso povo, ao grande presidente Getúlio Vargas”.²⁵³

Com esse discurso Jango assumia, definitivamente, a postura que Brizola e a ala esquerda do PTB desejavam, ou seja, de um presidente atento às “necessidades da população”, não de uma “minoridade de privilegiados”, bem como dava continuidade à política trabalhista pregada por Getúlio Vargas.

Analisando o texto “Atenção Brasileiros”, publicado no jornal *Panfleto*, observamos o que pensava Brizola:

²⁵² GOULART, O discurso de Jango. *Panfleto*, p. 4.

²⁵³ Idem.

Usam a bandeira da democracia apenas como pretexto- pois o que buscam é anular as liberdades já conquistadas por nosso povo e impedi-lo de aperfeiçoar, ainda mais, a democracia que já alcançamos. Usam a constituição como um assaltante usa a máscara. E querem fazer do sentimento cristão do nosso povo, uma arma contra êle próprio, pela sua transformação em fanatismo.²⁵⁴

Ainda registrou: “Neste momento em que nossas liberdades se encontram sob ameaça, devemos ter a coragem de defendê-las intransigentemente. Quanto mais liberdade, mais justiça social. Quanto mais liberdade, maior supremacia do povo sobre as minorias opressoras”.²⁵⁵ Leonel Brizola valeu-se dos recursos disponíveis, como o jornal *Panfleto*, para alertar sobre o esmagamento pelas “minorias opressoras”, que em nome da ordem católica tentavam ludibriar as pessoas humildes e oprimi-las através de uma ideologia cristã que se contrapunha ao comunismo ateu. Essa tática, segundo Leonel Brizola, era a mesma já adotada em outros tempos.

Para Leonel Brizola, essas “minorias dominantes” não poderiam falar em liberdade, pois sempre se haviam oposto a ela, e democracia não existe sem o povo, nem pode ser praticada contra os brasileiros. Brizola em seu discurso “Atenção Brasileiros” que o que se encontrava em evidência era a preparação dos golpistas, ansiosos pelo poder, buscando defender privilégios próprios. A população brasileira deveria estar vigilante com relação àqueles que utilizavam a bandeira da democracia apenas como um pretexto; por isso, era necessário apoiar João Goulart, que era democrático, e, assim, defender a democracia e a liberdade, que estavam sob ameaça.

Brizola ainda afirmava que não desejava a subversão, mas a humanização das estruturas políticas e democráticas; que também à nação não interessava a violência e que deveriam ouvir a sua voz, buscando a unidade para a melhoria dos destinos da pátria. À nação somente interessaria a liberdade:

Liberdade para exigir seus direitos; liberdade para proclamar sua situação de miséria, liberdade para reclamar mais justiça social; liberdade, mais e mais liberdade para dizer que não se conforma com a favela, que não aceita a subnutrição, que é insuportável aos sentimentos de qualquer um a mortalidade infantil que dizima a família nacional.²⁵⁶

²⁵⁴ BRIZOLA, Leonel de Moura. Atenção brasileiros. *Panfleto*, ed. 6, 23 mar. 1964, p. 3

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem.

Constatamos que Brizola acusava as “minorias privilegiadas” do país de cometerem as injustiças sociais e coíberem a participação política do povo com ações violentas. Essas minorias, quando se sentiam encurraladas, reagiriam para a defesa de todos os seus privilégios, e essa reação se voltaria contra os interesses das “maiorias sofredoras”. Brizola recordava que a história é marcada por fatos nos quais as minorias se viram ameaçadas e a população sofrera as conseqüências, enfatizando que a direita reagira a isso na Europa. Na França, por exemplo, a população reagira ao terror da organização do Exército Secreto do país francês, o qual se opunha à manifestação de independência dos argelinos submetidos. No Brasil, por sua vez, esse processo de terror e reação da direita estava começando a acontecer, impedindo os direitos humanos e os processos democráticos. Questionava Brizola: “Quem deu início, em Cuba, às violências – os guerrilheiros de Sierra Maestra e ou o liberticida do ditador que por tantos anos ensangüentou a ilha?”²⁵⁷

Dessa forma, com o pretexto de defender o povo, as minorias brasileiras estariam suprimindo seus direitos, principalmente os políticos, pois os comícios se desenvolviam num clima de ameaças e tropelias. Os estoques de armas avolumavam-se e as armas da população estavam sendo empunhadas pelas polícias estaduais, as quais não eram utilizadas para defesa da nação, mas contra aquela. Oprimia-se utilizando grupos de agitadores e, assim, justificava-se a intervenção em locais onde democraticamente os cidadãos se encontravam; a polícia, comandada por grupos reacionários e governos conservadores, investia contra a população, dissolvia reuniões e impedia a livre-manifestação do pensamento, o livre-confronto das idéias, sem o qual não há democracia: “Os próprios representantes do Governo Federal já se cassa a palavra e já se tenta correr das praças e dos recintos onde se realizam atos públicos”.²⁵⁸ Continuava Brizola: “[...] o próprio Presidente da República para encontrar-se com o povo, precisa de proteção do Exército, precisa mobilizar tanques, metralhadoras e canhões – sem o que nem a vida do Primeiro Magistrado estaria garantida.”²⁵⁹

Brizola pedia o restabelecimento do “império das garantias constitucionais”, que assegurasse aos indivíduos os direitos individuais e coletivos consagrados na própria Carta da República, bem como não admitia que a União aceitasse a interferência das minorias, nem compreendia a passividade do governo diante da crise pela qual o Brasil estava passando e da iminência de um golpe. Tratando sobre a política de conciliação e culpa o governo, dizia que esta política animara os golpistas e exigia do governo imposição da autoridade a fim de que se

²⁵⁷ BRIZOLA, A violência não partiu de nós. *Panfleto*.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem.

garantisse à população “o direto de conquistar democraticamente seu futuro”. E concluía: “E que aja logo, em nome da constituição, antes que seja tarde. É que aja logo, antes que o povo seja obrigado a defender-se por sua própria conta e com os meios ao seu alcance.”²⁶⁰

Neiva Moreira,²⁶¹ membro da Frente Parlamentar Nacionalista, organizada por Leonel Brizola, e integrante do conselho de redação do jornal *Panfleteo*, publicou texto intitulado “A conciliação sepultada”, no qual escreveu que, perante cerca de duzentas mil pessoas no comício de 13 de março, a política da conciliação fora sepultada em praça pública e que, realmente, fora uma festa do povo, mesmo que tentassem alterar o seu sentido. “Foi uma demonstração de uma realidade nova que domina a fisionomia política e social da nossa pátria.”²⁶² Complementava Neiva Moreira:

Havia certos receios de que a palavra dos oradores de vanguarda, fiéis aos princípios, pudesse comprometer as normas da cortesia ou criar, mesmo, incidentes e dificuldades na área política e diplomática. Chegou-se a temer que o todopoderoso embaixador dos Estados Unidos se molestaria se as mazelas da dominação imperialista sôbre a nossa pátria viessem a público, como de resto vieram. Não se contava, no entanto, com um fator muito importante, que o estado de espírito da massa. Duas centenas de milhares de pessoas não se movimentavam, com sacrifícios e canseiras, sem uma profunda consciência de causa. Ora, essa massa não é radical por gosto, mas pela imposição dos fatores de sofrimento e de revolta. E seria ela que daria, num diálogo a céu aberto, a tônica da grande manifestação.²⁶³

Afinal, “de que valeria participar de um acontecimento tão decisivo quanto aquele senão para fixar posições e definir rumos?”, questionava Neiva Moreira. Se assim não fosse, não teriam sentido as palavras de líderes como Arraes, Brizola, Sérgio, Serra, Seixas, dos dirigentes sindicais nem a do presidente, cujo discurso fora aguardado com enorme interesse, num ambiente de emoção nacional.

Para Neiva Moreira, o balanço do comício era altamente positivo. As medidas anunciadas pelo presidente da República, o decreto da Supra, pelo qual tanto lutara e batalhara João Pinheiro Neto, e a encampação das refinarias, quase fechando o ciclo do monopólio integral do petróleo, eram do maior alcance nacional e tinham a consagração pelos aplausos delirantes recebidos. Também a análise do problema dos alugueís, da “petulante atitude subversiva” da Associação Comercial e da “intolerância latifundiária” que estava

²⁶⁰ BRIZOLA, A violência não partiu de nós. *Panfleteo*.

²⁶¹ Ver em MORAES, Denis de. *A esquerda e o Golpe de 64: Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 325

²⁶² MOREIRA, Neiva. A conciliação sepultada. *Panfleteo*, ed. 5, 16 mar. 1964, p. 4.

²⁶³ Idem.

gerando a “guerra santa” nos campos fora recebida com extraordinário entusiasmo pelo povo, afirmava Neiva Moreira no *Panfleto*.

No comício Brizola teria solicitado à massa de pessoas presentes que manifestasse sua posição sobre o governo popular democrático e nacionalista que poria fim à política de conciliação. Diante disso, explodira gigantesca resposta plebiscitária no momento mais afirmativo e empolgante do comício, relatado como marco do processo revolucionário brasileiro, segundo o jornal. A qualquer pessoa não terá passado despercebido, contudo, que, ao lado dos aplausos, condenava-se também uma certa orientação e seria um imperdoável erro histórico ou uma contrafação o governo, proclamar uma nova política, porém, convocar os que a ela se opunham para executá-la. Aqui percebemos um reforço à condenação da política de conciliação. Se o governo utilizasse dirigentes contrários às reformas anunciadas no comício do dia 13, a revolução política interpretada e conduzida pela contra-revolução seria um mito ou um blefe, segundo Neiva Moreira.

Podemos dizer que o comício da Central foi o outro lado do *putsch* reacionário ocorrido no Senado e tentado sem êxito por causa da vacilação do deputado José Maria Alkmin na Câmara dos Deputados. A reação no Congresso foi inequívoca e coerente: mobilizou-se e desafiou o governo, respondendo com uma solução sectária e de combate à obstinação com que vinha defendendo uma política baseada na conciliação entre pólos opostos, já desembocando no impasse.

Para a ala oposicionista do PTB, por mais meritórios e patrióticos que tivessem sido os atos do governo e por mais radicais que tivessem sido as palavras dos oradores, o fato é que tudo isso só teria desdobramento eficaz e conseqüências decisivas se o presidente marchasse rapidamente para a total recomposição do seu governo. O passo que o governo Goulart teria de dar seria de varrer da máquina política a infiltração, barrar os caminhos do “imperialismo” e consolidar as conquistas da revolução, por meio de um poder doutrinariamente coerente e funcionalmente homogêneo e integrado. Dessa forma, a ala petebista acreditava no fim da política de conciliação.

É evidente que o comício foi um fato histórico e buscava resultados imediatos. O presidente João Goulart, como frisaram Arraes e Brizola, contava com a população para esse processo de transformação. A massa popular sempre mostrara lealdade ao trabalhismo, aos apelos dos líderes, como Vargas, Brizola e Goulart, na Legalidade e no Plebiscito. Para as lideranças do PTB, naquele momento, por causa da conscientização ocorreria uma mobilização e tudo se encaminharia para as decisões desejadas.

Mesmo com todo o apoio, entretanto, a realidade mostrou um governo que vacilava, prendendo-se num emaranhado de manobras e composições políticas, e que não soubera abrir caminho na oportunidade histórica. Naquele momento, percebia-se que a oposição ao governo era iminente e, para garantir a governabilidade de Goulart, teria de haver uma reação. Estavam, pois, criadas as condições da mudança para a ala esquerda do PTB e os demais segmentos sociais que davam apoio ao governo. Mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas demandavam, além das palavras, decisões audaciosas e rápidas e o reconhecimento de que o dia 13 de março fora um histórico divisor de águas na política nacional.

Verificamos que Neiva Moreira escreveu sobre a euforia dos brasileiros que apoiavam Brizola e as reformas anunciadas por Jango após o comício do dia 13, bem como expressou seu contentamento com o discurso do governo anunciando as reformas de base. Referiu o problema dos aluguéis, que era um assunto polêmico, argumentando que os planos de habitação existentes, disciplinados por decretos, estavam longe de atender a essa demanda, o que somente um Plano Nacional de Habitação resolveria. Afirmava Moreira:

Uma solução de estilo socialista, com a construção em massa de habitações e a organização da infra-estrutura industrial correspondente. Mas se o problema for nome ou o conceito doutrinário, não há de ser nada. Pode-se dizer que a solução é previdenciária, cooperativista, solidarista, contanto que venha o Plano.²⁶⁴

Após o comício, Jango teria tido a reação necessária aos problemas capitais, redimensionando as questões de interesses particulares, o que somente ocorreu, segundo os críticos, em razão da popularidade do presidente, o qual havia descartado as lideranças nacionalistas. O governo teria abordado assuntos de interesse da classe média e de uma pequena parcela da burguesia temerosa de enfrentar sozinha os problemas do imperialismo, porém deveria cessar com sua política de conciliação, pois poderia perder o apoio popular, cuja identificação seria um novo caminho para a luta comum estabelecida entre governo e governados por objetivos idênticos. “O que fazer?”, perguntava Neiva Moreira em seu texto:

²⁶⁴ MOREIRA, Neiva. O que fazer. *Panfleto*, ed. 6, 23 mar. 1964, p. 4.

Tudo indica que o caminho para isso é um novo Ministério, de caráter homogêneo e identificado, como uma família, com a nova política, ressalvados naturalmente os setores que já se integram neste sistema de luta. Áreas do governo ainda se apegam a um debate protelatório e algo romântico em torno de um programa, quando o que se impõe é a ação rápida e ofensiva. Ora, o programa da Frente Nacionalista, condensado recentemente em nota da Frente de Mobilização Popular, tem tudo ou quase tudo o que se quer e precisa fazer. È só nomear os ministros do Governo Popular e começar a ofensiva geral em todas as frentes.²⁶⁵

Para Neiva Moreira estava claro que o presidente não precisava de protocolos, nem de outros programas e documentos, para fazer um governo popular. Explicava que várias vezes, referindo-se à ala esquerda do PTB, tinham sido encaminhados através do movimento diversos esboços de programas, os quais foram debatidos, reformulados e submetidos a todas as provas do que chamava a matéria de “laboratório popular”²⁶⁶ – a sociedade aprovava por intermédio das caravanas, que eram realizadas no país inteiro para a mobilização em favor das reformas. O que faltava era apenas a execução desses programas; o entusiasmo renovado e a coragem cívica para enfrentar a reação do imperialismo já haviam sido conquistados. Dizia ele: “Além do mais, a aristocracia da terra, a banqueirada internacional e os setores gorilas das forças armadas estão agindo com grande rapidez e desembaraço”.²⁶⁷

Constatamos que Neiva Moreira também se reportava ao desenvolvimento bélico do país, dizendo que o Brasil já tinha entrado na idade da metralhadora; assim, não se tinha nada a esperar para fazer as reformas acontecerem, as quais tinham como seu principal agente comunicador Leonel Brizola, por meio da Rádio Mayrink Veiga e do jornal *Panfleto*. Outro detalhe importante no texto de Neiva Moreira é, sem dúvida, a questão das armas, pois não se enfrentariam o inimigo maior, o imperialismo, os militares de direita – “gorilada” – e a grande parcela de empresários sem uma força capaz de, por meio do conflito armado, intimidar tais agentes. Complementava ele:

Para esta gente toda ir nos buscar, de noite, dormindo ou, pior do que isso, discutindo se a frente dever ser ampla ou única, popular ou eclética, se as palavras devem ser radicais para ter apoio de povo ou habilidosas, para ver se o PSD pode conciliar a revolução com a fisiologia?²⁶⁸

Neiva Moreira explicava que o perigo da contra-revolução era imenso, mas o caminho para isso não acontecer estaria nas mãos do presidente Goulart,

²⁶⁵ MOREIRA, Neiva. O que fazer. *Panfleto*, ed. 6, 23 mar. 1964, p. 4.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem.

[...] esse perigo desaparecerá rapidamente, se o Presidente, com a visão do apoio nacional a um programa novo e dinâmico, marchar para o Governo Popular e Nacionalista e para um programa dinâmico, claro e coerente que comece no 10º andar do Ministério da fazenda e vá até os gabinetes mais escondidos e misteriosos de bancos, sumocs, cacexs, institutos, enfim, da máquina do Poder, onde a reação esta apoiando nas tetas da República e sugando o sangue do povo²⁶⁹



Fonte: SCHMIDT, Mario. Nova História Crítica do Brasil. São Paulo: Nova Geração. 1998 p. 323

Figura 13 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade

No texto a “Mistificação religiosa”, Neiva Moreira referiu-se à surpresa de alguns colegas ao encontrarem, à saída da missa na igrejinha de Fátima, alguns nacionalistas polêmicos, como Ferro Costa, Sarnei, Paulo de Tarso, Plínio de Arruda Sampaio, Waldir Pires e Lamartine Távora. A presença dessas pessoas na missa originou a expressão de um colega não afeiçoado à causa: “Essa missa – disse ele – só dá comunista...”²⁷⁰

Para Neiva Moreira, após a “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, uma reação ao comício do dia 13, ricos que bebiam uísque em lugares grã-finos e se diziam defensores da civilização ocidental e cristã não poderiam estar num lugar tão simples como a igrejinha de Fátima, a não ser que estivessem usando a população em nome do cristianismo, convocando as próprias vítimas de uma ordem social para, na rua, defender seus próprios privilégios. Neiva escrevia:

²⁶⁹ MOREIRA, Neiva. O que fazer. *Panfleto*, ed. 6, 23 mar. 1964, p. 4.

²⁷⁰ MOREIRA, Neiva. A mistificação religiosa. *Panfleto*, 7. ed., 30 mar 1964, p. 26.

Mas o que mais revolta em toda essa farsa que se monta para impedir a renovação das instituições e melhorias nas condições de vida do povo, é o farisaísmo dos sepulcros caiados, a mistificação religiosa como instrumento de luta a favor dos privilégios das castas dominantes²⁷¹

O texto reporta-se à “Passeata dos Terços”, como se intitulavam os membros da ala esquerda do PTB, em virtude da reação ao comício do dia 13. No Rio de Janeiro as esposas de quinhentos banqueiros, em reunião, comprometeram-se a colaborar com o ato. Também em Santos senhoras articulavam-se para a defesa das liberdades populares, no sentido de manter os privilégios da elite econômica do Brasil. Complementava Moreira:

[...] ora, as piedosas senhoras fariam melhor, ajudariam mais na defesa das instituições livres se conseguissem dos seus esposos, juros mais módicos e lucros menos extorsivos, num dos negócios mais escandalosamente lucrativos do nosso país, que é o do dinheiro.²⁷²

O texto de Moreira apresenta a distorção das doutrinas sociais da Igreja, que se envolvia com os interesses da elite, não na defesa do interesse do povo, e permitia que padres que defendiam os interesses reais da Igreja fossem vítimas de insultos e calúnias:

Ao lado dessa estranha mobilização da classe aristocrática procura-se dividir a Igreja e apresentar como “totalitários”, “roseos” e até comunistas, notáveis figuras do clero, como o Cardeal Mota, o Arcebispo D. Helder, D. Rezende, D. Jorge Marcos, ou D. Távora – enfim, tantos prelados ilustres, todos imbuídos do melhor estilo religioso e fiéis cumpridores da doutrina cristão. Para essa gente, o padre bom não é o que se identifica com as teses sociais da Igreja, o que se nega a discriminar entre ricos e pobres, aristocratas ou plebeus. O que vale e o padre-society, o que acha que o usineiro e o latifundiário têm todos os direitos e os trabalhadores, uma única saída: esperar justiça no outro mundo. Para não ser acoimado de comunista deve pregar a resignação diante da injustiça, achar que a propriedade e não o uso dela deve ser dogma, que qualquer movimento reivindicatório se identifica com a subversão e o ateísmo. Enfim, pregar o Cristianismo e negar o Cristo que morreu na Cruz não apenas pelos ricos, mas sobretudo, pelos humildes.²⁷³

Observamos que, no momento que o Brasil estava vivendo, era confortador, para Neiva Moreira, ver que tantos padres e milhões de católicos se recusavam a fazer da Igreja e do cristianismo um meio de discriminações sociais e de privilégios desumanos. Assim, não

²⁷¹ MOREIRA, A mistificação religiosa. *Panfleto*, p. 26.

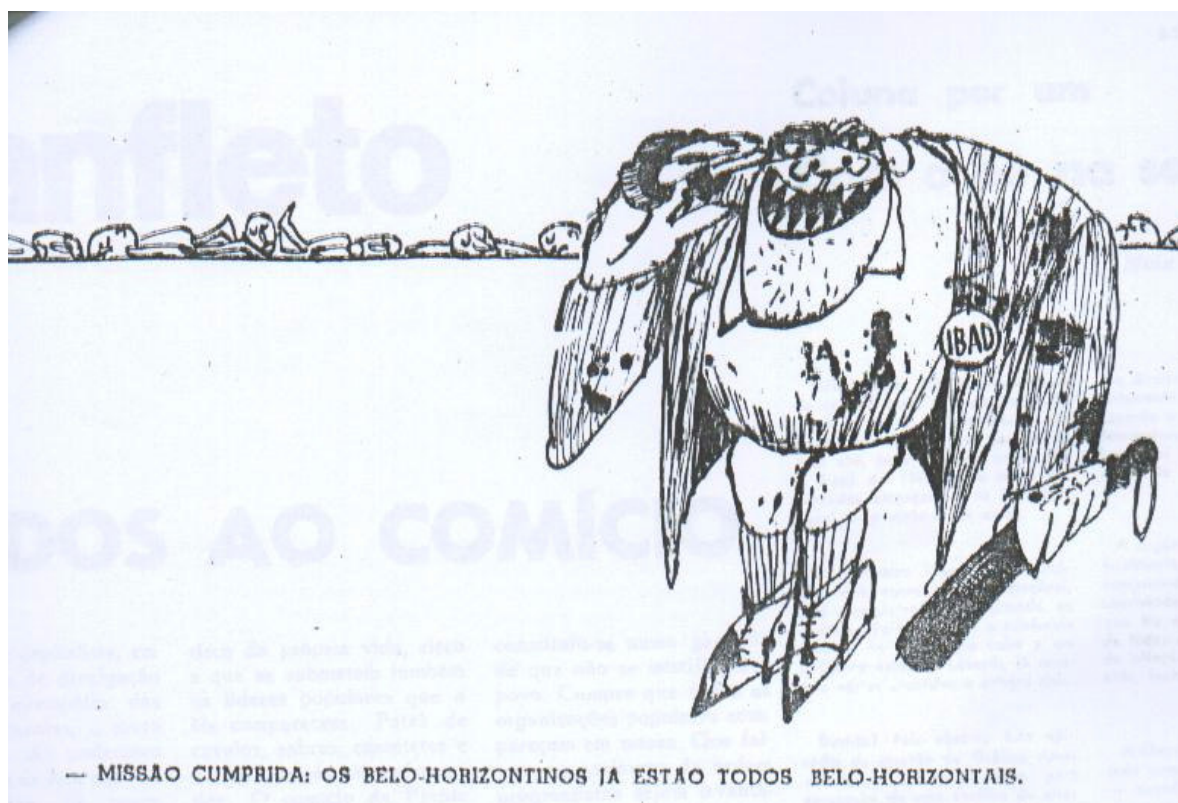
²⁷² Idem.

²⁷³ Idem.

importava o que os rádios ou os jornais que faziam a contra-reação publicassem, mas, sim, a consciência que se formava no Brasil, cujos católicos

[...] querem ver a sua igreja na luta pelas reformas, na primeira linha de resistência contra a injustiça. Essas passeatas de terço – muitas vezes colocadas em mãos profanas – não expressam a realidade do pensamento popular. No máximo, revelam que a coisa anda tão preta para aristocracia do dinheiro e da terra em nosso país, que estão acuadas as classes espoliadoras. Assim, são forçadas a essa mistificação farisaica, tentando esconder sob as aparências de defesa da religião, o apego a um odioso sistema de injustiças que o povo esta decidido a varrer, mesmo à custa de sacrifícios²⁷⁴

Neiva Moreira, membro da Frente Parlamentar nacionalista e redator o *Panfleteo*, contribuiu com sua postura política, como deputado federal e escritor do jornal, para a afirmação do brizolismo e do presidente João Goulart. Ao assumir a política de reformas de base pregada por Leonel Brizola, também confirmou a ideologia brizolista, a qual se sobressaía ao próprio programa do governo Goulart.



Fonte: Jornal *Panfleteo*. ed. 3. 2 fev 1964, p. 5.

Figura 14 – Charge representativa da repressão do Ibad em Belo Horizonte

²⁷⁴ MOREIRA, A mistificação religiosa. *Panfleteo*, p. 26.

3.5 Atos e fatos na política e na economia

O jornal *Panfleteo*, tratando dos acontecimentos econômicos, apresentou a matéria “Contrabandistas de luxo exploram privilégios fiscais”, que se constituía numa denúncia aos embaixadores brasileiros, os quais, fazendo uso de seus cargos e privilégios, importavam, com todos os benefícios fiscais, carros e os revendiam posteriormente a terceiros com preços praticados no mercado nacional. Assim a matéria denunciava:

Novecentos e quarenta e nove automóveis de fabricação estrangeira foram importados, durante 1963, sem um centavo de ônus fiscal. Os privilégios, assegurados por lei, aos diplomatas e entidades religiosas, serviram para encobrir, na maioria dos casos um comércio ilícito e pernicioso à indústria nacional. Adquiridos a preço reduzido por cambio especial, esses veículos tem sido revendidos a terceiros, após algum tempo de uso ou logo depois de desembarcados, pelo valor normal com que são cotados na bolsa de automóveis.

Por outro lado, a importação desses automóveis funciona como uma cortina de fumaça para encobrir o contrabando em proporções muitíssimo maiores, de carros estrangeiros, uma vez que torna impraticável o controle eficiente, pelas autoridades especializadas, sobre os veículos de fabricação não nacional, em circulação no Brasil. Dificilmente poderia saber se um “Impala”, um “Mercedes” ou um “Alfa Romeo” que trafega nas ruas de uma cidade brasileira, foi importado pagando impostos alfandegários, protegido pelos privilégios diplomáticos ou religiosos, ou contrabandeado através das fronteiras com o Paraguai ou das praias desertas do Pará. Mesmo contando os casos em que o favor aduaneiro foi usado sem qualquer objetivo negociata, a revenda de carros liberados pelo fisco movimentou, somente no ano passado alguns bilhões de cruzeiros, boa parte dos quais desviados dos cofres da nação.²⁷⁵

As palavras que o texto apresenta permitem-nos uma reflexão sobre os privilégios, os objetivos negociatas ou negociatas a encobrir ações ilegais praticadas por representantes do governo brasileiro, o que se constituía num ataque à economia, e a falta de rigor na fiscalização no período de crise por que passava o país. Afirma-se nele que dificilmente um “homem da rua” ou do interior do Brasil saberia deste tipo de negociata, porém o jornal *Panfleteo* assumia esse papel “denunciador” e “esclarecedor”. Percebemos na matéria, que não tinha autor identificado, palavras usadas pelo trabalhismo getulista, como negociatas, “privilégios”, etc., as quais faziam parte do discurso de Leonel Brizola na sua vida política.

O texto denuncia também as entidades religiosas, que se beneficiariam do mesmo esquema para adquirir carros importados e revendê-los a preços nacionais. Sobre isso relata:

²⁷⁵ CONTRABANDISTAS de luxo exploram privilegio fiscais *Panfleteo*, n. 1, 17 fev. 1964, p. 5

Escudados nesses critérios, a maioria dos proprietários de automóveis importados com isenção estão promovendo a comercialização dos veículos, como é o caso de uma entidade religiosa dirigida na Guanabarra por três padres de uma paróquia da Benfica, que já importou neste semestre e transferiu para terceiros, 29 automóveis do último tipo. Alguns carros já foram objeto de apreensão por parte das autoridades do Serviço Federal de Prevenção e Repressão às infrações contra a Fazenda Nacional, que entendem que, passados os automóveis para terceiros, não atingidos pelos privilégios fiscais, a cobrança dos impostos deve ser realizada. Consideram que, assim, os veículos entram como mercadoria no acervo do comércio, e estão sujeitos aos impostos, pois, do contrário, seria a lei brasileira conceder isenções a automóveis estrangeiro, permitindo concorrência no mercado, aos de fabricação nacional.²⁷⁶



Fonte: *Panfletto*, ed. 1, 17 fev. 1964, p. 4.

Figura 15 – Carros de luxo importados com incentivos fiscais e revendidos no Brasil

²⁷⁶ CONTRABANDISTAS de luxo exploram privilegio fiscais *Panfletto*, n. 1, 17 fev. 1964, p. 5

A parte de economia do jornal *Panfleto* era recheada de denúncias, uma das quais recairia sobre San Tiago Dantas,²⁷⁷ que já tinha deixado o governo João Goulart nesse período. O título da denúncia era “O esquema Santiago Dantas”²⁷⁸ e dissertava sobre a saída de Dantas como ministro após uma negociata. O artigo reportava-se ao episódio desta forma:

Depois de sua derrubada, pelas forças populares, do Ministério da Fazenda, onde foi apanhado em flagrante negociata – a compra da Bond na Share – volta o Sr. Santiago Dantas à cena política, como coordenador de uma chamada “Frente Única” ou “Frente de Sustentação”. Pretende o político mineiro, a quem ninguém nega uma formidável capacidade de manobra e engodo, juntar, num mesmo esquema político, o que de mais autêntico apresenta o quadro brasileiro – Brizola, Arrais, CGT, UNE, CTI, organizações camponesas, sargentos e Oficiais nacionalistas, comunistas brasileiros, Frente Parlamentar nacionalista, Frente de Mobilização Popular – com as velhas raposas do PSD. Maior se torna o absurdo dessa “coligação”, quando conhecido o seu objetivo: a realização das reformas.

Numa tentativa de conquistar o apoio das forças de esquerda, alinhou o Sr. Santiago, em seu programa, toda uma série de medidas progressistas, algumas até bastante radicais e corajosas, como a legalidade do PCB; teve, no entanto, a preocupação de não ferir a clientela de seu próspero escritório de advocacia; sim, a encampação de Capuava e a liquidação dos entendimentos com a Bond and Share não foram incluídos...

Justa, absolutamente justa a posição da Frente de Mobilização Popular ante o aceno bastante duvidoso que lhe foi feito. Demonstre, primeiro, o governo, com fatos concretos (dezenas de medidas de caráter progressista podem ser tomadas na área do executivo) a sua decisão de enveredar, efetivamente, pelo caminho das reformas e da libertação nacional. O apoio das forças populares será total, incondicional, não terá preço e se manifestará por todas as maneiras, em praças públicas e de armas nas mãos, se necessário.

O que não faz sentido é que o Presidente João Goulart, com livre acesso às áreas populares, escolha tal intermediário.²⁷⁹

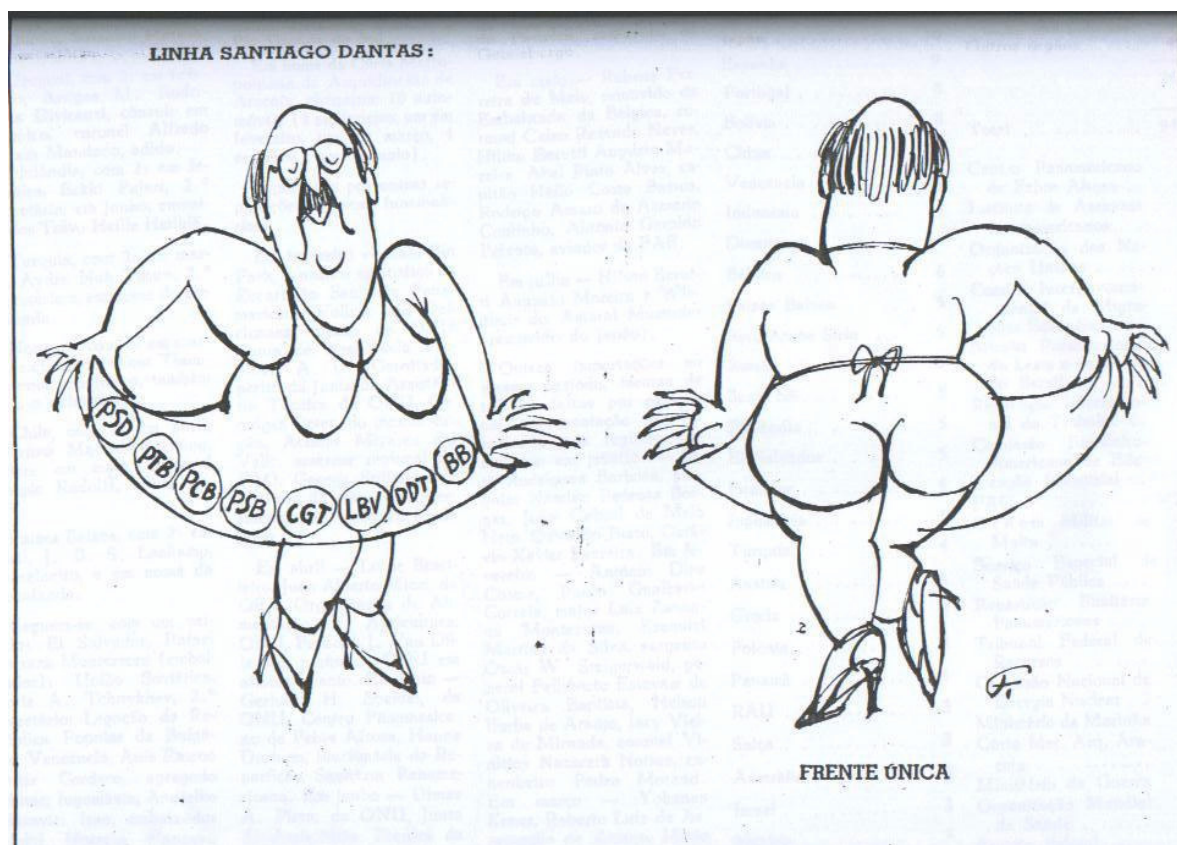
No mesmo texto o jornal *Panfleto*, como o foi *O Clarin* no Rio Grande do Sul, abordava outros aspectos importantes. Nele voltaram a aparecer as palavras utilizadas por

²⁷⁷ Francisco Clementino de San Tiago Dantas nasceu no Rio de Janeiro em 1911 e formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, RJ, em 1932. Foi integralista e tentou eleger-se como deputado pelo Distrito Federal, sem êxito, em 1934. Com a dissolução da AIB em 1937, prestou concurso para docente da Faculdade de direito do Brasil, onde lecionou até 1945. Assumiu o cargo no Conselho Nacional de Política Industrial e comercial (CNPIC) por um ano, depois foi professor na Faculdade de Direito de Paris. Participou da Missão AbbiK como relator da Comissão de Comércio e Estudos gerais em 1948. Desempenhou a função de conselheiro da delegação brasileira à IV Reunião de Consulta de Ministros das relações Exteriores das Américas, em Washington (1951). A partir de 1952 passou a integrar a Corte Permanente de Arbitragem, em Haia, representando o Brasil na Comissão Jurídica Interamericana até 1955. Ingressou no PTB, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais em 1958 e integrou a delegação Brasileira à V Reunião de Consulta de Ministros das relações Exteriores pelo primeiro ministro Tancredo Neves. Em janeiro de 1962 representou o Brasil na VIII Reunião de Consulta de Ministros das relações Exteriores das Américas, quando foi debatida a situação de Cuba no sistema interamericano. No mesmo ano chefiou a delegação brasileira na Conferência sobre Desarmamento, em Genebra. Deixou o ministério em junho de 1962 para, mais uma vez, concorrer à Câmara dos Deputados, elegendendo-se novamente por Minas Gerais. Com o retorno do presidencialismo em 1963, o presidente João Goulart nomeou-o para o Ministério da Fazenda. Renunciou ao cargo em junho de 1963 e retornou à sua cadeira na Câmara. Teve os direitos políticos cassados pelo regime militar de 1964.

²⁷⁸ No jornal *Panfleto* San Tiago é escrito de maneira diferente: “Santiago”. Atente o leitor que poderão aparecer as duas formas, respeitando assim a escrita da época.

²⁷⁹ O ESQUEMA Santiago Dantas. *Panfleto*, n. 1, p. 8, 17 fev. 1964, p. 8.

Vargas, como “velhas raposas”, bem como a idéia de Dantas de articular uma Frente de Mobilização Popular envolvendo todo o apoio de que Leonel Brizola precisava para levar adiante a fomentação dos “Grupos dos onze”, cujos elementos e forças chocavam-se com o plano de Dantas.



Fonte: *Jornal Panfleto*, ed 1, 17 de fev de 1964, p. 5.

Figura 16 – San Tiago Dantas: crítica a tentativa de fazer uma “Frente Única”

San Tiago não deixaria sem resposta esta denúncia e exposição ultrajante feita de sua pessoa no jornal *Panfleteo*. Para isso, nomeou um advogado e processou o veículo, endereçando carta a Hugo Severino Ribeiro:

Pedi ao meu amigo e antigo colega de escritório, dr. Plínio Doyle, que procurasse o ilustre colega para solicitar-lhe em meu nome que assumia o patrocínio da ação criminal que desejo intentar contra a revista *Panfleteo*. Envio-lhe junto o número d*Panfleteo* onde foi publicado o artigo, que reputo difamatório, e o recorte do *Jornal do Brasil* em que saiu a minha resposta. Envio também um exemplar do opúsculo “Trigo”, de autoria do articulista, pelo qual se vê que este não ignorava os fatos que distorceu em sua publicação (páginas 34 e 35).

Como verá V. as. O número d*Panfleteo* é do dia 17. peço sua atenção para a data em que vencerá o prazo de decadência de qualquer queixa-crime e ponho-me a sua disposição para uma conversa imediata, que apenas peço tenha lugar em minha casa, devido ao meu estado de saúde. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. Os meus protestos da mais alta estima e consideração.²⁸⁰

Dantas publicou no *Jornal do Brasil* resposta ao referido artigo, atribuindo a matéria ao que chamou de o “articulista” do *Panfleteo*, no caso Brizola, o qual fazia referência ao texto “Trigo”. Pelo assunto tratado, podemos perceber que o articulista não ignorava a verdade dos fatos, no entanto essa era distorcida na publicação de 17/02/1964, intitulada: “O pão do diabo: negociata e crime de lesa pátria nos acordos do trigo”, redigida por Paulo R. Schilling.²⁸¹ Dantas chamava a atenção para a data, no intuito de não perder o prazo de decadência de qualquer queixa-crime, e propunha uma conversa com o advogado desde que fosse em sua residência, pois estaria com problemas de saúde.

Dantas explicava que as trocas de notas entre o governo do Brasil e dos Estados Unidos da América estariam de acordo com o segundo Acordo do Trigo e outros produtos agrícolas, concluído em 31/12/1956. Para ele, o difamador não tivera a preocupação da verossimilhança e estava somente disposto a espalhar a malignidade apresentando uma história inverossímil, na qual o governo brasileiro aparecia firmando, por intermédio do ministro do Exterior, uma ata pela qual se revogaria um decreto executivo e se colocaria à disposição do governo dos Estados Unidos, a título de doação ou equivalente, a quantia de Cr\$ 5.6 bilhões, que anteriormente estavam destinados a interesses do Nordeste. Essa quantia representava o montante das doações americanas asseguradas ao Brasil com base no segundo Acordo do Trigo. No entanto, Dantas explicava que não ocorrera esse repasse de valores aos Estados Unidos. Assim, Santiago escreveu: “Tal ato repercutiria na esfera dos interesses dos Estados do Nordeste, beneficiários do referido donativo. E Seriam estes Estados, que muito antes de qualquer órgão da imprensa “marrom” do país, viriam trazer ao governo da União as suas reclamações”.²⁸²

²⁸⁰ Pesquisa realizada no Arquivo Histórico Nacional, caixa 22, pasta 1, dez/2004. Rio de Janeiro.

²⁸¹ Paulo R. Schilling foi importante colaborador de Leonel de Moura Brizola. Participou ativamente da política através da redação do jornal *Panfleteo*, bem como da articulação do movimento do Grupo dos Onze. Seus textos no *Panfleteo* ajudaram na afirmação do brizolismo.

²⁸² Pesquisa realizada no Arquivo Histórico Nacional, caixa 22, pasta 1, dez/2004. Rio de Janeiro.

Dantas referia-se ao jornal *Panfleto* como imprensa marrom, um órgão do jornalismo irresponsável e vilipendioso que existia no Brasil. Por essas razões, explicava o que era o segundo Acordo do Trigo:

O 2º Acordo do Trigo foi firmado pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América em 31.12.1956. De acordo com os seus dispositivos, as vendas de trigo e outros produtos agrícolas feitas pelos Estados Unidos ao Brasil seriam pagas em Cruzeiros, e estes seriam aplicados pelo governo americano nas seguintes finalidades: a)- 14,35% no desenvolvimento de mercados para seus produtos agrícolas, atividades de intercâmbio educativo, tradução, publicação e distribuição de livros, e outras despesas; b)- 0,65% em atividades e projetos previstos na Lei do Intercâmbio Educativo de 1948; C)- 85% em empréstimos ao BNDE, destinados a fomentar o desenvolvimento econômico do Brasil (Art.II).²⁸³

No acordo também constava que o reembolso do empréstimo seria em dólares ou em cruzeiros, o que ficava a critério do governo brasileiro, porém contabilizado em dólares, e a conversão em cruzeiros seria feita conforme a taxa de conversão vigente na data de cada pagamento. O prazo de reembolso do empréstimo era igual ao do primeiro Acordo do Trigo, de quarenta anos. Porém, dúvidas sobre esse acordo foram suscitadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) quanto ao pagamento a base do valor em dólares ou em cruzeiros. O Brasil deveria evitar o risco do câmbio; assim, a conclusão era que ficariam 85% no BNDE sem aplicações em financiamentos específicos. Como se reportava Dantas, “somente no Governo Jânio Quadros uma solução final foi alcançada, dentro do espírito de maior cooperação com a administração brasileira, que assinalou diversas decisões tomadas na época”²⁸⁴ Ficou estabelecido, a partir de então, que a base de conversão seria em cruzeiros e parte dos 85% do empréstimo seria a título de donativo para aplicação no Nordeste com acordos estabelecidos entre o governo brasileiro e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Duas seriam as providências básicas: a primeira, a assinatura de um aditivo ao acordo de 31.12.56, no qual se instituísse, em lugar de empréstimo de 85%, a divisão da quantia correspondente em duas parcelas, uma a ser emprestada ao BNDE e a outra a ser doada ao Brasil para aplicação no Nordeste; a segunda, de um instrumento que permitisse ao governo americano movimentar a parte dos 85% daí por diante consagrada donativos, a fim de efetuarlos na forma acordada com o governo brasileiro. Enquanto não acontecessem esses dois atos, nenhum donativo poderia ser feito, pois continuaria em vigor o acordo de 1956, o qual

²⁸³ Pesquisa realizada no Arquivo Histórico Nacional, caixa 22, pasta 1, dez/2004. Rio de Janeiro.

²⁸⁴ Idem.

somente se reportava a empréstimos e pelos 85% estarem à disposição do BNDE, que não poderia colocar à disposição do governo americano a parcela para donativos.

Os dois atos foram concluídos em 26.02.1962, sob a forma de troca de notas e de uma ata complementar. Dantas escreve:

A Troca de Notas inova o acordo de 31.12.1956 em dois pontos principais: a) – adota taxativamente a base-cruzeiro para o valor de reembolso do empréstimo; b) – destaca da quantia correspondente aos 85%, cr\$ 5.6 bilhões para serem doados ao Brasil e aplicados no financiamento de projetos de desenvolvimento do nordeste. A Ata Complementar, assinada na mesma data e portanto comparte integrante ao ato anterior, determina que esses “Cr\$ 5.6 bilhões destinados à doação, nos termos do Acordo sobre Produtos Agrícolas de 31;12;1956 e suas emendas serão transferidos para a conta EVA no Banco do Brasil, requisito sem o qual não poderia, como acima ficou dito e é evidente, fazer o governo deste país as aludidas doações”²⁸⁵

Dantas explicava à sociedade que o jornal *Panflete* dera uma interpretação lesiva aos interesses brasileiros sobre a ata de que não haveria os donativos ao Brasil, principalmente em benefício do Nordeste, que teria investimentos em educação elementar e colonização em Pernambuco, educação no Rio Grande do Norte e suprimentos de água no Nordeste, entre outros investimentos. O jornal, segundo a defesa de Dantas, unira-se na difamação, na vilania do propósito grosseiro da deformação da verdade. Esse acordo entre o governo brasileiro e o governo americano era lícito e todas as formas de fiscalização e registros contábeis tinham sido feitos com transparência e lisura. Quanto à queixa-crime, Dantas expunha:

Não basta, porém, quando a calúnia e a difamação investem sobre assuntos que envolvem a responsabilidade internacional do país, colocar ao alcance do público elementos cabais de esclarecimento, como os que ficam consignados na presente exposição.

Se a matéria apenas atingisse aspectos de ordem interna, ou doméstica, ou se a difamação pudesse ser atribuída ao articulista que a assina (quase um pseudônimo), seria ainda aceitável que se deixasse ficar no nível de esclarecimentos ao público a sua refutação. Trata-se, porém, de agressão partida de jornal cujo diretor responsável goza de imunidades parlamentares e em cujo comitê de redação figuram alguns homens públicos de intensa participação na vida política do país.

Por tais razões, considero indispensável levar à refutação a suas conseqüências naturais, constituindo procurador que apresente queixa-crime contra o articulista, concedendo-lhe sem restrições, a “exceptio veritatis”, isto é, direito de prova da verdade de suas pseudo-acusações.

Com esse procedimento criminal o que pretendo não é a defesa própria, que considero feita e feita exaustivamente, mas a evidenciação da lisura, do zelo e do rigor, com que, neste como em outros assuntos, quer na minha gestão, quer na de outros ministros, tem agido o Itamarati.²⁸⁶

²⁸⁵ Pesquisa realizada no Arquivo Histórico Nacional, caixa 22, pasta 1, dez/2004. Rio de Janeiro.

²⁸⁶ Idem.

Dantas reportava-se ao responsável pelo jornal, deputado Leonel de Moura Brizola, que gozava de imunidade parlamentar e, assim, utilizava meios como *Panfleto* para desencadear denúncias que seriam inverdades, conseguindo veicular matéria no Brasil todo. Inclusive, para isso, não somente utilizava o jornal *Panfleto*, mas também propagandas produzidas regionalmente, acusando os desmandos do governo, neste caso, do Acordo do Trigo, como em outras denúncias apuradas e divulgadas para fazer chegar ao “homem da rua” – um dos objetivos do jornal *Panfleto*. Assim, construía o perfil do político polêmico, trabalhista, herói e que estava ao lado do povo.

Brizola e os demais colonistas do jornal *Panfleto* atacavam maciçamente o imperialismo, o domínio americano no Brasil e alertavam para o perigo da situação iminente de março de 1964. Assim, Paulo Schilling rebatia a questão do trigo, que era abordada em outra perspectiva, as negociatas encaminhadas por Dantas, escrevendo o artigo intitulado “O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos acordos do trigo”:

Mais sutil, menos escandaloso, mais barato, mais eficiente e lucrativo, o colonialismo econômico é o sistema hoje adotado pelas nações capitalistas mais poderosas para explorar os povos menos desenvolvidos. Trocaram os canhões pelo suborno, os fuzileiros pela falta de patriotismo de políticos desonestos dos países que escravizam, as invasões sangrentas pelos acordos diplomáticos, firmados sob as cortês e requintada atmosfera das chancelarias. Nesta reportagem, mostra-se como, a pretexto de solucionar problemas de nosso subdesenvolvimento econômico, os senhores do dólar e alguns políticos brasileiros acertam os famosos Acordos do Trigo, que estão sendo levando o Brasil a transferir sua soberania para as mãos do Departamento de Estado norte-americano. Esta é a estória (ainda não terminada) da maior negociata contra os interesses nacionais já empreendida no País. (ver anexo 1 do II acordo do Trigo de 31 de maio de 1962.²⁸⁷

Schilling, em sua matéria, mostrava as razões e os interesses que os norte-americanos tinham em fazer o acordo do trigo com o Brasil em virtude do seu grande progresso técnico agrícola e do fomento dado a esse setor no pós-guerra, pois enfrentara duros encargos pagando e importando de outros países, para garantir o abastecimento de grãos no mundo ocidental. Assim, após o período da guerra a economia dos países voltara à normalidade e a enorme produtividade agrícola dos Estados Unidos constituía-se num problema.

Vemos que o fantasma da superprodução é o que mais assusta os economistas dos países capitalistas, explica Schilling,²⁸⁸ mesmo com dois terços da humanidade estando em um estado endêmico de subalimentação. Afirma que os capitalistas pensam em salvar suas

²⁸⁷ SCHILLING, Paulo R. *O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos Acordos do Trigo. Panfleto*, 1. ed. 17 fev. 1964, p. 11.

²⁸⁸ Idem.

economias e não se importam com o problema da humanidade, principalmente no tocante à fome. Schilling escrevia:

A acumulação de estoques em poder da Commodity Credit Corporation, órgão oficial do governo americano para a sustentação dos preços agrícolas, especialmente de arroz, trigo, milho, cevada, leite em pó, soja, algodão, atingiu cifras fantásticas. Os gastos com essa política, num crescente constante, alcançaram em 1960, US\$ 7 bilhões e não para por aí. Toda uma série de medidas, visando restringir a produção agrícola foram postas em prática pelos “experts” da C.C.C. inventaram, inclusive, um Banco do Solo, onde o agricultor recebia subvenções pelas áreas de terras não plantadas [...].²⁸⁹

Schilling aborda o tema mostrando com exemplos como o imperialismo americano trabalhava para amenizar seus prejuízos econômicos, não se importando com os demais países, nem mesmo com o próprio cidadão americano, que ficava sem saber o que fazer, ou seja, se produzia ou não, se podia ou não, como o governo iria subsidiá-los, etc. Dessa forma, explicava:

Toda uma série de fraudes prejudicou a tentativa. Kurt Ritter, em “das Causas da Fome Mundial e dos Meios de Combatê-la”, transcreve uma hipotética carta de um fazendeiro americano ao senador de seu Estado, o Arizona, que reflete de maneira irônica a situação: “ Meu amigo B. recebeu do governo a importância de mais de 1.000 dólares por que deixou, este ano, de criar 50 porcos. Por este motivo, gostaria de, no ano vindouro, entrar no negócio de não criar porcos. Gostaria de ouvir sua opinião a respeito do tipo de fazenda mais indicada para não criar porcos e a espécie de porcos que não servem para ser criados. A parte mais difícil para mim é a de fazer o inventário referente à quantidade de porcos que não devem ser criados...Planejo começar em pequena escala, uns 4.000 porcos que me darão aproximadamente 80.000 dólares. É natural que esses porcos que deixarei de criar não vão consumir 100.000 “bushels” de milho. Conforme me foi comunicado, os fazendeiros estão recebendo tam,bem pelo milho que deixaram de cultivar. Gostaria de saber se o senhor pode me pagar os 100.000 “bushels” de milho que não plantarei por causa dos porcos que deixarei de criar. Penso em começar o mais breve possível, já que a época do ano me parece especialmente propícia para deixar de criar porcos...
P.S. Poderei criar 10 ou 12 porcos para meu consumo pessoal?²⁹⁰

Para Schilling a maneira que os técnicos da Commodity Credit Corporation (CCC) tinham encontrado fora lançar esses excedentes no mercado internacional com o único objetivo de liquidar com a lavoura de outros países, em especial, em se tratando dessa matéria, do trigo brasileiro, ou, em outros países, utilizando o mesmo expediente como arma

²⁸⁹ SCHILLING, Paulo R. *O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos Acordos do Trigo. Panfleto*, 1. ed. 17 fev. 1964, p. 12.

²⁹⁰ Idem, p. 11.

política anticomunista. Assim, os excedentes foram parar na Índia, que poderia se tornar socialista; já o trigo, o leite em pó e outros produtos agrícolas estavam ao lado das bombas atômicas como meio de manobra política. Somente para exemplificar, nesse período a Rússia comprou 4,5 milhões de toneladas de trigo dos Estados Unidos, em razão das suas colheitas e derrotas no período da Guerra Fria.

No Brasil essa política de excedentes objetivava desmoralizar e liquidar com a florescente triticultura nacional, a qual despontava no sul do país e estava caminhando para a auto-suficiência neste setor. Dessa forma, a produção de trigo no Brasil entrou em decadência. Paulo Schilling relatava:

Como o grande argumento em favor do desenvolvimento da triticultura nacional era a economia de divisas que a mesma representava (a produção de 1956 – 800.000 toneladas – representou uma diminuição de US\$ 60 milhões em nossas importações, foi-nos ofertado trigo para pagamento em cruzeiros.²⁹¹

Quando foi assinado o primeiro Acordo do Trigo americano, em 19 de setembro de 1955, começara a ocorrer um desmantelamento e uma campanha contra o trigo nacional por parte de quem tinha interesses nessa situação econômica. Schilling relatava: “Não somente de elementos ostensivamente ligados aos interesses alienígenas, como de autoridades do próprio governo federal da época”²⁹²

Logo após a assinatura desses acordos, o governo brasileiro viu-se em constante sobressalto para assegurar o abastecimento de pão à população brasileira, pois não era difícil conseguir comprar no mercado internacional o trigo indispensável para o Brasil a preços acessíveis. A lavoura de trigo brasileira foi liquidada, aumentou a dependência econômica e de subsistência com o estrangeiro – principalmente as economias capitalistas – e acabou-se com a capacidade do povo de autodeterminação. O povo não ficou sabendo desses acordos; por isso, Schilling afirmava que documentos comprovavam que houvera “crimes de responsabilidade, de traição e lesa-pátria por parte de membros do Governo da República”.²⁹³

A ata assinada com o governo americano era definida por Schilling como a “Ata da Traição”, pois na data de 26 de fevereiro de 1962, após cinco anos do segundo Acordo do Trigo, que visava à doação de verbas com a única exclusividade de melhorias no Nordeste brasileiro, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, então ministro do Exterior, assinou uma ata oficial com o embaixador americano pela qual revogava o decreto de Jânio Quadros,

²⁹¹ SCHILLING, negociata e crime de lesa-pátria nos Acordos do Trigo. *Panfleto*. p. 11.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

devolvendo 5,6 bilhões à embaixada americana. Tal documento levou seus autores à prisão. Na ata consta:

[...] serão prontamente transferidos do banco Nacional de desenvolvimento para a conta dos estados Unidos da América no Banco do Brasil [...] o Governo dos Estados Unidos da América poderá administrar esses fundos na forma idêntica à dos depositantes comerciais particulares que possuem contas de montante e natureza similares no Banco do Brasil, assim como poderá depositar tais fundos, ao seu livre arbítrio, em qualquer dos vários tipos de contas habitualmente abertas a tais depositantes no banco do Brasil. O Governo dos Estados Unidos da América deverá receber as mesmas taxas de juros sobre esses fundos que são pagos aos depositantes comerciais particulares pelo banco do Brasil [...] os montantes correspondentes aos pagamentos desses juros podem ser retidos do banco do Brasil a qualquer tempo e á opção do Governo dos Estados Unidos da América.²⁹⁴

Esse acordo, expresso na Ata de Santiago, ou “Ata da Traição”, como chamou Schilling, não passara pela aprovação do Congresso Nacional e revogava um decreto assinado anteriormente pelo governo federal. Esse dinheiro possibilitaria aos Estados Unidos da América o tráfego de influências, propaganda anticomunista e corrupção eleitoral. Em outros acordos semelhantes, resultantes do Terceiro Acordo, o então primeiro-ministro, Tancredo Neves, cometera crime de lesa-pátria, pois autorizara os americanos a movimentarem dinheiro dentro do Brasil como bem entendessem e num montante superior a três bilhões de cruzeiros. A ata assinada por Tancredo data de 15 de março de 1962.

Essa movimentação financeira autorizada pelo governo federal no período mostra a forma de como se transforma um país em colônia. Schilling, em sua matéria, reforçava: “[...] a dezenas de bilhões de cruzeiros as disponibilidades diretas da embaixada, constituindo num poderosíssimo instrumento de influência e corrupção.”²⁹⁵ A United State Agency for International Development (Usaid) e a embaixada americana começariam, então, a fazer o controle desses empréstimos, e, para a surpresa de todos, poderiam examinar a contabilidade e quaisquer registros, bens e propriedades do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que era uma autarquia do governo federal e cujo capital provinha de contribuições de todo o povo brasileiro – adicionais do imposto de renda e de empresas ou entidades que tivessem recebido auxílio ou empréstimo por conta dos recursos dos acordos do trigo.

Esse controle autorizado constituía uma afronta aos brasileiros, pois era uma forma de intervenção norte-americana num banco oficial brasileiro. Esses acordos também previam que, no caso de qualquer alteração na legislação, os Estados Unidos não ficariam prejudicados

²⁹⁴ SCHILLING, negociata e crime de lesa-pátria nos Acordos do Trigo. *Panfleto*. p. 11.

²⁹⁵ Idem, p. 12.

e se respeitaria o acordo firmado: o governo brasileiro comprometia-se a uma antecipação futura da legislação e proibia-se qualquer ato que pudesse vir a depor contra os acordos, inclusive burlando a ação do Congresso Nacional numa futura lei que pudesse entrar em votação. Em outros documentos submetiam-se os projetos à aprovação dos órgãos americanos atuantes no Brasil; caso não fossem de acordo com os interesses imperialistas, deveriam ser refeitos e ser novamente apresentados para a aprovação. Para os americanos, essa forma de controle colocava todos os brasileiros como desonestos, bem como todos os que moravam no sul; logo, todas as preocupações por parte do governo se faziam necessárias.²⁹⁶

Mesmo se percebendo a impunidade dos atos, os acordos do trigo e o prejuízo para o Brasil, ao dismantelar o sistema produtivo da triticultura, caminhava-se sob os interesses do imperialismo norte-americano, Schilling concluía:

Os recursos oriundos dos acordos do Trigo estão sendo diretamente manipulados pela embaixada Americana. Dentro de pouco tempo continuando essa política, a Embaixada movimentará um orçamento em cruzeiros equivalente aos recursos do orçamento da União, destinados a investimentos. Teremos então dois orçamentos e, conseqüentemente, dois governos, em nosso país. Atualmente, a Embaixada já influencia decisivamente setores inteiros do executivo e patrocinou a eleição da maior bancada dentro do legislativo – a do IBAD.

O Pão que o brasileiro come hoje, é o pão que o diabo amassou. Com o pão “nosso” de cada dia estamos devorando a nossa soberania, sem saber até quando a Câmara e o Senado – sempre dispostos a instaurar comissões de inquérito – ficarão indiferentes ao problema, enquanto continua impune o Sr. Santiago Dantas, autor reincidente de tantos atentados à causa nacional, como a tentativa da Bond and Share.²⁹⁷

Schilling alertava, por fim, sobre o domínio da embaixada norte-americana nos assuntos relativos ao orçamento da União, bem como sobre a passividade da Câmara e do Senado ao legislar sobre questões importantes como as pertinentes à produção do trigo no Brasil. Chamava a atenção para a perda da soberania brasileira e a impunidade da San Tiago Dantas, o qual teria causado transtornos ao Brasil.

Neste terceiro capítulo trabalhamos a pressão ao governo Goulart, exercida pelos componentes da “Ala esquerda do PTB” liderados por Leonel Brizola. Assim, verificamos que os discursos políticos no jornal *Panfleteo* mostram o governo Goulart como “fraco” e enaltecem Brizola, o qual fala citando Vargas. Essa prática esteve presente no comício de 13 de março de 1964, quando o *Panfleteo* registrou que Brizola recebera aplausos, mas houvera certo descaso para com o presidente Goulart. No jornal *Panfleteo* Brizola deixa clara a

²⁹⁶ SCHILLING, negociata e crime de lesa-pátria nos Acordos do Trigo. *Panfleteo*. p. 11.

²⁹⁷ Idem, p. 12.

cobrança sobre as posturas de Goulart, pois os brasileiros tinham lutado na Campanha da Legalidade e Goulart teria de dar respaldo a essas lutas. Neste terceiro capítulo o intuito foi fazer também uma análise dos discursos de outros colunistas, aliados de Brizola e defensores da ideologia brizolista, como Neiva Moreira e Paulo Schilling, a fim de evidenciar, por meio desses discursos, a presença brizolista no jornal referido.

Ainda neste capítulo destacamos os atos e fatos na política e na economia. Assim, a política econômica nacional e a internacional estarão presentes na análise para um entendimento da presença brizolista neste aspecto. Contem planos aqui a proposta do esquema Santiago Dantas, com a criação da Frente de Mobilização Popular, bem como o texto de Paulo Schilling “O pão do diabo: negociata e crime de lesa-pátria nos acordos do trigo”. Os assuntos abordados mostram a presença do brizolismo em discursos que enfatizam um nacionalismo acirrado contra o “nacionalismo entreguista” desejado pela “burguesia” que cercava o governo Goulart. Não foram aceitas as idéias da FMP, de Dantas, com a integração do PSD, e nos acordos do trigo os colunistas e Brizola tentaram mostrar os prejuízos ao país, o que o nacionalismo brizolista não permitia. Destacamos noticiários e opiniões sobre a política e a economia interna e externa redigidos em *Panfleto*, apresentando o nacionalismo como uma prática brizolista na defesa do nacionalismo nos moldes varguista. Assim, articulamos este terceiro capítulo com o quarto desta tese, mostrando o brizolismo como uma política nacionalista e contrário às ações imperialistas nas relações internacionais, tanto do Brasil como de outros países do grupo chamado subdesenvolvido, como Cuba, Chile e Vietnã. Esta postura brizolista é observada nos discursos impressos no *Panfleto*, trazendo esclarecimentos e informações sobre a “política imperialista” no mundo.

4 BRIZOLISMO: NACIONALISMO E IMPERIALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 A política internacional entre 1961-1964

No período entre 1961-1964 governou os Estados Unidos John Fitzgerald Kennedy, cuja linha para a política externa era “Aliança para o progresso”, uma política contra a insurgência, de combate à subversão. Porém, na América Latina, foco desta política, aconteceu a Revolução Cubana entre 1959 e 1961, com a derrota dos Estados Unidos neste país em 1961 e a vitória da revolução. No Brasil a crise ficaria por conta da posse do presidente João Belchior Goulart. Com a morte de Kennedy em 1963, assumiu a presidência americana Lyndon Baines Johnson, no período de 1963-1969, cuja marca de política externa seria o estímulo e apoio aos regimes militares na América Latina, sob o lema “desenvolvimento e segurança”. Neste período, apesar das contestações da sociedade civil e de políticos, o Brasil sofreu o golpe militar de 1964, apoiado pela Central Intelligence Agency (CIA) e pelo Federal Bureau of Investigation (FBI), ou seja, pelo governo norte-americano.²⁹⁸

O presidente Kennedy tinha como um grande desafio do seu governo que a influência de Fidel Castro não se alastrasse para os demais países da América Latina; tinha preocupações com a recuperação econômica e fazia discursos sobre isso quando tratava do continente americano, sempre propondo ajuda financeira de instituições americanas para os países da América Latina. Assim, Kennedy agiu em duas frentes, a interna e externa, pregando a defesa do hemisfério Oeste para a defesa externa. Dessa forma, surgiram os “boinas verdes” e as “escolas militares”, que atuavam no Panamá, para treinamentos de combate à guerrilha, bem como treinamentos de técnicas de torturas para militares da América Latina, a serem utilizadas contra os considerados “subversivos”.

O presidente Johnson (1963-1969), com a sua política de “desenvolvimento e segurança”, implantou dois programas em El Salvador – um de alimentos para a paz e outro de “assistência militar” – para evitar que os famintos deste país formassem grupos e

²⁹⁸ Ver mais sobre política externa em CONNEIL SMITH, Gordon. *Los Estados Unidos y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977; SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. São Paulo: Edusc, 2000. VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995; CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática. [s.d.]

exigissem terra e alimentos e combater as guerrilhas locais inspiradas em Cuba. Johnson apoiou a Guerra do Vietnã e contribuiu com uma política externa que acabaria com as democracias da América Latina nos governos que o sucederam.

No Brasil, no período em questão, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, após várias tentativas de consolidação do governo Goulart, a Política Externa Independente (PEI) teve à frente San Thiago Dantas, que ainda em 1962 analisava a PEI como uma estratégia não iniciada por ele, mas a ser continuada por seu sucessor: “A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamarati, e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade”.²⁹⁹ Conforme Dantas, a PEI deveria orientar-se pelos princípios do desenvolvimento econômico e da integração social. Dantas escrevia justificando-a:

Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira ao desenvolvimento e à emancipação econômica e à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprir a opressão da classe trabalhadora [...].³⁰⁰

A PEI coordenada por Dantas despertou resistência, como vimos no capítulo anterior, presente nos discursos de Leonel Brizola e Paulo Schilling, ao mesmo tempo em que percebemos o combate ao imperialismo e a defesa do nacionalismo brasileiro que nortearam as estratégias do brizolismo. Sobre esses obstáculos à atuação de Dantas e à PEI, ele menciona: “Era natural que se levantassem contra essa posição a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras”.³⁰¹

Para Dantas, os pontos que orientariam e deveriam continuar guiando a ação da PEI do Brasil eram:

²⁹⁹ DANTAS, San Thiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 5, 1962.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

a) contribuição à preservação da paz, através da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; b) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos; c) Ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; d) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para a sua sujeição à metrópole. Acredito que a esses quatro pontos se deva acrescentar um quinto, que não chegou a alcançar expressão plena nos meses de minha gestão...Refiro-me à Política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional.³⁰²

No período de formulação e prática da PEI, muitos fatores indicavam novas tendências, mas, ao mesmo tempo, foram geradores de tensões, as quais se apresentavam nos cenários interno e externo. Nesse contexto, a PEI provocou rupturas e criou oportunidades de inserção. Quanto às rupturas, ocorreram um esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico; radicalização do debate político; pragmatismo na questão comercial; uma crítica ao assistencialismo via Alpro; ameaça ideológica cubana; multilateralização e liberdade de ação diplomática e um modelo de potência intermediária tendo o Brasil à frente.

Quanto à inserção do Brasil na comunidade internacional, houve uma busca de integração regional e de um espaço comercial mais amplo; desarmamento, inspeção e reconversão; multilateralização via Organização das Nações Unidas; coexistência pacífica; não-intervenção e autodeterminação e reivindicação de liderança política. A utilização da PEI como instrumento ideológico merece a observação de três vetores de sua ação: o primeiro é o plano interno, com sua utilização junto à opinião pública nacional, não só justificando as ações do governo como também mobilizando a população pela evidenciação das ações do governo populista; o segundo plano foi o estabelecimento de relações do Brasil com países menos desenvolvidos, recém-independentes ou ainda lutando por tal *status*; o terceiro plano estabelecia as relações do Brasil com potências hegemônicas, aspecto em que a PEI não expressava nem apoiava a dominação, apenas seria uma versão incipiente de uma forma mais crítica, tentando mostrar que a política externa brasileira era desprovida de caráter ideológico.

No entanto, o jornal *Panfleto* não pouparia em suas análises críticas à ação imperialista norte-americana, tanto em países da América Latina como em diversos países onde a ação americana ocorria para destruição e controle da política, da economia e da soberania interna. Assim, Leonel Brizola e os demais colunistas do *Panfleto*, mesmo entendendo a proposta de uma PEI³⁰³ independente e apoiando-a, criticavam Dantas por questões políticas internas,

³⁰² DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 6, 1962.

³⁰³ Ver VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*, CERVO; BUENO, *História da política exterior do Brasil*.

como a tentativa de articulação da Frente de Mobilização Popular, bem como as ações imperialistas que contrariavam o nacionalismo.

4.2 Discussões sobre petróleo e a Petrobras

Max da Costa Santos³⁰⁴ escreveu no *Panfleto* o texto “Os parasitas do petróleo”,³⁰⁵ onde trazia à tona aspectos do discurso nacionalista e antiimperialista brizolista. Nele destacava que o brasileiro comum, que a todo instante observava a passagem pela rua de um transporte de gasolina com o oval Esso pintado nos flancos e na traseira não poderia deixar de se impressionar com o vulto do investimento de capital que supunha ter sido feito no Brasil por esta empresa e por outras do mesmo ramo. Santos procurava explicar a presença do capital internacional no Brasil:

A ilusão é a mesma para quem depara, aqui e ali, por todo canto, com um posto de abastecimento e logo enxerga, no frontispício, o indefectível oval ou a concha da SCHELL, a estrela da TEXACO, o retângulo da ATLANTIC ou o dístico de outra qualquer empresa. A idéia que se tem é a de que essas empresas são as donas dos caminhões e que elas construíram todos os postos de abastecimento. Há até quem pensa que a própria gasolina transportada e vendida, além dos demais derivados do petróleo, foram elas, as empresas, que fabricaram, pois essa é a impressão que tem quem ouve o “Repórter ESSO”, ou lê os anúncios que os jornais publicam e os cartazes espalhados por todo canto.³⁰⁶

O autor tentava fazer com que o “homem da rua” que fazia a leitura do jornal *Panfleto* conhecesse um pouco sobre as atividades que as empresas estrangeiras de petróleo desenvolviam no Brasil, as quais, segundo ele, eram “eminentemente parasitárias e espoliativas”. Nesse sentido, a sua presença teria o sentido de barrar o desenvolvimento da economia petrolífera, truncando o esforço em prol da “emancipação nacional”. A gasolina que essas empresas vendiam não seria delas, mas totalmente fabricada no Brasil, a maior parte (cerca de 80%) pela Petrobrás, nem eram suas nos caminhões de transporte, a não ser uma pequena parte. Continuava Santos:

³⁰⁴ Max da Costa Santos foi deputado federal e líder da bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSD). Integrante do PSD desde 1955, primou em seus discursos em o *Panfleto* pela defesa do nacionalismo e contra as ações imperialistas.

³⁰⁵ SANTOS, Max da Costa. Os parasitas do petróleo. *Panfleto*. 17 fev. 1964, n. 1, p. 9.

³⁰⁶ Idem.

Os caminhões, pertencem, em geral, aos próprios motoristas, ou a empresários brasileiros (comumente de pequeno porte), que organizam suas frotas e as alugam, quase sempre em regime de exclusividade. Quanto aos postos de abastecimento, quem os instala são os próprios comerciantes que vendem a gasolina e os derivados diretamente ao consumidor, geralmente proprietários do terreno. Às vezes os comerciantes recebem um pequeno financiamento (em regra de 10%) para a construção das instalações, além das bombas e dos tanques de estocagem, que lhes são fornecidos pelas empresas unicamente sob regime de aluguel, a fim de que não fiquem eles livres para receber a gasolina de outro fornecedor.³⁰⁷

Santos explicava que a Esso, a Schell, a Texaco e todas as demais empresas petrolíferas eram, no Brasil, apenas distribuidoras dos derivados do petróleo. Elas exerciam o privilégio, altamente remunerativo, de distribuir a gasolina e os demais derivados que o Brasil fabricava ou importava, mantendo em suas mãos o controle da economia petrolífera brasileira e de tudo mais que dela resultava no plano do desenvolvimento nacional e com investimentos insignificantes. Limitavam-se apenas a alguns terminais construídos há muito tempo e a alguns poucos tanques; elas regulavam estoques, mantidos em número propositadamente insuficiente para atender aos volumes determinados, por motivo de segurança nacional, pelo Conselho Nacional de Petróleo.

Para Santos, seria de admitir que pelo menos o capital aplicado no negócio de distribuição fosse das distribuidoras e trazido do exterior, não de responsabilidade do Brasil. Os negócios eram realizados pelo telefone e sua atividade consistia apenas em manter em dia o atendimento das encomendas que regularmente recebiam dos consumidores e varejistas e que transmitiam para as refinarias ou para os centros de estocagem. Na verdade, todo o dinheiro de que necessitariam para isso, e muito mais, conseguiriam da Petrobras ou do próprio Tesouro Nacional. Para usufruir desse dinheiro usavam dois procedimentos: primeiro, pagando à Petrobras, com prazo de trinta dias, a gasolina que entregavam a vista aos seus compradores; segundo, demorando para recolher ao Tesouro os impostos que recebiam no ato das vendas. Nesse ponto o fato era grave, pois, como os recursos de que as empresas precisariam para giro do seu negócio eram bem menores do que os retidos por esse processo, ainda lhes sobrava muito dinheiro para aplicar noutros negócios. Era o que faziam com o mesmo sentido, segundo Santos, “parasitário”, “espoliativo” e “antinacional”.

Rigorosamente, para o autor, o objetivo das empresas no negócio da distribuição de petróleo no Brasil era uma só: auferir os lucros, os quais seriam enormes, “como todo mundo sabia”, por mais disfarçados que se apresentassem nos balanços. Os lucros alcançados pelas empresas distribuidoras de petróleo eram enormes e intensamente espoliativos, contudo isso

³⁰⁷ SANTOS, Max da Costa. Os parasitas do petróleo. *Panfleto*, p. 9.

não era o pior, visto que o objetivo principal das empresas em permanecerem no Brasil, bem mais importante e mais grave para os brasileiros, seria impedir o desenvolvimento da Petrobras e prosseguir na luta pela sua distribuição.

Santos, em seu texto, relatava que, ao todo, sete empresas americanas e uma inglesa, em conjunto, sob a forma de cartel, exerciam o controle monopolístico do mercado de petróleo de todo o mundo não socialista. Para conquistar e manter essa posição alimentavam guerras e revoluções, derrubavam governos, assassinavam chefes de estado, subordinavam, corrompiam, destruía. Dessa forma, com o apoio dos respectivos governos e das empresas monopolísticas que atuavam nos demais ramos da atividade econômica, conquistavam para os seus países a hegemonia do comércio mundial. No âmbito dessa hegemonia, a Petrobras seria um corpo estranho, uma ponta de lança contra o monopólio internacional; por isso, as empresas não toleravam a existência da estatal.

Continuando na análise dos textos vemos que a Petrobras, para os nacionalistas, era a grande conquista do povo brasileiro, uma conquista do governo varguista, estando no auge de sua afirmação nacional. Era uma conquista, porém, não consolidada, pois, para consolidá-la, era preciso que fosse integralizada ao monopólio estatal do petróleo, estendendo-o não só ao setor do refino, como ao da distribuição. Enquanto isso não se fizesse, a Petrobras não deixaria, nem um instante, de correr perigo e estaria sempre impedida de desempenhar na sua amplitude a tarefa que historicamente lhe incumbia: a de se constituir no grande instrumento da emancipação política e econômica brasileira.

Conforme Max Santo, as distribuidoras estrangeiras denunciadas tentavam de várias maneiras acabar com a Petrobras, e o principal instrumento de que elas se valiam era a imprensa, que há muito tempo se mantinha submissa aos seus interesses e sob o mais rigoroso controle. Para isso, os grandes jornais de todas as principais cidades do Brasil recebiam subvenções permanentes das grandes companhias de petróleo, que se destinavam principalmente a comprometer a linha opinativa dos jornais. Nesse sentido, as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada pela Câmara dos Deputados não teriam sido divulgadas na imprensa; apenas foram publicadas no *Diário do Congresso* de 23 de janeiro de 1959, cujas edições logo haviam se esgotado. Nesta CPI fora apurado que somente a Esso, com mais os jornais do Rio de Janeiro, teria despendido no ano de 1957, sob aquela forma, a importância (atualizada) de cerca de três bilhões de cruzeiros; outro tanto dispendera em São Paulo.

Santos continuava denunciando que o resultado deste suposto controle da imprensa pelas distribuidoras de petróleo e a prova do mau propósito de que elas estariam imbuídas

eram claramente demonstrados na recente crise por que tinha passado a Petrobras. Durante dias seguidos o assunto foi objeto do mais vasto noticiário e de inúmeros editoriais, sendo a orientação uma só: “a de dar idéia – inteiramente falsa – de que a Petrobrás estava em desagregação e com seus organismos de direção inteiramente corrompidos e ocultar a participação da ESSO na tentativa de suborno que deu origem à crise”.³⁰⁸

Conforme o autor, a crise, ao contrário, servira, naquele momento, para demonstrar que a Petrobras, pela “firmeza dos seus trabalhadores” e pelo “patriotismo de alguns dos seus diretores”, estaria pronta a resistir, mas somente estava fora de perigo quando a integralização do monopólio fosse um fato.



Fonte: Jornal *Panfleteo*. 17 de fev de 1964. n. 1, p. 9.

Figura 17 – Charge - Os parasitas do petróleo

Sobre a Petrobras, Osny Duarte Pereira também escreveu o artigo “As maselas da Petrobras”, publicado no *Diário da Manhã* de Passo Fundo, de grande circulação no Planalto gaúcho, e reproduzido no *Panfleteo*³⁰⁹, no qual trazia como argumentos os vencimentos pagos pela estatal a seus funcionários, comparativamente aos pagos à oficialidade das Forças Armadas. A revelação a respeito dos vencimentos pagos pela Petrobras aos seus funcionários

³⁰⁸ SANTOS, Os parasitas do petróleo. *Panfleteo*, p. 9.

³⁰⁹ PEREIRA, Osny Duarte. As maselas da Petrobrás. *Panfleteo*, 17 fev 1964, n. 1, p. 28.

assumiu proporções de escândalo e revelou o processo de subversão da hierarquia funcional, altamente prejudicial e nociva aos interesses do país e à harmonia entre os que viviam de salários.

O artigo afirmava que a Petrobras, que para os extremistas era intocável, fora transformada num verdadeiro ninho do mais condenável afilhadismo. Os príncipes da República estavam na autarquia petrolífera, desde os mais ínfimos aos mais altos escalões da entidade, criada para explorar o nosso petróleo, mas que passara a explorar o povo brasileiro, produzindo combustíveis e lubrificantes por preços absurdos. Isso estava contribuindo, de modo irretorquível, para o encarecimento do custo de vida e a miséria de povo brasileiro. Pereira, em seu texto, conclamava o povo brasileiro para avançar contra a Petrobras e destruí-la, como responsável pelo encarecimento do custo de vida, pela miséria nos lares dos humildes.

O jornal *Panflete* dizia ser evidente que tal artigo não teria sido escrito por Diógenes Martins Pinto, redator-chefe daquele jornal, mas, sim, pelo serviço de relações públicas da Esso, que o preparara e remetera ao jornalista. A explicação para esta atitude da Esso era a propaganda que a empresa mantinha no jornal passo-fundense; logo, caso Martins Pinto se recusasse a publicar o artigo, seria demitido, pois criaria certo desconforto à gerência da empresa, que anunciava no jornal, levando a uma especulação sobre a existência de comunistas na redação e, até mesmo, à falência do periódico. A intenção da Esso em denunciar a Petrobras seria, segundo Pereira, criar atrito entre a opinião pública para que realmente julgasse conveniente acabar com a estatal.

O jornal *Panflete*, defendendo a empresa estatal, via-se na obrigação de neutralizar as calúnias da Esso contra a Petrobras. E a resposta ao povo de Passo Fundo foi divulgada naquele periódico redigida segundo o maior espírito nacionalista:

Assim Duarte escreveu sobre as questões pertinentes aos vencimentos dos funcionários:

Realmente, há um grande desnível entre os vencimentos do pessoal da Petrobrás e os dos funcionários públicos em geral e particularmente com os das Forças Armadas. O ideal seria mesmo que houvesse uma uniformidade, uma isonomia entre os cargos e o correspondente grau de conhecimento técnico. Petrobrás, Volta Redonda, Lóde, barnabés dos Ministérios, do serviço Público Estadual e Municipal, todos deveriam estar dentro de tabelas uniformes.³¹⁰

³¹⁰ PEREIRA, Osny Duarte. As maselas da Petrobrás. O *Panflete*, 17 fev 1964, n. 1, p. 28.

Continuava o autor:

Por que não estão?

Não estão por que somos ainda um país subdesenvolvido e dominado pelo imperialismo. Ora, que bobagem! – dirá o leitor ingênuo. Que terá um problema de remuneração de cargos públicos e de empresas estatais com o imperialismo?

É fácil compreender.

A espoliação imperialista vai pagando cada vez menos pelo produto de nossas lavouras. Nos últimos anos estão nos roubando nos preços do café, do cacau, dos minérios, aproximadamente 500 milhões de dólares por ano, relativamente aos preços de 1955. Isto vem numa escala crescente. Ora, se ganhamos cada vez menos pelo café e precisamos cada vez mais de estradas, escolas, hospitais, remédios, etc., é intuitivo que alguém terá de ser sacrificado. Os mais sacrificados são, no povo, os que não tem poder econômico e devem submeter-se, os que não podem gritar, não podem fazer greve, porque a lei proíbe, e porque tem colarinho e gravata, tem até vergonha de fazer greve. Greve é operário que faz.³¹¹

Sobre as greves por melhores salários, explicava Duarte:

Mas, que é que usa colarinho e gravata e tem vergonha de fazer greve?

- É barnabé, o funcionário padrão 0, o oficial das Forças Armadas, o sargento, enfim todos os que prestam serviço público.

Resultado: Um funcionário do padrão 0 recebia em 1960, apenas um quinto do salário real de 1914. Cada um poderá ver isto no livro Salário, Inflação e Preço de Alberto Passos Guimarães.

Mas, se os funcionários públicos, os militares, etc., são submetidos a tal sacrifício porque os empregados dessas empresas estatais não partilham do mesmo destino?

Não são todos brasileiros?

A Petrobrás, Volta Redonda e Lóide e outras empresas estatais a princípio pagavam remuneração equivalentemente baixa a seus empregados.

O que acontecia então?³¹²

Duarte ainda fazia referência à situação dos empregados, que eram preparados pela Petrobras e, depois, buscavam trabalho nas multinacionais, em virtude dos melhores salários ofertados por estas empresas, deixando a empresa nacional desprovida dos técnicos que ela qualificara. No seu relato:

A Petrobrás, Volta Redonda, Lóide preparavam técnicos, formavam rapazes e depois chegavam a Esso, a Bethlehem Steel, a Hanna, a Moore Carmack e ofereciam empregos a esse pessoal nas suas firmas, e muitos não resistiam a tentação.

O remédio foi nivelar os salários, não com os funcionalistas brasileiros, mas com os das empresas estrangeiras que operam no Brasil.³¹³

³¹¹ PEREIRA, Osny Duarte. As maselas da Petrobrás. *O Panfleto*, 17 fev 1964, n. 1, p. 28.

³¹² Idem.

Duarte, continuava a sua explanação sobre as “maselas da Petrobras” explicava ao leitor como funcionava o serviço de relações públicas da Esso:

Depois disto o Serviço de Relações Públicas da ESSO mandará para o Diário da Manhã de Passo Fundo e para todos os órgãos de imprensa, artigos como este que cinicamente clama contra os altos salários da Petrobrás. O Sr. D. Martins Pinto continuará a publicar, e se não publicar, será despedido.

Um general desprevenido, um desses que depois do serviço apenas costuma jogar pij paf, tomar uísque e ler O Globo, vai sensibilizar-se com a monstruosidade. Dirá:

- Onde estamos? Um general de Exército recebendo seiscentos mil cruzeiros e um químico, um garoto, um milhão? Subversão! Comunismo! As tais liberdades do regime constitucional. Eis onde chegamos.

Mediante esse sutil artiguinho do Serviço de Relações Públicas da ESSO, surge mais um gorila esbravejante.

Acabamos com a espoliação, teremos recursos para pagar aos brasileiros o que os norte americanos e os europeus pagam a seus operários, pois o trabalho dos nossos não é inferior aos deles.

Portanto Leitor amigo, somente quando liquidarmos com os imperialistas presente e infiltrado sub-repticiamente em Passo Fundo e em todos os recantos do país, poderemos respirar como um povo livre e implantar a Justiça Social em nossa terra.³¹⁴

O autor concluiu seu texto no *Panfleto* fazendo um chamamento para a importância de assinar o referido jornal, que levava informação aos “ignorantes”. Finalizava Duarte: “Para isto, tome uma assinatura de PANFLETO para você e tantas para seus amigos, quantas permitir seu orçamento. Será um ato de amor aos pobres e aos ignorantes de nosso querido Brasil.”³¹⁵

Como o brizolismo tem em sua ideologia um conjunto de mitos, idéias, construções, conceitos que surgiram no varguismo, a Petrobras foi ponto de defesa para o nacionalismo acirrado defendido dentro naquele. Assim, fazer a defesa da Petrobras, trazendo à tona as ações das empresas multinacionais, foi de suma importância para a afirmação do pensamento brizolista expresso por meio do jornal *Panfleto*. Este ainda, reproduzia matérias de outros jornais que enfatizavam a importância da Petrobras para o Brasil, dos mais diferentes pontos do Brasil, como o caso do jornal *Diário da Manhã*, de Passo Fundo, município do Rio Grande do Sul.

³¹³ PEREIRA, Osny Duarte. As maselas da Petrobrás. *Panfleto*, 17 fev 1964, n. 1, p. 28.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

4.3 Intervenções americanas em Cuba, Chile e Vietnã

O brizolismo foi sustentado pela defesa acirrada do nacionalismo, que não se referia somente ao que tangia ao Brasil, mas ultrapassava as suas fronteiras. Isso ocorria quando os discursos e textos publicados no jornal *Panfleto* questionam as intervenções norte-americanas em países como Cuba, Chile e Vietnã, fossem essas nas esferas econômica, fosse na política ou militar. Para a ideologia brizolista a defesa da soberania nacional era fundamental. Assim, neste texto analisaremos os textos publicados no *Panfleto* sobre Cuba, Chile e Vietnã, entendendo, dessa forma, o pensamento do brizolismo no contexto das relações internacionais.

Em texto publicado no jornal *Panfleto*, relatou-se que funcionários cubanos da Base Naval de Guantanamo eram submetidos à revista diária por policiais militares norte-americanos, prática que fazia parte do sistema de segurança adotado pelo comando da base, a fim de evitar atentados e a possibilidade de ser introduzida ali uma bomba ou algum discurso de Fidel Castro. Por isso, o presidente de Cuba, Oswaldo Dorticos, respondendo à agressão norte-americana de seqüestro de vários barcos pesqueiros de Cuba e à prisão e processo de 37 pescadores, anunciou a decisão do governo revolucionário de ir às cortes internacionais para pedir a revisão do instrumento jurídico que permitia aos Estados Unidos o controle da base naval.

Para Fidel Castro e o povo cubano, Guantanamo era como “um punhal cravado no coração da terra cubana. Base que não vamos tomar pela força, mas um pedaço de terra a que não renunciaremos”.³¹⁶ Com efeito, desde a ascensão da revolução ao poder, os revolucionários, em várias conferências internacionais, tinham manifestado a decisão do povo cubano de retornar à base e “expulsar o imperialismo norte-americano de Cuba”³¹⁷, usando todos os recursos jurídicos e políticos necessários.

A matéria sobre Cuba publicada no *Panfleto*, traz a informação de que o governo cubano chegara a suspender o fornecimento de água à base, à exceção de uma hora para as crianças e mulheres, filhos e esposas dos oficiais norte-americanos que lá viviam. Ainda, relatava que os Estados Unidos tinham revidado com uma dispensa em massa dos trabalhadores cubanos da base, privando, assim, Cuba de uma grande entrada de dólares. Também ocorrera, segundo a matéria, o apresamento dos barcos pesqueiros, e o anunciado

³¹⁶ CUBA exige Guantanamo de volta. *Panfleto*, 17 fev 1964, n. 1, p. 30.

³¹⁷ Idem.

processo pelo Estado de Flórida contra os pescadores, o que levou o governo cubano a uma retaliação justamente no ponto nevrálgico das relações entre os dois países e na questão em que Cuba sempre se conduziu com extraordinária habilidade no momento em que eram realizados esforços para normalizar as relações, levando em consideração a base do respeito mútuo e da igualdade.

Em 1º de novembro de 1963, Fidel Castro explicou a questão de Guantanamo num discurso que ficou na história do povo cubano, destacado pelo *Panfleto*, evidenciando que o jornal apoiava a postura do governo cubano na defesa do nacionalismo e da soberania do país, o que se constituía num ponto-chave do brizolismo. Assim discursou Fidel Castro:

Os Estados Unidos declaram que possuem essa Base em vista de um Tratado, de um acordo firmado entre os Estados Unidos e um governo cubano. Sim: um governo cubano que surgiu durante a intervenção norte-americana em nosso país. Não foi por meio de nenhum Tratado mas sim por meio de um acordo unilateral, de uma revolução tomada pelo Congresso dos Estados Unidos, uma emenda que eles impuseram à nossa Constituição, por lei do Congresso deles!" [...] Seis dias durou a incerteza, ao cabo dos quais a Assembléia conheceu finalmente a natureza daquele "algo" de que falara Wood. Era nada menos que o projeto da emenda Platt cerceando a soberania cubana, impondo-lhe condições e atando a nascente república ao vizinho que se convertia em dono a força de um pedaço do território insular. Os que agora falam de tratados legítimos sabem de sobra que, desde então, cubanos que o eram de verdade se opuseram ao ultraje que representava a emenda Platt. Contra ela levantou se a voz honrada de Juan Gualberto Gómez, aquele a quem Martí chamara de "irmão", jornalista de "La Fraternidad" [...]. Mas, frente à posição patrióticas dos cubanos, manteve-se a intransigência norte-americana que não permitiu nenhuma alteração no texto da emenda, ameaçando Elihu Root, secretário da guerra, com a não retirada das tropas dos E.E.U.U. em Cuba caso o ultrajante apêndice não fosse agregado a Constituinte cubana. [...] Os que atualmente dominam a política estadunidense e seus interessados seguidores sabem de sobra que esta não é agora uma atitude romântica e que os herdeiros de Juan Gualberto Gómez, Cisneros Betancourt e Rius Rivera souberam ir para as trincheiras, prontos a rechaçar toda agressão estrangeira com a mesma coragem com que os homens de 68 e 95 lutaram pela liberdade.³¹⁸

Conforme a matéria do *Panfleto*, a posse de Guantanamo seria a demonstração do modo como agia a política imperialista, do total descaso diante da soberania cubana e do desrespeito do nacionalismo. A ideologia brizolista apoiava as manifestações cubanas sobre a ocupação de Guantanamo, pois nela estava presentes a defesa do nacionalismo e a contrariedade ao imperialismo norte-americano.

³¹⁸ CUBA exige Guantanamo de volta. *Panfleto*, 17 fev 1964, n. 1, p. 30.



Fonte: *O Panfleto*, ed. n. 1, 17 fev. 1964.

Figura 18 – Funcionários cubanos revistados antes de entrar na Base de Guantanamo

O jornal *Panfleto* publicou artigo de Claude Julien³¹⁹, que passava a informação a seus leitores sobre Cuba após a Revolução de 1959. Assim, o leitor poderia estabelecer um

³¹⁹ Claude Julien, jornalista francês, defensor da democracia e contrário à segregação racial, tornou-se especialista em assuntos relacionados à América do Norte, publicando sete obras relacionadas ao tema. Nasceu em 17 de maio de 1925 e faleceu em 5 de maio de 2005. Entre tantos jornais em que publicou artigos, foi uma das grandes figuras do jornal francês *Le Monde*.

paralelo entre um país que anteriormente era dominado pelo imperialismo norte-americano e, após, quando este país, mesmo tendo pregada a consciência revolucionária que a população deveria desenvolver, obteve pontos positivos e pontos negativos. Para análise sobre a ideologia brizolista, defendendo o nacionalismo, aqui em nível internacional, a matéria é importante, pois a idéia seria mostrar aos leitores as possibilidades que um país poderia ter montando seus governos, os quais pudessem construir a economia e a política, independentemente das economias e políticas imperialistas, “maléficas”, no entender do brizolismo, para as soberanias nacionais. A reprodução do texto de Julien no jornal *Panfleto* significa um apoio a Fidel Castro e aos cubanos.

Assim, na opinião de Julien, no texto “Cuba 1963”, Fidel Castro declarara que a produção de açúcar de 1963 tinha sido menor desde a sua ascensão ao poder: conforme as estimativas mais sérias, atingia três milhões e quinhentas mil toneladas, contra um mínimo de cinco milhões antes da revolução. Fidel atribuía essa queda num setor essencial à economia cubana a três causas: inexperiência (erros de administração), secas e ação dos grupos contra-revolucionários.

Julien, em seu texto, explicava que, sob a ditadura de Batista, os dois principais produtos de Cuba eram o açúcar (600 milhões de dólares por ano) e o fumo (40 milhões). Essas cifras são suficientes para mostrar o lugar ocupado pelo açúcar na economia cubana. Os revolucionários tinham razão em denunciar os inconvenientes da nomenclatura³²⁰, que tanto para as importações como para as exportações prendia Cuba estreitamente ao mercado americano, sem lhe deixar uma liberdade de ação que pudesse favorecer sua prosperidade. Libertar o país da monocultura seria, ao mesmo tempo, libertá-lo da espoliação dos Estados Unidos, que tinha contribuído com o espírito dos capitalistas cubanos para emperrar o desenvolvimento econômico.

Informando o leitor, Julien narrava que um dos primeiros objetivos do governo revolucionário fora a diversificação das culturas. Contudo, autoridades locais e um aparelho administrativo ainda insuficiente não tinham permitido controlar esse processo. Então, cometera-se um grave erro: arrancou-se a cana-de-açúcar para substituí-la por outras culturas, embora houvesse imensas superfícies livres para estas. Essa política desastrada só poderia ser corrigida com o tempo, uma vez que era preciso esperar crescer a cana plantada novamente.

³²⁰ YAÑEZ, Oswaldo. Ódio profanum vulgus. Ódio al vulgo ignorante. Disponível em <http://www.cubaeuropa.com/analisis/analisis%202/Analisis11.htm>. Acesso em 26 de ago de 2007. Nomenclatura, para efeito de entendimento deste texto, tem a ver com o governo de Cuba e expressa as decisões tomadas pelos dirigentes cubanos, não importando aqui o período político.

Na continuidade do texto, Julien explicava outro fator que era preciso levar em conta, de que Cuba sofria pela falta de mão-de-obra, o que criava dois problemas: de um lado, a colheita durava bem mais tempo do que o normal, fazendo cair o rendimento da cana cortada muito tarde; de outro, a substituição da mão-de-obra especializada por voluntários inexperientes contribuía também para a perda sensível na produção. O resultado, segundo Julien, fora catastrófico, porque a produção de açúcar diminuía em aproximadamente um terço, além da baixa no preço no mercado mundial. Fidel, de acordo com Julien, negociara com a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), bem como com outros mercados ocidentais. Porém, havia mais pedidos de países para comprar de Cuba açúcar do que o país podia fornecer. Assim, em quatro anos, o país perdera parte importante de suas rendas.

Quanto às secas apontadas por Fidel no seu discurso, não mereceriam consideração, segundo Julien, pois não chegaram a ser a maior causa do desastre da plantação de cana-de-açúcar em Cuba e a ação dos contra-revolucionários seria desprezível e muito menos importante do que a dos grupos fidelistas que em 1958 tinham derrubado a ditadura de Batista, sem, no entanto, provocar queda sensível na produção. A crise de Cuba devia-se, pois, essencialmente, à erradicação da cana e à falta de mão-de-obra. Ainda na análise de Julien, o primeiro erro revelava as dificuldades que encontra toda revolução, que, destruindo as estruturas existentes, confia responsabilidades a homens sem dúvida bem intencionados, mas incompetentes. Quanto à falta de mão-de-obra, faz sobressair às luzes e as sombras dessa revolução, complementava Julien em seu texto.

Na opinião de Julien, os quinhentos mil desempregados rurais de antes da revolução constituíam uma mão-de-obra inteiramente disponível na época das colheitas. Com a diversificação das culturas, tornaram-se empregados, porém recusaram-se a um trabalho particularmente braçal e, quando o faziam, era num ritmo mais lento do que no tempo em que eram pressionados pela necessidade. Agora, estavam seguros de não passar fome; suas condições de vida tinham melhorado sensivelmente e todos os apelos à “consciência revolucionária”, evidentemente, não bastavam para convencê-los a fazer o esforço físico, que outrora, sob a ditadura, mal suportavam. Essa situação era considerada uma crise grave, pois havia o perigo de certos dirigentes chegarem à conclusão de que deveriam recorrer à arregimentação autoritária dos trabalhadores. O governo tentara encontrar uma solução construindo máquinas de cortar a cana, experimentadas durante dois anos e que deram bons resultados. No entanto, era necessário que fossem bastante numerosas em 1964 para assegurar uma colheita rápida, pois, do contrário, acentuar-se-ia mais ainda o *deficit*.

Entretanto, a mecanização não regula tudo, escrevia Julien, acrescentava que a falta de mão-de-obra não se fazia sentir apenas nas plantações de cana, mas também nas lavouras de café. Nos últimos anos, a colheita fora garantida quase que inteiramente pelos voluntários, na maioria estudantes. Estes deveriam se integrar aos mecanismos da produção, porém não se poderia contar quase que exclusivamente com eles para atividades econômicas essenciais à vida do país.

Julien explicava que, quer se tratasse da cana-de-açúcar, quer do café, o problema levantava questões fundamentais que se encontravam também em outros setores. Em Manzanillo – província do Oriente – uma cooperativa de pescadores, que os visitantes só poderiam admirar, estava agrupada em torno de um centro comercial, de uma escola e um estaleiro naval. Ali, cerca de quinhentas casas novas substituíram as quinhentas choças que existiam anteriormente. Melhorando as condições de vida da população de Manzanillo, o país deveria aumentar a produção de peixe para compensar a falta de carne, visto que o povo cubano comia pouco peixe e o comércio (frigoríficos, transporte e distribuição) não estava organizado. Os pescadores de Manzanillo trabalhavam quase que exclusivamente para si mesmos, não necessitando, por isso, ir ao mar mais de duas ou três vezes por semana; do momento da Revolução Cubana em diante, para atender à demanda de peixe para a alimentação da população deviam trabalhar seis vezes por semana. Contudo, muitos deles não o faziam, em parte, porque não compreendiam as necessidades da economia nacional – na qual a revolução deveria integrá-los –; em outra parte, porque de qualquer modo estavam certos de continuar em sua casa nova e de receber, todas as semanas, os 15 pesos que a cooperativa lhes pagava pelo produto de sua pesca. Claude Julien escrevia sobre Cuba fazendo a seguinte análise:

Cana-de-açúcar, café, peixe: o problema é sempre o mesmo. Uma mão-de-obra acostumada, durante gerações, a trabalhar apenas para não morrer de fome e à qual um sistema desumano e anti-econômico provou que o trabalho não era rendoso, sente dificuldades para se integrar num sistema novo que exige o máximo de esforço de cada um. Como fazer a educação necessária? Será possível, sem que um laço direto se estabeleça entre o esforço do trabalho e o nível de vida? Não seria necessário recorrer ao estimulante que é o interesse pessoal? Os economistas soviéticos discutem, no momento, o problema, mas a revolução cubana é ainda muito jovem para tal audácia, que poderia ser interpretada como um retorno ao salariado. Mas é provável que a cooperativa de pescadores de Manzanillo, por exemplo, tivesse maior rendimento, se as casas novas não tivessem sido distribuídas a todas as famílias.³²¹

³²¹ JULIEN, Claude. Cuba 1963. *Panfleto*, 17 fev. 1964, n. 1, p. 30-31, artigo da revista católica *Croissance des Jeunes Nations*.

Ainda podemos observar no texto analisado, escrito por Julien e publicado no jornal *Panfleto*, que parte desses problemas poderia ser resolvida se somente voluntários participassem de cooperativas e, assim, ganhassem os benefícios de, por exemplo, possuir uma casa nova, ter acesso ao centro comercial e às vantagens do estaleiro naval; os demais pescadores deveriam aceitar a disciplina do trabalho. Porém, esse princípio jamais foi aplicado. As cooperativas foram transformadas em “fazendas do povo” e as terras atingidas pela reforma agrária jamais funcionaram como autênticas cooperativas. A estatização rápida e total teve, assim, como conseqüência a queda da produção, e a mudança de etiquetas não correspondeu a transformações reais no sistema econômico.

Um quarto das importações da Cuba, segundo Julien, correspondia a produtos agrícolas que poderiam, na sua maior parte, ser colhidos no próprio país. Com isso, seria sensivelmente reduzida a importação de equipamentos de que o país necessitava. Ocorreria também baixa no volume de exportação, notadamente de açúcar, e produtos como a *malanga*, que é a batata nativa, tiveram de ser racionados, fato que Fidel Castro denunciou publicamente como um escândalo. O essencial do abastecimento era produzido por fazendeiros independentes, cujas terras não eram bastante vastas para serem socializadas. Quanto à reforma urbana, as realizações revolucionárias conheceram também o insucesso: Fidel Castro denunciou que milhares de cubanos, depois da reforma urbana, não pagavam aluguel. A “consciência do povo” era de que um Estado revolucionário daria “tudo a eles”, porém este Estado enfrentava as pressões internacionais, principalmente norte-americanas, as quais minimizavam o poder econômico estatal. Este povo ficava, no entanto, fiel à revolução, pois as condições de vida, mesmo não sendo boas, estavam melhores que no sistema anterior.

O desemprego, analisado no texto por Julien, sumira de Cuba porque somente a indústria de construção empregara cem mil pessoas, o que era muito para uma população de 6.500.000 habitantes, e em toda a parte surgiam casas, edifícios, escolas, hospitais, centros médicos, etc., ao mesmo tempo em que se prolongavam as rodovias. Os casebres desapareceram em Cuba muito mais depressa que na vizinha ilha de Porto Rico, onde os Estados Unidos gastavam somas fabulosas.

Conforme o texto de Julien, o povo cubano comia mais. O consumo de galinhas aumentara depois da revolução e a criação de marrecos, ave desconhecida em Cuba antes da revolução, fora introduzida no país pelos chineses. Também culturas novas apareceram _ a áreas de plantação de arroz, horticultura –, mas faltavam frutas e havia deficiência no sistema de distribuição.

Analisando o texto, concluímos que também havia uma grande dificuldade para o povo cubano vestir-se e calçar-se. Não se tratava de ter artigos de luxo, mas a falta de calçados trazia para as famílias delicados problemas. Quanto a peças para troca e transporte, o material outrora importado dos Estados Unidos atingira de modo crítico os transportes. Nas cidades, muitos ônibus ficavam encostados por falta de peças que não era possível trocar depois que Washington decretaria, em 1960, o bloqueio econômico a Cuba. O resultado eram longas filas de espera na hora da saída do trabalho, o que favorecia a propaganda contra-revolucionária. Táxis coletivos foram colocados em circulação e eram dirigidos por antigas empregadas domésticas dos ricos cubanos, os quais tinham se exilado. Para resolver em parte os problemas fora montada uma fábrica de peças, que, entretanto, não podia atender a todas as necessidades. Em compensação, os pneus já eram fabricados em Cuba.

Quanto à educação, o texto de Julien mostrava que a luta contra o analfabetismo começara em 1961. Algumas centenas de milhares de jovens dela participaram e, graças a eles, tinham aprendido a ler e a escrever de setecentos mil a oitocentos mil pessoas. Organizaram-se cursos de complementação em três séries escalonadas, que foram sendo assiduamente seguidos. O ensino normal também fora melhorado, com a construção de escolas modestas e professores presentes para dar atendimento. Assim escrevia Julien:

Em Havana, 50 mil jovens bolsistas são inteiramente mantidos pelo governo. Estão instalados: na maioria, no bairro residencial de Miramar, cujos moradores fugiram para Miami ou Nova Iorque. O Country Club se transformou no centro de uma imensa cidade escolar: as crianças estão alojadas nas confortáveis vilas que os antigos proprietários abandonaram. É, sem dúvida, o mais belo campus que se possa sonhar e não existe equivalente nos Estados Unidos. As praias super-chiques dos arredores também viram mudar sua clientela: os ricos cederam o lugar aos estudantes. Fora de Havana, há mais 20 mil bolsistas do governo. Acrescentem-se a isso tudo as escolas recém-construídas e as prisões e casernas transformadas em escolas, desde o início da revolução, como é o caso, por exemplo do famoso Quartel de Moncada, em Santiago.³²²

Julien explicava que, ao contrário do que pregava a contra-revolução, fora grande investimento na educação. Milhares de pessoas e a juventude cubana conseguiram ter acesso ao ensino, mesmo que se tenha levado algum tempo para qualificar os professores. Educação para o povo sempre fora uma expressão que incomodara a elite econômica, bem como os países que dominavam as culturas locais, impondo através do imperialismo a sua condição de vida para as populações em situação de inferioridade.

³²² JULIEN, Cuba 1963. *Panfleto*, p. 30-31.

Para resolverem seus problemas, escrevia Julien, de falta de mão-de-obra especializada, educação, conscientização da importância do processo revolucionário, fora no Ocidente que os revolucionários começaram a procurar os técnicos de que tinham necessidade. Contudo, diante da hostilidade dos Estados Unidos, apelaram para os especialistas dos países socialistas. Conservaram os técnicos do Leste, mas uma missão percorreu a Europa ocidental em busca de outros profissionais, que pudessem dar também sua colaboração. E nas proximidades de Havana formara-se uma aldeia que fazia a experiência do socialismo cubano, observada atentamente pelo próprio Fidel Castro.

É impossível fazer um juízo do conjunto. Um só ponto é incontestável: ao lado dos graves erros cometidos, que os cubanos são os primeiros a criticar, foram obtidos resultados suficientes para que o povo permaneça fiel à revolução e trabalha para aperfeiçoar o que pode ser feito. Com eles colabora o fato de o solo do país ser particularmente rico, sobre tudo se comparado com outras regiões da África e mesmo da América Latina.

A revolução cubana é ainda laboratório de pesquisa que funciona, as vezes, desordenadamente, mas que deu resultados incontestáveis. Os jovens que hoje freqüentam as escolas são a garantia do futuro.³²³

Notamos na análise do texto de Julien que Cuba vivia, antes da Revolução, um processo de domínio norte-americano sobre sua economia, sua política. Após a Revolução, Cuba experimentou a independência de sua soberania, porém teve de se adequar a novos tempos e de redimensionar aspectos importantes da sua economia e política, como aprender com os erros de uma administração diferente, nos moldes socialistas, adaptar-se às intempéries e combater as ações contrárias ao governo socialista de Fidel Castro, principalmente as dos contra-revolucionários e das pressões internacionais, sobretudo as norte-americanas. Cuba também procurou qualificação da mão-de-obra; replantou a cana-de-açúcar arrancada do solo num momento de “ira”, pois a cana-de-açúcar, o fumo e o café eram os produtos que serviam às necessidades imperialistas, não às necessidades da população. Cuba também investiu na educação, alfabetizando pessoas e qualificando professores; trouxe técnicos de outros países, enfim, adaptou-se aos novos tempos de um país que buscava a defesa do nacionalismo, o fim do imperialismo na sua política interna e na sua economia. Diante disso, podemos entender por que o jornal *Panfleto* reeditou a matéria de Julien, a fim de informar o leitor e criar no Brasil uma “consciência revolucionária”, a qual seria expressa no apoio à ideologia brizolista de defesa de um nacionalismo mais acirrado e de uma postura antiimperialista, principalmente no que se referia aos Estados Unidos.

³²³ JULIEN, Cuba 1963. *Panfleto*, p. 30-31.

Ainda sobre as ações imperialistas e na defesa do nacionalismo, o *Panfleto* publicou a matéria “Candidato socialista favorito nas eleições de setembro no Chile”,³²⁴ na qual explicava que o sistema eleitoral chileno tinha uma particularidade interessante, que era a de, ao vagar uma cadeira no Congresso, a população ser consultada outra vez, em eleições parciais, elegendo um ou mais deputados. Essas eleições parciais, em distritos ou províncias, tornavam-se um excelente teste da disposição do eleitorado para as eleições gerais, que escolheriam o próximo presidente.

No dia 15 de abril de 1964 realizaram-se eleições no distrito de Curico, na disputa por uma cadeira vaga na Câmara dos Deputados, quando o candidato socialista Oscar Naranjo fora vitorioso. Curico era tradicional reduto governista, por isso o resultado fora surpreendente. Também este resultado era importante no Chile, porque as eleições presidenciais chilenas seriam realizadas em 4 de setembro de 1964. Após a eleição de Curico, foi retirada a candidatura do então senador Julio Duran, representante governista à presidência, bem como foi realizado um apelo geral aos conservadores para uma união contra o candidato socialista Salvador Allende, da Frente de Ação Popular, o qual despontava como favorito e representava os socialistas, comunistas e outros grupos da esquerda chilena. Refere a respeito o jornal *Panfleto*:

Allende já foi duas vezes candidato a presidente, tendo perdido na última vez para o atual Presidente Alessandri por apenas 30 mil votos. Com a vitória de seu partido em Curico, ele passou a se considerar vitorioso, afirmando em discurso pelo rádio que "O Chile terá um Governo socialista eleito livremente pelo povo". Mas, ao ver o crescimento da FRAP- que em eleições parciais realizadas em abril de 63 perdera para a coligação governista -, os conservadores decidiram se unir contra ela, mesmo ficando sem candidato próprio.³²⁵

O candidato democrático cristão Júlio Duran era visto como o único candidato que poderia vencer Salvador Allende nas eleições, mas parte dos elementos governistas considerava o apoio a Eduardo Frei, o qual representava o Partido Democrático Cristão um mal menor, até mesmo necessário, para vencer Allende. Diante desse e de outros impasses, as alianças e apoios dos candidatos governistas não estavam consolidados até março de 1964, mas as eleições parciais para vagas no Parlamento esquentavam os debates da sucessão.

Mesmo que os chilenos estivessem com uma boa perspectiva para as eleições de setembro, não se descartava um golpe militar, como referiu *Panfleto*:

³²⁴ CANDIDATO Socialista Favorito nas Eleições de Setembro no Chile, *Panfleto*, 23.03.1964. ed. 6. p. 29.

³²⁵ Idem.

Só um golpe militar, instigado pólos direitistas ou soprado pelo Pentágono de Washington, poderá impedir que o Chile tenha um presidente nacionalista a partir de outubro deste ano. A vitória de um candidato conservador se os governistas insistirem em substituir a candidatura de Julio Duran por outro membro da Frente Democrática que não seja do partido Radical (partido de Duran, que é a ala esquerda da coligação governista), é impossível. Eleito Allende, será um amigo de Fidel Castro, que promete nacionalização das companhias estrangeiras (especialmente as norte-americanas que exploram as minas de cobre) e uma reforma agrária radical, o Presidente do Chile. Eleito Eduardo Frei, o Presidente será um homem que se bate pela integração latino-americana e pela realização de reformas de base nos setores econômicos e sociais do país, e promete relações diplomáticas e comerciais do Chile com todos os países do mundo. O Presidente Alessandri, sob pressão dos Estados Unidos rompeu relações com Cuba depois da reunião de Punta del Este, e não mantém qualquer relação com a União Soviética e outros países socialistas.³²⁶

O *Panfleto* identificava o perfil de Allende com o de Fidel Castro, ou seja, seria capaz de fazer no Chile reforma agrária e nacionalizar as companhias estrangeiras, principalmente as norte-americanas. A defesa ao nacionalismo e uma política capaz de fazer comércio sem restrições a capitalistas e socialistas estavam em pauta no programa de Allende. Porém, também para o Chile isso significava um risco na atuação e defesa dos interesses americanos dentro do país, podendo surgir um golpe militar, segundo matéria publicada no jornal *Panfleto*, o qual era veículo de manifestações nacionalistas e antiimperialistas. No caso do Chile, a possibilidade de uma vitória de Allende era apoiada pela ala esquerda do PTB, bem como na defesa da soberania chilena e do nacionalismo acirrado presente na ideologia brizolista.

Na seqüência do relato do jornal, vemos que o Vietnã esteve durante nove anos sob a ditadura de Diem e Nhu, irmãos que, com o apoio dos Estados Unidos, perseguiram os monges budistas, não permitindo a liberdade de religião no país. No entanto, foram derrubados por um golpe militar, articulado durante a visita do secretário de Defesa norte-americano Robert McNamara. Porém, a situação do Vietnã do Sul não melhorou, e uma - guerra contra os interesses dos países mais desenvolvidos, sem trégua, tomou conta por quase duas décadas do país. Os vietnameses viviam na miséria, e seu país estava reduzido à condição de base militar dos Estados Unidos. Dali partiam os U-2 para espionar o Laos, a Camboja e a China. O governo norte-americano organizou um programa de ajuda externa proposto no Congresso Americano pelo presidente Johnson. Esta “ajuda” foi usada para o metralhamento de aldeias em países neutros como a Camboja, onde milhares de pessoas morreram nas incursões dos pilotos norte- americanos.

³²⁶ PANFLETO. Candidato Socialista Favorito nas Eleições de Setembro no Chile. 23.03.1964. ed. 6. p 29.

Dessa maneira e ainda tratando do antiimperialismo, *Panfleto*, na matéria “Intervenção norte-americana se intensifica: Guerra no Vietnam tem 18 anos”, escrita por Anita Mistral³²⁷ e publicada em 30 de março de 1964 na edição de número sete, deixava claro que a política externa para os países que se opunham às condições impostas como países dependentes e subdesenvolvidos também era resolvida com a guerra, intervenção e ataques à soberania e ao nacionalismo. Era o caso do Vietnã. Mistral escrevia:

A colônia francesa da Indochina, em 1946, estava ainda infestada de Invasores japoneses. No norte do país, os camponeses se encarregaram de expulsá-los, aproveitando para estabelecer seu próprio governo. Elegeram então o líder nacionalista Ho Chi Minh como seu presidente, estabelecendo a República Democrática do Vietnam. Mas os franceses não estavam dispostos a perder sua colônia, e resolveram desconhecer o governo de Ho Chi Minh e a República Democrática, estabelecida pelos vietnameses. Estes passaram dos japoneses aos franceses, combatendo-os com pequenos recursos militares, mas com inabalável decisão de não mais se submeterem. A guerra da Indochina (como os jornais de todo o mundo livre continuaram a chamar o Vietnam) começou a custar caro à França, que, em 1949, resolveu conceder uma pseudo independência ao território, transformando-o em monarquia e colocando no trono um imperador controlado de Paris, Bao. Os nacionalistas que apoiavam Ho Chi Minh, organizando-se em bandos de guerrilhas, controlavam extensas regiões do norte do país. Os franceses, com 400 mil soldados, defendiam ferozmente o sul, onde se sediava o governo Bao e onde os bancos e altos funcionários dos nomeados em Paris por influência dos banqueiros, enriqueciam especulando, com a *piastra*, moeda indochina de valor artificialmente alto, e com a exportação fraudulenta de arroz. As operações financeiras escandalosas então realizadas na Indochina chegaram a derrubar um gabinete francês.³²⁸

Mistral explicava ainda, no seu texto, que a guerra de independência dos vietnameses prosseguiu, porém numa segunda fase, antes de os monges budistas darem o alarme, o mundo praticamente a ignorava. Para Mistral, o governo fantoche de Bao declarava urgente uma reforma agrária, pois mais de 80% da população do Vietnã era composta de camponeses, elaborada e aprovada, mas não executada; dessa forma, a população, que já via com bons olhos a ação dos guerrilheiros do norte, passou a apoiá-los. A guerra intensificou-se e houve a grande derrota francesa em Dien-bien-phu; a Indochina voltou às manchetes em 1953. Assim, Mistral observava que, em 1954, em Genebra, fora assinado o armistício, com a concessão de independência real ao norte, a qual já existia de fato, pois Ho Chi Minh era seu governante desde 1946, apoiado e reconhecido por países aliados da França e pelos franceses. Tal independência o Vietnã pagaria com a divisão do país, imposta pela Guerra Fria do Norte

³²⁷ Anita Mistral, até onde foi possível apurar, era escritora, jornalista, correspondente de notícias para jornais norte-americanos e franceses. Assim, a matéria “Intervenção norte-americana se intensifica: Guerra no Vietnam tem 18 anos”, de sua autoria, foi publicada em no *Panfleto*.

³²⁸ MISTRAL, Anita. Intervenção americana se intensifica: Guerra no Vietnam tem 18 anos. *Panfleto*. ed 7. p. 12, 30 mar. 1964.

capitalista e Sul socialista, território que não aceitava a submissão aos norte-americanas. Ainda segundo Mistral:

Até 1954, os vietnameses lutaram contra os franceses; e os derrotaram. Nessa data com a metade do território já libertada, eles passaram o ter, no sul, uma nova face do imperialismo. O imperador Bao, já por influência norte-americana, nomeou para primeiro ministro o General Ngo Dinh Diem, de uma das famílias mais ricas do país, representante dos latifundiários. Diem derrubou seu Imperador logo depois, rompeu com a França, e resolveu apoiar-se exclusivamente na ajuda norte-americana, de dólares e técnicos em guerra.

Controlando o Vietnam do Sul através de seu títere Diem, o governo de Washington não permitiu que fossem realizadas as eleições gerais marcadas para o dia 20 de julho de 1956, para unificação do país, segundo determinava o acordo de Genebra. Isto porque a eleição de Ho Chi Minh era certa. (Vale, aqui um parênteses para lembrar duas coisas: 1 quando não lhes convém, os Estados Unidos têm horror a eleições livres que, para efeito de **propaganda**, exigem para os outro; 2 – argumento de que **03 nacionalistas vietnameses** são agentes da China comunista, que assim dominaria estrategicamente o sudeste da Ásia, fica inteiramente desvalorizada quando se sabe que Ho Chi Minh foi eleito presidente pelos vietnameses muito antes de a revolução comunista ser vitoriosa na China).³²⁹

A matéria, ao continuar explicando para o leitor do *Panfleto* o que ocorria no Vietnã e as ações imperialistas impostas a sua população, relatava:

Sustentado pelos norte-americanos, Diem resolveu esmagar toda resistência, classificando todos os nacionalistas de comunista (as táticas não mudam muito, de um país para outro, quando se trata do imperialismo tentando se manter) e estabelecendo uma ditadura cruel. Para começar, decidiu tirar dos camponeses as terras que estes haviam ocupado com a expulsão dos franceses, e que cultivavam e mantinham sob a direção do movimento de resistência. Este dano contra a população rural foi estabelecido por técnicos norte-americanos, com o nome de criação de zonas de prosperidade. Para enfrentar estas arbitrariedades, e livrar o país de Diem e de seus patrões, foi criada a Frente de Libertação do Vietnam do Sul. Em 1959 as áreas libertadas pelos guerrilheiros nacionalistas eram 32, com um governo próprio.³³⁰

Retomando a defesa do nacionalismo e imperialismo americano, cabe frisar aqui o controle feito pelos americanos, por intermédio do governo Diem, quanto aos núcleos de população nacionalista. Assim relatava o texto:

³²⁹ MISTRAL, Anita. Intervenção americana se intensifica: Guerra no Vietnam tem 18 anos. *Panfleto*. ed 7. p. 12, 30 mar. 1964.

³³⁰ Idem.

Para acabar com essas áreas libertadas, Diem resolveu aplicar o plano das “zonas de prosperidade” a qualquer preço. Este consistia em dissolver os núcleos de população nacionalista à força, deportando os camponeses para áreas preparadas com antecedência, situadas quase sempre perto das bases norte-americanas, para servirem como mão-de-obra e apoio logístico. Essas áreas eram cercadas de arame farpado e garantidas por tropas (sempre auxiliadas e orientadas por oficiais norte-americanos). Quando os camponeses se opunham a estas deportações, Diem ordenava operações combinadas contra a área em que se localizassem, intervindo com tropas regulares, grupos de comandos, artilharia e aviões. Os Estados Unidos forneciam os aviões, as bombas e o napalm. Durante o ano de 1960 foram realizadas 200 dessas operações, com arrasamento de aldeias inteiras.³³¹

Conforme o relato, quando o Vietnã era uma colônia francesa lutando pela independência, havia seis bases aéreas militares para impedir a libertação. Em 1961, quando os Estados Unidos resolveram intervir mais diretamente no país, os aeródromos militares norte-americanos instalados chegaram a 57, criando-se ainda 11 bases navais e uma para submarinos. Estradas estratégicas foram abertas utilizando o trabalho forçado dos camponeses deportados, com ligação com estradas do Laos e da Tailândia, como preparação de uma possível guerra com a China. Então, o número de técnicos norte-americanos na chefia das operações contra os camponeses ou os guerrilheiros nacionalistas do Vietnã do Sul passou de 15 mil.

Em maio de 1951, o jornal inglês *The Economist* afirmava que os camponeses vietnameses haviam tido tanto êxito em sua luta contra os camponeses de repovoamento (ou zonas de prosperidade, ou como são na verdade, campos de concentração) que o plano original norte-americano de estabelecer 115 desses núcleos fora diminuído para 85, dos quais apenas 42 foram levantados. Desses 42 os camponeses destruíram 28. A política de Diem, ordenada por Washington, não estava dando, muito certo. E começou-se a falar do fracasso.³³²

O comentarista norte-americano Walter Lippman,³³³ em maio de 1951, escrevia:

Diem controla ainda as cidades, mas perdeu toda a autoridade nos campos. Nosso homem é extremamente impopular e, ao mesmo tempo, corrupto e reacionário. Mas, nessa mesma ocasião, o então Vice-Presidente Lyndon Johnson foi a Saigon, numa viagem de inspeção, concluindo que se devia dar a Diem, que chamou de Churchill da Ásia, uma ajuda militar sem limites, este conselho do vice-presidente foi saudado no Senado em Washington com a declaração do Senador Jackson de que os Estados Unidos devem pagar o preço que é necessário para manter o controle no Vietnam. Era já a tese de que até uma guerra com a China valia a pena.³³⁴

³³¹ MISTRAL, Anita. Intervenção americana se intensifica: Guerra no Vietnam tem 18 anos. *Panfleto*. ed 7. p. 12, 30 mar. 1964.p. 12-13.

³³² Idem.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

Às viagens de autoridades norte-americanas a Washington e ao aumento da ajuda militar a Diem, os nacionalistas vietnameses respondiam com incursões guerrilheiras de êxito cada vez maior. Em setembro de 1961 foi conquistada pelos *vietcongs*, nome dado aos guerrilheiros comunistas vietnameses, ou grupos armados da Frente de Libertação Nacional do Vietnã (FLNV), a capital de província, Phuoc Vinh, a 50 milhas ao nordeste de Saigon. O governador da província, major Nguyen, era famoso por sua crueldade, pois mantinha a prisão permanentemente cheia de nacionalistas, realizando ataques contra muitas aldeias; era acusado de ter causado cerca de cem mortes por suas próprias mãos. A reação das forças da FLNV foi a entrada na povoação, matando o governador, o vice-governador, os dois chefes da polícia de segurança e mais 1.700 comandos ali sediados; libertaram dezenas de prisioneiros, alguns já condenados à morte por lutarem pela libertação do Vietnã das forças imperialistas.

Os norte-americanos decidiram utilizar no Vietnã do Sul armamentos e as mais modernas técnicas da “guerra móvel”, capazes, segundo os estrategistas do Pentágono, de vencer as guerrilhas e estender a luta ao Vietnã do Norte, ou Vietminh, acusado de dar apoio aos guerrilheiros do Sul. Em Hanoi, capital do Vietminh, foram exibidos, em fins de 1961, documentos encontrados em poder de tripulantes de um avião norte-americano pertencente ao Vietnã do Sul derrubado quando violava território nortista, provando que o avião levava agentes secretos treinados pelos norte-americanos para estabelecer uma guerra de guerrilhas no Vietminh. Vários protestos foram feitos pelo governo de Ho Chi Minh à Comissão Internacional de Controle, em Saigon, no entanto a guerra contra o Vietnã prosseguiria.

Observando as derrotas imperialistas de “guerra móvel”, Diem exigiu dos Estados Unidos uma postura mais ofensiva, como relatou Mistral:

O General Diem, durante anos dócil ao pentágono, começou a criar problemas, a partir de fins de 1962. Os norte-americanos derrotados com freqüência em suas operações de guerra móvel, começaram a preferir a tática de defesa, com abandono de algumas áreas aos vietcongs. Diem, e seu irmão Nhu, não concordavam com isso, e exigiam operações militares de maior envergadura.

Coincidiu com o agravamento dessas divergências, a extraordinária reação dos budistas à perseguição religiosa que lhes movia Diem. Embora gabando a fascinante personalidade de Madame Nhu, a mulher que declarou aplaudir os churrascos de monges», nem mesmo os jornais norte-americanos ou suas sucursais dos países subdesenvolvidos ousaram apoiar a perseguição aos budistas. E graças ao suicídio dos bonzos, o mundo inteiro soube da ditadura Diem e de quem se sustentava. Foi a oportunidade para Washington se descartar de seu servo que se tornara exigente e com idéias próprias a respeito de guerra.³³⁵

³³⁵ MISTRAL, Intervenção americana se intensifica:Guerra no Vietnam tem 18 anos, *Panfleto*, p. 13.

No relato de Mistral, mesmo que em agosto de 1963 um golpe militar derrubasse Diem e a primeira impressão para o país fosse que acabaria a ditadura, a perseguição aos camponeses e a sangrenta repressão do movimento nacionalista continuaram. “Os camponeses continuavam sem terras, as prisões continuavam cheias, os americanos continuavam a ser os donos, os patrões, e a guerra prosseguia violenta.”³³⁶

A proposta de neutralização dos dois Vietnãs foi uma solução proposta para o fim da guerra, a qual silenciosamente incomodava o mundo, acabando com a população do Vietnã e matando soldados e oficiais norte-americanos. Contudo, o governo norte-americano não admitia a possibilidade, pois considerava isso perda do território, e a população não poderia decidir sozinha seu destino. Diante das perdas americanas, foi enviado ao Vietnã o secretário de Defesa Robert McNamara.

Em 1959, o Senado americano investigava a participação norte-americana na guerra civil do Vietnã, pois havia muitas reclamações dos contribuintes civis quanto aos dólares e aos seus filhos que a guerra estava consumindo. Um assessor militar do governo de Saigon afirmou que as guerrilhas comunistas seriam gradualmente esmagadas até deixarem de ser uma ameaça ao governo do Vietnã do Sul, para o qual dois regimentos territoriais vietnameses seriam suficientes. Ao relatar a situação do Vietnã sobre investimentos americanos e guerrilhas, Mistral registrava:

Hoje meio milhão de vietnameses armados pelos Estados Unidos auxiliados por vinte mil americanos, mal conseguem manter as áreas urbanas e as principais linhas de comunicação, segundo testemunho do jornalista Bernard Fall, do *New Republic*. Todo o campo está controlado pelos guerrilheiros, que contam com o apoio maciço da população e estão hoje armados com material norte-americano, capturado pelo exército. Os vietcongs não possuem apenas bandos de guerrilha, mas três regimentos regulares, que tem saído vitorioso dos choques com o exército vietnamita dirigidos pelos norte-americanos. E em parte alguma os oficiais e técnicos americanos estão seguros como provam os atentados terroristas realizados em pleno centro de Saigon nos últimos meses. E, a suspeita de que cada criado seja um espião ou um guerrilheiro faz com que a repressão se torne mais violenta e, conseqüentemente, os homens leais ao governo mais antipáticos ao povo.³³⁷

Apesar da visita de McNamara a Saigon, a imposição imperialista norte-americana prosseguiria no Vietnã. Nas palavras escritas de Mistral:

³³⁶ MISTRAL, Intervenção americana se intensifica: Guerra no Vietnam tem 18 anos, *Panfleto*, p. 13.

³³⁷ Idem.

McNamara passou vários dias em Saigon, visitando bases militares e conferenciando com os chefes operações e espionagem (ou serviço de inteligência, como se convencionou chamar) do Vietnam. Medidas de pequena importância foram anunciadas, mas nenhum desmentido foi feito quanto às afirmações de todos os comentaristas, internacionais de que os Estados Unidos já perderam o Vietnam. Mesmo assim, a guerra prossegue. Se, em 1956, Washington não permitiu que o povo vietnamês elegeisse seus próprios representantes, não é agora, depois de sacrificar centenas de soldados seus (que se mortos ou feridos, recebem medalhas, mas suas famílias não tem direito a nem uma ajuda financeira especial, porque não há guerra oficial), e quando esta gastando mais de dois milhões de dólares por dia para manter a guerra, que vai desistir desse domínio. Mesmo que o preço seja a ampliação da guerra em escala mundial. O que mostra o seu desespero.³³⁸

Mistral apontava que, tendo fracassado na Guerra do Vietnã e com uma opinião pública contrária à guerra, as forças norte-americanas retiraram-se do país em março de 1973. Assim, não podendo manter a guerra do Norte contra o Sul vietnamita, os Estados Unidos assistiram à unificação do Vietnã ao preço de 1,5 milhão de vidas vietnamitas e mais de cinquenta mil norte-americanos. Assim, mesmo denunciado o imperialismo norte-americano em ações de guerra no Vietnã somente a derrota e a opinião pública internacional colocaram-nos fora da disputa pelo controle do país. No entanto, podemos observar que o texto de Mistral, publicado no jornal *Panfleto*, fechava com a ideologia brizolista, de defesa do nacionalismo, das soberanias, e contrário às ações antiimperialistas, evidenciando, ainda, perseguições aos populares vietnamitas, defensores do nacionalismo e da soberania do país.

³³⁸ MISTRAL, Intervenção americana se intensifica: Guerra no Vietnam tem 18 anos, *Panfleto*, p. 13.



Fonte: O *Panfleto*. Ed. 7. p. 13. 30 de mar de 1964.

Figura 19 – Mapa demonstrando o território vietnamita sob a dominação imperialista dos Estados Unidos

4.4 A ação das multinacionais

O *Panfleto*, em matéria publicada no dia 16 de março de 1964, edição de número cinco, escreveu sobre as ações das multinacionais no território brasileiro:

O "dumping" é a grande arma dos trustes. Quando pretendem esmagar indústria similar que surge em outro país, abarrotam o mercado com o produto, forçando a queda dos preços a níveis abaixo do custo de produção. Em muitos casos, em inúmeros países, nos mais variados ramos industriais, isso já ocorreu, levando o produtor indígena a falência. Liquidado o concorrente, reconquistada a área, os preços voltam ao normal ou sobem mesmo acima do preço original, reembolsando-se o trustee dos prejuízos ou dos lucros reduzidos durante o período da disputa.³³⁹

³³⁹ GUDIN, *Panfleto* quis sabotar. 16 mar. 1964, ed. n. 5. p. 29.

O jornal, nessa matéria, sobre a Àlcalis, explicava que em 1956 o preço da barrilha importada era de US\$ 70,00/t; em 1963, com a Àlcalis já funcionando, passara a US\$ 43,00/t. Também, relatava-se que a principal consumidora de barrilha era a indústria de vidro e que os fabricantes nacionais de vidro estavam completamente dominados por grupos internacionais, como Owens, Pittsburg Plate Glass Comp, Corning, Valéria, Hibicus INV. CORP, Amesur INV. CORP, de nacionalidade americana, e as indústrias Glaces de Boussois, Viton, Societe de Verreries du Tolembray, Sociét e Europienne d'Isolateur en Verre, Societe D'Etudes et du Participation pour L'Industrie du Verre, estas francesas.

Assim, o *Panfleteo* relatava:

A associação técnica brasileira das Industrias Automáticas de vidro, que representa as industrias “nacionais” do ramo, vem se distinguindo por sua atividade (bem sucedida) de arrancar dos órgãos técnicos do governo (inclusive do Ministério da guerra, por ser a barrilha considerada como produto de importância estrangeira) licenças de importação desse produto. Falseando dados sobre o consumo e sobre os estoques vem a ATBIAV causando enormes prejuízos a ALCALIS. Em razão de excesso de importação, o estoque atualmente em poder da companhia estatal atinge a 23.000 TONELADAS, QUE AO PREÇO DE Cr\$ 179.000,00/t, REPRESENTAM MAIS DE 4 BILHÕES de CRU-ZEIROS, IMOBILIZADOS PELA ALCALIS.³⁴⁰

Apontando soluções para o caso, o *Panfleteo* comentava que não seria necessário dizer o que isso significava para empresas que sempre haviam lutado com total precariedade de recursos e que todo um programa de complementação de obras, de ampliação da produção para obter a auto-suficiência de barrilha, de instalação de outras linhas de produção, de construção de casa para os operários estava prejudicado. Então, a adoção do monopólio de importação de barrilha em favor da Àlcalis era a única medida capaz de trazer normalidade ao mercado, pondo fim às manobras dos detentores de monopólio internacional em aliança com os produtores “nacionais” de vidro.

Denunciava o *Panfleteo* que diversos projetos de lei tinham sido apresentados à Câmara dos Deputados na ocasião, com o objetivo de dar as providências necessárias em favor da Àlcalis, como as acima citadas. Também fora apresentado um segundo substitutivo ao projeto de nº 3.808/62, da Comissão de Finanças, com as principais providências a serem tomadas em relação à Companhia Nacional Àlcalis e que podem ser resumidas no seguinte, conforme explicação contida no jornal:

³⁴⁰ GUDIN, *Panfleteo* quis sabotar. 16 mar. 1964, ed. n. 5, p. 29.

- I - Aumento do capital da empresa de Cr\$ 800.000.000, para vinte e cinco bilhões de cruzeiros;
- II - Aumento da alíquota ad valorem da barrilha - carbonato neutro de sódio - de 40 para 80%, e
- III - Monopólio pelo prazo de cinco anos, à Companhia Nacional de Álcalis, na importação de barrilha, isentando a CNA de direitos de importação, taxas e outros tributos.³⁴¹

Continuava o jornal:

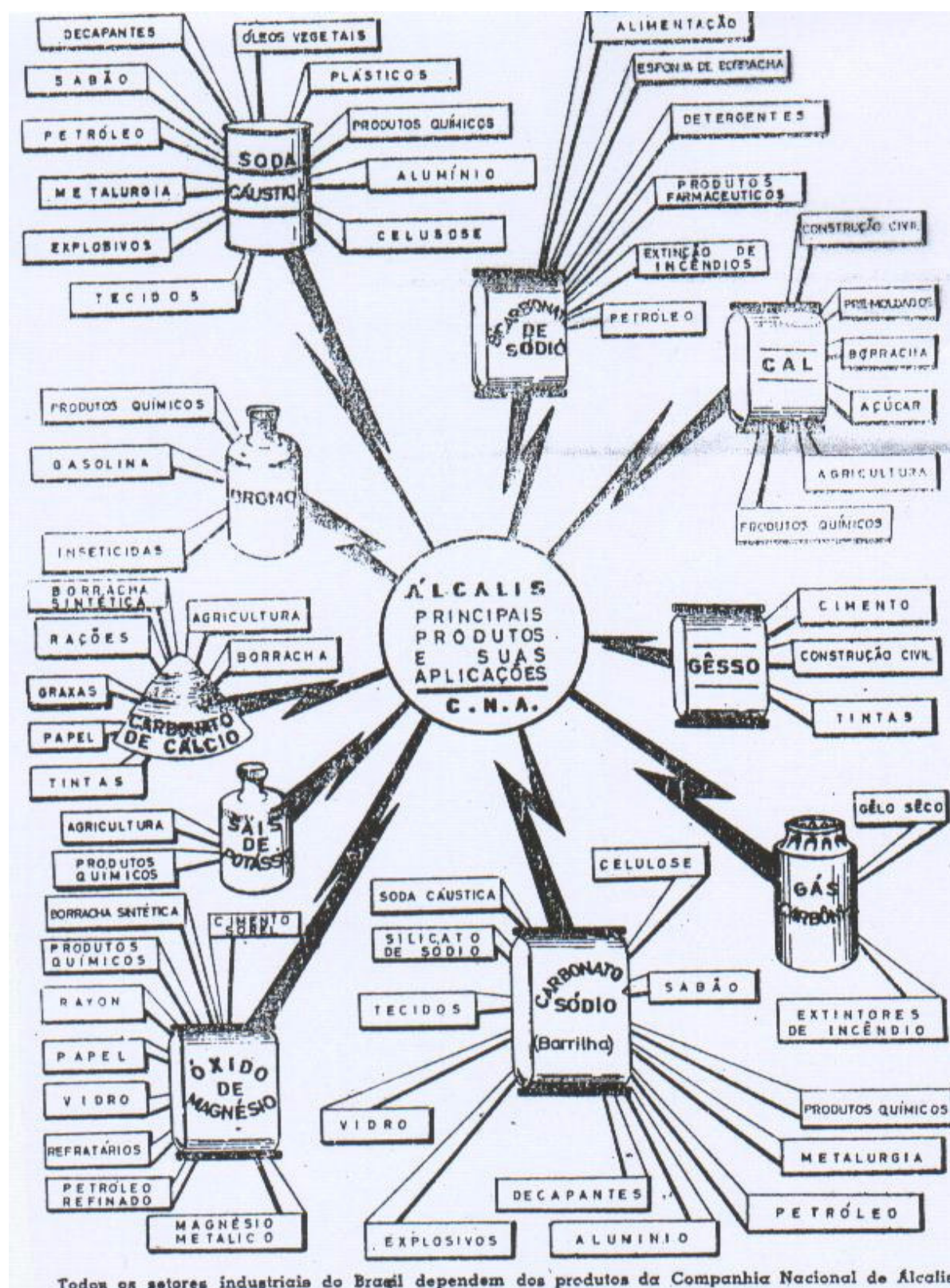
É necessário que os deputados da FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA consigam a rápida tramitação desse substitutivo. Ele representa o ponto de vista dos setores nacionalistas e também do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais de Cabo Frio, que congrega os três mil operárias da Álcalis.
É necessário que a Álcalis passe a ser, também, INTOCAVEL.³⁴²

Em mais uma matéria, o *Panfleto* explorava a questão da espoliação do território nacional, que se enquadrava na lógica da ideologia brizolista, ao apontar para a internacionalização de riquezas e o “entreguismo” a grupos monopolistas das indústrias brasileiras, com a sua falência em razão da falta de sustentação governamental. O brizolismo faz-se presente na condenação de todas as atitudes que viessem de encontro aos que se opunham ao interesse nacional, responsabilizando Eugênio Gudín, então ministro da Fazenda, por toda essa prática de “entreguismo” e benefícios concedidos às multinacionais americanas e francesas. O Brasil, como país subdesenvolvido, necessitava de equipamentos e qualificação de técnicos para trabalhar com os produtos que viessem a serem produzidos pela Álcalis; no entanto, o truste Solway negava a transferência de tecnologia e a presença de técnicos brasileiros em suas empresas. A qualificação da mão-de-obra brasileira fora resolvida com a cooperação da Colômbia e da Polônia, países que aceitaram estágios de técnicos brasileiros a fim de conhecerem as técnicas de utilização da barrilha, necessária à produção de vidro e outros derivados. Quanto à compra de equipamentos para a indústria Álcalis, o problema fora resolvido com indústrias independentes do truste, alemãs e francesas. Reforçava o *Panfleto* que Eugênio Gudín era “o papa do entreguismo”,³⁴³ pois criara toda espécie de dificuldades possíveis para evitar a chegada dos equipamentos ao Brasil.

³⁴¹ GUDIN, *Panfleto* quis sabotar, p. 29.

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.



Fonte: Jornal *Panfleto* de 16 mar. 1964, 5. ed., p. 29.

Figura 20 – Demonstração da Álcalis e seus produtos e aplicações

Em outra matéria, também sobre as ações imperialistas no Brasil e no mundo, aparece a empresa International Telephone & Telegraph Corporation – ITT – “O polvo de mil pernas”, como a chamou o *Panfleto* em matéria publicada em 30 de março de 1964, na edição de nº 7. Dizia ser uma das unidades base do maior agrupamento mundial financeiro existente nos Estados Unidos, denominado Grupo Morgan, o qual possuiria um faturamento anual estrondoso. A localização deste grupo era na 67 Broad Street, New York, endereço em que funcionava “o cérebro de uma das mais poderosas organizações capitalistas do mundo, um polvo de mil pernas, muitas caras e vários nomes, todos traduzíveis por três letras: ITT.”³⁴⁴

Segundo o relato do jornal, um relatório informativo divulgado em 1958 pela ITT afirmava: "A International Telephone & Telegraph Corporation é a maior empresa Internacional de propriedade norte-americana dedicada ao desenvolvimento, fabricação, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações".³⁴⁵ Mais de 128.000 pessoas trabalhariam, em 22 países, para o grupo ITT, que controlaria 79 fábricas e laboratórios. Quarenta e seis empresas formavam a organização, que mantinha depósitos e agências em 188 portos marítimos do mundo.

As atividades do grupo abrangiam praticamente todos os setores industriais e comerciais ligados à produção, à distribuição e ao consumo de energia elétrica:

A Internacional Telephone & Telegraph Corporation é uma empresa única no gênero pela variedade e escopo de suas atividades nos campos afins das telecomunicações e da eletrônica. Sua produção abarca desde diminutos aparelhos para a surdez até algumas das maiores centrais telefônicas e telegráficas do mundo; desde instalações radiofônicas de faixa larga, capazes de transmitir sinais de televisão a uma distância de 350 milhas, sem *relay*, até uma infinidade de peças eletrônicas, feitas com microscópio.³⁴⁶

No registro do *Panfleto*, as companhias do grupo ITT projetavam sistemas de vôo aeronáutico e astronáutico, assim como tubos pneumáticos para fábricas, hospitais e escritórios, bem como concebiam, fabricavam e comercializavam tubos de vácuo e lentes monoculares infravermelhas; também produziam computadores eletrônicos que reduziam a segundos um trabalho de cálculo que duraria meses. Sua contribuição à era da automação incluía conversores analógicos para digitais do tamanho de uma bateria de

³⁴⁴ O POLVO de mil pernas. *Panfleto*. 30 de mar de 1964, ed. n. 7 p. 10.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Idem.

lanterna, assim como intrincados sistemas de testes, lançamento e guia para os mísseis que protegeriam de ataques o mundo livre.

A ITT operava e mantinha a linha de postos de radar DEW (aviso precoce à distância) e a rede de comunicações White Alice, ambas localizadas nas áreas árticas da América do Norte. Mantinha, igualmente, radioestações da Marinha ao longo do golfo Atlântico e das costas norte-americanas do Pacífico, bem como equipamento de rádio da Marinha a bordo dos navios em alto-mar. Além disso, a ITT operava com simuladores e computadores aerotransportados, rede radiofônica do QG da North Atlantic Treaty Organization (NATO), análise de radioatividade e combustíveis para aviões de combate.

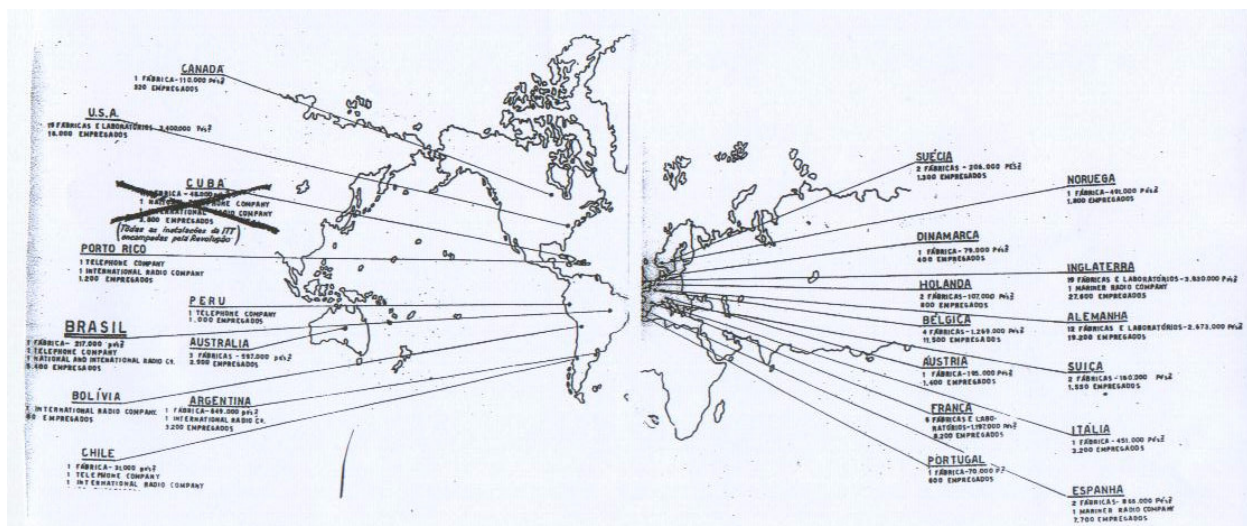
Assim o *Panfleto*, em sua reportagem sobre a ITT, alertava que “os olhos e os ouvidos do mundo ocidental estão presos, por invisíveis cordéis, às mãos da gigantesca ITT.”³⁴⁷ Explicava ainda:

Fácil compreender as reações em cadeia, as chantagens, o desencadear de pressões velados, que sucedem a qualquer tentativa para enfrentar um dos tentáculos do truste. Quando, em 1959, o governo do Rio Grande do Sul decidiu encampar a Cia. Riograndense de Energia Elétrica, (*Bond and Share*) e em 1961, a Cia. Telefônica Nacional (ITT), as represálias explodiram sob as mais sutis e violentas formas. O "mau exemplo" do governador Brizola assustou o truste. Dos escritórios centrais de 67 *Broad Street*, foi coordenada a resistência ao insólito atrevimento: imprensa comprada, políticos venais, funcionários subornáveis, opinião pública influenciável, todas as armas disponíveis foram mobilizadas para deter e desmoralizar a consciência nacionalista que, numa simples província de um país sul americano, tentava abalar os alicerces do todo poderoso império da ITT.³⁴⁸

A ITT promovia uma verdadeira defesa dos interesses norte-americanos, exercendo uma espécie de vigilância e controle sobre os países subdesenvolvidos e outros onde mantinha suas estruturas comerciais. Nesse texto sobre a ITT, como nos demais analisados, aparecem os componentes da ideologia brizolista, ou seja, combate ao imperialismo, defesa do nacionalismo econômico e das empresas estatais e, no caso do texto da ITT, um componente a mais, qual seja, o mito, quando se refere ao encampamento da Cia. Riograndense de Energia Elétrica a Bond and Share, por Leonel Brizola, dando ênfase à pessoa e à coragem do então governador do estado do Rio Grande do Sul.

³⁴⁷ O POLVO de mil pernas, *Panfleto*, p. 11.

³⁴⁸ Idem.



Fonte: O Panfleto de 30 mar. 1964, ed. n. 7, p. 11.

Figura 21 – “O polvo de mil pernas” – a ação da ITT no mundo

4.5 *The Guardian* e o *Panfleto*: a morte do presidente Kennedy

O jornal *Panfleto* atendeu ao apelo do *The Guardian*,³⁴⁹ jornal independente e de uma linha mais crítica, e publicou a defesa da inocência de Lee Oswald que Mark Lane faria, o qual apontava a CIA e o FBI dos Estados Unidos como responsáveis pela morte do presidente Kennedy.³⁵⁰

Pode-se perguntar por que o *Panfleto* publicou seis páginas sobre o assassinato do presidente americano John Fitzgerald Kennedy se o jornal circulava entre trabalhistas, nacionalistas e brizolistas. O *Panfleto* era um jornal que fazia a defesa do nacionalismo e era contra o imperialismo e as intervenções norte-americanas em países periféricos, ainda mais sendo esses socialistas. Para o *Panfleto*, Kennedy era um presidente que defendia as minorias étnicas e não queria a intervenção americana no Vietnã. Assim, esclarecer a morte de Kennedy e apontar a responsabilidade do FBI e da CIA na sua morte era fundamental para que o jornal atingisse seus objetivos.

Então, segundo o jornal *Panfleto*, o jornal *The Guardian*, diante do interesse público, divulgou metade de uma súmula sobre o caso Oswald, enviada pelo autor ao juiz Earl Warren, chefe da comissão de inquérito instaurada para investigar as circunstâncias do assassinato do

³⁴⁹ *The Guardian*, jornal caracterizado como possuindo uma “linha independente”, no que tange a imprensa.

³⁵⁰ John Fitzgerald Kennedy nasceu no Brookline, Massachusetts, em 29 de maio de 1917, e morreu em Dallas em 22 de novembro de 1963; foi um político estadunidense e o 35º presidente de seu país (1961-1963).

presidente Kennedy. O autor era Mark Lane.³⁵¹ Em sua carta ao juiz Warren, acompanhando a súmula, Lane insistiu que um advogado de defesa fosse nomeado para Oswald, de modo que todos os aspectos do caso pudessem ser firmemente seguidos particularmente, já que a Oswald fora negado um julgamento justo em vida.

Segundo *The Guardian*, Oswald não prestara declarações. Em verdade, não houvera processo nem julgamento, e Oswald fora assassinado quando, sob a guarda da polícia, ainda sem advogado. Na defesa de Mark Lane, de acordo com o publicado no jornal, Oswald fora privado de todos os direitos e até da própria vida.

O jornal ainda apontava que o leitor, inundado a princípio pela maciça televisão, rádio e jornais oficiais devotados a provar a culpa do acusado e de muita “prova” adicional, acreditava na visão da polícia e da imprensa, de que Oswald era o assassino de Kennedy e que estava morto.

Imediatamente, de acordo com o jornal, depois que Oswald fora morto, o promotor de Dallas, Henry Wade, anunciara que “o caso Oswald estava encerrado”. Malgrado a crença arraigada que prevalecia nos Estados Unidos quanto à culpa de Oswald, surgiram dúvidas em toda a Europa, que passaram, com a morte de Oswald, a uma quase absoluta repulsa da acusação. O Departamento de Justiça então anunciou que o caso não estava encerrado. Wade convocou uma entrevista com a imprensa para “reabrir” o caso. Numa declaração ao rádio e televisão, publicada em todo o mundo, Wade apresentou quinze afirmativas peça por peça para tentar esclarecer o caso.

³⁵¹ O advogado Mark Lane conheceu bem o presidente Kennedy. Advogado há 35 anos e muito detalhista, estuda o assassinato de John Kennedy há mais de 20 anos e não tem dúvida de que o presidente Kennedy foi assassinado pela CIA em 22 de novembro de 1963, em Dallas, no estado do Texas. A Comissão Warren foi incumbida de investigar o crime. Todas as provas obtidas pelos investigadores incriminavam Lee Harvey Oswald. Segundo Mark Lane, que colheu informações de pessoas íntimas de Oswald na época em que ele servia a Marinha em Truro, na Califórnia, Oswald era um agente secreto. Era o único fuzileiro que sabia russo e que teve acesso a informações secretas interessantes para os soviéticos, como os dados sobre os aviões U2. Mark Lane assegurava que Oswald foi enviado à União Soviética para ser visto como comunista. Considerado na União Soviética um desertor do seu país, Oswald voltou para os Estados Unidos com uma esposa russa e foi readmitido sem problemas. Foram programados contatos entre ele e um agente da KGB, no México. Durante o inquérito da Comissão Warren, a CIA declarou que Oswald tinha contatos com esse agente soviético, sendo possivelmente um agente comunista. Oswald parecia o acusado perfeito, só que não chegou a ser julgado. Foi assassinado dois dias depois de ser preso por Jack Ruby, membro da CIA, em Dallas. Aparentemente, Ruby também trabalhava para a Máfia americana. Na opinião da Comissão Warren, Ruby tinha silenciado a testemunha chave do caso. Se a CIA ou o FBI estavam mesmo envolvidos no assassinato de Kennedy, quais seriam suas razões? Há quem diga que Kennedy foi morto devido ao seu posicionamento na guerra do Vietnã. Muitos americanos apoiavam a intervenção militar nesse país. Em setembro de 1963, Kennedy anunciara sua intenção de retirar as tropas americanas do Vietnã antes do final do ano seguinte. Essa política foi revertida por Lyndon Johnson assim que se tornou presidente. Johnson enviaria mais de quatrocentos e cinquenta mil reforços para o Vietnã. O mandato de Kennedy durou mil dias. Para muitos, ele se tornaria o símbolo das esperanças frustradas e promessas não cumpridas.

Assim, segundo o jornal, Lane questionaria as quinze afirmativas expostas por Wade, explicando que, quanto ao certo número de testemunhas que vira Oswald à janela da biblioteca da Escola Texas, no sexto andar, já que se alegava que Oswald disparara através daquela janela, essa afirmativa era importante. Wade foi taxativo dizendo: “Primeiro, havia certo número de testemunhas que viram a pessoa com a arma no sexto andar do prédio da livraria, à janela – particularizando a janela – de onde ele olhava para fora”. Em seguida, ocorreu que “certo número de testemunhas” era, na realidade, uma testemunha, que assim declarou: “Eu não posso identificá-lo, mas, se eu vir um homem que se parece com ele, eu o apontarei” (*Newsweek*, 9 de dezembro). Tal “identificação” é bastante especulativa e não seria permitida no júri.³⁵²

Também Lane explicava que o FBI declarava que “impressões palmares não foram encontradas no fuzil”.³⁵³ No que tangia à impressão palmar de Oswald, aparecera numa caixa de papelão encontrada junto à janela. Wade declarou: “Nesta caixa em que o réu estava sentado foi encontrado a sua impressão palmar e identificada como dele”. Uma vez que uma impressão palmar não é isoladamente identificável, dependendo do número de características que são legíveis, a impressão palmar, provavelmente, não foi definitivamente “identificada como dele”.³⁵⁴

Quanto à arma utilizada no assassinato, foi apresentado, primeiramente, um fuzil italiano a todos os telespectadores americanos, mas logo depois foi mostrada outra arma, um *mauser* alemão. Os equívocos eram muitos e Lane, em sua defesa a Lee, escrevia que os arquivos do FBI mostravam que Oswald comprara um mosquetão italiano pelo reembolso postal.

A sexta afirmativa foi a de que Oswald tinha em seu poder uma carteira de identidade com o nome de Hidell. Quase imediatamente após a prisão de Oswald, a polícia afirmou que ele era culpado de assassinato, era um comunista.

Quanto a Oswald ter sido visto no prédio por um policial logo depois que o presidente fora baleado, a polícia fez uma vistoria no prédio, vendo somente um homem sentado num canto. Ao tentar prendê-lo, o administrador do prédio disse que se tratava de um funcionário e todos os demais empregados foram localizados, com exceção do acusado. Oswald foi preso pela polícia no refeitório, onde tomava um refresco com outras pessoas. Assim, a polícia vasculhou o prédio logo após os disparos e Lane aponta que não daria tempo para Oswald

³⁵² A DEFESA de Mark Lane. *Panfleto*. 9 mar. 1964. p. 17. 4 ed.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ Idem.

deixar o local, tomar um refresco e depois deixar o prédio cercado pela polícia. E mesmo com todo o aparato policial noventa funcionários entraram novamente no prédio e retomaram seu trabalho, autorizados pela polícia; somente o acusado não teria retornado.

Imediatamente depois do assassinato, Marina Oswald, a esposa de Lee, foi encarcerada pelo Serviço Secreto. O FBI não permitiu à imprensa entrevistar o senhor Oswald, que foi aconselhada a retornar para a União Soviética. Essas distorções fariam qualquer júri analisar sob outra ótica a matéria, ou seja, o FBI e a CIA tinham, de alguma forma, responsabilidade na morte de Kennedy.

A defesa questionou durante todo o tempo os passos dados por Lee Oswald ao disparar os tiros, tomar refrigerante, transitar tranqüilo pelas ruas, tomar um ônibus, conversar com o motorista e passageiros, pegar um táxi e contar sobre o crime ao taxista, tudo isso às 12 horas e 30 minutos, exatamente no mesmo horário em que os tiros foram disparados. Assim, a insanidade acelerara-se até que os poucos vestígios remanescentes de dúvida quanto à culpa de Oswald foram apagados do cenário americano. Dessa forma publicava o jornal *The Guardian*:

Quando toda uma sociedade se emociona com determinado crime, a lógica é uma arma de valor duvidoso. Prevalecesse à lógica, certo número de perguntas teria surgido para deliberação racional. Por exemplo: poder-se-ia perguntar por que o FBI, tendo interrogado Oswald exatamente uma semana antes do assassinato e tendo descoberto que ele trabalhava em um prédio situado diretamente no itinerário do Presidente, e sabendo que Oswald comprara um fuzil, não o vigiou no dia do assassinato. O certo é que uma pequena parte dos milhões de dólares concedidos ao FBI anualmente, e utilizados para seguir pessoas de pontos de vista políticos não ortodoxos e gravar seus telefonemas, podia ter sido gasta, nestas circunstâncias, como naquilo que o FBI e o Serviço Secreto referiram como “o maior dispositivo de segurança jamais criado para proteger um Presidente americano”.³⁵⁵

Os relatos deste texto foram as impressões do advogado Lane, o qual buscou na imprensa norte-americana declarações prestadas não por testemunhas de defesa nem pelo réu, mas pelo promotor, policiais ou agentes do FBI. O jornal *Panfleteo*, entendendo as preocupações da edição do jornal *The Guardian*, reeditou a matéria no intuito de que todas as pessoas que tivessem acesso à leitura analisassem que os Estados Unidos da América, como país imperialista, não agia somente de forma prejudicial contra os outros países, mas também se utilizava do FBI e da CIA de forma criminosa, como foi o assassinato de Kennedy, para defender os seus interesses políticos e econômicos.

³⁵⁵ A DEFESA de Mark Lane. *Panfleteo*. 9 mar. 1964. p. 17.

Enquanto meio de comunicação escrito, o jornal *Panfleteo* mostrou, ao publicar esta matéria, que a ideologia brizolista atuava na tentativa de mostrar à opinião pública as ações dos países imperialistas, neste caso específico, dos Estados Unidos, através da CIA e o FBI, agências governamentais norte-americanas. Essas exerceram controle sobre as soberanias, economias e a política dos países cujos territórios são de interesse econômico para os norte-americanos e foram responsáveis pela morte do seu próprio presidente.

Ao trabalharmos a construção deste capítulo, optamos por partir da visão brizolista da defesa do nacionalismo e da postura contrária às ações imperialistas. A defesa do nacionalismo e a oposição ao imperialismo caracterizavam a ideologia brizolista nas relações internacionais do Brasil entre 1961-1964. Assim, a Política Externa Independente teve o apoio brizolista, focada em desenvolver intercâmbios econômicos com países socialistas e capitalistas, desde que não tivessem posturas imperialistas. Analisamos as matérias divulgadas no *Panfleteo* que tratavam de ataques ao nacionalismo brasileiro, bem como a intervenção nas soberanias de países como Cuba, Chile e Vietnã, mostrando a aspectos defendidos pelo brizolismo. Abordamos as ações das multinacionais e seus complexos a fim de controlar sistemas de informação ou produção de energia, como o caso da Petrobras e da Álcalis. Não poderíamos deixar de analisar a matéria sobre o assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, onde aparecem evidências, conforme a súmula escrita por Mark Lane, do envolvimento da CIA e do FBI no assassinato do presidente. Para o brizolismo, esse fato era importante porque os americanos teriam uma postura de defesa de seus interesses econômicos externos e Kennedy estaria, de certa forma, causando transtornos a esta política quando se opunha, por exemplo, à intervenção militar no Vietnã.

Essas leituras e análises do brizolismo, de suas posturas antiimperialistas e defesa do nacionalismo são importantes para o entendimento do elemento-chave que é o diferencial do trabalhismo varguista e do trabalhismo brizolismo: um nacionalismo mais acirrado, sem nenhuma possibilidade de conciliação entre os “interesses populares” e os desejados pelos de uma “burguesia”, sejam nacionais, sejam internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *Panfleto* conseguiu na sua curta existência, expressar o entendimento de que o brizolismo teve vários condicionantes, tais como a reinvenção do trabalhismo, a busca da criação do mito brizolista, carismático e com um caráter revolucionário, bem como a ideologia que perpassa todo o entendimento desse fato da política nacional, especialmente na década de 1960.

O brizolismo, vinculado e veiculado de forma consistente pelo jornal *Panfleto*, apresentou a existência de uma ideologia brizolista criada e aceita pela classe trabalhadora a partir do trabalhismo getulista. Também ocorreu uma reinvenção do trabalhismo getulista para o trabalhismo brizolista, na medida em que Brizola preocupou-se em preservar os antigos dogmas do trabalhismo de Vargas, porém acrescentando em seus discursos e até mesmo práticas políticas uma defesa ao nacionalismo. Este nacionalismo em seus discursos era muito mais acirrado do que o nacionalismo varguista; mesmo assim, Brizola soube ocupar-se do trabalhismo varguista para levar adiante seu projeto no trabalhismo diante de uma ideologia brizolista.

Essa ideologia brizolista tomou vulto na sociedade, pois apresentava idéias oriundas do trabalhismo varguista e populista que Brizola continuaria a defender, porém acrescentando um componente mais convincente, que foi o estabelecimento de um nacionalismo mais acirrado e sem nenhuma possibilidade de conciliação entre os “interesses populares” e os desejados pela “burguesia”. Com a existência dessa ideologia apareceu um novo mito para a sociedade, principalmente para os trabalhistas, defensor do varguismo, trabalhismo e populismo. Leonel de Moura Brizola, em sua personificação, constituiria pelo uso de meios de comunicação, os quais defendia como “imprensa livre”, e de sua postura carismática revolucionária, o mito de que os trabalhistas, após a morte de Vargas, iriam levar adiante não mais um trabalhismo varguista populista, mas, sim, um trabalhismo brizolista, populista e nacionalista. Este se constituiria muito mais pela defesa da soberania nacional e de uma crítica ao imperialismo norte-americano, bem como de “interesses populares”, como a reforma agrária, articulada pelos camponeses do Master, a organização dos Grupos de Onze e de outros setores da sociedade civil e militar para a defesa do governo democrático populista, representado no período por Goulart.

Brizola, para empreender a construção de um jeito próprio de apresentar suas posturas políticas e a construção do brizolismo, contou com o apoio de várias pessoas e entidades, inclusive para organizar o que denominava de “imprensa livre”. Assim, surgiu o jornal *Panfleteo*, com editora própria, por meio do qual intelectuais e políticos objetivavam levar ao “homem da rua” informações acerca dos acontecimentos no Brasil e no exterior e visavam, é claro, a construção do brizolismo.

O *Panfleteo* circulou em sete edições de janeiro a março de 1964, e foi fechado pela imposição da ditadura militar, porém, enquanto existiu, constituiu-se num porta-voz do brizolismo, circulando em todo o território nacional. O jornal *Panfleteo*, desconhecido até então entre a classe jornalística do Brasil, não é citado; portanto, há falhas em publicações e obras da historiografia que relatam as ações brizolistas no Brasil principalmente em 1964. O *Panfleteo* cumpriu seu papel de levar informações a todo o território nacional, bem como teve um papel importante dentro do Estado democrático, pois, como “imprensa livre”, manifestou-se em suas matérias sempre na linha e no pensamento brizolista de defesa do nacionalismo, contrário ao imperialismo e revolucionário ao entrar em confronto não somente com quem era antibrizolista politicamente, mas até mesmo com os interesses da “burguesia nacional” e dos grandes monopólios econômicos que atuavam não só no Brasil, mas em diversos outros países.

A imprensa autônoma que Brizola defendia e a construção de um brizolismo trabalhista, populista e nacionalista também estiveram presentes por meio da Rádio Mayrink Veiga, cuja potência permitiu a transmissão, nas madrugadas, das conhecidas palestras de Leonel Brizola, estas sintonizadas nas ondas da rádio e ouvidas nos mais variados rincões do Brasil. Por meio desta rádio, Brizola solicitava ajuda, organização civil, como os Grupos dos Onze, colaboração de instituições civis e militares, assinatura do jornal *Panfleteo*; divulgava suas idéias nacionalistas e antiimperialistas, entre outras manifestações que o levaram a ser amado por uns e odiado por outros.

Leonel Brizola fez grande pressão ao governo Goulart, o que está presente em todas as edições do jornal *Panfleteo*. Utilizando-se do jornal, ele relatava as fraquezas de Goulart, como as alianças que fazia com políticos que não pertenciam ao PTB ou que sequer defendiam uma política de tradição varguista. Assim, Brizola conseguiu, no comício do dia 13 de março de 1964, expor João Goulart ao pressioná-lo a anunciar o decreto do Supra, bem como a voltar a reassumir uma postura populista e defensora do trabalhismo varguista. Neste comício, relatado no *Panfleteo*, Brizola fez discursos inflamados e chamou a atenção para a resistência contra os setores conservadores da sociedade brasileira.

Brizola não aceitava ações políticas, a exemplo do que ele chamou de “clube amável da política”, o qual corrompia políticos, que se distanciavam de seu papel de legítimos representantes da população brasileira.

Nas questões nacionalistas e na oposição ao próprio presidente João Goulart, Brizola se apresentaria como um político que não dava trégua ao questionar a “política de conciliação” proposta pelo presidente, que aceitava e fazia acordos com políticos tradicionais, de oposição ao PTB, como PSD e UDN. Por intermédio de intelectuais da época, Brizola divulgou no *Panfletos* matérias questionando as negociações, os acordos políticos que levavam à falência setores produtivos da economia brasileira, bem como à perda da soberania, principalmente pelos acordos com os norte-americanos.

Na visão brizolista aparece a defesa do nacionalismo e da postura contrária às ações imperialistas. A defesa do nacionalismo e a oposição ao imperialismo caracterizaram a ideologia brizolista, bem como a criação do mito carismático e revolucionário, o qual atuava inclusive nos assuntos que diziam respeito às relações internacionais do Brasil entre 1961-1964. A Política Externa Independente, no período de 1961-1964, foi de extrema importância para a afirmação dessa ideologia e criação do brizolismo, pois previa uma integração com outros países, não apenas com os norte-americanos. Também podemos perceber que, apesar dos conflitos políticos existentes entre a ala esquerda do PTB com outros políticos, a PEI era aceita por Brizola, que não questionava seu conteúdo em *Panfletos*, porém manifestava contrariedade aos condutores desta política externa. O jornal *Panfletos* deu ênfase às matérias divulgadas que tratavam de ataques ao nacionalismo brasileiro, bem como a outras referentes à intervenção nas soberanias de países como Cuba, Chile e Vietnã.

Ficaram notórias também no *Panfletos* as ações das multinacionais e seus complexos a fim de controlar sistemas de informação ou produção de energia, como o caso da ITT, Petrobras e Álcalis. Ao analisar a matéria sobre o assassinato do presidente norte-americano John Kennedy, matéria que o *Panfletos* reproduziu a pedido do jornal independente *The Guardian*, aparecem evidências, conforme a súmula escrita por Mark Lane, do envolvimento da Central Intelligence Agency e do Federal Bureau of Investigation no assassinato do presidente. Para o brizolismo esse fato era importante porque os americanos teriam uma postura de defesa de seus interesses econômicos externos e Kennedy estaria, de certa forma, causando transtornos a essa política quando se opunha, por exemplo, à intervenção militar no Vietnã.

Essas leituras e análises sobre o brizolismo e suas posturas antiimperialistas, defendendo o nacionalismo, mostram-se importantes para o entendimento do elemento-chave

que diferenciaria o trabalhismo varguista do trabalhismo brizolismo, qual seja, um nacionalismo apregoado com mais afinco nos discursos brizolistas, os quais agradaram a toda a classe trabalhista na década de 1960, pela possibilidade de retorno de um líder político que estivesse a altura de representar o pensamento e a imagem de Getúlio Vargas.

Esta pesquisa é a ponta de um *iceberg*, ou seja, desafiadora no sentido de buscar a profundidade de um estudo sobre a biografia de Leonel Brizola, bem como um aprofundamento do brizolismo e suas ações. Ainda, é o início de um desafio, qual seja, de investigar, com recursos financeiros maiores, a vida de Brizola como exilado político e suas passagens pelo Uruguai, Portugal e Estados Unidos e o seu envolvimento político no exterior, bem como as articulações políticas realizadas. Oxalá possa surgir historiadores que se dediquem à continuidade deste desafio que, sem dúvida alguma merece uma investigação profunda sobre lideranças que alcançaram um carisma nacional e internacional.

FONTES DE PESQUISA

Fontes impressas

Jornal *Panfleteo* – Rio de Janeiro, n 1, de 17 de fev de 1964
Jornal *Panfleteo* – Rio de Janeiro, n 2, de 24 de fev de 1964
Jornal *Panfleteo* – Rio de Janeiro, n 3, de 02 de mar de 1964
Jornal *Panfleteo* – Rio de Janeiro, n 4, de 09 de mar de 1964
Jornal *Panfleteo* – Rio de Janeiro, n 5, de 16 de mar de 1964
Jornal *Panfleteo* – Rio de Janeiro, n 6, de 23 de mar de 1964
Jornal *Panfleteo* – Rio de Janeiro, n 7, de 30 de mar de 1964
Jornal *do PTB* – Rio de Janeiro, ano 6, 21 de jun de 2004
Jornal *Zero Hora* – Porto Alegre, 24 de jun de 2004
Revista *O Cruzeiro* de 11 de jul de 1964.

Fontes Orais

Delvino Pedro Marcon – Palmitos-SC- 02 de fev 2006
Gerdau Renner – Rio de Janeiro-RJ-08 de dez 2004
José Balestrin – Goiânia – 27 de set de 2002
Maria Begair Facco - Trindade do Sul-RS – 13 de fev de 2007-03-24
Moniz Bandeira – Alemanha – 26 de dez de 2003 a 12 de fev 2004
Paulo Camargo Santos – Rio de Janeiro – 07 de dez de 2004

Acervos Particulares

Arquivo Pessoal do Advogado Ismael Dal Piva – Taquaruçu do Sul -RS
Maria Begair Facco - Trindade do Sul-RS
Paulo Camargo Santos – Rio de Janeiro – RJ

Acervos Públicos

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro
Arquivos das Assembléias Estaduais
Arquivo da Fundação Getúlio Vargas – FGV – Rio de Janeiro
Arquivo da Fundação Alberto Pasqualini – FAP – Rio de Janeiro
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Comissão do acervo da luta contra a ditadura-Porto Alegre.
Centro de pesquisa e documentação de historia contemporânea do Brasil (CPDOC)-Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS

À MARGEM da crise, feijão tem produzido fortunas repentinas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXIV, n. 47, 1º set. 1962.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos aos CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ABREU, Hugo. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial: 1929-1945. In: BORRIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986. v. 4, p. 1930-1964.

ALDANA, Tamon Losada. *Dialética do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ALMEIDA B. Hamilton. *O outro lado das telecomunicações*. São Paulo: Sulina, 1983.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

_____. (Org.). *O ópio do povo: o sonho e a realidade*. São Paulo: Símbolo, 1976.

ALMEIDA, Milton José de. *Imagens e sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 1994.

ALMINO, João. *O segredo e a informação: ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sábina, 1966.

_____. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. Poema nosso tempo. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1994.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

- ARANTES, Maria Auxiliadora. A subversão do Eu. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Isaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. *Um relato para a história: Brasil nunca mais*. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos: o discurso e suas análises*, Campinas: Unicamp, n. 9, jul./dez. 1990.
- AZEVEDO, Moreira de. *Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1965.
- BACIU, Stefan. *Lavrado, 98: História de um jornal de oposição: a tribuna da imprensa ao tempo de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Brasília: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986. Enciclopédia Einaudi. v. 5.
- BAGDIKIAN, Bem H. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.
- BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *O governo João Goulart*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARATA, Mario. *Presença de Assis Chateaubriand na vida brasileira*, São Paulo: Martins, 1970.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa e poder público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BELOELS, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense 1984;
- BELTRAN, Luis Ramiro; CARDONA, Elizabeth Fox de. *Comunicação dominada: os Estados Unidos e os meios de comunicação da América latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e guerrilheiros*. São Paulo: Populares, 1981.
- BERTHES, Rolando. *Mitologias*. 3. ed. Trad. de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Difel. 1978.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma discussão política*. São Paulo: Unesp, 1995.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de la politica*. México: XXI - Siglo Veintiuno, 1981. v. 1.

_____; *Diccionario de la politica*. México: XXI-Siglo Veintiuno, 1982. v. 2.

BOBBIO, Norberto. *Diccionario de política*. Brasília: UnB, 1996.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes*. *Revista Brasileira de História*, 1992.

BRUM, Argemiro Jacob. *O Brasil no FMI*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BUCCI, Eugênio. *O peixe morre pela boca*. São Paulo: Scritta, 1993.

_____. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

BROWN, J.A.C. *Técnicas de persuasão*. Rio de Janeiro. Zahar, 1971.

CAMPANHOLE, Hilton Lobo; CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CANTARINO, Geraldo. *A revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CAPALDI, Nicolas (Org.). *Da liberdade de expressão: uma antologia de Stuart Mill a Marcuse*. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papyrus, 1998.

_____. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos; idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARPENTER, Edmund; McLUHAN, Marshall. *Revolução na comunicação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo (Org.). *Informação e poder*: Rio de Janeiro. Record, 1993.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática. [s.d.]

COLOMBO, Eduardo. *El imaginário social*. Montevideu-Buenos Aires: Altamira, 1993.

CORBELLINI, Juliano. Encontros e desencontros entre histórias e ciência política. *Logos*, Canoas, v. 11, n. 1, maio 1999.

CORTÉS, Carlos E. Gaucho Politics in Brazil: the politics of Rio Grande do Sul (1930-1964). Albuquerque – México: University of New México Press, 1974. In: TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Universidade e Sulina, 1991.

CHAGAS, Carlos; MAYRINK, José Maria, PINHEIRO, Luiz Adolfo. *3 x 30: os bastidores da imprensa brasileira*. São Paulo: Best Seller, 1992.

CHAUÍ, Marilene. Cultura popular e autoritarismo. In: *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHERRY, Colin. *A comunicação humana*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1995.

CODO, Vanderley. *O que é alienação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CONNEL SMITH, Gordon. *Los Estados Unidos y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1977.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do livro, 1999.

COSTA, Adolpho Mariano da. O DOPS e os trabalhadores. *Cadernos UPT*, Curitiba, ano 1, n.1. 1993.

COSTA, Licurgo; BARROS, Vida *História e evolução da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1991.

COSTELLA, Antônio. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1970.

COTTA, Pery. *Calandra: O sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

CUNHA, Nóbrega da. *A imprensa americana e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro. 1943.

D'AZEVEDO, Marcello Casado. *Comunicação, linguagem, automação*. Porto Alegre: UFRGS, 1970.

DALL'AGNOL, Flávio. *Brizola esperança de um povo*. Porto Alegre: Epecê, 1979.

DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1889 a 1930*. 12 ed. São Paulo: Atual, 1991.

DECKERS, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: perspectiva, 1972.

ELMIR. Cláudio Pereira: História política e história presente: uma contribuição para o debate. *Logos*, Canoas, v. 11, n.1, maio 1999.

ERICKSEN, Nestor. *A origem da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1941.

FACCO, Maria Begair A. e S. História e Movimentos Sociais. Chapecó. *Monografia* (especialização em História). Centro de ciências Humanas e Sociais da Universidade regional Comunitária de Chapecó-Unochapecó.

FAGEN, Richard R. *Política e comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

FALCON, Francisco. História e poder. In.: CARDOSO F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

FARIA, Antônio Augusto; BARROS, Edgard Luiz. *Getúlio Vargas e sua época*. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: A problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, [s.d.].

_____. *Mitos e heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, [s.d.]

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: Quiróz, 1982.

_____. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3. 2003.

_____.(Org.). *O populismo e sua história: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

FERREIRA, Oliveira S. *O fim do poder civil*. São Paulo: Convívio, 1966.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILHO, Ciro Marcondes. *Ideologia*. 9. ed. São Paulo: Global. 1997.

FILHO, Nilson B. *Os militares no poder*. São Paulo: Academia, 1994.

FINLEY, Moses I. *O Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FISCHER, Ernst. *O que Marx realmente disse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1.

FLEISCHER, David. *Revista Brasiliense de Políticas Comparadas*. Sistema partidário brasileiro 1945-1997. Brasília: Arko Advice, 1997. v. I, n. 2.

FON, Antônio Carlos. *A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Revista Mexicana de Sociologia*, Instituto de Investigaciones Sociales/Unam, año 1, n. 3, jul./sep. 1988.

_____. *A ordem do discurso*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FEDERICO, Maria Elvira. *História da comunicação, rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Pela liberdade de imprensa*: Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville [Org. "Tiradentes"]. *Um presídio de ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.

FURIATI, Claudia. *Fidel Castro uma biografia consentida: do menino ao guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2002. Tomo I.

_____. *Fidel Castro uma biografia consentida: uma biografia consentida, do subversivo ao estadista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002, Tomo II.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GALVANI, Walter. *Um século de poder: Os bastidores da Caldas Junior*. Porto Alegre: mercado Aberto, 1994.

GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

GARDNER, Mary A. *A luta pela liberdade de imprensa*. Rio de Janeiro: Lidador, 1968.

GERALD, J. R. Edward. *A responsabilidade social da imprensa*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.

GERTZ, René E. História política. *Logos*, Canoas. v. 11, n. 1, maio 1999.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das letras, 1987.

GOLDFEDER, Mirian. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

_____, Ângela de Castro. *Invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____; FERREIRA, Jorge. *Jango: As múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1994.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero: 1990.

GUARESCHUI, Pedrinho A. *Comunicação e Poder*. 12. ed. Petrópolis: 1999.

_____. (Org.). *Comunicação e controle social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HAUSSEN, Doris Fagundes (Org.). *Sistemas de comunicação e identidade da América Latina*. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

_____. *Rádio e política – Tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HISTÓRIA do PCB. Disponível em: <http://www.pcd.org.br/hiatória.html>. Acesso em: 30 jul. 2002.

HOLANDA, Gastão de. *O jornal*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

- IANNI, Octávio. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- JR. Carrion. *Brizola: Momentos de decisão*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE, GOFF, Jaques; NORA, Jacques Piere (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- KUNH, Dione. *Brizola, da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Versus, 1985.
- LAMBERT, Jacques. *América Latina*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1969.
- LAZZARINI, Álvaro. (Org.). *Constituição Federal, estatutos dos militares, código penal militar e processo penal militar*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- LEÃO, Anis José. *Limites da liberdade de imprensa*. São Paulo, 1961.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Org.). *A nova história*. Rio de Janeiro: Almedina, 1990.
- LE GOFF, Jaques et al. *Nouvelle histoire*. Coimbra – Portugal: Almedina, 1990.
- LOPES, Saint-Claire. *Comunicação: Radiodifusão hoje*. Rio de Janeiro: Temário, 1970.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporânea*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- _____. *Rádio-palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.
- MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MACHADO, Romero. *A fundação Roberto Marinho*. Porto Alegre: Tchê, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MALANGA, Eugênio. *Publicidade em jornal, rádio e tv*. São Paulo: Escola de Jornalismo Cásper Libero.

MAMAU, Yves. *A culpa é da imprensa: ensaios sobre a fabricação da informação*. Rio de Janeiro: marco Zero, 1992.

MANESCCHY, Osvaldo; SAPUCAIA, Madalena; BECKER, Paulo. *Com a palavra Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: BAW. [s.d.]

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. São Paulo: Revan.

MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MEDITSCH, Eduardo (Org.). *Rádio e pânico. A guerra dos mundos, 60 anos depois*. Florianópolis: Insular, 1998.

_____. *A rádio na era da informação: teoria e técnica do novo jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente 1964-1992*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MEYER, Philip. *A ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MIGUEL, Amando de. *El poder de la palabra – Lectura sociológica de los intelectuales em Estados Unidos*. Madrid: Tecnos. [s.d.]

MIRANDA, Darcy Arruda. *Comentário à lei de imprensa*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.

MIRANDA, Francisco Gonçalves. *Memória histórica da imprensa nacional*. Rio de Janeiro, 1922.

MORAES. *Relatório Azul. Garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul*. CCDH-Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1996.

_____. *Garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul*. CCDH-Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1997.

_____. *Garantias e violações dos direitos humanos no Rio Grande do Sul*. CCDH-Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1998-1999.

- MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- _____. *A esquerda e o golpe de 64: Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: espaço e Tempo, 1989.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediciones Altaya, 1994.
- _____. *CHATÔ: O rei do Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- _____. *Rádio palanque: fazendo política no ar*. Rio de Janeiro. Mil Palavras, 1998.
- MORIN, Edgard. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. São Paulo: Forense Universitária, 1969.
- MURCE, Renato. *Bastidores do rádio*. São Paulo: Imago, 1976.
- NASCIMENTO, Márcio. *PRA-9 – Rádio Mayrink Veiga: um lapso de memória na história do Rádio Brasileiro*: Rio de Janeiro: Litteris Editora. 2002.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. A construção da identidade: um momento privilegiado, *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. II, n. 23/24, set. 991/ago. 1992.
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais: comparativas do Rio Grande*. 1945-1994. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.
- OLIVEIRA, José Francisco Basílio de. *Brizola e o Estado brasileiro perante a história*. Rio de Janeiro: Líber Júris. 1989.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio – Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da fala*. São Paulo: Boitempo editorial. 1999.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Jornal do PDT*. Rio de Janeiro. 2004.

PAUL, Singer. *Curso de introdução à economia política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

PEROSA, Lilian Maria de Lima. *A hora do clique – Análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República*. São Paulo: Annablume, 1995.

PCB. *Quais as diferenças entre o PCB e o PCdoB?*. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/diferencas.html>. Acesso em: 30 jul. 2002. [Nota do Secretariado Nacional do PCB. Ivan Pinheiro Secretário de Organização e Zuleide Faria de Melo Secretária Política].

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado (ou como entender os meandros da linguagem do poder)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO, Emilio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História econômica do Brasil*. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Díspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerda e sociedade no Brasil. <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>. Acesso em: 31 maio 2002.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões metodológicas. *História. Debates e Tendências*, Passo Fundo: Ediupf, v.1, jun. 1999.

RÉMOND, René. Uma história presente. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIBEIRO, Maria Eurydice. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História*. Brasília: UnB, 1994.

RIDENTE, Marcelo. *Política pra quê?* São Paulo: Atual, 1992.

RIDENTE, Marcelo & MOTTA, R.P.S. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: USC, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROMANO, Roberto. *História do pensamento: cultura contemporânea*. São Paulo: Nova cultural, 1987. v. 4.

- RUDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 2. ed. Porto alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.
- ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1984.
- SADER, Emir, et al. *Quem é Betinho: No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan. 1996.
- SAMPAIO, Walter. *Jornalismo audiovisual: teoria e prática do jornalismo no rádio, TV e cinema*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- SCHIMIDT, Mario. *História crítica do Brasil*: São Paulo: Nova Geração, 1998.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SCHILLING, Paulo. *Como se coloca à direita no poder*. São Paulo: Global, 1979.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação á América Latina*. São Paulo: Edusc, 2000.
- SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília R. *1964: golpe ou contragolpe?* 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- _____. *O poder militar*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- SLAVOJ, Zizek et. al. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOARES, Edileuza. *A bola no ar: o rádio esportivo em São Paulo*. São Paulo: Summus, 1994.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- SOBRINHO, Antônio Porto. *A guerra psicológica no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1965.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.
- Suplemento III - *As eleições no Rio Grande*. Dados Eleitorais dos anos 1992, 1967, 1971, 1975 e 1979, 1824 a 1889 e 1889 a 1987. Porto Alegre: Síntese, 1995, [s.a].
- SZATKOSKI, Elenice; LUFT, Celito. *Frederico Westphalen: Comissão de Terras e Coronelismo*. Frederico Westphalen: Marin. 1996.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

TAGLIETTI, Dáblio batista. *Leis de terras e a colonização do Médio Alto Uruguai-RS-1917-1960*. Frederico Westphalen: URI, 2006.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOTA, Antonio Pedro. *A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo 1924-1934*. São Paulo: PW Gráficos e Editores Associados, 1990.

TRINDADE, Héliq; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Sulina, 1991.

VAMPRE, Octávio Augusto. *Raízes e evolução do rádio e da televisão*. Porto Alegre: Feplam-RBS, 1979.

VANNUCHI, Paulo; FREI, Betto. *O plebiscito de 1993: monarquia ou república, parlamentarismo ou presidencialismo*. Rio de Janeiro: Iser, 1993.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: O nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VASCONSELLOS, G.F. Masoquismo e golpe de estado circundam João Goulart. Folha de São Paulo, 25 de set. disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44938.shtml>. Acesso em: 25 set 2004.

VILLA, Marco Antônio. *Jango: Um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

WAGNER, Carlos. *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 1989.

WEBER, Max. *Textos selecionados*. Seleção e tradução de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (*Os Pensadores*).

YÑEZ, Oswaldo. Ódio profanum vulgus. Ódio al vulgo ignorante. Disponível em <http://www.cubaeuropa.com/analysis/analysis%202/Analisis11.htm>. Acesso em: 26 de ago de 2007.

ZIZEK, Slavoj, et. al. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro; contraponto. 1996.